



VIVIANE MINATI PANZERI

**“ TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA PARA
SÃO SIMÃO – SP ”**

**CAMPINAS
2012**



NÚMERO: 188/2012
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

VIVIANE MINATI PANZERI

**“TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA PARA
SÃO SIMÃO – SP ”**

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS ROBERTO ESPINDOLA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências da
Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Ciências.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA VIVIANE MINATI PANZERI E ORIENTADA
PELO PROF. DR. CARLOS ROBERTO ESPINDOLA**

CAMPINAS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
UNICAMP

P196t Panzeri, Viviane Minati, 1974-
Turismo sustentável: uma proposta para São Simão -
SP / Viviane Minati Panzeri-- Campinas, SP.: [s.n.],
2012.

Orientador: Carlos Roberto Espíndola.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Turismo - Planejamento. 2. Turismo sustentável.
3. Sustentabilidade. 4. Comunidade. I. Espíndola,
Carlos Roberto, 1944- II. Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: Sustainable tourism: a proposal for São Simão - SP.

Palavras-chaves em inglês:

Tourism - Planning

Tourism - Sustainable

Sustainability

Community

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutora em Geografia.

Banca examinadora:

Carlos Roberto Espíndola (Orientador)

Alfredo Colenci Junior

Archimedes Perez Filho

Regina Célia de Oliveira

Regina Márcia Longo

Data da defesa: 27-08-2012

Programa de Pós-graduação em Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: Viviane Minati Panzeri

Turismo sustentável: uma proposta para São Simão

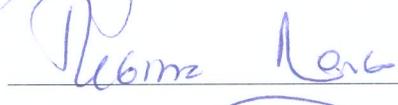
ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Roberto Espindola

Aprovada em: 27 / 08 / 2012

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Carlos Roberto Espindola  _____ -Presidente

Profa. Dra. Regina Célia de Oliveira  _____

Profa. Dra. Regina Márcia Longo  _____

Prof. Dr. Archimedes Perez Filho  _____

Prof. Dr. Alfredo Colenci Junior  _____

Campinas, 27 de agosto de 2012.

Ninguém faz nada sozinho. Conduzir uma Tese de Doutorado demanda tempo e orientação. É preciso agregar esforços, compartilhar, transpor obstáculos e para isso tudo eu tive alguém a quem dedico este trabalho de pesquisa: José Luiz Panzeri, meu pai, pelo seu carinho e dedicação à minha vida acadêmica, pelos diversos conselhos e palavras de encorajamento, pelo aporte financeiro e afetivo, e muito mais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sobretudo a fé e perseverança que me impediu de desistir perante aos diversos desafios surgidos ao longo desta caminhada.

A meu orientador, Professor Doutor Carlos Roberto Espindola, pelo apoio constante e sereno, por ter me conduzido à Unicamp e ter me apresentado esse mundo da pesquisa desde o Mestrado.

Aos meus pais, José Luiz e Lourdes, pelo carinho e suporte que me levaram a concluir esta etapa. Ao meu filho Bruno, meu parceiro de todas as horas, pela cumplicidade dos momentos bons e ruins. Aos meus familiares, que contribuíram direta e indiretamente com a elaboração dessa tese.

Aos meus amigos, Paulo Fernando Mosman Barbosa e Aparecida Barbosa, por acreditarem no meu potencial e terem comigo sempre a gentileza que lhes é peculiar.

Aos também amigos-professores que fizeram parte da minha jornada. Aos meus ex-alunos, alunos atuais e futuros, por me impulsionar a aprender cada vez mais.

Aos técnicos ambientais, agrícolas, e agrimensores, Ivan Soares e Danilo Ferreira da Silva; e o geógrafo Saulo Folharini pelo auxílio na pesquisa cartográfica e pelas soluções em diversas etapas desta caminhada.

À UNICAMP, ao Programa de Pós-graduação em Geografia – IG e ao pessoal da Secretaria de Pós-graduação do IG: Gorete e a Valdirene – pelo suporte e carinho constante.

Aos membros da Banca Examinadora dispostos a ler minhas pesquisas, ouvir minhas histórias e pelas valiosas e oportunas sugestões.

Aos amigos da pesquisa: Augusto, Gelson e Ricardo Zufelato, pelo suporte de campo. E aos Diretores de Turismo, Alexandre Robazzi e Edenir Belluc, por perceberem a importância da pesquisa e fornecerem as informações.

Ao Centro Paula Souza, na pessoa da Superintendente Prof^a. Laura Laganá, pela concessão de dispensa parcial para cursar a Pós-graduação.

A todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão desta etapa em minha vida acadêmica, de todo modo: tempo, crítica, escuta, indicação, pensamento, revisão, dica, acolhimento, gentileza, cobrança, sorrisos e hospitalidade.

Muito Obrigada!

*Desenvolver é desembrulhar, desenrolar, libertar, expandir de dentro para fora ...
é o desabrochar de algo que já existia em gérmen ou embrião, assim como o botão
de rosa desdobra suas pétalas e forma a flor.*

(Adaptado de SAMUEL MURGEL BRANCO).

BIOGRAFIA

Em 1994, tornei-me Guia de Turismo especializada em Disney World – ainda durante o treinamento nos Estados Unidos, conheci o funcionamento do mercado turístico e me encantei por uma palavra que me segue até hoje e faz parte inclusive das minhas aulas, hospitalidade. O Turismo tem quê de gentileza constante e curiosidade latente; viajar faz bem para a alma e para o coração, revigora, trazendo de volta a energia desperdiçada no stress diário.

Ainda em 1994 ingressei na Universidade Paulista, uma das cinco instituições que oferecia o curso no município de São Paulo. No início de 1996 surgiu a oportunidade de cursar Gestão de Hospitalidade na Universidade Internacional da Florida, no Norte de Miami Beach – Estados Unidos.

Regressei ao Brasil em 1998 para concluir o Bacharelado em Turismo, quando me envolvi com consultoria de planejamento turístico, hospitalidade e monitoria dos Professores da Universidade, assim fui me aproximando da academia.

Logo que me formei, em 2000, continuei me dedicando ao planejamento e comecei a lecionar nos cursos de Turismo, Administração Hoteleira e Gastronomia. O Brasil vivia, nesta época, a expansão dos cursos na área de hospitalidade.

Em 2004, ingressei no Mestrado em Tecnologia, Gestão e Formação de Formadores – sob a linha de pesquisa em Desenvolvimento Sustentável, oferecido pelo Centro Paula Souza, ainda na banca de seleção tive a honra de conhecer meu orientador Prof. Dr. Carlos Roberto Espindola. Tive excelentes professores, o mestrado abriu leque de possibilidades na minha mente, mas achava que naquele momento precisava me tornar uma professora melhor, foi então que me inscrevi no curso de Psicopedagogia.

Em 2006, eu era Mestre e Psicopedagoga, era também Coordenadora de Cursos e Professora alternava os horários entre afazeres pessoais e atendimentos às crianças de baixa renda ofertados pela Universidade. Em alguns momentos, quando era possível, me dedicava às consultorias e às pesquisas.

Em 2006, meu orientador comentou sobre a seleção da Unicamp, confesso que tive que tomar coragem para fazer os exames, mas passei essa etapa. Vieram muitas etapas, e muitos obstáculos até conclusão desta Tese, e hoje estou aqui escrevendo mais um capítulo dessa história, a minha história de vida.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TURISMO SUSTENTÁVEL: UMA PROPOSTA PARA SÃO SIMÃO-SP

RESUMO

Tese de Doutorado

Viviane Minati Panzeri

O turismo vem se tornando um dos mais relevantes vetores do desenvolvimento econômico mundial e, para tanto, é necessário estabelecer políticas públicas que fomentem a sustentabilidade dessa atividade. O Planejamento é o melhor instrumento para assegurar o desenvolvimento de uma atividade turística com foco na sustentabilidade, garantindo a maximização dos benefícios para a comunidade e a minimização dos impactos ao ambiente, ao patrimônio cultural e a todos os demais aspectos socioeconômicos. O presente trabalho trata de uma proposta de implantação de turismo sustentável no município paulista de São Simão, no nordeste do Estado, sob a luz das premissas adotadas pela Organização Mundial de Turismo, agência da Organização das Nações Unidas que também norteará os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Para o aporte teórico, foram abordados temas como: aspectos geográficos do turismo – com ênfase na paisagem; desenvolvimento e planejamento integrado e responsável; e turismo sustentável com visão sistêmica. Além disso, foram expostos e discutidos os documentos das Nações Unidas que corroboram a temática abordada. Considera-se que os resultados deste trabalho possam auxiliar a implantação do turismo sustentável na localidade, favorecendo a comunidade receptora e constituindo a recomendação de ações de planejamento das atividades e dos investimentos que certamente terão de ser feitos para a efetivação do turismo local.

Palavras-chaves: Planejamento Turístico; Sustentabilidade; Comunidade.



UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

SUSTAINABLE TOURISM: A PROPOSAL FOR SÃO SIMÃO- SP

ABSTRACT

Tese de Doutorado

Viviane Minati Panzeri

Tourism has become one of the most important drivers of global economic development and, therefore, it is necessary to establish public policies that promote the sustainability of that activity. Planning is the best instrument to ensure the development of tourism with a focus on sustainability, ensuring maximum benefit for the community and minimizing impacts to the environment, cultural heritage and all other socioeconomic factors. The present work deals with a proposal for implementation of sustainable tourism in the municipality of São Simão, in the State northeastern region, under the light of the guidelines adopted by the World Tourism Organization, an agency of the United Nations that also will guide the way to sustainable development. Themes as geographical aspects of tourism - with an emphasis on landscape, integrated and responsible planning and sustainable tourism with a systemic vision were discussed for the theoretical approach. In addition, UN documents that attest to the subject-matter have been exposed and discussed. It is considered that the results of this study may assist the implementation of sustainable tourism in the location, favoring the host community and constituting a recommendation of actions with the purpose of planning activities and investments that certainly will have to be made for the effectiveness of local tourism.

Key-words: Tourism planning; Sustainability; Community.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
1. INTRODUÇÃO.....	03
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1. Aspectos Geográficos do Turismo.....	11
2.2. Desenvolvimento Sustentável.....	23
2.3. Abordagens em Turismo Sustentável.....	40
2.4. Planejamento Integral e Responsável.....	64
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	83
3.1. Tipo de pesquisa.....	83
3.2. Características da área de pesquisa.....	86
4. RESULTADOS.....	111
5. DISCUSSÃO.....	123
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	151
APÊNDICES.....	161
ANEXOS.....	177

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de Butler	77
Figura 2: Mapa de Localização de São Simão.....	87
Figura 3: Municípios e vias de acesso RARP	96
Figura 4: Estação Ferroviária de São Simão	97
Figura 5: Antigo município de São Simão	99
Figura 6: Casa de Cultura Marcelo Grassmann	102
Figura 7: Complexo da Igreja Matriz	103
Figura 8: Dragão de Pedra	103
Figura 9: Fonte Luminosa	104
Figura 10: Theatro Carlos Gomes	104
Figura 11: Prainha do Tamanduá	105
Figura 12: Morro do Cruzeiro	105
Figura 13: Hotel São Simão	106
Figura 14: Logos dos roteiros turísticos	106
Figura 15: Logo Caminhos da Cana	107
Figura 16: Rota do Caminho da Fé	108
Figura 17: Região Turística da Alta Mogiana	109
Figura 18: Carta Topográfica de São Simão.....	111
Figura 19: Cachoeira da divisa.....	115
Figura 20: Morro do Cruzeiro	116
Figura 21: Solar da Família Mirra	118
Figura 22: Carta Topográfica de São Simão- 1:75.000.....	119
Figura 23: Praia do Tamanduá na década de 70.....	123

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Quadro 1: Divisão de gênero da população Simonense	120
Quadro 2: Setores da Economia Local	121

APRESENTAÇÃO

O dia amanhece, o sol desponta em meio a serra. O céu azul de brigadeiro sem nuvens produz um horizonte infinito e a sensação de imensidão. Lá do alto a pequena cidade aparece mesclada à vegetação natural remanescente ancorada pelas serras guardiãs, os cursos d'água de calibre variável produzem sons hipnotizantes e tranquilos. O canto dos pássaros ao longe, o vento a roçar nas árvores, levantando a poeira da terra avermelhada, o perfume das plantas, sobretudo das flores, compõe um ritmo irregular mas constante de sons e aromas que preenchem a atmosfera do lugar.

Descrições como essas são capazes de produzir imagens muito vivas na mente da maioria das pessoas que tiveram a oportunidade de estar, ao menos uma vez em sua vida, em lugares semelhantes. Reais ou mitificados, os lugares para desfrute do lazer e do ócio são produtos de uma mescla entre natureza e cultura peculiares ao território e de imagens associadas a ele. Para o turismo, trata-se de ressaltar aspectos visuais particulares e significativos para a composição de imagens suficientemente atraentes para induzir o consumo (SILVA, 2004).

Este trabalho de pesquisa nasceu de diversos momentos, desde quando li a obra “O meio ambiente em debate” de Samuel Murgel Branco, em meados de 1988; apesar da inquietude, a temática voltou à tona quando decidi fazer o Mestrado sobre Desenvolvimento Sustentável e Educação: pela Banca Examinadora foi sugerido tratar da temática da Sustentabilidade aplicada a uma localidade.

São Simão faz parte da minha vida pessoal e afetiva; meu gosto pela cidade transcende o tempo. Então uni a pesquisa ao prazer de estar em lugar que prezo. O presente trabalho trata da discussão entre Sustentabilidade e Turismo, faz referência à contribuição geográfica e ao olhar do turista sob a luz de grandes autores e sob as vistas das premissas estabelecidas pela Organização Mundial do Turismo.

O trabalho também discute os impactos da atividade turística, os benefícios para a comunidade local e possibilidade de desenvolver com sustentabilidade. Boa leitura!

1- INTRODUÇÃO

Turismo é um crescente movimento e fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas. Apesar do forte componente econômico, verifica-se que o turismo transcende as esferas das meras relações da balança comercial. Segundo o Barômetro da Organização Mundial do Turismo (2012), um bilhão de turistas viajará em 2012. Mesmo com o ritmo mais lento, o crescimento continuará. Em 2011, os números indicaram um crescimento de 4 %, contabilizando 980 milhões de viajantes.

Atualmente, segundo a mesma fonte, o turismo representa diretamente 5 % do PIB mundial e o emprego de uma em cada doze pessoas. Na América do Sul esse crescimento atingiu a marca de 10%. A América do Sul recebeu 54 milhões de turistas contra 100 milhões dos Estados Unidos. No entanto, serão justamente os turistas de países do BRICS (agrupamento dos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que comandarão a expansão do setor nos próximos 20 anos, quando o mundo terá 1,8 bilhão de turistas. Os países emergentes não serão apenas emissores de turistas, por ano; essas regiões verão um aumento de 30 milhões de pessoas, em média.

Em um sentido mais amplo, o turismo é o maior dos movimentos migratórios da história da humanidade, e seu incremento responde a uma série de maiores ou menores necessidades do ser humano, como: espaço, movimento, bem-estar, expansão e repouso, longe das tarefas impostas pelo cotidiano. Busca-se, assim, escapar da rotina, conhecer novos prazeres e descobrir novos horizontes.

Historicamente, o turismo atual surge após a Revolução Industrial, com o avanço tecnológico que proporcionou a melhoria dos transportes e o desenvolvimento da economia, com uma preocupação maior com o bem-estar do ser humano, passando a ser também um complemento ao aprendizado.

Em geral, todo setor que revela um crescimento muito vertiginoso costuma transferir diversos benefícios econômicos às nações, mas pode trazer, por outro lado, consequências negativas ao ambiente e ao bem-estar social. O setor de turismo é um dos que mais tem crescido nos últimos anos, gerando inúmeros empregos diretos e indiretos, constituindo fonte captadora de divisas para os núcleos turísticos receptores.

Contudo, seu crescimento não foge à regra de implicar passivos socioambientais, já que a natureza é, juntamente com a cultura e o patrimônio histórico, uma das matérias-primas mais relevantes da indústria turística. Apesar de ser considerado, por muitos, como “indústria sem chaminé”, o turismo é responsável por diversos impactos negativos nas localidades onde se instala e desenvolve, decorrentes da indevida e mal planejada apropriação dos bens naturais, históricos e culturais dos povos.

Dada a sua importância em face da questão da sustentabilidade, o assunto vem ganhando espaço crescente em pesquisas, seminários e publicações. Tem sido uma constatação frequente que a sustentabilidade é um conceito que envolve o longo prazo e gera valor agregado por meio de lei de otimização, e não da maximização da renda, assegurando a inclusão e a coesão social e política num processo de desenvolvimento integrado e integral. A deterioração do Planeta vem sendo observada dia a dia, em decorrência da incorreta administração do espaço.

O turismo mal planejado, desordenado e predatório pode causar impactos negativos como: poluições atmosférica, aquática, sonora e visual; destruição de espécies animais e vegetais nativos; comprometimento no abastecimento de água, energia elétrica e outros recursos; esgotamento da capacidade de carga dos atrativos naturais. Acredita-se que uma forma adequada de contribuir para o desenvolvimento sustentável seja instruir a população e conscientizá-la, o que pressupõe uma educação com forte foco na questão da sustentabilidade.

O desenfreado desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, sobretudo da Região Administrativa de Ribeirão Preto, foi acompanhado por um expressivo aumento do poder aquisitivo e, conseqüentemente, por demanda de turismo. Sabe-se que a população, de maneira geral, busca o turismo de forma a abster-se da neurose urbana, congestionamentos, poluição,

violência; estes já não são problemas restritos às capitais; procura-se uma maneira de fugir do cotidiano cada vez mais caótico, preferencialmente em busca de uma paisagem paradisíaca ou bucólica; no entanto, pelos impactos desta busca, ou pela falta de conhecimento em gerir os recursos naturais, estão se escasseando as possibilidades de nossos descendentes conviverem com o ambiente.

O planejamento da evolução do turismo com o enfoque do Desenvolvimento Sustentável apresenta-se como a hipótese de forma preventiva ideal para proteção dos meios visitados, conservando a natureza e oferecendo conforto e satisfação ao turista sem agredir a originalidade das comunidades respectivas.

A proposição de um sistema integrador, ágil e instrumentalizado deve ser capaz de conciliar diversidades territoriais e rivalidades intermunicipais numa mesma região, para a obtenção de maior equilíbrio e competitividade regional, e de assegurar a correta aplicação dos investimentos públicos na infraestrutura de apoio ao turismo para a promoção do desenvolvimento sustentável ambiental, econômico, social, e político-institucional, juntamente com a consequente e necessária orientação aos empreendimentos da iniciativa privada.

Pretende-se que esse processo de nova ordenação sustentável venha a traduzir-se em um novo padrão de desenvolvimento, obedecendo não mais à racionalidade da acumulação e do consumismo, mas, principalmente, à qualidade de vida a curto, médio e longo prazo. Além disso, deverá contemplar as necessidades e expectativas coletivas da base local, com a participação ativa da sociedade civil, organizada de forma multiescalar, buscando adotar a alternativa que melhor viabilize sua inserção no processo regional de desenvolvimento.

Define-se essa nova ordenação territorial como a projeção, no espaço físico (mediante ocupação e uso), das políticas, dos interesses, das racionalidades e dos valores econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade referenciada local ou regionalmente.

No que concerne às políticas públicas e ao processo de ordenamento do território, enquanto crescente atividade produtiva e importante instrumento coadjuvante do

desenvolvimento socioeconômico, o turismo vem merecendo em vários países planejamento e programas específicos, num processo crescente de interesse participativo.

Dadas às condições peculiares do município de São Simão – SP, dissertadas ao longo deste trabalho, objetiva-se estudar o processo de Planejamento Integral do Turismo Sustentável quanto à vocação e ao ordenamento consciente realizado no território segundo as premissas da Organização Mundial do Turismo – OMT.

Para atingir o objetivo geral, pressupõe-se:

- a) Realizar o (re) conhecimento do território e da identidade cultural local;
- b) Sensibilizar o leitor ou o munícipe sobre a importância do planejamento integral com visão sistêmica, por meio da formulação de propostas localizadas ao final deste estudo;
- c) Conhecer a opinião dos moradores sobre a implantação e recepção turística;
- d) Refletir sobre as mudanças e quebra de paradigmas envolvendo o turismo sustentável;
- e) Reforçar a importância da participação da comunidade receptora com fundamentação teórica;
- f) Estimular novas pesquisas.

A proposição elaborada prevê os seguintes pressupostos:

- O governo brasileiro tem considerado o turismo como uma forma privilegiada para alcançar o desenvolvimento local e regional mediante geração de renda e captação de divisas;
- As destinações turísticas ou produtos turísticos apresentam um ciclo de vida que compreende as fases de exploração, investimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento (BUTLER, 1980). O caminho para o declínio ou para o rejuvenescimento está atrelado às intervenções dos agentes de desenvolvimento do turismo, nas quais a manutenção e a melhoria da qualidade ambiental são fundamentais;
- A atividade turística no Brasil ainda é desordenada, impulsionada principalmente pelo mercado, deixando de gerar possíveis benefícios socioeconômicos e ambientais;
- O desenvolvimento do turismo tem sido uma preocupação constante, especialmente da comunidade científica, em decorrência das consequências dos impactos negativos no território;

- Os impactos do turismo no meio físico, social e cultural contrariam a lógica de reprodução da atividade, já que degrada, muitas vezes irreversivelmente, as atrações que o justificaram;
- A forma predatória utilizada na apropriação dos lugares pela atividade turística faz surgir à necessidade de propor novas formas e concepções de desenvolvimento do turismo local;
- O turismo no Brasil é praticado principalmente nas cidades, o que gera demanda de infraestrutura básica e serviços que também devem estar disponíveis para atender à população local, exigindo formulação de políticas públicas que incluam e integrem as necessidades da comunidade e dos turistas;
- A qualidade dos ambientes é fator fundamental para o desenvolvimento do turismo;
- O caráter de multiplicidade de interesse do turismo exige ações interinstitucionais integradas e articuladas do poder público com a efetiva participação da iniciativa privada e das comunidades. Os governos, especialmente em nível local, têm papel fundamental na coordenação, elaboração e implantação das políticas públicas de turismo, buscando soluções conjuntas com todos os agentes do setor e com a comunidade;
- O princípio da sustentabilidade deve ser a base para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo local, garantindo a exploração sem prejuízo da identidade cultural, ambiental e socioeconômica;
- O turismo é considerado uma das formas mais plenas de exercício da cidadania, pela capacidade de resgatar, recuperar e valorizar patrimônios culturais e naturais, de fixar as populações locais, de absorver mão de obra e de distribuir renda.

Situação problema:

- O turismo no local de estudo está no início da fase de desenvolvimento e enfrenta problemas anteriormente provocados pela agricultura intensiva do setor sucroalcooleiro que se manifestam em corpos de erosão e assoreamento, comprometendo recursos e atrativos naturais.
- Falta um planejamento ambiental fundamentado nos subsídios das ciências da terra para reabilitar, para a utilização turística, as áreas atualmente degradadas pela erosão, assoreamento,

enchentes e inundações. O município detém três unidades de conservação e a maioria dos atrativos turísticos em área de preservação permanente.

- Não estão sendo dimensionadas capacidades de carga das rotas e, muito menos, dos equipamentos turísticos atualmente explorados e a explorar, podendo ampliar os em problemas de degradação ambiental.

- Há um virtual desconhecimento científico e cultural no campo do turismo sobre o patrimônio natural e diversidade que possa conscientizar a comunidade sobre a necessidade de sua preservação e conservação.

Destarte, torna-se imperioso considerar as seguintes premissas para o desenvolvimento desse estudo:

- A ocorrência de recursos e atrativos naturais ao turismo inventariados pelo Estado vem caracterizando *estâncias* de fato, após a atribuição de direito conquistada politicamente.

- O turismo vem se apresentando como atividade alternativa e complementar para a geração de renda e novas oportunidades de negócios, emprego e serviços nos municípios-estância.

- O ambiente e a paisagem nos quais se instala o turismo no município são compartilhados com atividades de impacto ambiental negativo, as quais decorrem do crescimento desordenado e desorganizado do perímetro urbano, sem saneamento básico adequado; na zona rural, decorrem das práticas de agricultura intensiva motivada pela expansão desregrada da agroindústria sucroalcooleira a partir da década de 1970.

Tais impactos certamente inibem o desenvolvimento do turismo regional, ao denegrir a imagem de beleza cênica dos ambientes da cidade.

- Os corpos hídricos superficiais, em processo de assoreamento, são recursos ou atrativos naturais para o turismo, na forma de represas, cachoeiras e saltos. Esses mesmos corpos, represados por barramentos irregulares, degradam as bacias hidrográficas e os rios de beleza cênica e de interesse turístico.

- O abastecimento hídrico poderia constituir um ícone do turismo local, cujas águas minerais são oriundas de poço de captação do Aquífero Guarani, porém as mesmas estão ameaçadas de contaminação pela erosão remontante e assoreamento dos corpos hídricos circunvizinhos.

- Os patrimônios naturais e a história geológica de localidades vêm se apresentando como recursos científicos e culturais, em regiões turísticas potenciais. Poderão também contribuir para o incremento do turismo em regiões de potenciais similares.

Que mecanismos de planejamento o município de São Simão, no interior do Estado de São Paulo, utilizou para implantar o turismo? Turismo Sustentável é uma variável econômica para a constituição de renda da comunidade local? A comunidade receptora está preparada e consciente para atender os visitantes?

O município de São Simão teria se planejado e organizado para exercer a atividade turística de forma sustentável?

O município de São Simão possui vocação turística e tem se planejado para implantá-lo de maneira mais efetiva por meio de estudos realizados pelo poder municipal. Essa hipótese é fundamentada em documentação técnico-científica sobre o assunto, em experiências de municípios paulistas conceituados como referências no turismo responsável, na definição e aplicação de diretrizes de políticas públicas com foco no planejamento sustentável da atividade.

Para sustentar essa hipótese, considera-se que o município de São Simão, por meio da Diretoria de Turismo, elaborou um planejamento detalhado da atividade turística com base em inventários e segundo as premissas da OMT para Desenvolvimento Sustentável.

A constatação ou refutação dessa hipótese basear-se-á numa variável de caráter intrínseco e em outra de caráter extrínseco. A variável intrínseca foi à caracterização do meio físico à luz das teorias da sustentabilidade, em diversos aspectos. Como variável extrínseca, são considerados os aspectos teóricos e experiências demonstradas em exemplos práticos de planejamento municipal para o turismo sustentável, avaliando a capacidade de carga dos atrativos turísticos, os indicadores e as políticas pertinentes.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TURISMO

Segundo Fratucci (2000), o turismo manifesta-se de diversas formas, modalidades e escalas dentro de um mesmo território. Está subordinado tanto às ações da iniciativa privada quanto do Estado e, até mesmo, às pequenas comunidades organizadas, de forma sincrônica num mesmo estado, região ou país. Sua velocidade de reprodução está acima da maioria das atividades humanas, não respeitando fronteiras ou limites territoriais, alimentando-se, quase sem escrúpulos, dos mais variados setores do conhecimento humano, especialmente daqueles ligados aos avanços tecnológicos.

Rodrigues (1997) propõe uma sistematização das dimensões espacial e territorial do turismo a partir de três elementos organizadores: os pólos compostos pelas áreas emissoras de turistas, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação, por onde circulam os turistas e as informações. É nas áreas receptoras que se pode identificar o território do turismo ou o *lugar turístico* por excelência.

É no *lugar turístico* que o fenômeno se materializa e se sobrepõe suas formas fixas: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, serviços de alimentação, agentes receptivos, guias de turismo, locais e instalações para entretenimentos, etc.) e infraestrutura de apoio (serviços de comunicações, transportes, segurança, etc.). É o *locus* da produção e do consumo do produto turístico, que, pelas peculiaridades dessa atividade, em alguns momentos ocorrem simultaneamente.

O lugar turístico reúne o espaço e o território. Enquanto prática socioespacial, o turismo vai se apropriando de determinados espaços, transformando-os, produzindo territórios e territorialidades flexíveis e descontínuas (SOUZA, 1995), e “turistificando” os lugares (NICOLÀS, 1996; KNAFOU, 1996).

Knafou (1996), em suas análises sobre as relações entre turismo e território, lembra que os turistas estão na origem do fenômeno, e que são eles que definem, escolhem os *lugares turísticos*. Sua proposta é que não se deve perder de vista que o sujeito do fenômeno, responsável pela sua existência, é o homem, na forma do turista. Entende-se que esse conceito, incluindo, também como sujeito do fenômeno, a população das áreas receptoras. Sugere a possibilidade de três tipos de relações entre turismo e território: a) pode existir território sem turismo; b) pode existir um turismo sem território; c) podem, enfim, existir territórios turísticos, esses últimos entendidos como “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores”. Nesses últimos foram precisados conflitos de territorialidades entre os turistas – nômades – e os anfitriões – sedentários:

(...) há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam). (KNAFOU, 1996).

O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re) produzido e comercializado (FALCÃO, 1996). É o território acrescido de certo valor (simbólico) e de infraestruturas territorializadas (meios de hospedagem, parques temáticos, aeroportos, etc.), que se transforma em produto e como tal, é vendido e consumido.

Enquanto fenômeno sociocultural característico das sociedades pós-revolução industrial, o turismo tem fortes imbricações espaciais, que se manifestam de diversas maneiras e em diversos pontos do espaço, formando uma rede mundial composta de pontos de emissão, pontos de recepção e raios de fluxos materiais e invisíveis. Nessa rede, os pontos de recepção são classificados pelos mais diferentes nomes: centros turísticos, locais turísticos, regiões turísticas, áreas receptoras, etc.

É preciso sintetizar todos na categoria de *lugar turístico*, que é, na escala local, o fenômeno turístico que se manifesta territorialmente, estabelecendo-se com toda a materialidade das suas relações e interações. Entender a sua organização e o seu ordenamento territorial passa obrigatoriamente pela compreensão do lugar turístico.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, mediante ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996).

Boullón (2002) propõe um método empírico para se observar e analisar o espaço produzido pelo turismo e, a partir de procedimentos sistemáticos, estabelecer o seu ordenamento físico. Centro turístico é todo aglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística.

Contraopondo-se a essa tendência, Luchiari (1998), propõe uma análise mais complexa da atividade turística, de modo a vê-la como um dos vetores mais importantes para associar o mundo ao lugar, o global ao local. As discussões sobre a questão global-local ou local-global avançaram e já não se coloca com tanta certeza que a globalização implica no fim do local, na destruição das diferenças e peculiaridades locais: Tanto as peculiaridades locais, os localismos, os regionalismos emergiram deste global, quanto à própria globalização econômica passou a valorizar as diferenciações dos lugares, fazendo dessa diferenciação um atrativo para o capital.

Luchiari (op.cit.) apresenta alguns elementos pertinentes para a compreensão da lógica territorial dos lugares turísticos. Entende-se por lugar (local) como o resultado de um feixe de relações que soma as particularidades (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais) às demandas do global. O espaço enquanto abstração se realiza e se concretiza por práticas sociais que constroem a identidade vivida cotidianamente nos lugares.

Considera-se o lugar como um elemento dinâmico, onde se pode presenciar o movimento dialético constante entre o lugar e o mundo, resultante dos processos da sociedade atual. Nesse movimento as cidades turísticas se organizam não para a produção, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. O que para alguns autores é tido como impacto negativo do turismo (a destruição dos lugares), Luchiari entende como um processo de construção de:

(...) novas formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis.(...) estabelece-se uma relação entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções, impulsionando a relação do lugar com o mundo, que o atravessa com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modo de agir (...) Assim também, a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização socioespacial (LUCHIARI, 1998).

É preciso reavaliar os modelos de evolução dos lugares turísticos difundidos nos anos 80, onde esses seriam descobertos pelo turismo mais elitizado, a seguir saturados e destruídos pelo turismo de massa e, finalmente, abandonados e substituídos por outros lugares recém-descobertos. Nicolàs (1996) lembra que o uso do espaço pelo turismo não segue as mesmas leis das atividades de produção e reprodução dos setores econômicos tradicionais.

Os estudos da paisagem têm enfatizado não apenas os aspectos formais explícitos da configuração, mas atentam também para os valores simbólicos e para os processos cognitivos desencadeados em cada indivíduo no seu processo de assimilação da paisagem. Nessa perspectiva, entende-se que o significado e a representatividade das paisagens perpassam os aspectos formais dos elementos que a compõe, na medida em que a sua assimilação resulta também da percepção de cada indivíduo em seu processo cognitivo, mediado por um filtro cultural e por valores simbólicos, como representações do seu imaginário (PACHECO, 2011).

As paisagens são classificadas por Dollfus (1991) em:

- Naturais: aquelas que não sofreram, recentemente, ação antrópica;
- Modificadas: aquelas que foram modificadas pela ação humana;
- Organizadas: aquelas submetidas às intervenções planejadas sobre o natural.

Rodrigues (1999) aponta que é incomum definir-se paisagem como o quadro abrangido pelo observador, confundindo-se frequentemente o ver com o perceber. Segundo Bartley (apud RODRIGUES, 1999), o organismo humano apresenta dez modalidades sensoriais, por meio das

quais contata o mundo externo. São a visão, a audição, o tato, a temperatura, a sinestesia, a dor, o gosto, o olfato, o sentido vestibular e o sentido químico comum. A paisagem contém a energia necessária para estimular as dez modalidades sensoriais que combinam na percepção. Cada sentido se especializa em captar uma parte da realidade, embora perceba o mundo simultaneamente. Dentre eles ressaltam-se que a visão binocular auxilia o homem a ver as coisas nitidamente como corpos tridimensionais. Distingue a forma dos objetos, a ordem em que se sucedem na paisagem, suas cores, seus brilhos e movimentos. Pelo deslocamento do observador, usando o sentido sinestésico, modificam-se as fronteiras do campo visual, os objetos mudam de direção, um sobrepõe o outro, certos detalhes são perdidos, porém outros são realçados. A visão é seletiva e reflete a experiência. Assim como uma pessoa vê diferente da outra, dependendo do direcionamento de sua observação, subordinada aos seus interesses individuais, ultrapassando o aspecto sensorial.

O olfato capta o odor da paisagem, sendo importante componente na formação da imagem e na memorização. As recordações de imagens da infância normalmente são associadas aos cheiros, da mesma forma os sons, que dá vida à paisagem, e o tato; a real percepção da textura, ser ativo ou tocar, ser passivo ou ser tocado, movido pelo sentido sinestésico, amplia as sensações, enriquecendo a experiência com a paisagem. A tudo isso, segundo Rodrigues (1999) se acrescenta a experiência individual, construída da bagagem cultural e da história de vida, de pensamentos e sentimentos. Assim, ler a paisagem é muito mais complexo do que ver e perceber a paisagem. Envolve uma visão de mundo, consciente e inconsciente, sempre subjetiva e permeada pelo imaginário.

Segundo Morandi e Gil (2000), o atrativo da paisagem está carregado de componentes geográficos: temperatura, umidade, luminosidade, topografia, influência do mar ou do continente, vegetação, fauna, disposição das rochas – entre outros. Em qualquer circunstância, as paisagens naturais ou humanizadas são consideradas incentivos para o turismo, gerando emprego e renda para as comunidades receptoras. Os hábitos cotidianos dos turistas, como vestimentas, tipos de diversão, preferências musicais e etc., muitas vezes exóticos para a população local e mesmo permanecendo por pouco tempo, acabam influenciando e alterando os hábitos e costumes locais.

Segundo Knudsen et al (2008), o estudo da paisagem recebeu ímpeto com a obra de Carl Sauer (*The Morphology of Landscape*) e do programa de geografia que desenvolveu na Universidade da Califórnia, para elucidar a interação complexa entre a influência física e o aspecto cultural da paisagem: a importância da ação humana na sua criação e o significado da cultura humana embutido na paisagem. Os autores afirmam que cada paisagem não é estática, mas deve ser vista como camadas de significados evoluindo no tempo, turistas e locais são participantes ativos na criação desse significado e, para cada um, existe uma miríade de modos como uma paisagem pode ser visto. Embora Urry (1996) considere a paisagem como um “olhar do turista” (*The Tourist Gaze*), orientado pelo guia de turismo, os autores esclarecem que os aspectos culturais com vários atores dão forma a uma narrativa histórica, com certo simbolismo para os locais que os turistas nem sempre percebem. Definem o turismo como o ato de decifrar a identidade de um local a partir da sua paisagem; descascando a história do lugar, camada por camada.

A paisagem desempenha, então, papel fundamental na atratividade de um destino turístico em função do seu poder intrínseco de beleza, bem-estar, prazer e satisfação tem alto grau de representatividade no momento de escolha do espectador. Isso se deve, a percepção sensorial emanada pela paisagem relacionada ao grau de valor e receptividade do espectador para com a experiência vivida em determinado lugar e em um momento específico. Para Yázigí (1996):

A paisagem, indissociável da ideia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores (meio de hospedagem, bons preços etc.). O turismo depende da visão.

Nesse sentido, o apelo visual torna-se fundamental para a escolha de um destino turístico. Cullen (1973) destaca a visão como um sentido que tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências, com todo o seu corolário de emoções, o que atesta que o sentido cognitivo tem grande parcela de responsabilidade no processo de decisão na busca por determinada paisagem. Porém, cada pessoa tem um julgamento individual de valor ao se deparar com uma determinada paisagem; para cada observador, a paisagem tem um sentido, seja de

contemplação, utilitarista, estética e até mesmo de indiferença. Mensurar o valor da paisagem sobrepõe sua função; da mesma forma, determinar a função da paisagem torna-se algo subjetivo, pela individualidade experimentada pelo espectador na paisagem em determinada situação relacionada à sua momentânea condição psicológica, podendo contemplá-la ou não.

Boullón (2002) ressalta que para a apreciação estética da paisagem o que vale é o que o turista comum capta por meio de seus sentidos, apreciação e estado de espírito. Refere-se à qualidade estética e aos diferentes elementos da paisagem urbana sobre a experiência turística, podendo esta qualidade estética despertar o interesse do observador em apreciá-la e contemplá-la, tornando a experiência turística enriquecedora. As condições de visibilidade do observador em relação à paisagem no momento da observação são relevantes para a apreciação da paisagem, podendo interferir diretamente na intensidade do desfrute e posterior vínculo afetivo para com aquela experiência, pois:

À distância, a posição do observador, as condições atmosféricas e a iluminação entre outros fatores como o tempo de duração, o movimento do observador determinará a profundidade e o detalhamento da observação paisagística. A leitura dos signos estabelece uma relação com o espaço de vivência (BOLSON, 2004).

Como características importantes da paisagem, destacam-se sua unicidade, diversidade e heterogeneidade, pois, existe um número infinito de distintas paisagens; outro fator próprio das paisagens é a sua constante mutação, seja por pressões antrópicas, clima, variação de luzes, configurações geográficas, dinâmicas da própria natureza, ou intervenção social. Em concordância, descreve Bertrand (apud PACHECO, 2011):

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Para entender cientificamente como interpretar uma paisagem, torna-se importante desfragmentar os elementos que a compõe, paisagem bem como seus aspectos e interpretações.

Aspectos físicos como a terra, água, vegetação, estruturas, elementos artificiais representados por estruturas espaciais criadas por diferentes tipos de solo, ou construções diversas de caráter pontual, linear ou superficial ou ainda elementos visuais como forma, textura, cor, linha, escala, espaço e diversidade são conceitos que fundamentam a integração e a análise do conjunto natureza arquitetura em determinado território.

A relação da apreciação da paisagem com o espaço pode ser relacionada com o conceito de legibilidade do espaço de Lynch (ALVARES E BESSA, 2007): a capacidade em maior ou menor grau que os sítios têm de ter suas partes reconhecidas e organizadas em padrão coerente pelo usuário; a identidade estrutural, ou o nível de diferenciação e individualidade que os sítios possuem para o usuário; a imageabilidade, ou aquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma forte imagem em qualquer observador.

Para Castrogiovanni (2001), a percepção da paisagem é uma experiência particular e subjetiva. As paisagens turísticas devem dar conta das motivações dos visitantes que as contemplam ou as utilizam. Para tanto, é fundamental o pleno conhecimento dos elementos que compõem tais paisagens.

Boullón (2002) corrobora:

A melhor forma de determinarmos um espaço turístico é recorrermos ao método empírico, por meio do qual podemos observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento, a fim de detectarmos os agrupamentos e as concentrações que saltam à vista.

Knafou (op.cit) propõe rever essa linha ideológica que encara o turismo como vetor destruidor, quase que antropofágico, devorador daquilo que seria o seu próprio recurso, a paisagem. Esta se transforma e não se destrói e, o que desagrada a um turista pode muito bem convir a outro, sobretudo se ele descobre o sítio em seu estado atual, sem tê-lo conhecido pouco ou não transformado, o que lhe impede de ter uma percepção nostálgica (KNAFOV, 1996).

Para Luchiari (op.cit), a paisagem é uma construção social e, como tal, está em constante transformação: “Se admitimos que a paisagem é uma representação (a partir do olhar do observador) e não um dado da natureza, não podemos concordar que ela seja um recurso não renovável” . Ou seja, o turismo, para acontecer, apropria-se dos lugares, consome suas paisagens, promove relações e interações, temporárias e permanentes, estabelecendo articulações lugar-mundo, mediante inserção dos lugares turísticos numa rede ampla e complexa.

César (2011) afirma que a paisagem é a continuidade visível do espaço, é tudo aquilo que vemos e que a visão alcança, ou seja, a paisagem está no domínio da visão, sendo ator fundamental na formação do espaço. Na paisagem, inicia-se a percepção do entorno, do espaço. A paisagem, embora estática, altera-se em sua relação ambiental e cultural, mudando frequentemente de significado, mas sempre como formadora do espaço.

O turismo atual, segundo as estatísticas da Organização Mundial de Turismo – OMT (2012) e de outros organismos internacionais e diversos estudos recentes, passa por um processo de reestruturação, gerado por uma nova forma de vida que a sociedade atual vem buscando, o que vem fazendo surgir o chamado turismo alternativo. Trata-se de um modelo que propõe viagens mais curtas, mais individualizadas voltados para o contato com a natureza e com as comunidades locais.

O turismo de massa continua respondendo, quantitativamente, pela maioria dos fluxos de demanda, mas assiste-se a uma tendência crescente de segmentação dessa demanda, com o surgimento de um turista mais consciente, mais exigente, menos passivo e mais preocupado com a qualidade das suas experiências durante a viagem.

Ainda segundo a OMT (2012), enquanto o turismo de massa cresce a uma taxa anual média de 5%, o turismo segmentado vem mantendo uma taxa anual de crescimento acima de 10% nos últimos anos. Esse novo perfil da demanda turística está exigindo dos operadores turísticos e dos gestores das áreas receptoras a criação de produtos especializados que permitam ao turista uma vivência no lugar visitado mais ativa, onde sejam possíveis contatos diretos, sem barreiras, com os habitantes locais e o estabelecimento de relações pessoais entre eles. O turista

deixa de ser o invasor, o intruso, o estranho (KNAFOU, 1996) e passa a ser o outro para o habitante do lugar, enquanto este passa a ser o outro para o turista, ambos com formações e informações culturais distintas e interessados na troca mútua de experiências.

É o revigoramento do conceito do turismo enquanto momento de encontro de alteridades, onde é possível a troca de experiências socioculturais e do enriquecimento pessoal, tanto do turista como do anfitrião, ou seja, o turismo acontecendo enquanto fenômeno sociocultural, e não apenas como atividade econômica.

O turismo não produz um não lugar, conforme Carlos (1996), no entanto permite a construção de um lugar onde a marca principal está na troca de experiências pessoais, entre o seu habitante e o turista. O lugar turístico é, precisamente, o lugar do encontro do anfitrião com o turista, lugar onde seres humanos diferentes podem manter uma relação face a face e estabelecer uma troca de conhecimento, de sensações e de desejos.

Entretanto, existe outro tipo de turista que já não se satisfaz com o que Knafou (1996) classifica de turismo fora do solo. São os turistas que já não aceitam ficar dentro de um ônibus hermeticamente fechado, climatizado, vendo e fotografando a paisagem pela janela. É um turista mais consciente e ávido pelo contato face a face com o habitante do lugar visitado que possibilita falar da produção do lugar turístico.

Entretanto, esse *lugar turístico* só é passível de existência a partir do momento que se entende o turismo como fenômeno sociocultural complexo, no qual seus agentes e componentes existem num jogo constante de interações onde cada um é ao mesmo tempo causa e efeito no círculo do processo.

Assim, não apenas o turista é sujeito. No momento do encontro com o habitante do lugar, ambos são sujeitos no processo de interação consciente com o outro. Não há aqui a relação positivista reducionista sujeito-objeto; pelo contrário, a relação é dialógica e apresenta uma circularidade construtiva (MORIN, 1999), carregada de uma grande dose de ordem-desordem e de incertezas.

O lugar turístico é o território onde o turismo se realiza, e onde há a ocorrência de interações e inter-relações temporárias do anfitrião com o turista, que irão permitir um contato direto, sem barreiras físicas ou simbólicas entre eles e o reconhecimento da existência do outro, recíproca e simultaneamente.

Para o turista, essa experiência irá trazer um crescimento pessoal e a satisfação das expectativas, sonhos e ansiedades que o levaram a estabelecer sua viagem. A viagem torna-se um momento de aprendizado, de crescimento. Para o habitante, o anfitrião, a experiência irá propiciar, além do seu crescimento pessoal interior, a consolidação da sua identidade com o seu lugar e a consciência de todas as possibilidades do seu cotidiano.

A interação com o turista nômade torna-se um fator de fortalecimento e de recriação da sua noção de pertencimento ao lugar. Para o turista, o lugar turístico é o espaço e o momento efêmero de uma experiência, real e direta, de descoberta de si e do outro. Não há aqui a ideia do espaço de lazer dissociado do espaço de vida, como proposto por Carlos (1996). Pelo contrário, no lugar turístico, ambos, o espaço de lazer e de vida, ocorrem simultaneamente para o turista. Para o habitante, é o lugar permanente onde estão suas experiências vividas; é a sua dimensão de vida, definida a partir das relações interativas com o outro – o turista. Desse modo, o lugar turístico passa a existir enquanto um espaço relacional turista-habitante, sendo efêmero para o primeiro e permanente para o segundo.

Santos (1996) menciona como o lugar turístico o lugar onde os fragmentos das redes mostram sua dimensão social concreta, pois é nele que o fenômeno turístico ocorre, solidária e repetitivamente, fruto da diversidade e das incertezas das relações entre a população local residente e os turistas.

Pode-se dizer que a ruptura com o cotidiano é característica essencial do turismo. Apesar de não existir um único olhar do turista enquanto tal, apesar deste variar de acordo com grupos sociais, período histórico e sociedade analisados, e apesar de não haver uma experiência universal para todos os turistas, o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com o seu oposto, com formas não turísticas de experiência e de consciência

social, o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta e quais são as formas de experiência não turística (URRY, 1996).

O olhar do turista se divide em olhar romântico e olhar coletivo. O olhar romântico prioriza a observação de paisagens, de preferência aquelas que possuam importância simbólica, sem a presença de grandes grupos. Na forma romântica do olhar do turista, a ênfase está na beleza natural intocada, na solidão, na privacidade e em um relacionamento pessoal e semi espiritual com o objeto do olhar. Em contraposição ao olhar romântico está o olhar coletivo, identificado como aquele que pressupõe apreciar determinado lugar na presença de outras pessoas que sejam, geralmente, do mesmo grupo social. O olhar coletivo necessita da presença de um grande número de pessoas, que dão uma atmosfera ou um sentido carnavalesco a um lugar. Indicam que aquele é o lugar onde se deve estar e que não se deve ir para outras paragens (URRY, 1996).

Estes estilos de vida se refletem também nos olhares dos turistas. É em decorrência deste fato que o olhar romântico está mais presente nas classes altas, com a valorização simbólica de monumentos naturais e obras de arte, enquanto o olhar coletivo é característico das classes populares, que preferem a fruição nos lugares visitados, a diversão pela diversão, sem a presença marcante do caráter contemplativo encontrado na prática dos primeiros.

A associação do olhar romântico com as classes privilegiadas tem sua origem no sentido que se dava às primeiras aventuras dos viajantes europeus nos séculos XVII e XVIII, estendendo-se até meados do século XIX, quando o turismo começa a tomar os primeiros contornos de fenômeno de massa. A prática das classes altas de contemplação da natureza, assim como das obras de arte moderna, é acompanhada pela solidão na viagem, uma experiência não compartilhada por grandes grupos. O jovem aristocrata inglês do *grand tour* partia em uma viagem que durava de seis meses a dois anos, acompanhado apenas por um preceptor e por obras de referência (BOYER, 2003).

Segundo Urry (1996), o turista direciona seu olhar para os elementos que caracterizem o local que ele visita e que, ao mesmo tempo, contrastem com seu cotidiano. Na realidade seria uma forma de (re) afirmar o objetivo da viagem, ou seja, o deslocamento para uma área alheia de

sua residência. A existência de signos que representem esse espaço novo é de extrema importância para a percepção do turista.

Santos (1997) afirma que a paisagem é uma acumulação de tempos, e o turista pode ter interesse nesses tempos sociais materializados que a compõem, consumindo imagens e representações. O turista, muitas vezes, percebe as diversas funções que a paisagem tem e que já possuiu no passado; que revelam características de um processo de interação; quer seja de paisagens artificiais – modificadas pelo homem, ou paisagens naturais – onde os aspectos originais foram conservados. Assim, para aquele visitante mais atento, haverá a possibilidade de desvendar os mistérios do lugar em suas aparências, percebendo identidades, heranças, relações, ambientes e novas funções que o turismo imprime à paisagem.

A percepção da paisagem está diretamente relacionada aos estímulos que o observador recebe por meio dos sentidos, registrando formas, objetos, bem como, materializações de ações daqueles que se apropriam da paisagem, interiorizando significados diversos, processando, mentalmente, uma visão local (DORNELLES, 2006).

2.2 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Queiroz (2012) afirma que transformações significativas vêm ocorrendo na atualidade, originadas, notadamente, do movimento de globalização, detectando-se um novo panorama geopolítico e reestruturação mundial. Novas atividades socioeconômicas surgem a todo o momento, novas formas de apropriação dos recursos aparecem, bem como, novas opções estratégicas territoriais são vistas como benéficas, valorizando os recursos patrimoniais e ambientais. Neste início da segunda década do século XXI, observa-se que o Brasil continua buscando seu futuro não mais como país periférico, mas agora como uma nação integrada ao processo de internacionalização, com uma indústria moderna e diversificada e com um setor de agronegócios sólido.

Apesar deste grande crescimento econômico, evidenciado nos últimos 40 anos do século passado, ainda é um país muito injusto, situação não compatível com o conceito de

desenvolvimento humano, que supõe a extensão de todos os direitos - inclusive os econômicos, sociais e culturais - ao conjunto dos cidadãos. Dito de outra maneira, o desenvolvimento implica a cidadania universal efetiva, condição esta que não está presente hoje (SACHS, 2000).

Segundo Vázquez (1988) o conceito de desenvolvimento local se apoia na ideia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento.

A sustentabilidade vem sendo considerada uma verdadeira ideologia, após o longo período sob o regime de exceção que caracterizou o País, de diálogo escasso para fundamentar conceitos que envolvem a população.

Isto posto, para que se “construa a cultura da sustentabilidade” como ideologia distante das utopias marxistas ou capitalistas, há que se observar alguns elementos essenciais, que, segundo Russo (2006), são:

- Sólida consciência social em relação ao direito a um ambiente saudável e produtivo;
- Reconhecimento universal quanto ao valor da biodiversidade biológica, de heterogeneidade cultural e do pluralismo político;
- Respeito e ética;
- Elevação da qualidade de vida e inclusão social;
- Incorporação de uma dialética que não apenas opõe, mas que aproxima o particular do universal, o local do global, o individual e o coletivo;
- Cidadania e seu saudável exercício.

O estudo e a compreensão dos fatores econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e ambientais que acompanharam a história do homem possibilitam reflexão sobre os diferentes modelos de desenvolvimento adotados e as direções a serem priorizadas neste terceiro milênio. A descoberta do fogo, a prática da agricultura, a domesticação dos animais, o transporte pelas águas, a Revolução Industrial e a era da informática são alguns exemplos de etapas no desenvolvimento da história do homem.

O crescimento populacional mundial observado no último século, quando associado ao pico na taxa de consumo de recursos naturais e ao processo acelerado de urbanização, principalmente em países em desenvolvimento resultou no aumento dos índices de poluição urbana e modificações ambientais de ordem global, como o aceleração do efeito estufa, redução da camada de ozônio e redução significativa da biodiversidade.

Ainda segundo Russo (2006), estima-se que em 2025 a população mundial chegue a 10 bilhões de habitantes. Dessa forma, o atendimento das necessidades básicas de todo o contingente humano exigirá cada vez mais a utilização de recursos do meio ambiente, alterando a maior parte dos ecossistemas. As modificações ambientais decorrentes do processo de ocupação dos espaços e da urbanização, que vêm acontecendo em escala global, ocorrem em taxas incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais, resultando em esgotamento de recursos naturais e poluição dos ecossistemas.

Segundo Godfrey e Clarke (2000), diversos estudos revelam que as modificações ambientais impostas pelo desenvolvimento, pelos atuais padrões de consumo e de produção das sociedades, alteraram significativamente os ambientes naturais, poluindo o meio ambiente, consumindo recursos naturais sem critérios adequados, aumentando o risco de exposição a doenças e atuando negativamente na qualidade de vida da população e dos ecossistemas.

Embora há muito sacramentada a noção de ecossistema, para Philippi Jr e Malheiros (2005), representa um conjunto de fatores bióticos e abióticos em interrelação dos organismos vivos e o ambiente físico, com a formação de um fluxo de energia e uma ciclagem de materiais entre as partes viva e não viva.

No entanto, atualmente a ecologia carrega um valor mais significativo na sociedade do que na época de sua implantação, como disciplina da área de Biologia, em 1866. De acordo com Kanni (2002), a ecologia tem consigo a força da mudança similar à tecnologia, sendo a única fonte de informação do meio ambiente do passado, presente e das projeções para o futuro. Em vista da crescente e grave ameaça que paira sobre os recursos naturais em todo o mundo, surgiu, nas últimas décadas, uma grande preocupação de cunho preservacionista que culminou em grandes reuniões mundiais, tal como a Conferência Das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Nesta Conferência foi assinada a Convenção sobre Diversidade

Biológica, importantíssimo documento sobre a temática preservacionista, que, em seu Artigo 2º, define biodiversidade ou diversidade biológica como a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.

Seu estudo, conforme Santos (2002), tem importância direta para a preservação ou conservação das espécies, pois entendendo a vida como um todo, haverá mais condições de preservá-la. Sua condição é de fundamental importância para o desenvolvimento, de maneira que o aproveitamento dos recursos biológicos ocorra de maneira menos prejudicial à natureza, conservando-a o mais possível, permitindo a harmonia entre o desenvolvimento das atividades humanas e a preservação, conduzindo à ideia de desenvolvimento sustentável.

A biodiversidade é de importância vital na medida em que a vida na Terra e os meios de sobrevivência são dependentes dela. É uma extraordinária fonte de recurso alimentar e energético que pode ser plenamente utilizada pelo homem, o que praticamente não acontece. Segundo Kraemer (2005), o Brasil é o país de maior diversidade de vida, possuindo entre 10 e 15% de toda a biodiversidade do Planeta. Com isso, a conservação da diversidade biológica deixa de ser abordada unicamente sob o seu aspecto da proteção das espécies e dos ecossistemas ameaçados. Ela passa a ser considerada um elemento fundamental do progresso na via do desenvolvimento sustentável.

Gossling (2011) lembra os desafios para mitigar a mudança do clima decorrente das emissões e afirma que todas as entidades ligadas ao turismo têm um papel a exercer para gerar um melhor entendimento da mudança do clima e orientação para mitigar seus impactos.

A Constituição Brasileira de 1988 é bastante atual no que se refere à inserção do conceito de desenvolvimento sustentável: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1989).

A complexidade da sustentabilidade aumenta a necessidade e a importância de ações de todos os setores da gestão do ambiente para a busca de soluções integradas e sustentáveis. O termo desenvolvimento está associado a progresso, crescimento, melhoria de qualidade de vida. Contudo, para tudo isso ocorrer, é necessário que haja um desenvolvimento econômico. Por ser muito forte esta ligação, a palavra desenvolvimento acaba, muitas vezes, sendo limitada ao aspecto econômico, prejudicando uma visão integrada da situação.

Desta forma, surgiu uma nova terminologia mais apropriada para um desenvolvimento mais holístico, chamado sustentável. O desenvolvimento sustentável não deve colocar em risco os sistemas naturais que permitem a vida na Terra: a atmosfera, a água, os solos e os seres vivos (SWARBROOKE, 2000).

O crescimento econômico está relacionado ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto) de uma comunidade. Já o desenvolvimento é diferente, pois, para que ele ocorra, é preciso que, além do aumento do PIB, também ocorra à distribuição da riqueza nas diversas áreas, como saúde, educação, cultura, habitação e infraestrutura. O desenvolvimento sustentável permite ver além dessa distribuição, uma vez que se preocupa com seus impactos sobre as próximas gerações. Segundo Capra (2002), o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro.

De acordo com Kanni (2002), na tentativa de dissociar o termo desenvolvimento dos fatores econômicos, erra-se ao restringir o significado da palavra, visto que, na prática, muitos projetos estão associando o desenvolvimento sustentável simplesmente à proteção ambiental. Se esta perspectiva não for modificada, em breve surgirá mais um termo para definir a mesma ideia, apenas com outro foco. Faz-se necessária, portanto, uma visão integrada sobre todos os aspectos do desenvolvimento, sem menosprezar ou supervalorizar nenhuma das vertentes.

A sustentabilidade envolve a noção de manutenção dos estoques da natureza, ou a garantia de sua reposição por processos naturais ou artificiais, ou seja, requer olhar com cuidado a capacidade regenerativa da natureza. Para Moura (2000), o conceito de sustentabilidade deve estar ligado, em primeiro lugar, ao uso racional do recurso, evitando-se desperdícios e adotando-se processos de recuperação e reciclagens. Em segundo lugar, a sustentabilidade poderá ser

buscada mediante desenvolvimento de novas tecnologias, procurando-se substitutos mais eficientes para os materiais esgotáveis.

Existem várias vertentes desse conceito: desenvolvimento social, econômico, ambiental, político e tecnológico. Para colocar esses conceitos em prática, Coelho (2002) considera como pré-requisitos indispensáveis:

- Democracia e estabilidade política;
- Paz;
- Respeito à Lei e à propriedade;
- Respeito aos instrumentos de mercado;
- Ausência de corrupção;
- Transparência e previsibilidade de governos;
- Reversão do atual da concentração de renda em esferas local e global.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, CMMAD (1991), o desenvolvimento sustentável pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, devendo ser encarado como um objetivo a ser alcançado por todo o mundo, enfatizando a importância da superação das disparidades entre países ricos e pobres como meio de alcance do sucesso. A busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações, sendo fundamental a união de todos para se conseguir-lo.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável, ainda segundo o CMMAD (1991), são o retorno ao crescimento e o combate à pobreza, que impossibilita as pessoas de satisfazerem suas necessidades básicas, além de utilizarem os recursos naturais de modo insustentável. Além do crescimento, é necessário que o desenvolvimento seja equânime, atenda às necessidades essenciais de emprego, alimentação - ou seja, necessidades humanas, o controle do nível populacional e a conservação e melhoria da base dos recursos, já que é muito mais dispendioso limpar o que já foi poluído do que preservar. É necessária uma mudança no estilo de vida dos

países para que seja compatível com os recursos disponíveis, além de um empenho político que viabilize o desenvolvimento, a inclusão do meio ambiente e a participação dos cidadãos no processo decisório.

Os principais desafios do desenvolvimento sustentável, são:

- a) Mudanças Climáticas;
- b) Segurança Alimentar;
- c) Congestionamento das áreas urbanas;
- d) Biodiversidade;
- e) Pobreza e Exclusão Social.

Sachs (2000) reelaborou o conceito de desenvolvimento sustentável considerando-o como um eco desenvolvimento, como um estilo de desenvolvimento aplicável a projetos rurais e urbanos, oposto à diretriz tradicionalmente adotada nos países pobres, orientado pela busca de autonomia, e pela satisfação prioritária de necessidades básicas das populações envolvidas. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas também na qualidade de um amplo potencial de recursos, utilizando-se de critérios de prudência ecológica.

O autor articulou quatro aspectos essenciais ao enfoque do desenvolvimento sustentável. A primeira é a prioridade ao alcance de finalidades sociais, redirecionando o processo de crescimento econômico, visando ao alcance de objetivos sociais prioritários, traduzidos pelas suas necessidades materiais e psicossociais, como autodeterminação, participação política e autorrealização. A segunda é a valorização *da* autonomia, buscando um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento, mediante a ação da sociedade civil organizada, no âmbito local, microrregional ou regional, canalizando e maximizando os recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em autossuficiência ou isolacionismo. A terceira é a busca de uma relação de simbiose com a natureza, abandonando o padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico

instaurado à luz do processo modernizador. A quarta é a eficácia econômica, situando a eficiência econômica como uma alternativa à racionalidade microeconômica dominante, no sentido de uma internacionalização efetiva da problemática dos custos socioambientais do processo de desenvolvimento.

Pode-se também reagrupar estas ideias do desenvolvimento sustentável de maneira a conceituar mais adequadamente estratégias de um desenvolvimento socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz. Sachs (2000) aponta ainda que o desenvolvimento sustentável deve ser implementado por uma metodologia de planejamento, como sendo um espaço de aprendizado social, equidistante tanto da tradição tecnicista quando da assembleísta, materializando-se sobre uma síntese pedagógica.

Segundo Sachs (2000), na elaboração dos ecos-estratégia do desenvolvimento, o planejamento trata de algumas dimensões de sustentabilidade, tais como as referidas a seguir:

- a) Sustentabilidade Social – trata da criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no *ser*, e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do *ter*, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, reduzindo a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres.
- b) Sustentabilidade Econômica - possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é macrossocial, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista.
- c) Sustentabilidade Ecológica – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental.
- d) Sustentabilidade Espacial – é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: concentração excessiva nas áreas urbanas, processos de colonização descontrolados, promoção de projetos modernos de agricultura

regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas e estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.

- e) Sustentabilidade Cultural – engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais e até mesmo a pluralidade das soluções particulares.
- f) Sustentabilidade Política – privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais, desde o âmbito local ao global.

O equilíbrio pretendido entre a atividade humana e o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades equitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento em face dos recursos naturais. Isto, segundo Seabra (2001), implica a integração de considerações ambientais na formulação e implementação das políticas econômicas e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e desenvolvimento dos processos de produção e nos comportamentos e escolhas individuais. Implica igualmente a existência de um diálogo real de parceiros que podem ter prioridades de curto prazo diferentes; tal diálogo terá de ser apoiado por informação objetiva.

De acordo com Kanni (2002), foi em meados de 1960 que a situação de descaso às emissões poluentes começou a mudar, tendo o Clube de Roma divulgado um relatório denominado **Os Limites para o Crescimento**, no qual, por meio de simulações matemáticas, foram feitas projeções de crescimento populacional, poluição e esgotamento dos recursos naturais da Terra.

Outro acontecimento marcante para a questão ambiental foi a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, permanecendo a oposição entre meio ambiente e crescimento econômico mencionado no relatório anteriormente citado. Nesta Conferência, o Meio Ambiente foi definido como sendo o sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos, um todo complexo com muitos componentes interagindo com seu interior. Esse evento foi a primeira iniciativa do gênero para examinar a questão de maneira

global e coordenada na busca de soluções aos problemas existentes e definir linhas de ação para a problemática ambiental.

Foi também em 1970 que surgiu formalmente a designação Desenvolvimento Sustentável, que admite a utilização dos recursos naturais de que se tem necessidade hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometer a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras.

Em 1974, o economista Ignacy Sachs e sua equipe interdisciplinar, sediada no CIRED – *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement*, reelaboram a questão do ecodesenvolvimento, criada em Estocolmo em 1972, ampliando e diversificando seus horizontes. Também na mesma época, segundo Kanni (2002), mais dois documentos tornaram-se relevantes ao desenvolvimento sustentável: a Declaração de Cocoyoc de 1974 e o Relatório *Que Faire*, apresentado no final de 1975 pela Fundação Dag Hammarskjold, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, que reutilizaram as ideias de Sachs e sua equipe, ainda sem menção explícita ao eco desenvolvimento, empregando-se outro desenvolvimento e desenvolvimento sustentado.

Na Alemanha, em 1978, surge o selo ecológico, destinado a rotular os produtos ambientalmente corretos, ou seja, aqueles que não envolvem o descarte indevido à natureza, como resíduos gerados no processo produtivo ou no seu emprego.

Ainda na mesma década, de acordo com Verdinelli (2002), foi colocada em evidência a destruição progressiva da camada de Ozônio por gases. Estudos realizados alertaram a humanidade sobre esse problema global, que motivou o Tratado de Montreal, visando à eliminação do uso do clorofluorcarbonetos e a substituição por outros produtos. Passou a ser também exigida, nos Estados Unidos, a elaboração de Estudos de Impactos Ambientais (EIA), como pré-requisito à aprovação de empreendimentos potencialmente poluidores.

Em meados de 1980 surgiram, em muitos países, leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição. Foi também formalizada a realização de Estudos de Impactos Ambientais e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA), com audiências

públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organizações do governo (PANZERI, 2006).

De acordo com Ferretti (2002), em 1982, Nairóbi, no Quênia, foi sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, com uma reunião comemorativa do 10º aniversário da Conferência de Estocolmo, quando se procedeu a avaliação dos resultados até então obtidos e um exame da mudança de percepção da problemática ambiental.

Um ano depois, em resposta a uma decisão da Assembleia Geral da ONU, foi estabelecida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela norueguesa *Gro Brundtland*. O objetivo amplo foi reexaminar a questão ambiental, interrelacionando-a com a questão do desenvolvimento e propor programas de ação. Quatro anos depois se elaborou o relatório final da Comissão, intitulado Nosso Futuro Comum, conhecido também como Relatório Brundtland.

O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, intitulado Nosso Futuro Comum, em 1987, trouxe à tona os diversos conflitos entre o interesse econômico e os limites de suporte dos sistemas ambientais. Elaborado a partir da contribuição de governos, instituições e pessoas de diferentes classes sociais de diversos países, ele expressa a preocupação mundial com os riscos da degradação ambiental e com a necessidade urgente do estabelecimento de novos parâmetros para o desenvolvimento, tendo como perspectiva a qualidade de vida, a proteção e melhoria do meio ambiente, que reconciliem as atividades humanas com a preservação da vida no planeta (CMMAD,1991).

Para Dias (2003), desse relatório surge com mais força a expressão desenvolvimento sustentável, com intenção de despertar a conscientização pública e evidenciar a necessidade de um melhor gerenciamento do ambiente para sustentar o Planeta Terra.

Marco conceitual do novo paradigma, o relatório consagra o conceito de desenvolvimento sustentável, derivado da constatação de que o desenvolvimento em curso, calcado na visão estreita do crescimento econômico a qualquer custo, no consumismo, individualismo,

desigualdade, assim como no tratamento da natureza como depósito de dejetos e fornecedor de recursos inesgotáveis, estava conduzindo a um caminho de autodestruição.

Segundo Queiroz (2002), com o conceito, a noção de desenvolvimento humaniza-se e passa a incluir a preocupação com as futuras gerações. Enxergando o desenvolvimento sustentável como um processo, o documento preconiza a reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, de investimentos, das instituições e das leis, bem como a adoção de novos valores nos quais o respeito à equidade, à justiça, à vida prevaleçam. Ele traz ainda relevante contribuição ao demonstrar as implicações planetárias da problemática ambiental, o que coloca a necessidade de transformar a avaliação da sustentabilidade em prioridade no diálogo entre nações.

Nessas duas décadas (70 e 80), ainda segundo Queiroz (op.cit.), ocorreram os desastres ambientais de Seveso, Bhopal, Chernobyl e Basel, colaborando para um dramático incremento da conscientização ambiental sobre a problemática em toda a Europa, seguida pelos Estados Unidos, cujo vazamento de petróleo do Valdez provocou intensa irritação popular.

De acordo com Callenbach & Capra (1993), os danos ambientais causados pelas catástrofes que ocuparam as manchetes recentemente são pequenos quando comparados aos danos cumulativos, na maioria das vezes despercebidos, provocados por um enorme número de poluentes menores, a maioria deles em acordo com as regulamentações legais de seus países.

Em meados de 1980, difundiu-se rapidamente, em muitos Países europeus, a consciência de que os danos cotidianos ao ambiente poderiam ser substancialmente reduzidos por meio de práticas de negócios ecologicamente corretas. A Alemanha Ocidental, segundo Callenbach e Capra (1993), testemunhou uma explosão de produtos e serviços eco-favoráveis. Os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas líderes não primordialmente como custos, mas, sim, como investimentos no futuro e, paradoxalmente como vantagem competitiva.

Na década de 90, houve grande evolução em relação à consciência ecológica, tendo o termo qualidade ambiental passado a fazer parte do cotidiano das pessoas. O Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento,

conhecida também como Cúpula da Terra, Rio 92, ou Eco 92. Os documentos principais produzidos foram a Agenda 21, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Convenções sobre o Clima e sobre Biodiversidade (CMMAD, 1991).

Muitas das ideias e percepções do Relatório *Brundtland* foram discutidas na Rio-92, tais como: a Carta da Terra - uma declaração de princípios básicos a serem seguidos por todos os povos com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento, e a Agenda 21 - um plano de ação com as metas aceitas universalmente para o período pós - 1992 e entrando pelo Século XXI.

De Estocolmo até a Rio-92 destacou-se a polarização desenvolvimentista, formada pela riqueza dos países desenvolvidos, ou industrializados do Norte e pela pobreza dos países em desenvolvimento ou do terceiro mundo, do Sul. Nesse evento foram introduzidos novos conceitos, como certificação ambiental, atuação responsável e gestão ambiental, que buscavam mudar a postura reativa que marcava, até então, o relacionamento entre as empresas, de um lado, e os órgãos governamentais, de ordenamento, normalização, legislação e fiscalização e as instituições ambientais, notadamente as ONGs, de outro.

A partir da Conferência do Rio - a ECO 92, o conceito de desenvolvimento sustentável foi enriquecido com novas reflexões, firmando-se a noção de sustentabilidade ampliada e de sustentabilidade como um processo. A primeira promove a integração da Agenda Ambiental com a Agenda Social, enunciando a indissociabilidade entre os fatores sociais e os ambientais - apresenta a necessidade de se tratarem, concomitantemente, os problemas ambientais com aqueles relacionados à pobreza. A segunda proclama que a sustentabilidade não é um estado permanente, mas um processo que deve passar por revisões e adaptações impostas pelas respostas, dentro de uma visão sistêmica dos fenômenos que a envolvem.

Em 1996, um grupo internacional de pesquisadores do campo do desenvolvimento sustentável reuniu-se em Bellagio, na Itália, para avaliar o progresso mundial pós Rio 92, em relação às ações e pesquisas para a realização dos acordos estabelecidos. Segundo Hardi e Zdan (1997), apud Philippi Jr e Malheiros (2005), neste evento, os pesquisadores definiram os dez princípios de Bellagio para o processo de desenvolvimento sustentável, que são:

1º. É necessário ter noção conceitual do desenvolvimento sustentável e suas metas.

2º. Fazer revisão no sistema atual; considerar o bem-estar dos subsistemas social, ecológico e econômico; considerar as consequências positivas e negativas das atividades humanas, sobretudo as reflexões do custo-benefício para os seres humanos e sistemas ecológicos.

3º. Considerar as questões de igualdade e disparidade entre a população atual e as gerações presentes e futuras, avaliando o uso de recursos, consumo e pobreza, direitos humanos, acesso aos serviços básicos, condições ecológicas e desenvolvimento econômico que contribuem para o bem-estar humano e social.

4º. Adotar o planejamento a longo prazo para abranger as escalas de tempo humano e dos ecossistemas naturais, respondendo às necessidades das futuras gerações; definir o escopo de trabalho abrangente o suficiente para que inclua os impactos locais, regionais e globais na população e ecossistemas, basear-se nas condições históricas e atuais para antecipar condições futuras.

5º. Utilizar uma estrutura organizacional que faça a interação do conceito, indicadores e critérios de avaliação; utilizar um número limitado de indicadores, padronizar medidas de modo a permitir comparações e conseguir uma sinalização mais clara do progresso.

6º. Os métodos e dados utilizados devem ser acessíveis a todos, assim como todos os julgamentos, valores assumidos, dados e interpretações devem ser explicitados.

7º. Ser projetado para atender às necessidades da comunidade e dos usuários; empregar indicadores e outras ferramentas que possam estimular a atenção dos governantes; utilizar simplicidade da estrutura e linguagem acessível.

8º. Obter representação efetiva da comunidade, profissionais em geral, grupos sociais e técnicos, de modo a garantir diversidade e reconhecimento dos valores utilizados.

9º. Desenvolver a capacidade de monitoramento para obtenção das tendências; ajustar os objetivos, estrutura e indicadores dos sistemas conforme os novos conhecimentos e ideias; promover a conscientização da sociedade.

10º. Indicar responsabilidades e obter prioridade no processo de gestão e decisão; prover capacidade institucional para coleta, manutenção e documentação dos dados; garantir e prover capacidade de avaliação local.

De 26 de Agosto a 4 de Setembro de 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula da Terra 2 (Rio+10), reuniu-se em Johannesburgo - África do Sul, de onde resultaram dois documentos: a Declaração Política e o Plano de Implementação. A Declaração Política tem como título **O Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável**, ressaltando o conceito de sustentabilidade como uma realidade, constando elementos-chave para a formação dos três pilares, portanto impossível de serem dissociados: econômico, meio ambiente e social; para o desenvolvimento sustentável esses elementos devem ser considerados igualmente (OMT, 2002). O documento foi estruturado em seis grandes temas:

- a) Desde nossas origens até o futuro;
- b) Desde os Princípios do Rio até o Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável;
- c) Os grandes problemas que devem ser resolvidos;
- d) O compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável;
- e) O multilateralismo é o futuro;
- f) Como lográ-lo.

O Plano de Implementação da Agenda 21 tem como objetivos supremos a serem alcançados: erradicação da pobreza, mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo e produção de recursos naturais.

Rodrigues (1996), ao se referir ao conceito de sustentabilidade do turismo, afirma: a expressão, desenvolvimento sustentável, foi forjada nos países centrais do capitalismo a fim de pensar sua aplicação nos países periféricos. Trata-se, entretanto, de um conceito ambivalente e

híbrido, uma vez que a sustentabilidade é um conceito da biologia aplicado ao equilíbrio dos ecossistemas, enquanto a palavra desenvolvimento é um conceito da economia relacionado geralmente ao crescimento econômico. A noção de desenvolvimento sustentável parece, assim, um novo rótulo para legitimar velhas práticas. As ambiguidades do conceito de sustentabilidade, hoje rótulo aplicado indiscriminadamente, servem a muitos propósitos.

Beni (2003) lembra que o desenvolvimento sustentável é um conceito útil à medida que aponta para a necessidade de reflexões para o estabelecimento de uma visão da estrutura de organização da economia e da sociedade e de suas relações de troca com o meio ambiente. Sintetizando, na sua essência, o conceito de desenvolvimento sustentável promove:

- a) A ampliação da visão de desenvolvimento: quando o define como mais do que o crescimento econômico;
- b) A permanência do desenvolvimento: quando insere a preocupação com as futuras gerações;
- c) A extensão do desenvolvimento: quando o apresenta como necessário em todos os países (implicações planetárias do desenvolvimento);

O processo de mudança para o desenvolvimento indica a necessidade de reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, dos investimentos, das leis e das instituições e a adoção de novos valores pela sociedade. A sustentabilidade ecológica é um elemento essencial dos valores básicos que fundamentam a mudança da globalização. Por isso, várias ONGs, institutos de pesquisa e centros de ensino pertencentes à nova sociedade civil global, segundo Capra (2002), escolheram a sustentabilidade como o tema específico de seus esforços. Com efeito, a criação de comunidades sustentáveis é o maior desafio dos tempos atuais.

De 13 a 22 de Junho de 2012 aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, que teve dois temas principais: a economia verde e a erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Concomitantemente aconteceram eventos da comunidade científica, representantes governamentais e ativistas, além de estudantes e interessados na temática abordada. Como

resultado da Conferência foi publicado o documento intitulado por “**O futuro que queremos**” (ONU, 2012), do qual ressaltam-se os seguintes pontos:

- É necessário fortalecer a governança ambiental internacional para promover uma integração equilibrada das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável como também a coordenação por meio do Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA);
- As contribuições significativas feitas pelos acordos multilaterais são reconhecidas, no entanto, pede-se a consideração de medidas adicionais por parte das Nações;
- A dimensão regional é de suma importância para o desenvolvimento sustentável, essas estruturas podem complementar e facilitar a tradução efetiva de políticas nacionais, além de proporcionar soluções locais;
- A necessidade de planejamento e tomada de decisão integrados a nível nacional, regional e local, visando promover o desenvolvimento nas três dimensões da sustentabilidade;
- É necessário assegurar o compromisso político de longo prazo com o desenvolvimento sustentável;
- É importante lembrar a data alvo de 2012, sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio para erradicação da pobreza, do crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo;
- A necessidade de reafirmar compromissos ao direito à Educação. Promover a consciência do Desenvolvimento Sustentável conforme as metas da Década de Educação 2005 – 2014 das Nações Unidas. Para tanto, torna-se indispensável a informação global, integrada e cientificamente baseada à luz da sustentabilidade.

2.3 - Abordagens em Turismo Sustentável

O turismo sustentável pode ser compreendido como uma tendência natural na segmentação do mercado. Para tal afirmação existem diversas justificativas, tais como: a procura da natureza pelo homem moderno devido ao caos urbano, a procura de um possível regresso às origens, a procura de um momento de alienação em contraposição ao estresse diário das grandes metrópoles.

O estudo do turismo sustentável não é recente. Segundo Kanni (2002), começou a partir da década de 60, nos eventos da AIEST (Associação Internacional de Experts Científicos em Turismo): em 1965, sobre Problemas da Expansão Turística; em 1966, sobre Problemas teóricos e práticos da localidade turística, e, em 1971, sobre Turismo e Meio Ambiente. Outra referência da preocupação por parte da academia com o Turismo Sustentável foi o Congresso de Ecologia e Turismo do Mediterrâneo Ocidental em 1972, no qual ficou evidenciada a preocupação com a influência antrópica nas destinações litorâneas por meio da massificação turística. Desde então, o turismo sustentável vem sendo tema de debates, seminários, congressos e publicações.

Na opinião de Twinig-Ward (apud SILVEIRA, 2002), há uma tendência dos estudiosos de turismo em se apegar ao significado semântico da expressão. Assim, turismo sustentável tem sido interpretado como um turismo do tipo alternativo, associado quase que exclusivamente à pequena escala, ao âmbito local, e a projetos turísticos nos países em desenvolvimento. Tal concepção tem contribuído para que qualquer outro tipo de turismo, em particular o de massa, seja mal visto e considerado o grande vilão em relação ao meio ambiente.

Para Ruschmann (1997), no transcorrer do desenvolvimento do turismo apresentaram-se fases de seu relacionamento com o ambiente. A primeira foi a de descoberta do meio ambiente; num segundo momento, a proteção era tida como algo desnecessário; seguiu-se, então, uma rápida modificação e degradação do ambiente a partir do turismo de massa; a quarta fase foi a de reparação e renovação do turismo mediante revalorização do ambiente, tendo como meta de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo Gastal e Moesch (2004), em turismo o conceito de sustentabilidade deve contemplar quatro desafios-chave:

- a) Compreensão de como os turistas avaliam e usam os ambientes naturais;
- b) Aumento e impactos da dependência de comunidades em relação ao turismo;
- c) Identificação dos impactos sociais e ambientais do turismo;
- d) Implementação de sistemas para administrar esses impactos.

As funções clássicas do turismo são os deslocamentos, a hospedagem e o lazer. Nestes termos, segundo Yasoshima (2002), a atividade turística, no século XX, presenciou a inovação técnica mais contundente de todos os tempos, qual seja, o automóvel, que contribuiu para a democratização do turismo, dando a liberdade de viajar fora dos rígidos traçados das ferrovias, e também barateando os custos das longas viagens de navio, ou até as ainda dispendiosas viagens de avião.

A partir disso, o referido autor entende que a sensação de independência conferida aos viajantes condicionou a popularização dos equipamentos do elemento receptivo, tais como os motéis - para hospedar aos motoristas e suas famílias durante os percursos. Não há como discutir a necessidade de liberdade e independência da natureza humana; no entanto, deve se postular a interrogação sobre a ousadia para o acesso a áreas naturais protegidas, como também a eventual resistência ao cumprimento, respeito e observação de regras e normas que visam a ética dos usos e costumes imanentes de cada localidade turística.

O homem do século XX tornou-se mais independente, autônomo em suas decisões e iniciativas; entretanto, não se tornou, em geral, mais generoso ou solidário. Ao contrário, retrocedeu nas relações sociais, talvez como forma de autoproteção para suas próprias limitações relacionais e afetivas. Não obstante tal fato, Yasoshima (2002) esclarece que, após a Segunda Grande Guerra Mundial, homens e mulheres que tinham trabalhado durante a guerra sentiam-se mais independentes, querendo agora retornar aos campos de batalha na condição de visitantes. Não resta dúvida de que os movimentos sociais, inclusive o das minorias excluídas, iniciados a partir da década de 50, foram a base condicionante dos comportamentos sociais atuais. Houve

conquistas positivas nas quais não se pretende retroceder. No entanto, há paradoxos sociais que se refletem no turismo, pois, como atividade social e humana, ele revela o universo cultural em que está contido, bem como a sociedade que o promove.

Segundo Yázigi (2002), o turismo possui como recurso, ou seja, como elemento primordial na formação do destino turístico, a paisagem do local em que é realizada a atividade. Essa situação cria um panorama que, por necessidades diversas, faz com que o visitante sinta a necessidade de pertencer, envolver-se, ou inserir-se nesse ambiente.

O turismo é a conjugação de diversos fatores sociais, econômicos, políticos, ideológicos, culturais, técnico-científicos e ambientais; este fenômeno social está ligado à civilização moderna, tendo nascido da necessidade de deslocamento e teve incremento devido a alguns fatos, tais como, de acordo com Coriolano (1998):

- a) após a Revolução Industrial, a sociedade produtiva passou a ter direito a férias, diminuição da jornada de trabalho e, com isso, aumento do tempo livre;
- b) evolução da tecnologia, que conduziu a um aumento da produtividade e à redução dos custos da produção, por meio da produção em massa de veículos – com isso várias pessoas passaram a se deslocar em viagens de férias nos automóveis;
- c) aumento da renda das diversas camadas da população, contribuindo para o incremento do investimento nas viagens;
- d) criação e desenvolvimento de empresas especializadas na organização e comercialização de viagens;
- e) liberação das formalidades aduaneiras, como a isenção de vistos e unificação de documentos, estimulando as viagens internacionais;
- f) aumento da urbanização, como consequência da industrialização;
- g) falta de ambientes naturais e impactos psicológicos da vida urbana, incentivando viagens de fim de semana e férias.

Para Ansarah (2001), o estudo do turismo há que ser sempre direcionado para o desenvolvimento sustentável, conceito essencial para alcançar metas sem esgotar os recursos naturais nem deteriorar o ambiente. Entende-se que a proteção do ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis. Das discussões sobre ecologia, que abriram o terreno

para o exame dessas interações, o que se tem atualmente em maior relevância é o turismo sustentável, expressão esta que abriga infintos posicionamentos políticos e geoestratégicos, até mesmo interesses imediatos para navegar na onda de um tema tão sério e complexo quanto fluido em seus aspectos práticos.

Para Swarbrooke (2000), o turismo sustentável apresenta-se sob diversas formas, de maneira a satisfazerem as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Assim sendo, deve ser economicamente viável e que não destrua os recursos dos quais no futuro ele dependerá, principalmente o ambiente físico e o tecido social da comunidade local.

Esse tipo de turismo também pode ser referido por *ecológico, responsável, alternativo, verde, brando* ou, até mesmo, *Novo turismo*. Usualmente, os pesquisadores costumam referir como turismo sustentável somente o de cunho ecológico, mas, na realidade, sustentável é todo o turismo que permite uma continuidade, que não esgota recursos, sejam eles quais forem.

Segundo Medlik (1996), o termo turismo sustentável provém do conceito de desenvolvimento sustentável. O termo foi mais difundido com a divulgação do relatório de Burthland, ou Nosso Futuro Comum, na década de 80. Neste relatório, realizado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o turismo sustentável foi referido como o desenvolvimento que satisfazerem as necessidades do presente sem comprometer a atividade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades.

O turismo sustentável foi definido pela OMT (Organização Mundial do Turismo), em 1995, como:

Aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis.

Alguns anos mais tarde a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) redefine turismo sustentável aquele que na gestão dos recursos atende as necessidades econômicas e estéticas das paisagens, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade e o sistema de suporte a vida. O conceito de desenvolvimento sustentável faz referencia à capacidade de satisfazer as necessidades atuais sem por em perigo a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.

Segundo Cândido (2003), existem diversos documentos importantes que auxiliam na compreensão do turismo, tais como: a Declaração de Manila, a Declaração de Turismo e Meio Ambiente, o Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum, a Carta de Lanzarote, a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável, o Código Mundial de Ética do Turismo, a Declaração de Berlim sobre a Biodiversidade e o Turismo, a Carta de Quebec para o Ecoturismo e a Declaração de Djerba sobre o Turismo e a Mudança Climática.

A declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (OMT, 1980) expressa a realidade ao afirmar:

Os recursos turísticos de que dispõem os países estão constituídos, de espaço, bens e valores, cujo emprego não se pode ser descontrolado, sem correr o risco de sua degradação e mesmo de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos ou culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para a sua preservação (OMT, 1980).

Em 1982, a OMT e o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) divulgaram a Declaração sobre o Turismo e Meio Ambiente, em que expressavam a convicção de que o desenvolvimento das atividades de férias e tempo livre e a gestão do meio ambiente são dois elementos essenciais e interdependentes do processo de desenvolvimento, do qual deve se beneficiar o próprio homem. A única forma de turismo aceitável seria a que melhorasse,

protegesse e salvaguardasse o ambiente. Afirmavam ainda que a satisfação das exigências para o desenvolvimento não pode ser prejudicial aos interesses sociais e econômicos das populações, do meio ambiente e, sobretudo, dos recursos naturais, que são a atração fundamental do turismo (OMT, 2003).

Em 1987, as Nações Unidas criaram a Comissão de Burndtland, responsável pela formalização do relatório *Nosso Futuro Comum*. Em abril de 1995, por iniciativa da ONU, realizou-se a Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável em Lanzarote, nas Ilhas Canárias. Foi copatrocinada pelo Programa Ambiental dessa mesma organização, pelo Programa sobre o Homem e a Biosfera da UNESCO e pela OMT. Uma das principais preocupações do encontro foi a observação expressa pela maioria dos participantes de que a iniciativa privada, à época, pouco se sensibilizava com os programas e ações de preservação ambiental (OMT, 2003).

O envolvimento do turismo com a questão da sustentabilidade vem se ampliando, como se evidencia pelo crescente número de publicações dedicadas ao tema, assim como por certas declarações de peso endossadas nos últimos anos, dentre as quais destacam-se a Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável e o Código Mundial de Ética do Turismo.

A divulgação da Agenda 21 (OMT, 1996), pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo e pelo Conselho da Terra, teve como inspiração a Agenda 21, aprovada durante a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável indica áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável. Oito áreas são dirigidas a governos e representações das organizações da indústria turística, indicando:

- a) Avaliação da capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para apoiar o desenvolvimento de políticas que viabilizem a implementação do turismo sustentável;
- b) Avaliação das implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização/instituição, no sentido de examinar sua própria capacidade para atuar na direção da perspectiva de desenvolvimento sustentável;

- c) Treinamento, educação e formação da consciência pública, no sentido do desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo e com o objetivo de viabilizar a capacidade necessária para execução de tarefas nessa direção;
- d) Planejamento para o turismo sustentável a partir do estabelecimento e implementação de medidas que assegurem o planejamento efetivo do uso do solo, que maximizem benefícios ambientais e sociais, e minimizem danos potenciais à cultura e ao meio ambiente;
- e) Promoção de intercâmbio de informações, conhecimento e tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que viabilizem o turismo sustentável;
- f) Fomento à participação de todos os setores da sociedade;
- g) Monitoramento para avaliação dos progressos alcançados frente as quatro metas de turismo sustentável a partir de indicadores confiáveis, aplicáveis a nível local e nacional;
- h) Estabelecimento de parcerias que facilitem iniciativas responsáveis.

Oito áreas prioritárias do mesmo documento dirigem-se às empresas de Viagem e Turismo visando ao estabelecimento de procedimentos sustentáveis:

- a) minimização do desperdício pela diminuição do uso de recursos e aumento da qualidade;
- b) gerenciamento do uso de energia visando à redução do consumo e emissão de substâncias potencialmente poluentes da atmosfera;
- c) gerenciamento do uso da água com vistas à manutenção da qualidade e eficiência no consumo;
- d) gerenciamento de águas servidas e esgoto visando à conservação dos recursos hídricos e proteção da flora e fauna;
- e) gerenciamento de produtos tóxicos e/ou perigosos promovendo a sua substituição por produtos menos impactantes ao meio ambiente;
- f) gerenciamento do sistema de transportes com o objetivo de controlar emissões perigosas para a atmosfera e outros impactos ambientais;
- g) planejamento e gerenciamento do uso do solo, no contexto da demanda de uso múltiplo e equitativo, tendo em vista o compromisso com a preservação ambiental e cultural, assim como com a geração de renda;
- h) envolvimento de *staff*, clientes e comunidades nas questões ambientais.

As diretrizes apresentadas pelo documento representam orientações importantes para a promoção do turismo sustentável, seja no nível público como na iniciativa privada, e não devem ser ignoradas pelos atores envolvidos no processo do seu desenvolvimento.

A Agenda 21 Global (1996), em seu capítulo 30 - Fortalecimento do papel do comércio e da indústria, indica a adoção de códigos de conduta que promovam uma atuação responsável destes atores, em vista da sua importância no desenvolvimento econômico e social. Com essa perspectiva, foi elaborado o Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado em 1999, na Assembleia Geral da OMT. Fruto de ampla consulta e inspirado em documentos como Declaração dos Direitos do Homem, Convenção de Chicago, Declaração de Manila, Declaração do Rio, Convenção sobre a Biodiversidade e Declaração de Estocolmo, o Código constitui um plano de referência para o desenvolvimento racional e sustentável do turismo, para que seja resguardado o futuro da atividade turística e o crescimento da contribuição do setor à prosperidade econômica, à paz e ao entendimento entre nações. Acrescenta novas recomendações a outros documentos que constituíram marcos para o setor, como a Declaração de Manila, aprovada pela OMT em 1985, na qual já estavam expressas as preocupações com os valores social, cultural, político, econômico e ambiental do turismo.

Os Nove primeiros artigos do Código de Ética do Turismo são dirigidos a governos, comunidades receptoras e demais atores envolvidos com a atividade turística:

- a) (Art.1º.) contribuições do turismo à compreensão e ao respeito mútuo entre homens e sociedades;
- b) (Art.2º.) o turismo, vetor de crescimento pessoal e coletivo;
- c) (Art.3º.) o turismo, fator de desenvolvimento sustentável;
- d) (Art.4º.) o turismo, usuário do patrimônio cultural da humanidade, contribuindo para o seu enriquecimento;
- e) (Art.5º.) o turismo, atividade benéfica para os Países e comunidades receptoras;
- f) (Art.6º.) obrigações dos atores do desenvolvimento turístico;
- g) (Art.7º.) direito ao turismo;
- h) (Art.8º.) liberdade para deslocamentos turísticos;
- i) (Art.9º.) direitos dos trabalhadores e empresários da indústria turística.

No artigo 10 - implementação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo; o documento prevê um mecanismo para a regulação de litígios quanto à aplicação do referido código, propondo a criação de um Comitê Mundial de Ética do Turismo.

Em 1997, realizou-se em Berlim, na Alemanha, a Conferência Internacional do Meio Ambiente sobre a Biodiversidade e o Turismo. Foi divulgada, após o evento, a Declaração de Berlim sobre a Biodiversidade e o Turismo. Segundo Kanni (2002), o documento ressalta a importância do turismo para a economia mundial, porém vê com preocupação o crescimento rápido da atividade turística em ambientes naturais. Chama também a atenção para que a atividade aconteça mediante preservação do ambiente natural, estrutura social e herança cultural.

Também conforme o mesmo autor, em 1999, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CSD-7), que tem a missão de supervisionar a implantação do que foi acordado na Eco 92, abriu espaço político internacional e nacional para alinhar o desenvolvimento turístico à sustentabilidade, e decidiu estabelecer um programa internacional de trabalho que foi dividido nas seguintes fases:

- a) Reconhecer a sustentabilidade como um contrato ecológico, social e econômico entre as gerações;
- b) Respeitar os limites da capacidade de sustentação ecológica;
- c) Criar uma justiça ambiental global, capaz de erradicar a pobreza;
- d) Ajustar os padrões de consumo do norte às exigências do desenvolvimento sustentável.

No entanto, apesar dos esforços, a nova rota delineada pela decisão do CSD-7 mal foi percebida pelos líderes do setor, muito menos explorada e implantada.

Em 2002, o Ano Internacional do Ecoturismo ofereceu diversas oportunidades para rever as experiências nos mais diversos ambientes, no sentido de consolidar ferramentas e as estruturas institucionais que garantam seu desenvolvimento sustentável no futuro. A Carta de Quebec (OMT, 2002) trata do estabelecimento de diretrizes que sirvam de subsídios para maximizar os

benefícios ambientais, econômicos e sociais do ecoturismo, enquanto se evitam os impactos negativos ocorridos no passado.

Também em 2002, a OMT apresentou um documento complementar ao Compromisso de Johannesburgo por um Desenvolvimento Sustentável (OMT, 2002), no qual mencionava a iniciativa do turismo como ferramenta para a redução dos índices de pobreza no mundo. No Congresso Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, a OMT também fez críticas às atuações reduzidas do turismo no processo de planejamento nacional do desenvolvimento. Foram aí traçados nove princípios básicos para o turismo sustentável:

- 1°. Pobreza/Desenvolvimento: o turismo deve ajudar a superar a pobreza mundial. A justiça social e ambiental e a participação da comunidade local nas aplicações devem ser as bases para isso;
- 2°. Clima: o turismo deve evitar a formação de congestionamentos, evitando o envio de poluentes para atmosfera;
- 3°. Terra: o turismo deve fazer bom uso do solo, inclusive no consumo de alimentos e na capacidade de carga;
- 4°. Água: o turismo deve fomentar o uso correto, evitando o desperdício;
- 5°. Dignidade humana: o turismo deve favorecer a igualdade entre os gêneros e a proteção das crianças;
- 6°. Participação da sociedade civil: o desenvolvimento das comunidades por meio da atividade turística;
- 7°. Consumo e estilo de vida: o comportamento durante viagens e atividades de lazer;
- 8°. Biodiversidade: o turismo deve contribuir para a sobrevivência da diversidade natural e cultural do Planeta;
- 9°. Economia internacional e política comercial: comércio justo e ético também no mercado turístico.

Em 2003, segundo De las Heras (2004), houve a primeira Conferência Internacional sobre a Mudança Climática e o Turismo, na qual foram discutidas ações que o setor do turismo poderia acatar para combater as modificações no clima global. Como consequência, foi divulgada a Declaração de Djerba sobre o Turismo e a Mudança Climática.

Não há documentos expressivos sobre a Rio+15, falou-se apenas do termos Turismo inteligente e Cidades sustentáveis, o que atribui ao turista o papel de ator e agente de conservação e preservação do patrimônio material e imaterial.

Posteriormente, em 2009, OMT definiu diretrizes aplicáveis a qualquer forma de turismo, em todos os destinos que contemplem os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais. O Turismo sustentável é aquele que:

- faz o uso mais eficiente possível dos recursos naturais, garantindo a manutenção dos processos ecológicos, ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade de cada local;
- respeita a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservando suas construções, sua herança cultural e suas tradições, além de contribuir para o entendimento intercultural e a tolerância;
- garante a viabilidade das operações econômicas, provendo benefícios socioeconômicos para todos os *stakeholders* de maneira justa e bem distribuída;
- conta com a participação de todos os *stakeholders* e de uma liderança política forte para garantir que a sustentabilidade faça parte de um processo contínuo, com constante monitoramento de impactos, tomando medidas de preservação e correção sempre que necessário;e
- mantém alto nível de satisfação do turista e garante que a experiência da viagem faça sentido e inclua a preocupação dos mesmos com a promoção das práticas do turismo.

Como resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio + 20, foi publicado o documento “ *The Future we want - O Futuro que queremos*” que contempla apenas dois itens em Turismo Sustentável, tais como:

- O turismo bem planejado e administrado pode trazer contribuições significativas ao desenvolvimento sustentável, podendo gerar empregos e oportunidades de negócios. Para tanto, enfatiza-se a necessidade de apoiar atividades de turismo sustentável e capacitação que promovam a consciência ambiental, conservando e protegendo o ambiente, vida selvagem, flora, biodiversidade, ecossistemas, diversidade cultural, melhorando o bem estar e o sustento das comunidades locais.
- É necessário investir em turismo sustentável – ecoturismo e turismo cultural, encorajando a formação de pequenas e médias empresas, em comunidades de alto potencial turístico. Se faz necessário, sobretudo, estabelecer diretrizes apropriadas, regulamentos e legislação para promoção e apoio do turismo sustentável.

Destaca-se que recentemente o Turismo foi identificado como uma das dez atividades que podem liderar a transição para uma Economia Verde inclusiva e de baixo carbono, razão porque a OMT participou dos seminários paralelos da Rio +20 (Beni, 2012). Também fica cada vez mais evidenciado, que o turismo, bem planejado e desenvolvido, permite alcançar níveis maiores de sustentabilidade com incrementos graduais, utilizando-se de instrumentos como as certificações ou eco-selos – embora seja reconhecida a complexidade para realizar avaliação nas três dimensões.

A atividade turística pode carrear o desenvolvimento econômico a uma localidade quando há ganho financeiro, criação de empregos para a população autóctone, aumento da arrecadação de impostos, desenvolvimento da infraestrutura e diversificação econômica, dentre outros. Porém, o turismo, de acordo com Honey (1999), pode ser também responsável pela falência da destinação quando considera a atividade turística como a única alternativa econômica, gerando inflação dos preços, possibilitando o escape de divisas para outras regiões e/ou países e limitando as opções a cargos operacionais sem a devida capacitação para a população local.

De acordo com Dias (2003), é difícil evitar os impactos socioculturais do turismo, em razão da interação do turista com a comunidade local, de influência mútua. O visitante leva consigo seus costumes, sua ética, seus sistemas de valores, suas concepções sociais e, ao chegar à

destinação, está ávido para conhecer as diversas facetas da localidade. Este intercâmbio, se não bem orientado e fiscalizado, pode trazer danos catastróficos para a comunidade receptora.

Segundo Ruschmann (1997), os danos ambientais causados pelo desenvolvimento descontrolado do turismo produzem os seguintes impactos:

- a) Quanto à poluição:
 - a.1) atmosférica: provocada por motores, pela produção e pelo consumo de energia;
 - a.2) hídrica: pelo lançamento de esgotos urbanos e liberação de óleos e graxa por veículos de transporte ou recreação, como barcos, em ambientes hídricos como oceanos, lagos, represas, rios e cachoeiras;
 - a.3) locais para alimentação: pela falta de orientação ao visitante ou falta de coleta de lixo;
 - a.4) sonora: pelos motores dos veículos, pelos turistas ou por eventos criados para entretenimento dos mesmos.
- b) Quanto à destruição das paisagens e áreas agropastoris: pela construção de casas de veraneio ou segunda residência, equipamentos e infraestrutura para turistas em ambientes naturais;
- c) Quanto à destruição da fauna e da flora: pela poluição das águas, do ar e sonora dos turistas, assim como o desrespeito quanto à capacidade de carga das trilhas, o pisoteio da vegetação, coleta de alimentos e flores e o vandalismo;
- d) Quanto à degradação da paisagem, sítios históricos e monumentos: pela instalação de equipamentos e infraestrutura para turistas em desarmonia ao ambiente;
- e) Quanto ao congestionamento de veículos: elevada concentração de turistas nos pólos receptores, nas estradas, praias e centros urbanos;

Segundo Luchiari (1998), o setor turístico incorpora-se às diferentes regiões desconsiderando a natureza como simples estoque de recursos a ser manipulado de acordo com as tendências dos novos usuários, geralmente oriundos das áreas urbanas regionais e dos maiores centros. A construção de padrões sustentáveis para a atividade turística deverá enfrentar ainda

muitos desafios. Para superá-los será necessário não abrir mão da definição de políticas firmes e de um planejamento abrangente, e de longo prazo.

Para Mateus (2005), o aumento esperado do volume de turistas, com uma distribuição cada vez mais dispersa ao redor do mundo, a mudança no perfil do turismo com maior segmentação e o desenvolvimento de novas formas associadas à natureza e à cultura, assim como um comportamento mais seletivo e exigente por parte dos turistas, exigirão medidas rigorosas que garantam o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Segundo Teixeira (2002), é necessário o desenvolvimento do turismo em bases eco sustentáveis, de forma que este possibilite conciliar o interesse das atividades turística com a urgente necessidade de poupar e preservar os recursos naturais, para que as gerações atuais e também as próximas não tenham sua qualidade de vida afetada negativamente. A indústria da hospitalidade, é uma grande consumidora de energia e, por isso, devem ser incluídas no planejamento turístico para determinada localidade soluções alternativas que visem racionalizar o consumo de energia.

Outra proposta que se encontra na Agenda 21, também no capítulo 9, seção II, e que está relacionada ao turismo é a de: limitar, reduzir e controlar as emissões atmosféricas do setor de transportes, particularmente o terrestre, transformando-o num sistema menos poluente e mais seguro (OMT, 1996).

Como atividade de mercado, o turismo é a atividade menos regulamentada do mundo (MASTNY, 2002) e, na justa medida do consumo dos passivos ambientais, os problemas relacionados na ampla literatura sobre o tema identifica o consumo exagerado de energia como a origem da poluição dos mananciais, dentre outros bens naturais e, como não poderia deixar de ser, a intensa produção de lixo e sua disposição final no extremo limite da cadeia produtiva. Além disso, verifica-se claro despreparo dos destinos turísticos em lidar com os danos como o ponto crucial deste problema.

De acordo com Mateus (2005), ao pensar em sustentabilidade turística, os seguintes princípios devem ser observados:

- a) Uso sustentável dos recursos naturais;
- b) Manutenção da diversidade biológica e cultural;
- c) Integração do turismo no planejamento;
- d) Suporte às economias locais;
- e) Envolvimento das comunidades locais;
- f) Consulta ao público e aos atores envolvidos;
- g) Capacitação de mão de obra;
- h) Marketing turístico responsável;
- i) Redução do consumo supérfluo e desperdício;
- j) Desenvolvimento de pesquisas.

De acordo com Swarbrooke (2000), os principais benefícios do turismo sustentável são:

- 1º. Estimular uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
- 2º. Assegurar uma distribuição justa de benefícios e custos;
- 3º. Gerar entrada de divisas para o País e injetar capital e dinheiro novo na economia local;
- 4º. Estimular o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infraestruturas básicas da comunidade;
- 5º. Intensificar a autoestima da comunidade local e oferecer a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de diversas origens;
- 6º. Demonstrar, do ponto de vista do meio ambiente, a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem-estar social, e poder ajudar a preservá-los;

7º. Monitorar, assessorar e administrar os impactos do turismo, desenvolver métodos confiáveis de obtenção de respostas e opor-se a qualquer efeito negativo.

A atividade turística ocupa papel importante no mundo moderno, por movimentar grande quantidade de divisas e contribuir para o crescimento da economia. Dos segmentos do turismo, o ecoturismo é o que mais cresce. É um fenômeno característico do final do século XX, em consequência da crescente preocupação com o meio ambiente. É o segmento que mais se aproxima da proposta de desenvolvimento sustentável. Segundo a EMBRATUR (2011), por ser uma modalidade especial do turismo, requisitando espaços e equipamentos diferenciados, os ecoturistas gastam na localidade visitada até três vezes mais do que um turista de negócios.

Desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos nós, conforme McIntosh et al (1995), levando em conta premissas, áreas críticas e ações. Como premissas, há a interdependência com atividades econômicas e sociais, é necessário usar o pensamento multidisciplinar de diversos campos, estudos e pesquisas já realizados, aspectos políticos envolvidos e a defesa da natureza. Áreas críticas são a população relevante para o projeto, o horizonte de tempo do projeto, a dimensão do que deve ser sustentável e os valores sociais envolvidos. Quanto às ações, devem incluir a coordenação entre a filosofia do turismo e a visão da comunidade e seus objetivos em relação ao turismo, identificar as iniciativas de turismo e como serão monitoradas.

O sustentável é o tipo de turismo de baixo impacto, devendo gerar o menor desgaste possível ao meio ambiente e às comunidades, respeitando suas leis, cultura e, principalmente, seu equilíbrio e tranquilidade. Para Beni (1998), esse tipo de turismo consiste no deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, iniciativa privada ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.

O caminho ideal para o turismo sustentável, conforme a EMBRATUR (2006), é o que se chama desenvolvimento sustentável. Este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais.

Segundo Molina (2001), para ter sucesso, requer algumas etapas, tais como: pesquisa da oferta e demanda; zoneamento turístico-ecológico; seleção de áreas prioritárias; elaboração de projetos de infraestrutura e execução e controle do projeto.

O turismo sustentável, segundo Mendonça e Zysman (2005), está voltado para ambientes nativos, onde a atividade se caracteriza, principalmente, pela interação do homem com a natureza. Neste tipo de turismo procura se utilizar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando à formação de uma consciência ambientalista mediante interpretação do ambiente e promovendo o bem-estar da população envolvida. As atividades desta modalidade são desenvolvidas a partir da observação do ambiente natural, pela transmissão de informações e conceitos ou pela simples contemplação da paisagem.

No turismo e na comunidade que os hospeda, segundo Tavares (2005), este processo auxilia no desenvolvimento da consciência da própria existência em equilíbrio na natureza, visando ainda à manutenção da qualidade de vida das gerações futuras. Este aprendizado conjunto permite a todos os envolvidos transformar seu comportamento cotidiano. Para o turista que, em geral, vem das grandes cidades, a realidade urbana com a qual convive rotineiramente passa a ser questionada, gerando reflexões sobre poluição dos centros urbanos, manutenção de áreas verdes, destinação e reciclagem de lixo e qualidade de vida.

Objetiva-se, assim, a incorporação e tradução destas reflexões na forma de comportamento e posturas no seu meio ambiente de origem. Mas o grande legado deixado ao turismo é a consciência da importância de se preservar o ambiente natural, a história e a cultura dos lugares de visitação. A sustentabilidade de um meio turístico depende necessariamente do tipo de turismo desenvolvido na área, que poderá ser um instrumento de sustentação do modelo

de desenvolvimento ecológico exigido pelas grandes transformações no modo de vida em todo o globo terrestre (PANZERI, 2006).

Para a EMBRATUR (2006), existem diversas hipóteses para tentar explicar o porquê de as pessoas estarem buscando esse tipo de atividade. As mais comuns são a preocupação com o meio ambiente, maior conscientização ecológica e uma maneira de fugir da rotina e do estresse dos grandes centros urbanos.

Trata-se, portanto, de acordo com Ruschmann (2000), de um “novo turista” que se constitui em um nicho de mercado de pessoas ambientalmente conscientizadas, que, na busca do contato com ambientes naturais preservados, atuam no sentido da conservação do ecossistema visitado e contribuindo para a sua sustentabilidade. A lógica do desenvolvimento sustentável não deixa de ser conflitiva, uma vez que deve conciliar, ao mesmo tempo, o objetivo econômico, o social e o ambiental.

Rodrigues (1999) considera que todo desenvolvimento implica produção, e não existe produção sem danos ambientais. A poluição é um dos maiores desafios contemporâneos; em uma condição de nível de poluição-zero existirá também um nível de produção zero, o que é também inviável. Isto significa que para evitar que o turismo provoque impactos de ordem sociocultural, econômica e ambiental, deve-se parar imediatamente de fomentá-lo, o que pode constituir um equívoco.

Existem divergências com relação à temática da sustentabilidade. Segundo Santos (2004), desenvolvimento sustentável é um ideário constituído pelas Nações Unidas, uma utopia política para atrair países do Terceiro Mundo, com a finalidade de angariar adesões às políticas ambientais adotadas pelos países do Norte.

Swarbrooke (2004) ressaltou que atualmente se deve denominar o turismo sustentável por turismo responsável, pois, desta forma, estar-se-á compartilhando todo o compromisso sobre a preservação ambiental com os setores envolvidos no assunto, desde o governo, passando pelo investigador, pelo profissional, chegando até à comunidade. Ele também chamou a atenção para que o turismo sustentável não fique apenas em divagações e debates intermináveis sobre sua

importância, devendo passar para a operacionalidade. O ideal seria trabalhar cientificamente um conjunto de fatores que visam à profissionalização do setor, para a educação e conscientização turística.

Swarbrooke (2004) chamou a atenção para a inclusão da comunidade no processo de exploração do turismo de modo geral, tendo afirmado: "O turismo pode e deve diminuir a pobreza do lugar onde for praticado, gerando riqueza e favorecendo a inclusão social". Ressaltou ainda a necessidade da formação de profissionais para atuarem no setor de turismo sustentável. Para ele, a formação técnico-científica vai ajudar a melhorar o rendimento da área.

Conforme Shigunov Neto e Maciel (2002), em relação aos aspectos teóricos, há uma expectativa de que as diversas correntes do pensamento turístico estejam presentes na sua formação, possibilitando uma reflexão sobre o fenômeno, dentro do contexto passado, presente e futuro e suas inter-relações geográficas, socioculturais e econômicas.

De acordo com Rodrigues (2001), cabe, minimamente, às áreas de Geografia, Turismo e Meio ambiente, Cartografia e Planejamento, a discussão de temas relacionados com o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a conscientização ecológica, bem como a relação destes itens com o turismo, ou seja, os impactos e os benefícios da atividade turística.

Segundo a Unesco (2005), as três áreas – sociedade, economia e meio ambiente – estão conectadas com as manifestações culturais, os índices de pobreza e os conflitos entre os povos. Estas interações são imprescindíveis para um desenvolvimento mais sustentável, fazendo com que o processo educativo veicule mensagens que sejam sutis, mas claras; holísticas, mas tangíveis; multidimensionais, mas diretas. Desenvolvimento sustentável trata essencialmente das relações entre pessoas e entre pessoas e seu meio ambiente, ou seja, é uma preocupação sociocultural e econômica. O elemento humano é reconhecido como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável e a aprendizagem com base na sustentabilidade visa promover valores como:

- a) Respeito pela dignidade pelos direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e o compromisso com a justiça social e econômica;
- b) Respeito pelas gerações futuras;
- c) Respeito pela biodiversidade do Planeta;
- d) Respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar global e localmente uma cultura de tolerância e paz.

Segundo Inskeep (1991) o desenvolvimento sustentável do turismo pode ser percebido como uma forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras. Beni (1998) também defende que o turismo sustentável deve pressupor a viabilidade econômica e social, privilegiando simultaneamente a cultura local e o ambiente. Portanto, e segundo a OMT (2003), a noção de turismo sustentável deve levar em conta um modelo de desenvolvimento econômico que permita: melhorar a qualidade de vida das comunidades anfitriãs; melhorar a qualidade de vida com benefícios econômicos e sociais não só para os residentes, mas também para as empresas; promover uma qualidade elevada na experiência do visitante; manter a qualidade do ambiente da qual depende não só a comunidade anfitriã, mas também o assegurar uma distribuição equitativa tanto dos benefícios como dos custos; encorajar a compreensão dos impactos do turismo no ambiente cultural, humano e material; melhorar as infraestruturas sociais e de cuidados de saúde.

Edgell (2007) afirma que o turismo sustentável domina nosso futuro; o turismo no século XXI será um importante veículo para atingir as aspirações das pessoas por uma melhor qualidade de vida.

Ao delinear as estratégias para o turismo sustentável, Edgell (op.cit.) orienta que a chave para o turismo sustentável é administrar o destino eficazmente; para trazer benefícios para a população local, enriquecer a visita para o turista preservar o produto turístico para as futuras gerações. Assim, o primeiro requisito é inventariar, avaliar e procurar desenvolver atrações que tenham raízes na comunidade local ou complementem atividades locais; também é preciso preservar as características do ambiente e assegurar o envolvimento da comunidade, medindo seus custos e benefícios e divulgando seus eventos amplamente – inclusive via internet.

Visão Sistêmica do Turismo

Uma parte importante do processo de maturação para algumas ciências, como o caso do turismo, é o desenvolvimento de metodologias e técnicas de medida que sejam consistentes e apropriadas aos tipos de problema a serem solucionados (PEARCE *apud* REJOWSKI,1996) .

Segundo Gastal e Moesch (2004), a análise do turismo como um campo específico do conhecimento é recente. Alguns pesquisadores têm se dedicado a reunir objeto, metodologia e teoria a fim de induzir a construção de uma ciência. Ressaltam também que na atualidade o estudo de turismo e de suas relações e interações com o meio físico, social, cultural e econômico requer a utilização de uma das ciências, abrangendo diferentes técnicas e métodos.

Beni (2003) menciona que a história é a interpretação de fatos registrados dentro de países e de culturas hegemônicas em períodos determinados. O processo de internacionalização do capital, juntamente com a retomada e a expansão do capitalismo no mundo, ocorrem no final da Segunda Guerra Mundial, levando civilizações, ideologias, filosofias de vida, hábitos e costumes a uma situação antes inquestionável. Revoluções foram deflagradas, religiões difundiram-se e os movimentos sociais surgiram ora para defesa da “aldeia global”, ora contra o artificialismo de uma igualdade sempre utópica.

As ciências humanas e sociais precisam inovar e criar novos fundamentos para explicar a interdependência e a união global das necessidades e clamores da sociedade global. Até as ciências físicas mudam em função de novas técnicas de pesquisa, alicerçadas na compreensão e na conquista do espaço, na micro e na nano técnica, nos avanços dos estudos genéticos, na inesgotável capacidade inventiva do ser humano, na vontade de uma plêiade de cientistas que se dedica a investigar os últimos segredos da existência e na determinação política de alguns estadistas que detestam fronteiras e ousam caminhar, com a finalidade de preparar a humanidade para desconectar-se dos velhos paradigmas (BENI, 2003).

Segundo Silva (2006), a visão contemporânea da maioria dos indivíduos sobre o mundo, a natureza e sobre si mesmos, bem como os sistemas de valores socioculturais predominantes na atualidade foram forjados nos séculos XVI e XVII, quando houve mudanças drásticas nos paradigmas de análise científica, mas tal condição está em processo de transformação (CAPRA,

1982). Assim, é lícito supor que entender como o Turismo se desenvolve, os principais impactos advindos de seu ciclo de desenvolvimento e suas consequências na organização espacial das localidades ou áreas turísticas, por meio da análise sistêmica, torna possível vislumbrar a implantação de uma atividade cujos reflexos não sejam tão nocivos ao ambiente como na atualidade.

De acordo com Leff (2002), o saber ambiental emerge de uma consciência crítica e avança em proposições por meio da utilização de conceitos e métodos muitas vezes dispares, constrói possibilidades para a implementação de políticas e ações práticas que levam a uma relação homem natureza menos conflituosa e mais harmônica.

A adoção destes valores levou a uma nova abordagem do turismo, com menor impacto ao meio ambiente e maior valorização do ser humano. Segundo Swarbrooke (2000), o novo turismo reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para esta localidade.

Para que o conceito de sustentabilidade seja incorporado às práticas e políticas do turismo, é necessário que se conciliem condições ambientalmente sustentáveis, economicamente viáveis e socialmente justas, fundamentadas na dinâmica territorial e na participação da comunidade receptora (RICTHIE *apud* REJOSWKI,1996).

De acordo com Panosso Netto (2005), para se compreender melhor a visão sistêmica do turismo, são necessárias algumas explicações sobre a Teoria Geral de Sistemas, que tem como um de seus principais pioneiros e criadores Ludwig Von Bertalanffy (1901-1972). Biólogo de formação, esse autor percebeu que os seres vivos não eram estudados coerentemente pelo mecanicismo e que a biologia da época (décadas de 1920-1930) estava negligenciando a organização desses seres. Para ele, essa organização era o fenômeno essencial da vida.

No campo da ciência, esta ideia de sistema permite refletir sobre o que as ciências têm em comum, sem prejuízo daquilo que é específico de cada uma, podendo conduzir a uma necessária integração da educação científica e à interdisciplinaridade decorrente.

A aplicação da ideia de sistema ao contexto social entende as sociedades como sistemas abertos, sujeitos a influências diversas tanto internas (endógenas) quanto externas (exógenas). Mesmo não sendo possível precisar todos os elementos de um sistema, percebe-se que a interação continua dos seus elementos molda as relações sociais e, portanto, a configuração da sociedade.

Segundo Dencker (2002), à proporção que o conhecimento é incorporado pelo indivíduo, transcende as fronteiras nas quais foi concebido e incorpora os valores e vivências socioculturais, transformando-se em diferentes leituras, e em novas unidades de conhecimento. Percepção, transcendência e mudança ocorrem em uma velocidade na qual não é possível analisar cada um dos elementos, a não ser que esta ação incorpore a visão dinâmica da mudança, sendo, ela própria, percepção e transcendência.

Segundo Cuervo (*apud* ACERENZA, 1984), o conceito de sistema permite o estudo científico dos mais variados estados operacionais e de múltiplas estruturações simples ou compostas, fáceis ou complexas, do que resulta sua utilidade teórica e prática. Acerenza (1984), por sua vez, atribui ao avanço da computação a possibilidade de Cuervo ter elaborado o seu sistema de turismo, uma vez que ele utilizou a álgebra booleana, baseada na teoria dos conjuntos. Para Cuervo, o turismo é um conjunto bem definido de relações, serviços e instalações, gerados em virtude de certos deslocamentos humanos.

Na definição de Cuervo (*apud* ACERENZA, 1984), o conjunto S se refere unicamente aos sujeitos de deslocamentos humanos necessariamente reversíveis, ou seja, o sujeito que se desloca o faz temporariamente e regressa sempre ao seu lugar de residência habitual.

A interpretação do turismo de Wahab (1977) é inovadora para a época, pela importância relativa dada ao ser humano como um dos principais elementos do turismo. Em suas palavras, a anatomia do fenômeno turismo seria basicamente composta de três elementos: o homem, o espaço e o tempo.

Boullón (2002), formado em arquitetura, desenvolveu estudos consistentes e aplicações em turismo, como uma influente metodologia da espacialidade e regionalização dessas atividades em vários setores da América Latina. Ele destaca que não existe uma única versão explicativa do sistema turístico, o que não significa que haja muitos sistemas; há apenas um, com várias facetas; o turismo seria analisado nos modelos: oferta-demanda, antropológico social e turismo industrial.

Após a análise dessas teorias sistêmicas do turismo, acredita-se que o turismo pode ser abordado pelo sistemismo, pois, é a possibilidade de uma visão total do objeto em estudo. Entretanto, existe uma ressalva: a teoria de sistemas aplicada ao turismo é, por sua vez, a descrição de algo ideal que deveria acontecer conforme a teoria prevê.

A fase do pós-turismo, que se origina na década de 1990, e que, segundo Molina (2003), constitui um novo paradigma, é uma categoria histórica emergente que altera certas considerações fundamentais do turismo original anterior. As tecnologias de alta eficiência e os fenômenos sociais e culturais da década de 1990 explicam o desenvolvimento do pós-turismo em contraste com princípios que alteram a continuidade dos tipos de turismo industrial.

Para Paes et al (2010), o turismo caracteriza-se por uma procura não somente de paisagens distintas por parte do turista, como de tempos diversos. O ambiente físico, enquanto uma encarnação do tempo, possibilita uma leitura e vivência do entrelaçamento do passado com o presente, do qual deriva a preocupação de que sua conservação é pré-requisito de uma continuidade. Há uma consciência que busca novas vias, como a arqueologia e a arte, para comunicar-se com o passado revalorizado. O turista pela cultura é, sobretudo, um consumidor sofisticado, ancorado nas cidades para uma adequada fruição de bens culturais, interessado em uma experiência de vida e de sentimentos.

Beni (2003) ressalta que o turista, esse incansável viajor, representa bem essa nova dinâmica global, conquista de novas regiões, espaços ambientais e culturais. O processo econômico de globalização facilitou, mas não provocou, o crescimento do turismo mundial como esperado nos últimos anos. Esse novo crescimento econômico e essa prosperidade mundial promoveram o aumento do turismo de negócios e o crescimento discreto, porém constante do número de famílias que poupam para desbravar o mundo. Os avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações também contribuíram bastante para possibilitar viagens com tarifas mais reduzidas, mais acessíveis a um público maior.

A globalização provocou uma mais ampla disponibilização e acessibilidade em amplitude mundial dos produtos, instalações e serviços turísticos. O mercado de turismo mundial assistiu ao crescimento de novas destinações e ao investimento maciço de capital no desenvolvimento dos tradicionais países receptores. Beni (op.cit) revela que o mundo está penetrando no alvorecer de

um novo tempo do turismo, uma era de viagens em escala maciça, verdadeiramente global. Pessoas das mais variadas classes sociais e de todos os países viajam para todos os quadrantes do planeta.

Beni (1998) acredita que as dificuldades e obstáculos que estão a determinar um crescimento lento e descontrolado do turismo nos países sul-americanos podem ser atribuídos à instabilidade político-institucional, às crescentes pressões sobre o volume e o custo da dívida externa e às frequentes oscilações da conjuntura econômica produzindo ora inflação ora recessão, que castigam as esperanças nacionais e frustram os interesses da sociedade. Entretanto, como em um paradoxo determinado pela dinâmica social, surgem iniciativas setoriais isoladas para provocar novo crescimento econômico, com conseqüente geração de empregos, melhor equilíbrio inter-regional e distribuição de renda.

2.4 – PLANEJAMENTO INTEGRAL E RESPONSÁVEL

Política Nacional e Estadual de Turismo e Formação de Estância

Silva (2012) afirma que de acordo com contingente de números favoráveis (publicados pela OMT, 2012) à proposta da gestão pública em nível federal para o turismo, descentralizou o Plano Nacional de Turismo, buscando fomentar a consolidação de uma rede de entidades e instituições em todo o território nacional, envolvendo políticas públicas nas três esferas de governo, na iniciativa privada e no terceiro setor. Nesse conjunto de atores relacionados ao turismo, vem promovendo ações locais no sentido de buscar sua consolidação.

Uma das propostas sobreviventes nos últimos anos está relacionada ao Programa de Regionalização do Turismo, lançado pelo Ministério do Turismo em 2004, o qual apresentou ao país uma nova perspectiva para o turismo brasileiro por meio de uma gestão descentralizada, estruturada pelos princípios da articulação entre os setores (MTur, 2009).

Um dos grandes objetivos desse programa consistiu na desconcentração da oferta turística até então predominantemente localizada no litoral, propiciando uma interiorização da atividade e

a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados. Essas propostas de alavancar o turismo em todo território nacional indicaram que a atividade avançou significativamente nos últimos anos, mas ainda apresenta grandes limitações quanto ao seu potencial de desenvolvimento em virtude de uma série de comprometimentos diretamente ligados à aplicação das ações planejadas pela gestão local (SILVA, 2012).

Considerando o estágio atual do desenvolvimento da atividade no país, de acordo com as informações e dados apresentados pelo Ministério do Turismo, secretarias regionais e o trade turístico de forma geral, apontam as questões relacionadas principalmente à gestão da atividade.

O Estado de São Paulo oferece opções de lazer e turismo diversificados. Neste estado existem muitos municípios com estrutura para atender as demandas turísticas, oferecendo os principais segmentos, como por exemplo: turismo de negócios, turismo cultural, turismo religioso, ecoturismo, turismo rural, turismo de praia e sol, turismo de aventura, entre outros. O Estado de São Paulo, no cenário nacional, é uma das fronteiras mais promissoras para alavancagem do turismo interno (FINO, 2009 ; SETUR, 2012).

Foi visando estes dois tipos de demanda: o potencial da demanda doméstica e a possibilidade da demanda internacional prolongar sua viagem de negócios, que o Governo do Estado decidiu, em 1978, criar constitucionalmente o termo “Estância”. Outra característica relevante do turismo no Estado de São Paulo é a existência de residências secundárias (FINO, 2009).

Observa-se que estas características do turismo no estado de São Paulo ficaram definidas a partir da década de 60, período pós Juscelino Kubitschek, época de expansão do turismo de massa no Brasil. (RODRIGUES, 2001).

Estâncias, de uma forma geral, podem ser entendidas como localidades beneficiadas por recursos naturais, paisagísticos, medicinais, históricos, artísticos, dentre outros, e que podem gerar um fluxo de turistas, estes, caracterizados pela longa permanência na localidade. O termo Estância é a denominação oficial adotada no Brasil e que corresponde, na Europa, as estações,

classificadas em termais ou hidrominerais, climáticas e balneárias (PUPO, 1974). No Brasil, as estâncias tornaram-se para alguns Estados verdadeiros oásis dentro de seus territórios, por serem locais de lazer, distração, recreação, ar puro, contato com a natureza, originando um afluxo de população flutuante.

O processo de desenvolvimento do turismo no Estado de São Paulo, especialmente do turismo interno, teve início através das estâncias, que são localidades definidas em lei estadual (PUPO, 1974). De acordo com a lei complementar poderá haver três tipos de Estâncias: as hidrominerais, as climáticas e as balneárias e define os requisitos necessários para cada uma delas (FINO, 2009). Sendo eles:

- Estância Balneária: o município deve possuir praia para o mar, não se considerando como tal orla marítima constituída exclusivamente de rocha viva.

- Estância Climática: Constitui requisito mínimo para a criação de Estância Climática, a existência, no município, de posto meteorológico em funcionamento ininterrupto durante pelo menos três anos, cujos resultados médios se enquadrem dentro das seguintes características. I - temperatura média das mínimas no verão, até 20°C; II - temperatura média das máximas no verão, até 25°C; III - temperatura média das mínimas, no inverno, até 18°C; IV - umidade relativa média, anual, até 60%, admitida a variação para menos de 10% do resultado obtido no local;

- Estância Hidromineral: Constituem requisitos mínimos para a criação de Estâncias Hidrominerais: I - A localização, no município de fonte de água mineral, natural ou artificialmente captada, devidamente legalizada por decreto de concessão de lavra, expedido pelo Governo Federal, com vazão mínima de 96.000 litros por vinte e quatro horas. II - A existência de balneário, de uso público, para tratamento crenoterápico, segundo a natureza das águas e de acordo com padrões e normas a serem fixados em regulamento. Parágrafo único – Quando, no município, existirem fontes de águas minerais com análises química e físico-química semelhantes, poderão ser somadas as respectivas vazões para a apuração do requisito mínimo previsto no inciso I deste artigo. Além dos requisitos específicos para cada uma das categorias, devem as estâncias oferecer atrativos turísticos e condições para tratamento de saúde (lei nº. 10.426 de 08/12/1971).

- Estância Turística: Constitui requisito para a criação de Estância Turística a existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou recursos naturais e paisagísticos. A Estância Turística deve oferecer condições para o lazer, dentro do seguinte padrão mínimo indispensável de atendimento e salubridade ambiental: I – águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição; II – abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários, bem como dos resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas; III – ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; IV – rede hoteleira para atendimento da demanda turística; e V – áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público.

Conforme os requisitos exigidos e descritos nestas leis, conclui-se que as cidades Estâncias são localidades privilegiadas, com atrativos que justificam e promovem o deslocamento. Além do que o município considerado estância incorpora os conceitos de permanência relativamente prolongada e retornos sucessivos (OLIVEIRA, 2003).

Para requerer o título de Estância, o prefeito da cidade interessada deve solicitar a Assembléia Legislativa que seja elaborado um projeto de lei. A Assembleia Legislativa encaminha o anteprojeto de lei, após as tramitações burocráticas, à Secretária de Turismo, onde deverá ser feita a abertura do processo. Após a abertura do processo, a prefeitura interessada deve enviar todos os relatórios solicitados ao DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias, da Secretaria de Turismo, que fará uma análise técnica para verificar em qual categoria de Estância a cidade se enquadra (FINO, 2009).

No caso específico das Estâncias Turísticas, o relatório será encaminhado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico – CONDEPHAAT que deverá dar parecer quanto aos atrativos com base nos documentos enviados e de visita in loco. Em caso de parecer favorável, o processo retorna ao DADE para novas análises e vistoria técnica in loco. Em cada estado brasileiro há um Condephaat, que averigua os atrativos de uma estância

turística, analisando e constatando seu valor dentro do contexto estadual. Assim, esse Conselho pode emitir um parecer favorável transformando um município em estância, após uma verificação minuciosa desses atrativos, elaborando um parecer final (OLIVEIRA, 2003). Para as Estâncias balneárias, climáticas e hidrominerais, o processo é mais curto, não necessitando passar pelo CONDEPHAAT. As análises e vistoria técnica in loco são feitas apenas pelo DADE.

Observa-se que, segundo o manual de convênios elaborado pelo DADE, a ausência de apenas um dos requisitos é determinante para a não obtenção do título. Caso o município deixar de atender à pelo menos um dos requisitos exigidos, será elaborado parecer final contrário à transformação pretendida (DADE, 2012). Em caso de pareceres favoráveis, independente da categoria de Estância, será elaborado um parecer final para ser enviado à Assessoria Técnico Legislativa. A lei deve ser votada pela Assembleia Legislativa e aprovada com maioria absoluta. Cabe ao governador sancionar a lei.

O Estado de São Paulo possui 645 municípios. Destes, 67 são Estâncias, entre turísticas, climáticas, balneárias e hidrominerais, sendo assim, apenas cerca de 10,39 % dos municípios do Estado possuem a titulação, o que evidencia as dificuldades de uma localidade em obter o título. Quanto as suas localizações, de uma forma geral, não há uma homogeneidade, tendo em vista a flexibilidade no que diz respeito às suas características regionais, culturais e climáticas, dentro do conceito histórico-estadual (OLIVEIRA, 2003).

Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo (2012) atualmente são 67 municípios considerados turísticos, este número, no entanto, deverá aumentar, espera-se chegar a 335 novos destinos no Estado para 2013/2014, totalizando 402 cidades turísticas.

Contribuições das teorias de planejamento para o turismo sustentável

De acordo com Panzeri (2006), os impactos da atividade turística podem ir muito além da degradação ambiental, por vezes irrecuperável; suas consequências podem alcançar negativamente as culturas e as relações sociais, criando conflitos e inviabilizando o desenvolvimento das áreas atingidas pelo seu crescimento. O planejamento impõe-se como um instrumento indispensável dentro de uma abordagem sistêmica.

Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (2003), as políticas geralmente dizem respeito a um plano geral de alto nível (planejamento), que incluem objetivos e procedimentos. O primeiro passo para desenvolver a atividade de maneira sustentável é através do planejamento do turismo.

Santos (2004) afirma que o planejamento ou ordenamento do espaço sempre foi uma premissa para grupos de pessoas que se propõem a viver em estado gregário, sob objetivos e normas comuns.

Segundo Stigliano (apud CÉSAR, 2011) planejar é um ato político que envolve forças, muitas vezes antagônicas, tanto do local a ser planejado, quanto do ambiente externo. Trata-se de um conjunto de decisões imbuídas de valores que, de acordo com o ponto de vista das forças sociais preponderantes, em um determinado contexto temporal e espacial, dão o tom das propostas a serem implantadas: voltadas à busca de geração de renda e ocupação, a um ordenamento do espaço com novas vocações, a maior participação da comunidade local, tão em voga nos cânones atuais de planejamento.

O planejamento deve ocorrer de acordo com as peculiaridades de cada local, já que, a falta deste acarreta em impactos negativos com efeito multiplicador em toda a comunidade receptiva afetando diretamente seu patrimônio ambiental, social e cultural. De forma pontual, mesmo quando planejado, o turismo provoca efeitos não desejados, pelo fato da comunidade local, muitas vezes, ser excluída do processo de planejamento (PANZERI, 2006).

O desenvolvimento da atividade turística beneficia diretamente a comunidade, pois gera alternativas de renda, movimentada a economia local, proporciona a valorização do receptivo, melhora a infraestrutura da cidade, acarreta em maiores opções de lazer, ocasionando conseqüentemente, uma melhor distribuição dos benefícios entre os envolvidos e satisfação com sua localidade. Wahab (1977) diz que o turismo beneficia a vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade. Mas para que a atividade gere esses benefícios é de extrema importância que ela seja bem planejada e com a participação de todos os envolvidos.

McIntosh et al (1995) afirma que o planejamento do turismo é necessário e seus benefícios socioeconômicos vantajosos: oportunidades de emprego, aumento de renda, requer desenvolvimento de infraestrutura que beneficia os locais, diversifica a economia local, cria imagem favorável do destino e fornece instalações de recreação que podem ser usadas pelos locais. Existe a perspectiva de crescimento contínuo, em virtude do aumento da renda per capita, menores custos de viagem, aumento do tempo de lazer e mudanças nas preferências das pessoas em relação a viagens, recreação e lazer. É preciso, entretanto, evitar os efeitos negativos: uso de fundos financeiros necessários a outras atividades, criação de problemas sociais, degradação da natureza e inflação dos valores de propriedades, bens e serviços. O planejamento é crítico para ter um desenvolvimento sustentável e que proteja o ambiente. Para tanto, é preciso ter claros objetivos de desenvolvimento, coletar dados, analisar e interpretar tais dados, desenvolver um plano, obter aprovação de todas as partes envolvidas, implementar e acompanhar os resultados.

Dentro das características, os tipos de planejamento são: estratégico, que abrange a organização como um todo, sendo de longo prazo; tático, que abrange um departamento ou setor, sendo de médio prazo e operacional, que abrange uma tarefa ou operação, sendo de curto prazo (PETROCCHI, 1998).

O planejamento turístico é essencial, pois se a atividade turística não for bem planejada pode causar inúmeros malefícios. Esse planejamento deve analisar o potencial de uma localidade e traçar metas para o desenvolvimento do turismo com responsabilidade socioambiental. A finalidade do planejamento turístico é estabelecer diretrizes que nortearão as tomadas de decisões de um município, estado, região. Por meio deste é possível definir as estratégias que serão seguidas, programas que auxiliarão, tipo de turismo que se pretende desenvolver e público alvo que busca-se atingir (PETROCCHI, 1998). É sensato que neste processo haja o envolvimento da comunidade, já que o contato entre esta e o turista é essencial, além do que, a comunidade deve estar ciente dos impactos negativos e positivos que a localidade pode sofrer.

No processo de planejamento turístico é prudente a participação da comunidade envolvida. Dias (2003), acreditam que o planejamento participativo não passa de um mito, principalmente quando se trata de âmbito nacional, onde não há como incorporar as massas

diretamente, no entanto, existem outros mecanismos para essa inclusão, como partidos políticos, organizações não governamentais, organização representativa da comunidade, entre outras. Mas até mesmo esse autor afirma que se o alvo for uma cidade ou uma região é possível esse tipo de planejamento, e que sem dúvida a participação da comunidade envolvida é necessária. Demo (apud DIAS, 2003), discorda do pensamento de que participação não passa de utopia, para ele a participação é sim realizável, todavia nunca será de modo totalmente satisfatório.

O envolvimento da comunidade pode se dar de diferentes maneiras, independente se esta terá representatividade no gerenciamento ou não, os benefícios sempre serão notáveis, pois além de propiciar maior conhecimento da área a essas pessoas, ainda se estimula ao envolvimento e comprometimento no desenvolvimento da atividade (ELEUTÉRIO e NETO, 2007).

Para Beni (2003), nos projetos de mobilização social o ideal é alcançar o nível de co-responsabilidade, onde as pessoas envolvidas entendem o quanto sua participação é importante e passam a agir por se sentirem responsáveis por isso, somente assim é alcançado o objetivo do projeto.

Verifica-se em Barreto (2000) o uso comum do termo planejar. Planejamento usa métodos científicos e define nesse momento a diferença. Para a autora os princípios do planejamento estão divididos em etapas, a saber:

- inerência – o planejamento é indispensável;
- universalidade – o planejamento tenta prever todas as variáveis e todas as consequências, até onde seja possível, levando em conta todas as opiniões. Uma visão unilateral vicia qualquer planejamento;
- unidade – o planejamento abrange múltiplas facetas, que devem ser integradas num conjunto coerente;
- previsão – o planejamento é intrinsecamente previsão;
- participação – o planejamento requer a participação de todos os níveis e setores da administração. Na empresa, o planejamento central está vinculado às condições em que o operário realiza sua função. Assim, numa campanha nacional de promoção de turismo, o

planejamento dependerá de todos os setores envolvidos, do ministro aos garçons da rede gastronômica.

O planejamento tem também quatro dimensões necessárias: racional, política, técnico-administrativa e valorativa:

- racional – o planejamento exige um esforço mental de criatividade e reflexão;
- política – refere-se ao poder decisório. Dependendo do tipo e do tamanho da instituição o poder decisório deverá ser de uma equipe.
- técnico-administrativa – cria-se um sistema de trabalho, com funções definidas e delegação de autoridades. Define quem é melhor para coordenar e quem deve executar o projeto. É nesta dimensão que se responde as perguntas – que, quanto, quem, quando, ou seja, define-se objetivos, recursos, pessoal e tempo.
- valorativa – verificar os benefícios e prejuízos que o planejamento pode gerar. Implica no levantamento da realidade para se ter um conhecimento profundo do local no qual o planejamento está inserida (BARRETO, 1996).

No planejamento do turismo, a legislação necessária ao desenvolvimento da infraestrutura básica destinada a proporcionar o bem estar, tanto da população do local que recebe quanto dos visitantes, é de responsabilidade do Estado, como também o é a preservação, proteção e conservação do patrimônio ambiental natural, psicossocial e cultural (RUSCHMANN, 1999).

Um bom planejamento de turismo deve envolver pessoal especializado, capaz de realizar os passos do processo, tais como a investigação e estudo de casos, definir as políticas e processos de implementação do programa, prever os recursos orçamentários e de pessoal, elaborar a escala metodológica de execução das tarefas, administrar a realização das tarefas e obras, fazer a revisão constante do processo e refazê-lo quando necessário. Por estas múltiplas tarefas o planejamento deve ser realizado por uma equipe envolvendo capacidades técnicas e administrativas.

Nesse sentido torna-se relevante verificar a visão de Ruschmann (1999), que relata o planejamento turístico pode abranger os níveis internacional, nacional, regional e local, devendo ser observadas as regiões geograficamente homogêneas e não os limites político-administrativos. Na elaboração do planejamento é recomendada a assinatura de acordos que definam a manutenção e preservação dos recursos turísticos. Ao tratar dos níveis de planejamento, no nível local o planejamento deve legitimar, entre outras coisas, as zonas industriais e de comércio.

O turismo tornou-se um objeto de desejo para muitas regiões (SILVEIRA, 2002). De fato o turismo, graças à sua importância econômica e sociocultural, é um importante pilar para a economia e desenvolvimento de muitas regiões, dado que arrasta consigo um conjunto de atividades bastante relevantes e, por isso, os governos regionais e locais interessados em promover o desenvolvimento local e regional veem no turismo um forte aliado na procura desse desenvolvimento. Por outro lado, o planejamento assumiu um papel de maior relevância no desenvolvimento turístico à medida que os governos passaram a reconhecer não apenas que o setor gera um largo espectro de impactos, mas também que pode ter um importante papel no crescimento e revitalização social e cultural (OMT, 2003). Se o turismo é considerado um dos mais importantes agentes de mudança em qualquer sociedade, então ele não pode deixar de evoluir sem um planejamento. No entanto, este planejamento deve ser estratégico, integrador, participativo e pluralista no sentido de envolver as dimensões sociais, econômicas e físicas. Significa isto que, há diversos tipos de planejamento turístico, e que a sua aplicação dependerá da realidade de cada país, região ou localidade, ou seja, da localização, do mercado turístico, dos recursos específicos e das políticas adotadas (INSKEEP, 1991).

De acordo com Yázigi (2009), planejar implica em opções ideológicas e teórico-metodológicas voltadas para o futuro, com empenho de recursos e ações. O planejamento integral, como bem expressa sua adjetivação, visa abarcar a totalidade do território nacional/regional em seus problemas mais críticos, priorizados em todas as áreas da vida.

Quando se trata de planejamento do turismo, além do dinheiro circulante e das obras em construção, é acrescido o envolvimento de pessoas, tanto das residentes no local, que recebem, como das que estão em trânsito, que visitam. Por isso, em planejamento turístico não pode haver

a neutralidade inerente das ciências. Na pesquisa social profunda requerida no processo, seria um desrespeito aos sujeitos envolvidos no processo o uso da neutralidade. Nota-se, de acordo com Ruschmann (1999), que nos locais onde o turismo não se desenvolveu satisfatoriamente, apesar de se apresentarem recursos consideráveis. Nesses casos, os estudos determinarão: a viabilidade de implantação de outros tipos de turismo e de incentivos aos empresários na implantação dos equipamentos correspondentes; a relação das vantagens entre o tipo de turismo local e a concorrência de outros setores econômicos.

Analisando a realidade e as necessidades e prioridades da pesquisa turística no Brasil, Rejowski (1998) considera que só a partir de estudos científicos deixar-se-á a fase de improvisação e de repetitividade, e passar-se-á à fase de aplicação e utilização de estudos com base científica. Ressalta a necessidade de divulgar a aplicabilidade e pertinência dos resultados de pesquisa, mostrando os benefícios desta e da parceria pesquisador/empresário para o desenvolvimento e planejamento estratégico do turismo no Brasil.

É nesta ótica que o planejamento oferece um novo modelo para políticas governamentais, com estratégias concretas de intervenção corretivas, baseadas nos postulados interdependentes de eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica. Atribui, além disso, um novo critério de racionalidade social baseado na crítica ao efeito de externalização de custos socioambientais, exercido pelo modelo puramente econômico, sobretudo quando este planejamento é participativo, com atores sociais, agentes e reagentes com uma visão contratual com o meio ambiente.

O planejamento participativo, de acordo com Barreto (2000), recupera a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das eco-estratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, à medida que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se.

O ciclo de Butler pode ser classificado como um modelo análogo espacial porque, em sua construção, relaciona um conjunto de fenômenos internos e externos à destinação turística, fundamentais na identificação de seu ciclo de vida. Constitui-se como um modelo análogo por permitir que as observações realizadas em uma determinada localidade turística sejam passíveis de comparações e correlações com outras, o que, inclusive, lhe confere um maior grau de confiança. A proposta de Butler baseia-se na necessidade de se identificar, ao longo do tempo, nas localidades turísticas, estágios de capacidade de atratividade de fluxo turístico para que, assim, se realizem uma série de ações que possibilitem a manutenção da qualidade do produto turístico oferecido. Sua preocupação não reside, prioritariamente, na identificação dos impactos negativos do Turismo em uma localidade, nem mesmo nos benefícios advindos dele. A proposta de Butler demonstra-se eficiente na análise das características de localidades receptoras de fluxo turístico, que discute também o caráter cíclico da atividade turística; e que possibilita caracterizar a percepção da comunidade receptora quanto ao Turismo em suas fases de desenvolvimento; o objetivo é discutir o perfil do turista e que demonstra a necessidade do equacionamento da demanda e da oferta para diminuição dos impactos ambientais e a manutenção da longevidade do destino turístico (SILVA, 2006).

Existem muitas teorias sobre o ciclo de vida das destinações turísticas, no entanto todas nasceram de uma mesma matriz, Butler - que trazia uma visão bastante realista sobre a atividade turística em âmbito local. O mau planejamento, a oferta inconstante ou mesmo a degradação ambiental aceleravam o processo de declínio.

De acordo com o modelo de Butler (1980), as destinações turísticas – independente de tipo, tamanho ou infraestrutura – passam, necessariamente, por sete estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e renovação. No desenvolvimento deste modelo estão inclusos os campos: sociais, culturais, ecológicos e econômicos. As fases da destinação segundo modelo são:

1- Exploração: este é o estágio em que uma destinação recebe turistas que vão explorá-la em pequena escala, este tipo de turista não costuma gostar de viagens realizadas comercialmente. Os atrativos naturais e culturais da destinação são extremamente importantes, mas, no entanto, não

são totalmente aproveitados, o consumo é prejudicado pela falta de infraestrutura. Neste estágio, a destinação não sofre alterações motivadas pelo turismo e o contato social será intenso.

2- Envolvimento: este é o estágio no qual ocorre uma das principais decisões feitas pela própria destinação, é o estágio em que a destinação como um todo decide se vai estimular ou desestimular o turismo e de que tipo será. Ações de políticas públicas municipais ditarão como se desenvolverão os serviços de apoio turísticos, assim como estratégias de divulgação aos turistas que formarão um fluxo maior e mais regular para a destinação. Essa fase é de grande importância para a destinação, pois é nela que serão estabelecidos os princípios de autonomia, como capacidade de carga e leis de zoneamento para, principalmente, garantir o respeito à comunidade local.

3- Desenvolvimento: neste estágio o fluxo turístico é intenso, pode até mesmo exceder a população local em alta estação. A organização tem que dar uma atenção especial a este momento, já que, a partir de então, o turismo deixa de ser um negócio apenas para as pequenas empresas locais e passa a ser também de grandes empresas do setor, o que, muitas vezes, gera conflito. O poder público, se não foi bem estruturado nos estágios anteriores sofre muitas consequências neste ponto, e se o planejamento não foi bem feito, as empresas ligadas ao turismo ganham muita força e, de acordo com suas necessidades, poderão comprometer, no futuro, o bem-estar da destinação.

4- Consolidação: neste estágio o turismo na destinação começa seu declínio, há, muitas vezes, um aumento em números absolutos de turistas, mas mostra sinais de perda financeira, a destinação, nesse momento, tem sua imagem completamente associada ao turismo.

5- Estagnação: este estágio é típico da destinação turística já não está em seu apogeu e que depende de turistas refazerem as mesmas viagens. Neste ponto os atrativos e/ou estruturas da destinação podem ter seus usos tradicionais alterados, a destinação também vê que a disputa, com suas concorrentes, por turistas é intensa e que os problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos não param de surgir.

6- Declínio: neste estágio, a destinação tem o fluxo turístico reduzido e frequentemente possui áreas para viajantes de um dia ou finais de semana. Esta situação, apesar de comum, não deve ser tratada como inevitável e as destinações devem buscar, o quanto antes, maneiras para reposicionar-se e descobrir novos usos para as instalações.

7- Renovação: renovar a imagem ou introduzir novo produto é uma dúvida para gestores da destinação, como também é introduzir ou não novas instalações, que é muito comum. Busca-se proteger os mercados já consolidados e ao mesmo tempo criar novas oportunidades em outras áreas, com a intenção de se criar melhorias, e de se combater a sazonalidade. A vida da população local e a destinação estão extremamente envolvidas, e neste estágio isso aparece com mais força, o que torna difícil a introdução de novas estratégias para renovação e reposicionamento da destinação.

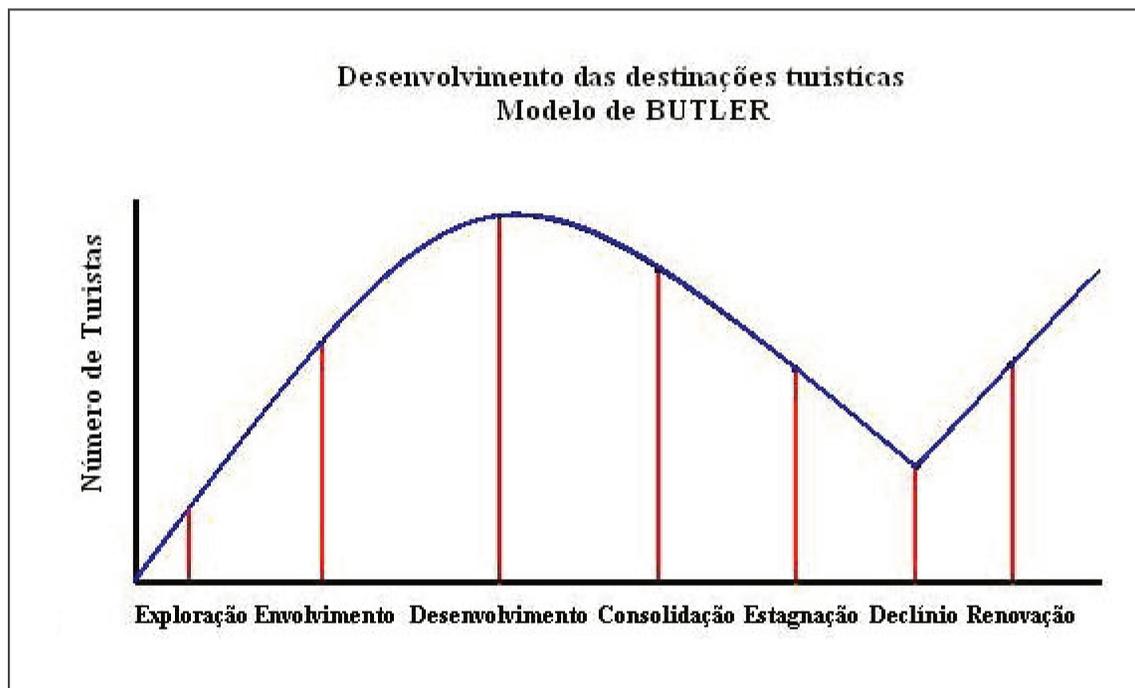


Figura 1: Modelo de BUTLER (1980)

Vários estudos realizados por outros pesquisadores que se basearam no modelo de Butler demonstraram a sua validade na análise da evolução de destinações turísticas. Atualmente, esse conceito apresenta alto grau de aceitação entre planejadores e administradores de equipamentos e localidades turísticas. A sua utilização como ferramenta do planejamento turístico se justifica na

determinação da fase em que se encontra a localidade em estudo, e nas medidas cabíveis para direcionar seu desenvolvimento (RUSCHMANN, 1997).

A proposta de Butler demonstra-se eficiente na análise das características de localidades receptoras de fluxo turístico, que discute também o caráter cíclico da atividade turística; e que possibilita caracterizar a percepção da comunidade receptora quanto ao Turismo em suas fases de desenvolvimento; o objetivo é discutir o perfil do turista e que demonstra a necessidade do equacionamento da demanda e da oferta para diminuição dos impactos ambientais e a manutenção da longevidade do destino turístico.

Para Ruschmann (op. cit), a duração desse ciclo de desenvolvimento é de 20 anos. O período coincide com o tempo necessário para que a localidade se estruture, de fato, como turística; colha os benefícios de seu surgimento e os impactos negativos provocados pelo fluxo turístico se manifestem e se consolidem. Apenas um planejamento de longo prazo determinará medidas quantitativas que conduzirão a qualidade ideal do produto turístico, que interessa tanto a população residente como aos turistas. Um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que os turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela sua adequação aos interesses comerciais da atividade. Os maiores problemas da falta de planejamento se apresentam em núcleos turísticos saturados, isto é, onde o excesso de demanda criou uma oferta desordenada e imediatista, causando danos irrecuperáveis a natureza e ao traçado urbano.

Hall (2004) refere que o planejamento não é uma panaceia para todos os problemas, pois ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, deste modo, estimular uma resposta mais objetiva por parte da comunidade anfitriã em relação ao turismo no longo prazo. Se o planejamento se preocupa com a antecipação e a regulamentação das mudanças no sistema, em promover de forma ordenada o desenvolvimento com o objetivo de aumentar os benefícios econômicos, ambientais e sociais resultantes do processo de desenvolvimento, então o planejamento deve ser considerado um elemento crítico para se garantir o desenvolvimento sustentável de longo prazo dos destinos turísticos. O desenvolvimento turístico é muito imprevisível:

[...] nunca se sabe para onde o movimento turístico se vai expandir, nunca se sabe quando vai ressurgir. Assim, por mais que haja um bom planejamento do turismo, nunca sabemos como a sociedade vai reagir à presença dos turistas, nem como os turistas vão reagir à sociedade que os hospeda. Isso traz sérias limitações ao planejamento (BARRETO, 2000).

O planejamento do turismo é uma tarefa complexa, uma vez que envolve aspectos relacionados com a ocupação do território, a economia, a cultura dos núcleos receptores, as características dos destinos emissores e a consequente heterogeneidade dos turistas (RUSCHMANN e WIDMER, 2000). Ou seja, o planejamento turístico é um processo transversal a toda a sociedade que ultrapassa os seus aspectos econômicos, territoriais ou ambientais. Os autores ora citados defendem que o planejamento é essencial e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, sociais e culturais das regiões de acolhimento evitando, deste modo, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. Ruschmann (1997) atesta que o planejamento do turismo sustentável emerge como uma forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis no turismo. Logo, a autora argumenta que o planejamento em turismo “consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desta forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atratividade” (RUSCHMANN, 2000).

De acordo com Beni (2012) é preciso considerar as seguintes dimensões como objeto para buscar a sustentabilidade no planejamento do desenvolvimento da atividade turística:

- a) Sustentabilidade Ecológica: refere-se à base física do processo de desenvolvimento;
- b) Sustentabilidade Ambiental: diz respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas associados em absorver ou recuperar-se nas agressões antrópicas;
- c) Sustentabilidade Econômica: remete à busca do crescimento econômico por meio de alocação de recursos financeiros, da gestão eficiente, da realização de constantes investimentos públicos e privados;

- d) Sustentabilidade Social: relaciona-se à dimensão concernente aos esforços da construção da cidadania e da integração plena dos indivíduos a uma cultura de direitos e deveres;
- e) Sustentabilidade Cultural: refere-se à necessidade de se manter a diversidade de culturas, valores e práticas do Planeta, no país e numa região;
- f) Sustentabilidade Político-Institucional: vinculada à necessidade de se criar e fortalecer arranjos institucionais e organismos de representação político-social cujo desenho e aparato levem em conta critérios de sustentabilidade.

O desenvolvimento a longo prazo é a finalidade da sustentabilidade, e para ter êxito, é necessário a interação da população local, e com isso, alcançar uma melhor qualidade de vida, podendo estabelecer uma relação harmoniosa entre turistas e anfitriões. Gerando valores agregados por meio de leis de otimização e não da maximização das rendas, assegurando assim a inclusão e a coesão social e política num processo de desenvolvimento integrado e integral. Trás ainda em sua base a preocupação com a conservação, o meio físico e das formas de organização das comunidades receptoras, seus usos, costumes e tradições assim como participação nas fases de planejamento.

É notável em muitos destinos turísticos, a inexistência de planejamento, muitos empresários agem de acordo com seus próprios critérios e interesses, pode-se observar ainda um grande descaso por parte das administrações locais, em relação aos problemas do conjunto, onde favorece por consequência alguns poucos empresários. Para evitar esses acontecimentos:

"... é preciso buscar o apoio da comunidade desde o início da organização territorial destinada a impulsionar o turismo. Sabe-se que é difícil, mas é possível, até imprescindível, para se alcançarem os resultados satisfatórios do desenvolvimento sustentável do turismo com base local" (MAGALHÃES, 2000).

Valls (2006) afirma que o acervo sustentável se projeta através do equilíbrio populacional e da identidade cultural, pelo que os novos usos não podem destruir a relação original existente entre a população histórica residente, por um lado, e o território e o patrimônio, por outro. Por essa razão, seja qual for a tipologia do destino e o modelo de desenvolvimento, o planejamento deverá fundamentar-se na preservação do equilíbrio entre a população residente e a turística.

Edgell (2007) sustenta que o envolvimento da comunidade é chave para o sucesso do turismo: quase todas as áreas rurais têm algum recurso, atração, evento ou oportunidade de interesse para o viajante; locais para pesca, fotografia, hipismo, festivais, eventos esportivos ou culturais. Mesmo não sendo o destino principal, a área ainda pode ter potencial de turismo, sendo rota para os viajantes e fornecendo combustíveis, alimentação, pouso, *souvenirs* e outros serviços para os visitantes. Em qualquer caso, nenhum produto de turismo deve existir sem o envolvimento e o apoio dos residentes locais. Um bom inventário dos recursos potenciais de turismo é crítico para o sucesso do projeto de turismo. A maioria das comunidades tem uma variedade de atrações: históricas (local de nascimento de pessoas famosas, suas residências, edifícios históricos); ambientais (montanhas, rios, fazendas); culturais (artes, museus, centros culturais); eventos especiais (entretenimento ou educação). Para sustentar a área como destino turístico, é importante que a comunidade conduza estudos dos impactos econômicos, ambientais e sociais – a chave é manter um destino turístico sustentável e assegurar que ele contribua para a qualidade de vida dos residentes locais.

A sustentabilidade turística requer planejamento dos usos para minimizar prejuízos ao ambiente e as populações visitadas. O desenvolvimento sendo pautado não apenas no mercado, mas nos valores humanitários, e ambientais. Ações que visam a continuidade da vida, da atividade humana, da capacidade dos animais e das plantas de se reproduzirem ao longo do tempo. Para comunidades de significativas manifestações culturais, o turismo precisa ser controlado para evitar descaracterizações ou impactos, deve ter menor envergadura e cuidados específicos no sentido de assegurar o bem-estar das comunidades (PORTUGUEZ, 2005).

Sustentabilidade e capitalismo estão sempre em contradição, porém se tratados como pensamento complexo abre-se caminhos para uma ação dinâmica entre as oposições. Agregar a dimensão planetária, partindo do princípio de que não adianta garantir os direitos humanos, se o este continuar em processo de devastação. O grande desafio é a defesa do homem, de seu trabalho, de sua dignidade, extinção das desigualdades sociais e a conservação do ambiente onde se vive. É nesse sentido que as associações comunitárias emergem, como meio de promover e congrega a força destes atores sociais, para atingirem seus interesses e necessidades de forma

organizada. Para tanto, a emergência e fortalecimento de associações que atuem junto ao turismo no meio rural deve proporcionar o planejamento da atividade turística no campo a partir da participação de todos os atores envolvidos, promovendo, ainda, a articulação dos atores destes com elementos externos ao grupo, mas que tenham interesse no desenvolvimento da atividade (CORIOLANO, 2012).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 - TIPO DE PESQUISA

Tomando como premissa de que toda atividade racional e sistemática, demanda uma pesquisa em que as ações sejam planejadas, optou-se pela modalidade investigativa – a exploratória.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode-se dizer que esta pesquisa conduz ao aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado, envolvendo:

- a) Levantamento bibliográfico;
 - b) Entrevistas com indivíduos que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado;
 - c) Análise de exemplos que estimulem a compreensão. (SELLTIZ et al *apud* GIL,2002).
- **Revisão bibliográfica** – foram pesquisadas bibliografias nacionais e internacionais em diversos campos do conhecimento científico, técnico e administrativo, incluindo turismo, meio ambiente, administração pública, legislação, comunicação e outros. Nesta etapa foram consultados os acervos de bibliotecas de universidades públicas (USP, UNESP e UNICAMP); e de sites da internet pertinentes ao assunto.

Com base na bibliografia pesquisada, foi possível elaborar a fundamentação teórica básica e realizar a análise comparativa entre os conhecimentos científicos e os dados levantados em campo.

- **Elaboração da fundamentação teórica** – nesta etapa foram utilizados os resultados obtidos na pesquisa e revisão bibliográfica e dados levantados no município. A fundamentação teórica ofereceu importante suporte para o levantamento e análise dos dados das experiências municipais de turismo sustentável e para a elaboração da proposta de diretrizes para o turismo sustentável com base local. Os conceitos e análises apresentados na fundamentação teórica também poderão auxiliar governos, entidades privadas e outras comunidades na elaboração, implantação e avaliação de políticas de turismo.
- **Definição de municípios considerados referência no desenvolvimento do turismo sustentável** – nesta etapa da pesquisa foram consultadas publicações em turismo e desenvolvimento sustentável que mencionassem municípios bem sucedidos na implantação, execução de políticas; e modelos de boas práticas da Organização Mundial do Turismo.
- **Elaboração do roteiro de entrevista** – Optou-se pela entrevista semiestruturada, que permite uma maior flexibilidade para o entrevistador e entrevistado, possibilitando incluir perguntas durante o processo. O roteiro da entrevista semiestruturada foi elaborado com base no “Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável” (OMT, 2003).

Para o levantamento das informações específicas sobre a política municipal de turismo desenvolvida no município, foi aplicada uma abordagem qualitativa, combinando técnicas de coleta de dados de observação direta, como a entrevista, e de observação indireta, como a análise documental. Empregou-se um roteiro flexível, permitindo adaptações durante sua aplicação.

- **Aplicação das entrevistas** – para a aplicação da entrevista semi estruturada foi elaborada uma carta ao prefeito do município selecionado, visando informá-lo sobre o desenvolvimento e a finalidade da pesquisa, solicitar informações sobre a localidade e promover o contato com a autoridade responsável pelo turismo no município. Esta etapa da pesquisa teve como propósito o levantamento de informações sobre as ações de planejamento e os programas promovidos pelo poder público para desenvolver o turismo sustentável.

Foram entrevistados os profissionais envolvidos diretamente com o segmento de turismo na localidade como: Diretores de Turismo – de diferentes gestões, Profissionais de Hospitalidade, Técnicos Agrícolas, Ambientais e Topógrafos, chat em ambientes virtuais, além da distribuição de 1300 questionários (modelo no apêndice) divididos igualmente pelos treze bairros da cidade, tais como:

- Jardim da Saúde;
- Conjunto Evangelina Geraigire;
- Jardim João Furtado;
- Jardim Cava do Bosque;
- Vila Monteiro;
- Centro;
- Jardim Cláudia Prado;
- Jardim dos Imigrantes;
- Jardim das Américas;
- Jardim Brasil;
- Parque Industrial;
- Bento Quirino; e
- Jardim dos Ferroviários.

Além dos questionários citados, foram percorridos todos atrativos existentes e os potenciais a fim de reunir dados mais contundentes sobre a localidade. Estes dados, de atrativos culturais e naturais, foram recolhidos e analisados por meio de formulário de coleta cujo modelo encontra-se no apêndice.

- **Sistematização e análise dos resultados obtidos** – os resultados obtidos nas etapas anteriores foram analisados e sistematizados para verificar a efetiva aplicação das propostas da Organização Mundial do Turismo e da conceituação da fundamentação teórica para o desenvolvimento sustentável da atividade turística na localidade. Esta etapa também objetivou identificar o papel do poder público local no desenvolvimento do turismo.

- **Elaboração de proposta para o turismo sustentável com base local** – para a elaboração desta etapa da pesquisa foram utilizadas: a bibliografia consultada, a fundamentação teórica, as informações obtidas por meio das entrevistas e a sistematização dos resultados.

3.2 – Caracterização da área de pesquisa

Segundo Rocha (2005), o Estado de São Paulo tem cerca de 248.000 km² de extensão e está localizado entre os paralelos 20° - 25° S e os meridianos 44° 30' - 53° W, na Região Sudeste do Brasil. O Trópico de Capricórnio (23°30' S) passa ao Sul do território. O aspecto fisiográfico geral do território ressalta as regiões montanhosas a leste e a suavização do relevo a oeste. Na seção geomorfológica sudeste - noroeste, traçada por AB'SABER (2003), visualizam-se os compartimentos geomorfológicos maiores. Situado no nordeste do Estado de São Paulo, o município de São Simão possui 617,96 km² de área, uma população de 14.410 habitantes, densidade demográfica de 23,32 habitantes/km² e taxa de crescimento anual da população de 0,49 %. Possui população jovem, cerca de 35 % tem até 20 anos, 40% tem de 21 a 50 anos, e os 25% restantes representam os habitantes que possuem de 51 a 94 anos.

Na década de 70 e 80 a cidade era reconhecida como o Vale da Saúde por apresentar índices de longevidade bastante altos em comparação com o entorno e água mineral em abundância (OLIVEIRA, 1975). Localiza-se na Latitude 21°28'44'' Sul e Longitude 47°33'03'' W – GR, limitado ao norte com Cravinhos, Serra Azul e Santa Cruz da Esperança, a leste com Cajuru e Santa Rosa de Viterbo, ao sul com Santa Rita de Passo Quatro e a oeste com Luís Antônio (IBGE, 2011; SEADE, 2012), conforme figura abaixo relacionada.

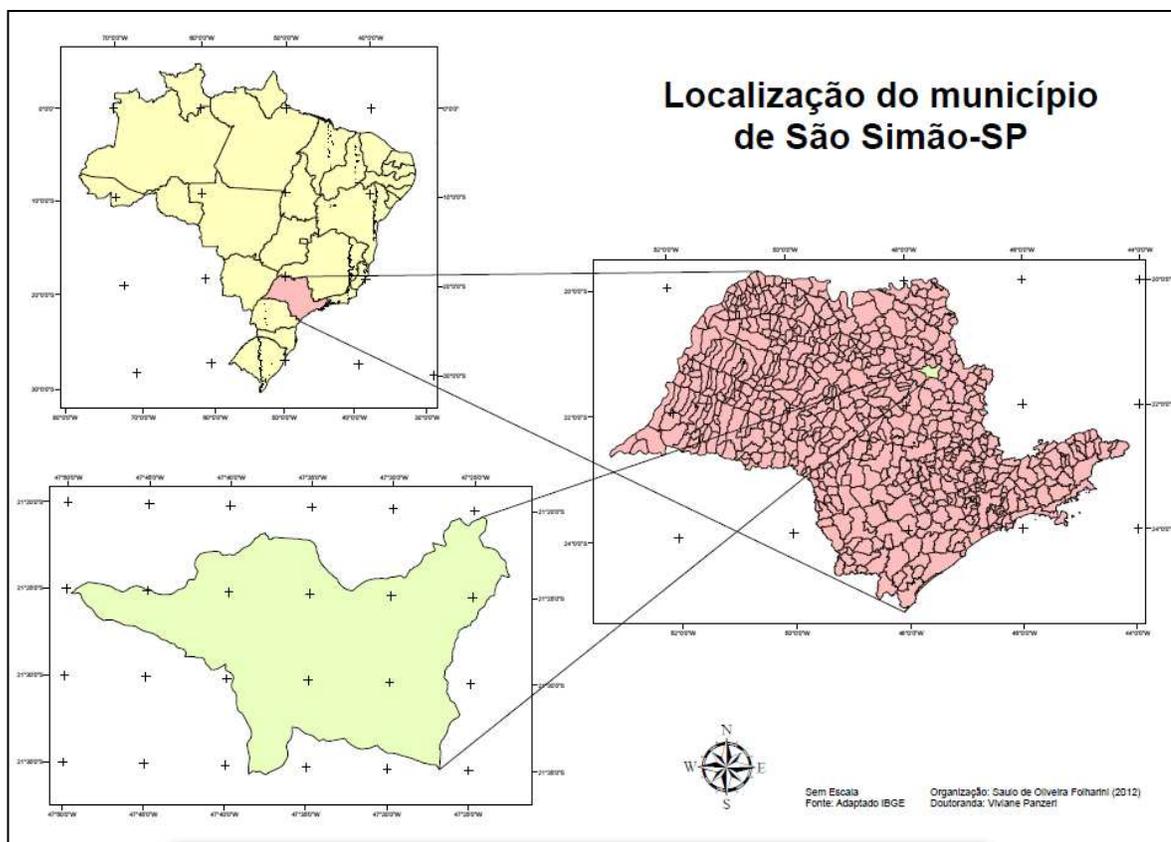


Figura 2: Mapa de localização do município de São Simão (FOLHARINI, 2012)

As altitudes chegam a 1000 metros, com as seguintes características: clima tropical, vegetação de cerrado – com algumas elevações chamadas de patamares estruturais de Ribeirão Preto, patamares estruturais de Franca/Batatais, que alguns autores chamam de Serras de São Simão e depressão de Mogi-Guaçu, da bacia do rio Pardo. O município possui três unidades de conservação: a Estação Ecológica Santa Maria – hoje habitada pelo Movimento Sem Terra, a Estação Experimental Bento Quirino e a Estação Experimental São Simão. Possui diversos córregos, e dois rios que cortam seu território: o Tamanduá – cuja nascente se localiza numa mancha de vegetação nativa em meio aos eucaliptos e em três locais, bastante próximos, serve como atrativo turístico; e o São Simão que nasce no cerrado, forma uma lagoa – onde está localizado o bosque municipal, e depois corta a zona urbana, servindo condutor dos resíduos não tratados da população local. Possui também uma estação meteorológica automatizada que fornece boletins via internet, com temperatura média entre 3°.C e 35°.C (IBGE, 2011; ABAG/RP, 2005).

O cerrado, o café e a ferrovia

Segundo Tassara (2008) o bioma do Cerrado ocupa grande parte do Planalto Central brasileiro. Essa área abrange terras de 12 estados da federação, além disso, encontram-se fragmentos isolados em regiões e inclusive em áreas de transição de outros biomas. Considerado como um ecossistema tropical de savana, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo em biodiversidade, contando com milhares de espécies endêmicas entre plantas e animais, muitas delas ainda não identificadas por cientistas. Suas paisagens apresentam diversas formações e fisionomias bem marcadas, intercaladas entre si, compondo um verdadeiro mosaico: o cerradão, o cerrado típico, o campo cerrado, o campo sujo de cerrado, os campos limpos e os campestres.

Segundo Bitencourt e Mendonça (2004), apesar do Cerrado ser o segundo bioma brasileiro em extensão geográfica, está sob frágil proteção legal, resumindo-se ao Código Florestal e algumas unidades de conservação. Historicamente, o Cerrado tem sido considerado como a área a ser desmatada para ocupação da agropecuária. A importância do bioma cerrado para o Brasil é indiscutível, por sua biodiversidade e sobretudo as diversas espécies vegetais com valor medicinal; além disso, no Estado de São Paulo, o Cerrado está localizado em solos de recarga do Aquífero Guarani.

O cerrado típico caracteriza-se por apresentar um estrato de árvores e arbustos, geralmente tortuosos, enegrecidos pelo fogo e de casca espessa, dispersos sobre uma camada contínua de gramíneas que reveste o terreno, geralmente está associada a solos pobres, ácidos e com baixa capacidade de reter umidade. Além disso, o clima é sempre caracterizado por uma estação seca bem definida, de duração variável entre regiões, época em que são comuns os incêndios. São esses os principais fatores ambientais que, combinados, determinam a fisionomia da vegetação. A grosso modo, quanto menor a disponibilidade de água e nutrientes, mais frequentes são os incêndios e conseqüentemente mais aberta será a vegetação do cerrado e menor será a biomassa (TASSARA, 2008; SANTOS, PIRES, 2000).

Embora a primeira vista o cerrado seja pobre, é sabido que esse bioma contém uma diversidade imensa de espécies e formas de vida, boa parte delas endêmicas, não podendo ser encontrada em nenhuma outra parte do mundo. Por isso e pela ameaça constante aos recursos naturais, o cerrado é considerado uma das áreas prioritárias para a conservação biológica do mundo (BITENCOURT; MENDONÇA, 2004).

O cerrado ocupava 14 % do território no início do século. Hoje, os remanescentes dessa vegetação cobrem menos de 1% do estado, sendo que metade se encontra protegida na forma de unidades de conservação (SANTOS; PIRES, 2000, IFSP, 2005).

Segundo Bitencourt e Mendonça (op.cit), iniciada a partir do século XVIII, a incorporação dessas terras, tanto nas regiões dos cerrados como das florestas de Mata Atlântica, teve uma importância preponderante no desenvolvimento do que hoje representa o estado de São Paulo; assim como em outras localidades, o padrão de ocupação também foi baseado na produção voltada à exportação, especificamente, de café nessa época.

De acordo com Matos (apud BITENCOURT; MENDONÇA, 2004), o isolamento do planalto paulista durante quase todo o período colonial, resultado das dificuldades impostas pelo relevo da Serra do Mar, conferiu à região uma situação socioeconômica diferente do restante da Colônia. Apesar de ter sido por muito tempo o único ponto ocupado no interior do Brasil, a precariedade das comunicações com o litoral levou os paulistas isolados no planalto a desenvolverem atividades econômicas baseadas na captura dos índios, busca de ouro e pedras preciosas, agricultura de subsistência e policultura.

A economia paulista no período colonial era uma das mais pobres do país, tanto na produção como em população. O aumento populacional se dava por meio do crescimento da população local e incorporação de indígenas. São Paulo não era terra de atrativos para migrantes e, assim, ao findar do século XVII, havia aproximadamente quinze mil habitantes compostos de portugueses, índios e caboclos (BRIOSCHI apud BITENCOURT; MENDONÇA, 2004).

Atrás das riquezas minerais, os paulistas traçavam grandes rotas de penetração para o interior. Com as descobertas de ouro na passagem do século XVII para XVIII, os paulistas foram se fixando nos arraiais criados juntos às jazidas, que depois se transformaram em vilas. Em meados do século XVIII, com objetivos de expandir suas terras e conter os espanhóis, a Coroa Portuguesa incentivou ações para consolidar a ocupação da Capitania de São Paulo e fixar sua população, que foram: elevar à condição de vilas de mais 20 arraiais, incentivar a lavoura canavieira, reativar a concessão de sesmarias, criar proteção ao comércio de mulas – meio de transporte da época, proibindo a sua criação em outros territórios da Colônia, moralizar o comércio do sal, reestabelecer a Casa de Fundação de São Paulo, e por fim, realizar melhorias no Caminho do Mar para o escoamento dos produtos até o porto de Santos. Como resultado destas ações, teve início o desenvolvimento da produção canavieira e algodoeira para exportação, marcando o início modesto de crescimento econômico na Capitania, uma vez que o ciclo do ouro estava em declínio (BRIOSCHI apud BITENCOURT; MENDONÇA, 2004).

A passagem do café pelo Estado de São Paulo transformou a economia e a paisagem paulista; como as técnicas agrícolas ainda eram precárias, era comum a procura por terras novas, principalmente as que não foram cultivadas e cobertas por matas – seja Mata Atlântica ou Cerrado. Assim se formaram as novas fazendas de café gerando um processo de ocupação dos desconhecidos sertões paulistas. Com base nesta abordagem, as florestas da região foram quase que totalmente dizimadas (DEAN,1996).

Ao final do século XIX, os fazendeiros ou Barões de Café, como eram chamados, adentraram o sertão das *Cuestas Basálticas* ao Planalto Central; lá encontraram grandes manchas de terra roxa, que atualmente contempla a região de Ribeirão Preto, no nordeste paulista. O solo fértil era oriundo da desagregação dos diabásicos e dos basaltos; era o local mais propício para a cultura cafeeira. A área tinha florestas, com boa parte composta de cerrados que foram substituídos durante este processo de ocupação. Com a expansão da cultura, várias vilas e freguesias foram promovidas a municípios. A região nordeste do estado, por ter sido Caminho de Goiás, antes mesmo da chegada do café já possuía uma ocupação e economia estabelecidas, habitada por paulistas descendentes dos primeiros povoadores e mineiros vindos no começo do século XIX; foi uma região de fazendas, cujas atividades eram a pecuária e a agricultura.

Normalmente a criação de gado se dava de maneira extensiva nas áreas de vegetação de cerrado (ARAUJO apud BITENCOURT; MENDONÇA, 2004).

A partir de 1870, estabeleceram-se as primeiras fazendas de café na região de Ribeirão Preto, e vinte anos depois, a região já produzia cinco vezes mais do que o Vale do Paraíba; nesta época, o Estado de São Paulo era considerado o maior exportador mundial de café. Todo esse desenvolvimento só foi viável por meio do avanço do transporte ferroviário para escoamento da produção (BRIOSCHI apud BITENCOURT; MENDONÇA, 2004).

Stefani (2007) afirma que o desenvolvimento do transporte ferroviário paulista ocorreu de forma fragmentada, por regiões ou companhias, seguindo a cronologia:

- Em 1867, Santos - Jundiaí ou São Paulo Railway – responsável pelo trecho que substituiu o Caminho do Mar, contava com 139 km, foi projetada e financiada pelo Barão de Mauá.
- Em 1871, foi criada a Estrada de Ferro Sorocabana – responsável pelo trecho de Mairinque a Botucatu, percorrendo posteriormente cidades como Agudos, Avaré e Presidente Epitácio.
- Em 1871, também foi criada a Companhia Paulista de Estrada de Ferro - responsável pelo trecho de 507 km de Campinas a Colômbia - divisa com Minas Gerais. Posteriormente foi criada a Estrada de Ferro Mogiana, em 1872, que atendia o nordeste do Estado, primeiramente de Campinas a Mogi-Mirim e depois até Ribeirão Preto. As companhias Mogiana e Paulista possuíam pequenos ramais que integravam cafezais dispersos facilitando a comunicação e o povoamento, além do escoamento da produção.
- Em 1905, foi inaugurada a linha férrea Noroeste, única construída pelo governo, que ligava a cidade de Bauru ao estado do Mato Grosso.

Por onde a ferrovia passava a paisagem se modificava, as florestas davam lugar às plantações de café, surgindo as cidades. Com o aparecimento de várias cidades, aumentou o consumo de lenha para o uso doméstico, a manutenção das ferrovias e o combustível dos trens, acarretando a destruição do cerrado para o fornecimento de madeira. Em meados de 1940, a madeira se tornou um artigo dispendioso, gerando problemas e conduzindo ao plantio de

reflorestamentos, os mesmos que deram origem a silvicultura na região e permitiram a instalação de indústrias de papel e celulose.

Segundo a ABAG/RP – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, em parceria com a Embrapa (2012), São Simão ainda possui agricultura diversificada, ressaltando o plantio de soja, milho, café, eucalipto ou pinus, e cana de açúcar. A cultura canavieira é comumente praticada em áreas arrendadas pelas usinas das redondezas, que frequentemente provocam queimadas, causando diversos problemas de saúde para a população. Além disso, transformam o trânsito pacato de um município pequeno em uma pseudo-neurose urbana, com caminhões de carga em trânsito pelas estradas principais e secundárias. Atualmente possui 15.000 hectares em área reflorestada com eucalipto ou pinus, principalmente em áreas de solos arenosos pouco férteis; esse incremento também se deu pelo aumento da demanda de consumo e facilidade de logística de uma das maiores indústrias de celulose, instalada do município de Luis Antônio, a International Paper.

A agricultura brasileira hoje é mecanizada, que provocou um esvaziamento do meio rural, levando milhões de pessoas às cidades em busca de empregos. O país tornou-se eminentemente urbano sem as devidas condições para isso, aprofundando desigualdades caracterizadas pelos contrastes entre bairros muito bem equipados e propagação de favelas em áreas, muitas vezes, de risco ou de proteção ambiental (QUEIROZ, 2012).

Segundo Franghetto (2010) citando o ambientalista Paulo Nogueira Neto, a economia, muitas vezes, incentiva a destruição das florestas para expandir a agricultura, mas, ultimamente, em parte do Brasil – principalmente no sudeste e sul – a economia está favorecendo a volta das florestas nativas. A razão é que hoje não se faz mais agricultura na base da enxada em larga escala. A agricultura atual é mecanizada; mesmo as melhores técnicas de conservação do solo, como o plantio direto, exige mecanização. E o resultado é que os fazendeiros não estão mais plantando em áreas onde não pode entrar o trator. Dois locais que podem ser exemplo desta afirmação são as duas pequenas serras, na região de Ribeirão Preto: **São Simão** e a Serra Azul, localizadas respectivamente nos municípios que as nomeiam, onde as florestas estão realmente voltando; nota-se a existência dos terrenos mais acidentados de mata de pequeno porte, uma mata

jovem, que está começando ainda a crescer, mas não estão fazendo agricultura. A sociedade se preocupa com o meio ambiente, mas a biodiversidade do futuro estará nas unidades de conservação, pois sempre haverá aqueles que devastarão em nome do desenvolvimento econômico.

Justificativa de escolha da área pesquisada

Em face dos objetivos desta pesquisa, optou-se pela escolha pela localidade representar o turismo em sua fase embrionária, podendo haver oportunidades de planejamento sustentável. Situado na Região Administrativa de Ribeirão Preto, no nordeste paulista - **o município de São Simão**, foi estudado entre os anos de 2007 e 2012, valendo-se da base documental disponível.

Na investigação, procurou-se centrar os assuntos dentro dos seguintes temas:

1. Turismo Sustentável;
2. Desenvolvimento Sustentável;
3. Planejamento do Turismo;
4. Pesquisa em Turismo;
5. Documentos nacionais e internacionais relativos à temática;
6. Dados sobre a Região Administrativa de Ribeirão Preto e o município de São Simão.

De acordo com Seade (2012), a Região Administrativa de Ribeirão Preto (RARP) é constituída por 25 municípios paulistas: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral.

Ainda de acordo com mesma fonte, a RARP possui significativa importância na história da econômica do Estado de São Paulo; a produção cafeeira marcou o desenvolvimento regional do fim do século XIX até meados do século XX, quando se intensificou a cultura canavieira.

Atualmente, a plantação de cana-de-açúcar e o cultivo de eucalipto são as principais atividades agrícolas em uma cadeia produtiva integrada à indústria regional.

O setor sucroalcooleiro possui elevados índices de produtividade, decorrentes de inovações tecnológicas, tais como a utilização de enzimas para aumento do teor de sacarose da cana-de-açúcar e do bagaço como matéria-prima para a geração de energia para as usinas locais. Após um período de estagnação e falta de estímulos governamentais na década de 1990, a recente disseminação da tecnologia “flex-fuel” na indústria automobilística brasileira contribuiu para o aumento da demanda de álcool no País, fortalecendo a agroindústria regional. O setor de serviços também se beneficia dessa atividade agroindustrial: a Agrishow e a Fenasucro, principais feiras nacionais de produtos voltados para agropecuária e agroindústria, são realizadas respectivamente em Ribeirão Preto e Sertãozinho, contribuindo para o turismo de negócios na região.

Nos últimos anos, a região de Ribeirão Preto vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica nos níveis estadual e nacional. Essa área comporta um parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Possui uma estrutura agrícola e agroindustrial bastante significativa e desempenha atividades terciárias de expressiva especialização.

Ainda segundo a Seade (2012), pelo mecanismo de economias de aglomeração, a região atrai segmentos da indústria e empresas de serviços. Além da produção de alimentos e de combustíveis, a indústria regional produz máquinas, equipamentos, médicos, de automação e precisão. Os municípios pertencentes a RARP integram o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos nos campos da saúde e biotecnologia.

A malha viária multimodal, de excelente qualidade, expande os vínculos econômicos com outras regiões do Estado e do País. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) da RARP de 2007, indicam o índice de 2,5 % do PIB estadual ou R\$19.925 *per capita*. Segundo dados do IBGE (2011), em 2008 a RARP tinha aproximadamente 1.209.106 habitantes, distribuídos em 6000 km², o que corresponde a 4,2 % do território paulista.

Além de possuir vários centros inovadores no campo das pesquisas científica e tecnológica, o Aeroporto Estadual Dr. Leite Lopes, em Ribeirão Preto, é uma das unidades regionais com maior tráfego de carga e passageiros do interior paulista; esse aeroporto passará por ampliações nos próximos meses para atender a demanda de turistas em voos domésticos e o deslocamento de carga em voos comerciais.

A atividade turística na região vem sendo implementada ao longo dos anos em que se desenvolveram as vias de acesso à região. Os impactos do turismo não se restringem somente às cidades integrantes da Macrorregião Turística da Alta Mogiana, mas aos demais municípios que a malha viária permite, incluindo os circuitos e roteiros turísticos.

A cada mudança política ou administrativa na gestão do turismo estadual muda-se a nomenclatura da regionalização, ora chamados circuitos, núcleos ou roteiros, dificultando a criação de uma marca forte e de um produto de qualidade que permita o desenvolvimento sustentado pelo turismo.

As vantagens da regionalização são múltiplas, iniciando-se com a participação de todos os setores dos municípios envolvidos, isto é: prefeituras, associações comerciais, industriais, agrícolas e turísticas, câmaras municipais, instituições de ensino e tecnologia e a iniciativa privada. O trabalho conjunto permite a redução de custos em projetos e serviços, diagnóstico dos problemas com mais eficiência e ações sinérgicas com maiores possibilidades de sucesso.

Segundo a EMBRATUR (2006), na região há uma representatividade de propriedades agrícolas com potencial turístico, de modo a resgatar e valorizar a produção rural, agregar valores, promover o patrimônio cultural e natural, obedecendo a capacidade de carga das propriedades.

A RARP possui amplo sistema viário ramificado e de boa qualidade, tendo como eixos principais as Rodovias Bandeirantes e Anhanguera. A malha viária permitiu uma densa ocupação urbana, organizada em torno de algumas cidades de portes pequeno, médio e grande, com processos de conurbação já consolidados ou emergentes. Na figura 3 estão representadas as

principais vias de acesso da RARP, de acordo com Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC (2003).



Figura 3: Municípios e vias de acesso da Região Administrativa de Ribeirão Preto- IGC (2003)

As especificidades dos processos de urbanização e industrialização ocorridos na Região provocaram mudanças muito visíveis na vida das cidades. De um lado, acarretaram desequilíbrios de natureza ambiental e deficiências nos serviços básicos. De outro, geraram grandes potencialidades e oportunidades em função da base produtiva. Nesse cenário, cidades médias passaram a conviver com problemas típicos de cidades grandes. A proliferação de favelas, violência e pobreza urbana revela um padrão de crescimento perverso que aprofunda as desigualdades sociais.

Município de São Simão

Consta como origem do município simonense o resultado de uma promessa feita pelo sertanista mineiro Simão da Silva, ao se desviar da rota traçada e se perder num matagal: prometeu, caso sobrevivesse, que construiria uma capela naquele mesmo espaço, em homenagem a São Simão – seu santo de devoção. A capela foi erguida em 14 de Maio de 1835, com um patrimônio doado por Simão de 1000 alqueires paulistas. Logo se tornou capela curada, e em 8 de

Março de 1842 foi criada a freguesia em terras de Casa Branca, com o nome de São Simão. Em 22 de Abril de 1865, obteve autonomia político-administrativa, alcançando as condições de comarca em 1877 e de cidade em 1895.

Nesse último período citado, a efervescência cultural e política vigente entusiasmou os membros da Câmara Municipal que, num gesto de ousada autonomia, iniciou articulações que culminaram na instauração do regime republicano em nosso país, passando o município então a ser considerado como “Berço da República”.

Em 1882, com a chegada da Estrada de Ferro Mogiana (atual Ferroban, hoje em vias desativação desse trecho), integrou-se ao ciclo cafeeiro, o que lhe proporcionou desenvoltura. A absorção da imigração como mão de obra nos processos produtivos acabou por lhe conferir uma base cultural ampla, o que se reflete em seu desenvolvimento. Conforme figura 4 abaixo relacionada.



Figura 4: Estação Ferroviária de São Simão em 1910 (Acervo Mogiana - Estações Ferroviárias, 2012).

São Simão teve seu próprio Banco, Usina Elétrica, Estradas de Ferro, Empresa Telefônica, gerados por seus habitantes em grande parte imigrantes, como:

- Alemães: que trouxeram a fundição de metais, a arquitetura, a engenharia para construção de casas, como por exemplo, a Casa de Cultura Marcelo Grassmann (tombada pelo CONDEPHAT em 1979). Marcelo Grassmann é artista simonense, conhecido por suas gravuras. Outro exemplo significativo é o Theatro Carlos Gomes, que abrigou diversos espetáculos de Ópera.
- Italianos: constituíram a grande maioria dos imigrantes da Região, influenciaram a cultura e a religião local; vieram para trabalhar na lavoura de café.
- Ingleses: trouxeram centenas de utensílios, construíram as estradas de ferro para escoar a safra de café.
- Outras nacionalidades: o município recebeu também Norte-americanos, Libaneses, Portugueses, Franceses e Japoneses.

O desenvolvimento municipal foi interrompido por três epidemias de febre amarela e uma de varíola, o que dizimou parte da população e gerou a mudança de certo contingente para as fazendas de café da região. Isso fez com que surgissem vilas que mais tarde se transformaram em capelas e constituíram os municípios vizinhos (OLIVEIRA, 1975).

São Simão possuía uma área bem maior do que na atualidade, conforme figura abaixo, pode-se constatar que o município abrigava as áreas correspondentes a: Cravinhos, Santa Rosa de Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Pontal, Dumond, Guatapará, Serra Azul, Barrinha, Santa Rita do Passa Quatro e Luis Antônio (LOPES, 2008).

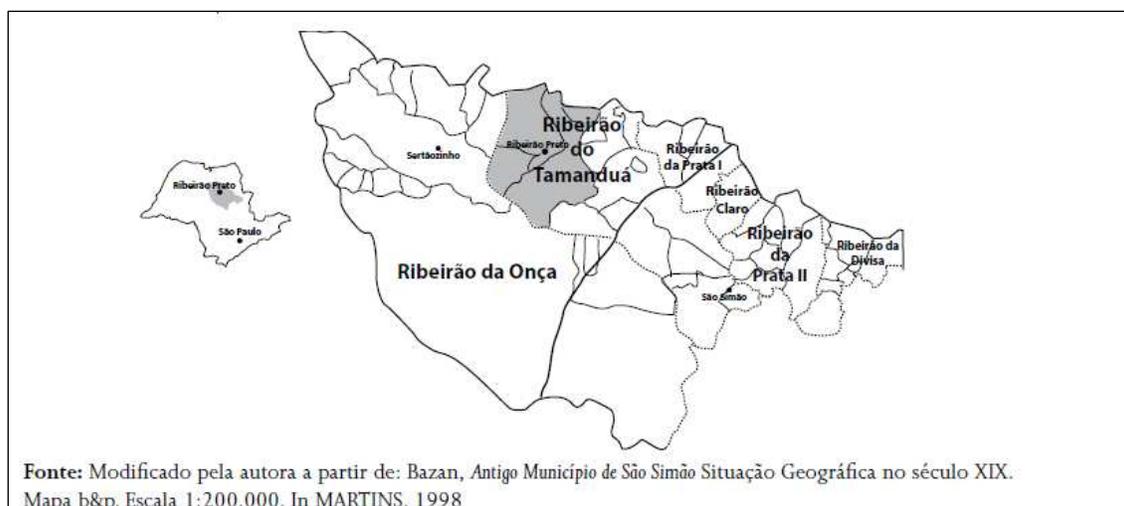


Figura 5 : Antigo Município de São Simão. Situação Geográfica do século XIX

(adaptado de LOPES, 2008 apud MARTINS, 1998).

Segundo o historiador e residente Oliveira (1975), ainda não foi encontrado nenhum elemento capaz de determinar com exatidão quando de fato se iniciou o povoamento de São Simão, mas pode-se dizer com certeza que o processo se deu anteriormente do que é conhecido; se no ano de 1835 foi elevada a categoria de Capela – é porque a localidade já existia como povoação de certo tamanho. Sabe-se que Simão da Silva faleceu em 1849 com 80 anos, é improvável que o mesmo tenha desbravado o inóspito sertão aos 66 anos de idade. Naquela época os desbravadores se arriscavam com idade entre 30 e 40 anos. Esse equívoco temporal é justificado pela falta de meios de comunicação e transporte.

Oliveira (1975) e Lopes (2008) também explicam que na época da formação de São Simão, no Império, a Igreja era unida ao Estado, isto é, a religião oficial do Brasil era católica, quando um povoado subia na esfera eclesiástica, subia também na escala político-administrativa. Capela, era a designação religiosa de uma das divisões territoriais, era também a região que ficava sob a administração de um Padre, a quem cabia o direito de governar e administrar sacramentos. Os autores lembram também que para tornar-se Capela foi preciso que Simão da Silva fizesse uma doação de terras para formação de patrimônio. Essa elevação de status era de grande significado, tanto na esfera religiosa como na civil, pois representava o primeiro passo para tornar-se cidade. Essa escala compreendia as seguintes etapas: Capela, Freguesia, Sistrito, Vila, Município, Comarca e Cidade.

O povoado simonense cresceu rapidamente, atraindo grande número de pessoas que desbravam o sertão para formação de lavoura, iniciando a criação de animais ou ainda estabelecendo comércio; esse desenvolvimento assegurou à localidade a transição para Freguesia. A data máxima de uma Nação é quando ela se liberta de outra, e não quando foi descoberta; assim, a data maior da história de São Simão é o dia em que se desligou de Casa Branca e passou a ser um município autônomo, e não quando foi fundada ou elevada à Capela. Isso ocorreu em 1865 (OLIVEIRA, 1975).

O município estava criado e tinha conforme documentação do Livro de Atas da Câmara Municipal as seguintes dividas:

Principia na barra que faz o Ribeirão Bom Sucesso no Rio Pardo, descendo por este abaixo, até a barra do Rio Mogy-Guassú e por este acima até a barra do Ribeirão denominado Vaçununga, e por este acima até sua cabeceira, e dahi tomando a direita em rumo a cabeceira do correjo conhecido pelo correjo da Ponte Natural e por este abaixo até confluir o ribeirão de nome (...) e daqui ao rumo direito (...) da Freguesia de Santa Rita do Passa Quatro.

O trecho acima faz parte da descrição que consta na documentação da formação do município. Infelizmente, faltam trechos pelo descaso com que esse material foi armazenado (OLIVEIRA,1975).

Identidade turística

Segundo a Prefeitura Municipal de São Simão - PMSS (2012), a demanda por turismo apresenta uma especificidade própria, consoante às diversas motivações, necessidades e preferências dos turistas pelo produto principal permanente ou eventual, que imprime ao núcleo receptor sua vocação turística e seu poder de atração, permitindo-lhe uma afluência autodeterminada ou dirigida.

Ainda segundo a PMSS (2012) e o Projeto de lei 690/2011, o Município apresenta a seguinte tipologia:

- Turismo Climático: por sua qualidade terapêutica do clima e das águas;
- Turismo Paisagístico: por possuir o produto turístico como a paisagem e os diversos aspectos cênicos da natureza – como o Morro do Cruzeiro;
- Turismo Histórico e Cultural: por oferecer legado histórico-cultural, representado a partir do patrimônio cultural local;
- Turismo Religioso: por ter em seu calendário oficial diversas festas católicas e ser membro do Caminho da Fé;
- Turismo Desportivo: por realizar diversas competições e torneios esportivos – em meio urbano e rural;
- Turismo Folclórico e Artesanal: por possuir festividades com manifestações típicas, com gastronomia, exposições e produtos artesanais;
- Turismo Familiar: visitas a parentes e amigos, hospedando-se em casa de familiares;
- Turismo de Terceira Idade: motivados pela qualidade de vida local e pela titulação da década de 80, quando a cidade era conhecida por Vale da Saúde;
- Turismo Ecológico: motivados pelo desejo de usufruir da natureza;
- Turismo Rural: visitação às fazendas;
- Turismo de Aventura: motivados pela atração de conhecer lugares para caminhadas e esportes radicais.

Segundo o Plano Turístico Participativo de São Simão (PMSS, 2012), os pontos turísticos são:

- Casa de Cultura Marcelo Grassmann: tombada pelo Condephaat em 1979, a casa de origem alemã conta com acervo de gravuras e pinturas do artista Marcelo Grassmann. É o último exemplar da arquitetura alemã no município; foi construída em 1905, abriga 32 obras doado pelo próprio artista, é local de exposições e atividades culturais, além de estar inserida na Rota da Hospitalidade e Arte – que é formada pelos maiores artistas paulistas da região: Grassmann, Portinari e Vaccarini. Conforme figura abaixo relacionada.



Figura 6: Casa de Cultura Marcelo Grassmann (PMSS, 2012).

- Museu Histórico Alaur da Matta: possui acervo de armas e material bélico, documentos, objetos arqueológicos, esculturas e peças sacras. No museu é possível descobrir um pouco mais sobre a produção de café, a febre amarela, a revolução de 32, a imigração italiana e alemã, e por fim sobre a titulação de berço da proclamação da república. É mantido por uma organização não governamental de nome FUNCUS.
- Associação Esportiva Quirinense: construída pelos funcionários da antiga estrada de ferro São Paulo e Minas, abriga um exemplar de uma locomotiva a vapor da extinta e referida estrada de ferro.
- Complexo da Igreja Matriz São Simão Apóstolo: foi construída em 1886, inaugurada em 1892, passou por diversas reformas, tem grande valor artístico, teto pintado à mão pelo artista Benedito Calisto, altar doado pelos imigrantes italianos e construído por Marino Del Fávero. Em seu entorno: Dragão de Pedra – construído a partir de material local, reza a lenda que o dragão protege todo complexo; Gruta da Imaculada Conceição – construída em meados de 1960 para marcar a passagem de missionários pelo município; Portal do Caminho da Fé – construído em 2010 em homenagem a Rota Turística que passa por São Simão em direção a Tambaú (Padre Donizeti) e Aparecida do Norte. Conforme figuras abaixo relacionadas.



Figura 7: Complexo da Igreja Matriz (FERNANDES, 2012)

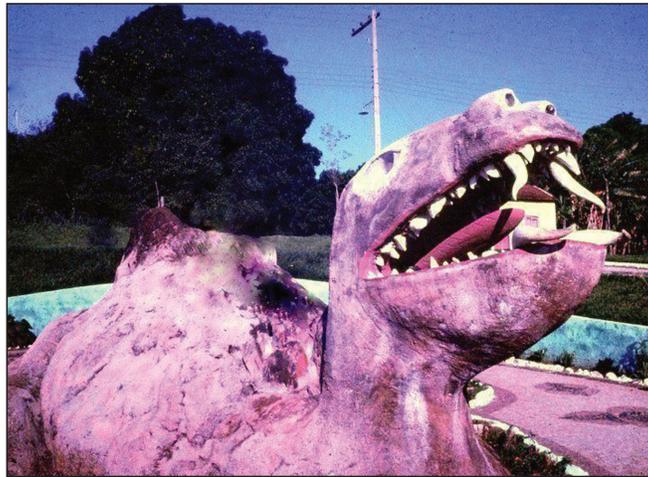


Figura 8: Dragão de Pedra (PMSS, 2012)

- Praça da República: localiza-se no centro do município, é ponto de encontro da população local; abriga fonte luminosa construída em 1950, possuindo ainda um monumento em referencia ao marco da Republica com imagem de Deodoro da Fonseca pintada em azulejo, como pode ser visto na figura abaixo.



Figura 9: Fonte Luminosa (PMSS, 2012)

- Cemitério de Bento Quirino e São Simão: local considerado turístico devido ao seu grande valor histórico, criado no século XIX para isolamento das pessoas falecidas durante as epidemias que atingiram a cidade.
- Theatro Carlos Gomes: foi construído no final do século XIX, possui grande valor histórico, é um dos maiores patrimônios culturais da Rota Turística da Alta Mogiana, foi restaurado e reinaugurado em 2008, é gerido por uma organização não governamental nomeada por SOS Cultura, como pode ser visualizado na figura abaixo.



Figura 10: Theatro Carlos Gomes (PMSS, 2012)

- Balneário Prainha do Tamanduá: localiza-se na área rural do município, é de propriedade pública, sendo o seu uso atual para recreação e lazer. Conta com praia fluvial de areia branca, águas cristalinas, áreas para churrasco e banho de sol, como pode ser visto na figura abaixo.



Figura 11: Prainha do Tamanduá (FERNANDES, 2012)

- Morro do Cruzeiro: com cerca de 1000 metros de altitude, possui monumento edificado em forma de cruz com 40 metros; de seu mirante é possível avistar as diversas serras do entorno e também se constitui em local de eventos religiosos e esportivos. Localiza-se em área de proteção permanente mas não há nenhuma legislação municipal que limite o uso territorial. Como pode ser visto na figura abaixo relacionada.

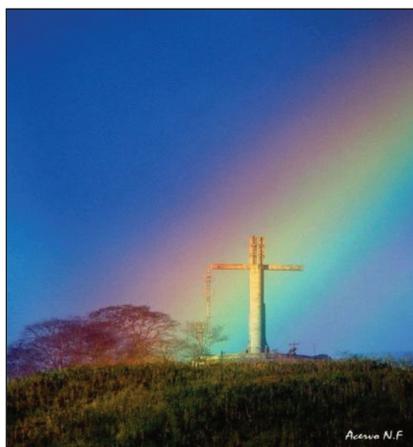


Figura 12: Morro do Cruzeiro (FERNANDES, 2012)

- Memorial Ferroviário: localizado no bairro de Bento Quirino, em área que abrigava os ex-funcionários da estrada de ferro e foi utilizada pela Companhia São Paulo e Minas até 1971; constitui-se em local para preservação da memória.
- Outros locais: o município conta com diversos locais de interesse turístico e de beleza cênica como áreas de cerrado e cachoeiras, entre outros – que constituem uma paisagem singular. A cidade conta com um hotel padrão três estrelas, abaixo representado, de categoria Turística, e com cerca de dez estabelecimentos de alimentação.



Figura 13: Hotel São Simão (PMSS, 2012)

São Simão é integrante da Rota Turística Caminho da Fé, da Associação Regional de Desenvolvimento Turístico, Rota da Hospitalidade e Arte, Rota da Cultural Caminhos da Cana e membro da Região Turística da Alta Mogiana.



Figura 14: Logos para identificação dos roteiros (PMSS, 2012).

A cidade está inserida na Associação Regional de Desenvolvimento Turístico e Cultural Caminhos da Cana, composta pelos municípios: Sertãozinho, Brodowski, Santa Cruz da Esperança, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Pontal, Serrana, Luis Antônio e Santo Antônio da

Alegria. Esta associação tem a missão de fomentar o desenvolvimento e a sustentabilidade das cadeias produtivas do turismo regional articulando as esferas pública e privada, viabilizando cooperativamente ações que resultem na excelência dos atrativos turísticos. O primeiro projeto está em fase de andamento e se baseia na reativação do ramal ferroviário de Sertãozinho, cuja atração será denominada como o Trem de Cana.



Figura 15: Logo Caminhos da Cana (PMSS, 2012).

O Caminho da Fé é um trajeto de peregrinação brasileiro, inspirado no Caminho de Santiago de Compostela (Espanha). Inicialmente feito por alguns peregrinos em direção ao Santuário de Aparecida, em uma rota alternativa a outras predominantemente pavimentadas, a rota foi oficializada, em 2005. O caminho é uma rota sinalizada por setas amarelas e composto por trechos de estradas de terra, asfalto, trilhas dentro de fazendas e trilhos de trem compondo um percurso de cerca de 497 km dos quais aproximadamente 300 km atravessando a Serra da Mantiqueira por estradas vicinais, trilhas, bosques e asfalto, proporcionando momentos de reflexão e fé, saúde física e psicológica e integração do homem com a natureza; termina na cidade de Aparecida, na Basílica local, que constitui o templo de maior visitação pelos católicos brasileiros, conforme figura abaixo.



Figura 16: Rota do Caminho da Fé (PMSS, 2012).

A infraestrutura é composta por pousadas e hotéis de categorias diversas (em regiões urbanas ou rurais). Demora-se, em média, de 12 a 15 dias para finalizá-lo a pé. Alternativamente, há pessoas que o fazem com bicicletas. No trajeto também há pessoas simples, que se dispõem a, além de dar o conforto para o peregrino descansar, contar suas experiências de vida e estórias características do povo do interior do Brasil (PMSS, 2012).

A Rota da Hospitalidade Arte foi a primeira iniciativa criada pelo Instituto Caminhos da Anhanguera em 2008, tendo como cidade sede Ribeirão Preto; passa por Altinópolis, Batatais, Brodowski e São Simão.

De acordo com a Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo (2012), a Região Turística da Alta Mogiana localizada na região centro norte paulista, contendo 25 municípios, é uma das mais ricas do Estado e com elevado padrão de vida (renda, consumo e longevidade); possui bons indicadores sociais na saúde, na educação e no saneamento. Conta com uma diversidade de atrativos turísticos e uma localização privilegiada próxima a importantes centros consumidores como São Paulo - Capital e Minas Gerais. A região apresenta uma infraestrutura em serviços de equipamentos turísticos bastante heterogêneos e de qualidade. São hotéis de padrão internacional, de luxo, também pequenos hotéis e pousadas. A gastronomia é

4. RESULTADOS

Foram realizadas diversas pesquisas de campo, questionário para a população, inventário dos atrativos turísticos reais e potenciais, entrevistas junto aos ex e atuais diretores de turismo do governo municipal, além de técnicos agrícolas, ambientais e topógrafos para elucidar sobre a interação do meio urbano com o meio rural.

As cartas topográficas analisadas mostraram os diversos córregos, os rios Tamanduá, Bebedouro e São Simão desde a nascente, as Serras de São Simão, Serra Azul, Santa Maria, Canaã, os campos de cerrado, o cultivo da cana-de-açúcar e do eucalipto, bem como a altimetria ora citada. Conforme figura abaixo relacionada.

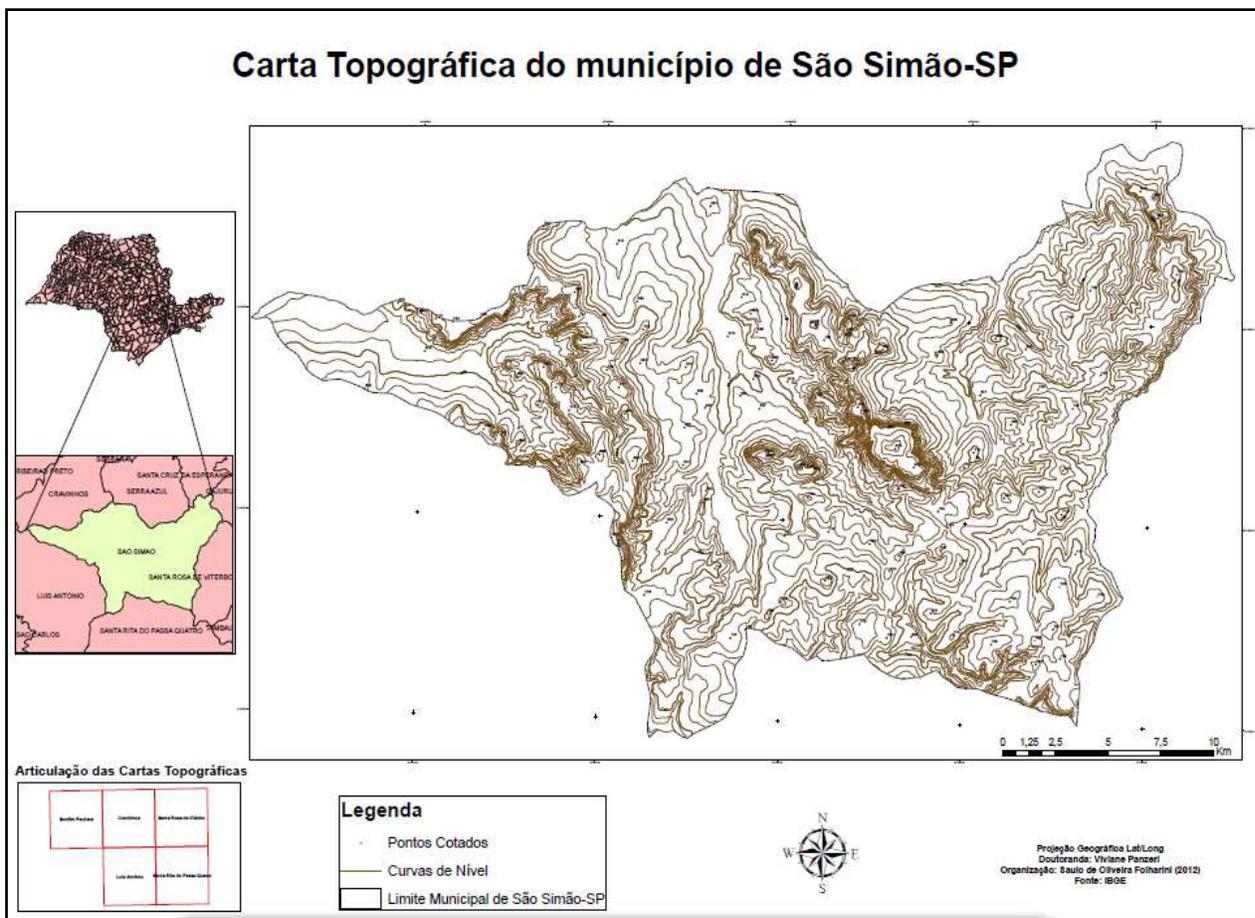


Figura 18: Carta Topográfica do Município de São Simão, 1:50.000 (FOLHARINI, 2012)

Os técnicos ambientais foram bastante enfáticos ao dizer que a produção agrícola simonense é incompatível com o desenvolvimento de atividade turística. Duas das principais culturas plantadas no município, cana de açúcar e eucalipto, exigem grande demanda de logística e envolvem máquinas de alto custo para as empresas. Algumas delas tem margem de segurança de até um quilômetro de distância, inviabilizando ao menos temporariamente as rotas do “Caminho da Fé”, onde os turistas percorre à pé trechos bastante polêmicos como os carregadores (ruas estreitas feitas em meio a plantação de eucalipto, onde percorrem grandes caminhões e máquinas de grande porte para o corte das árvores).

No caso da cultura canavieira; a mecanização prometida está longe de ser cumprida, toda região passa por longos períodos de queima – o que é lamentável visto que deteriora o solo e destrói o bioma formado pela plantação (MIRANDA e MIRANDA, 2004). Nota-se que áreas onde ocorrem a colheita mecanizada pertencem às usinas de açúcar e álcool. Os técnicos também ressaltam que o plantio dessas culturas nas proximidades do espaço urbano às vezes acarreta em transtornos com fumaças e cinzas das queimadas, pragas de besouros, gafanhotos, formigas além de outros animais que ao fugir do fogo acabam indo em direção à zona urbana.

Todas as ações realizadas até o presente momento pelos Diretores de Turismo foram com finalidade de marketing. A gestão atual avança ao colocar um Bacharel em Turismo no comando do Departamento, o que é raro, no entanto, durante os anos desta pesquisa, o município apenas ingressou na região turística – juntamente aos demais municípios do entorno, fez parte de três roteiros – Caminhos da Cana, Caminhos da Fé, e a Rota da Hospitalidade e Arte que trazem uma demanda insignificante. Segundo a entrevista com o Gerente Geral do único hotel que a cidade possui, os turistas não pernoitam no município. A clientela do estabelecimento é formada de profissionais prestadores de serviço que alugam as unidades habitacionais ao invés de uma residência temporária, e tão pouco poderiam pois esse meio de hospedagem não oferece infraestrutura conveniente à hospitalidade praticada nos dias atuais, suas tarifas são dispendiosas demais para o que é ofertado e o turista prefere percorrer mais 40 km e se hospedar na hotelaria de Ribeirão Preto.

As ações municipais não são voltadas para a sustentabilidade turística apesar de em 2011 o poder público divulgar na mídia o “Plano Turístico Participativo”, que se resume nas diversas inserções em rotas para a promoção das localidades. Em momento algum fala-se em preparar o município e envolver a comunidade. Não existe Conselho Municipal de Turismo atuante, fato que impede a participação dos diversos segmentos no planejamento da atividade.

Em entrevista, o ex-diretor de Turismo municipal, Alexandre Robazzi (2012), afirmou que o turismo em São Simão não só é viável como uma alternativa para o desenvolvimento econômico sustentável do município, existem bons atrativos e excelente localização, com proximidade a grande mercado emissor (Ribeirão Preto) e que tem carência em produtos de lazer e turismo. Entende-se como atrativo é tudo aquilo que atraia o turista, portanto pode-se listar centenas de possibilidades. Acredita-se que o turismo em São Simão seja popular e regional. Para atender este público existem os atrativos decorrentes da topografia (Morro, cachoeiras, visual) e naturais (Tamanduá). Os históricos - a cidade deveria ser posicionada como a Mãe Histórica da região, por ser a primeira cidade e por ter participado de movimentos importantes (Proclamação, Imigração Italiana, Alemã e Americana, Revolução de 32 etc.). Atrativos culturais como sua arquitetura histórica, o Museu (que precisaria ser recuperado), o Theatro e Casa de Cultura Marcelo Grassmann. A cidade também poderia criar um calendário de eventos voltados à atração turística, de forma a garantir fluxo mensal de turistas regionais. Em sua gestão foi criada a Festa do Vinho, cuja intenção era fazer da Festa o evento âncora do calendário e a partir dela posicionar o município como destino regional. Os atrativos podem ser usados para atração de diversos tipos de turistas (conforme interesse), mas temos muita atratividade para casais de classe C, com filhos, vindos, sobretudo da região de Ribeirão Preto. Este público não tem opções de lazer na região e a proximidade possibilitaria a atração regular, de fim de semana, com utilização de transporte veicular próprio, uma ou duas diárias de hotel e compra de roteiros que envolvessem várias atividades em os atrativos. Existem também outros públicos que poderiam ser trabalhados, como estudantes (para turismo pedagógico), atletas e aventureiros a partir da oferta de eventos esportivos e de aventura etc. Não há uma visão política e nem técnica, nos últimos 12 anos nada foi feito pelo turismo na cidade. Ainda segundo o entrevistado, a atual diretor, pelo tempo de mandato (8 anos), não conseguiu sequer dar os primeiros passos para a atração turística na cidade. Basta dizer que se tem nenhuma movimentação turística no momento.

Esta é uma característica da gestão municipal atual, que não dá autonomia e foco na área de turismo, limitando a atuação do secretário. A criação do Museu de Memória Ferroviária foi positiva mas, não há mais nada, os pontos turísticos tradicionais ficaram abandonados, não há calendário de eventos, não há promoção turística, formação e conscientização etc. O próximo prefeito, se enxergar o potencial do município, terá que começar do zero. Ressalta-se também a criação da lei que instituiu o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo e o Fundo de Turismo (até hoje não instalado), além da concessão do selo de município de interesse turístico pela EMBRATUR. Eram ações iniciais, certamente podem servir de exemplo para outros secretários, mas infelizmente enxergam estes eventos de uma forma distorcida, por miopia política. O planejamento é extremamente necessário, mas precisa ser desenvolvido por especialistas, não por curiosos. Tem-se um potencial riquíssimo que precisa ser explorado, mas isto tem que ser feito de forma profissional. Hoje não há turismo em São Simão, portanto, não há planejamento algum.

Nota-se por meio do formulário de coleta de dados realizado pela pesquisa entre os anos de 2007 e 2012 que os atrativos turísticos padecem de atenção da gestão municipal, constatando as seguintes observações:

- Balneário do Tamanduá: formado a partir de uma represa artificial, a prainha como é chamada é frequentada aos finais de semana, feriados e férias escolares. As águas não são mais tão cristalinas, a ausência de educação ambiental acarreta na poluição do rio. Há sinalização turística precária e péssimas instalações de infraestrutura como sanitários e serviços de alimentação. A atração dista cerca de 6 km do Centro e não existem meios de transporte público para chegar até o local. Notou-se além de problemas com o lixo, o desmatamento, a erosão, o alargamento e pisoteio de áreas verdes e conseqüentemente a descaracterização da paisagem. No passado, existia a lenda de que as águas do rio Tamanduá eram medicinais. É um local de interesse turístico e potencial médio se trabalhado como atrativo natural. Constitui-se em um atrativo em área de proteção permanente mas não há por parte do poder público municipal nenhum instrumento que normatize sua utilização bem como a fiscalização.

- Bosque Municipal: o local não entrou na lista de atrativos turísticos do poder público. A área que dista 2 km do Centro, já abrigou um zoológico bastante conhecido na região, atualmente encontra-se em abandono. O Lago do bosque servia para banho, pesca e a recreação por meio de pedalinhos – também desativados. No momento possui alguns brinquedos de pedra e metal, jaulas vazias e serve de lazer, como praça, para a população dos bairros do entorno como o Jardim Cava do Bosque e a Vila Monteiro. É um local de baixo interesse turístico, devendo ser repensado ou realizado melhorias para aproveitamento da área. Este atrativo está localizado em área de preservação e também não apresenta nenhuma normatização de fiscalização e controle.
- Cachoeiras – Fazenda São João: o local também não pertence a lista de atrativos por ser de propriedade particular e oferta irregular para turistas, uma vez que dependem de autorização para adentrar nas terras da referida fazenda. Dista cerca de 10 km do Centro, localiza-se atrás da Serra de São Simão, possui capacidade de carga de no máximo 15 pessoas por hora, não configurando um atrativo de massa e inviabilizando o fluxo turístico. É um local de grande interesse turístico que para ser ofertado demandará planejamento ambiental e conscientização de seus frequentadores.



Figura 19: Cachoeira na divisa entre o município de São Simão e Santa Rosa do Viterbo
(Fonte Própria, 2012)

- Morro do Cruzeiro: constitui-se no local de melhor beleza cênica, podendo avistar as cidades do entorno, sejam edificações ou aspectos naturais, é possível avistar o “mar” de cana-de-açúcar, as imensas plantações de eucalipto, bem como as extrações de plantio sejam via mecanizada ou por queimadas. Existe um marco de 40 metros de altitude que lembra a religiosidade da cultura local, localizado em mirante dispõe de pequena área de estacionamento, comportando cerca de dez veículos, e um local de alimentação. O mirante é ladeado por vegetação nativa e por plantações fruto das devastações da expansão do café. Na Serra é possível ver os recortes que foram realizados para a condução de pequenos vagões, cujo objetivo era escoar a produção por trilhos ao invés do uso de mulas. Também na Serra, existe um condomínio fechado, o Sétimo Céu, abriga casas de residentes com vista privilegiada para a cidade. A terra é extremamente fértil, constituindo-se em terra roxa, local da expansão cafeeira no município e atualmente servindo ao plantio de cana. Restam manchas da vegetação nativa, as áreas do entorno da serra são pertencentes a grandes fazendas como Himalaia e Aretuzina (de propriedade do ambientalista Paulo Nogueira Neto). O local é grande interesse turístico, configurando como o melhor atrativo da cidade, porém não foi encontrada nenhuma normatização que controle ou fiscalize o uso da área.

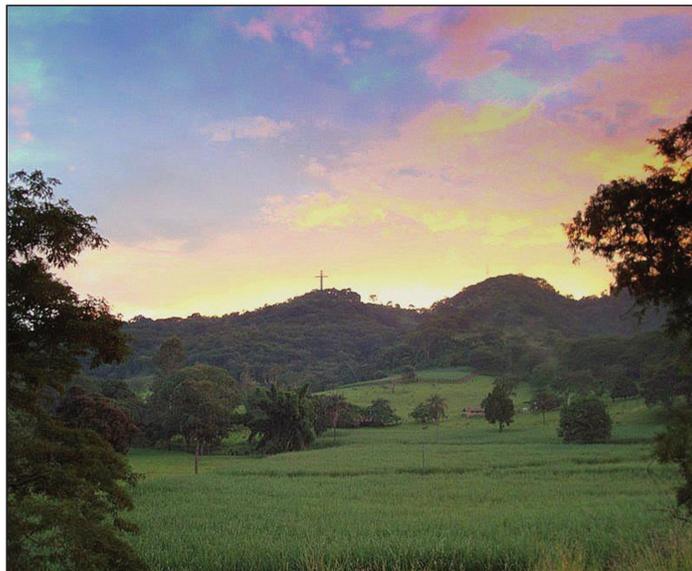


Figura 20: Morro do Cruzeiro (FERNANDES, 2012).

- Casa de Cultura Marcelo Grassmann: localizada no Centro, a edificação de origem alemã abriga exposições e a diretoria de Turismo municipal, servindo de posto de informações turísticas embora não sinalizado. É de interesse turístico devido ao tombamento e a importância cultural.
- Praça da República: localizada no Centro, configura-se em local de passeio para os visitantes e residentes. A visita em diferentes épocas, mostra que é de interesse turístico e bem conservado. Atualmente, é ladeada por quiosques de alimentação.
- Museu Histórico Simonense: localizado no Centro, seria de grande interesse turístico para visita de cerca de 2 horas e capacidade de carga de grupos de no máximo 20 pessoas. O ambiente necessita de reforma, sinalização e encontrasse fechado com frequência não permitindo ao visitante contato com o atrativo.
- Complexo da Igreja Matriz: localizada no Centro, constitui-se em local de grande valor histórico-cultural. No entorno há uma praça arborizada e bem cuidada, o dragão pedra - que atrai crianças e adultos, e a gruta. Recentemente, foi instalado um marco em homenagem ao Caminho da Fé.
- Memorial Ferroviário: localizado no bairro de Bento Quirino, dista cerca de 5 km do Centro. Foi utilizada a antiga sede do ramal para instalação do museu. Local de interesse turístico moderado, ressalta-se que deve ser trabalhada a história local para atrair grupos de turistas de lazer ou com motivação pedagógica.
- Theatro Carlos Gomes: localizado no Centro, foi reformado e constitui de bom atrativo turístico. Recebe atualmente Festival de Cinema, peças de teatro e palestras, além de ser palco de alguns eventos municipais. Localiza-se À margem do Rio São Simão, o que deprecia o atrativo uma vez que a cidade não possui tratamento de esgoto, por vezes, o odor é muito forte, incomodando os visitantes.
- Cerrado: também não considerado pelo poder público, o cerrado constitui em atrativo natural. Encontra-se em meio as plantações de cana-de-açúcar e eucalipto. Podendo constituir, juntamente com outros atrativos em roteiro ambiental, promovendo a preservação do bioma.
- Outras edificações: o município possui algumas construções com cerca de 100 anos, são exemplares da arquitetura realizada pelos diversos imigrantes que ali se estabeleceram,

deveriam compor o patrimônio artístico-cultural local. Conforme pode ser visto na imagem abaixo:



Figura 21: Solar da Família Mirra (Fonte Própria, 2012).

Percebe-se pelo inventário, uma grande dificuldade de encontrar uma identidade turística para a cidade, este documento foi utilizado recentemente para requisitar o status de estância turística junto ao Governo do Estado de São Paulo. Além do status de estância, com esse pleito, o município passa a ter acesso às verbas do DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento da Estância, subordinando a Secretaria de Turismo do Estado.

Até o fechamento desta pesquisa, não houve resposta com relação ao pleito, sabe-se apenas que tramita na Assembleia Legislativa e que aguarda o andamento de costume. Não há nenhum sinal negativo no acompanhamento do processo, sugerido pelo projeto de lei 690/2011 – pelo Deputado Estadual Rafael Silva, acredita-se que a titulação deva ser homologada pelo Governador de São Paulo ainda neste ano de 2012. Nota-se pela pesquisa é o município não possui a oferta básica correspondente ao pleito, uma vez que sua infraestrutura é incipiente, e não existem políticas turísticas e ambientais norteando o desenvolvimento da atividade.

Nota-se também que o município detém rico patrimônio cultural e ambiental. Serras ou elevações médias proporcionam ao visitante a vista das cidades do entorno. A manutenção da

vegetação nativa ou da floresta plantada por meio de eucaliptos proporciona clima ameno. O município possui diversos córregos, como pode ser visualizado na carta topográfica abaixo relacionada.

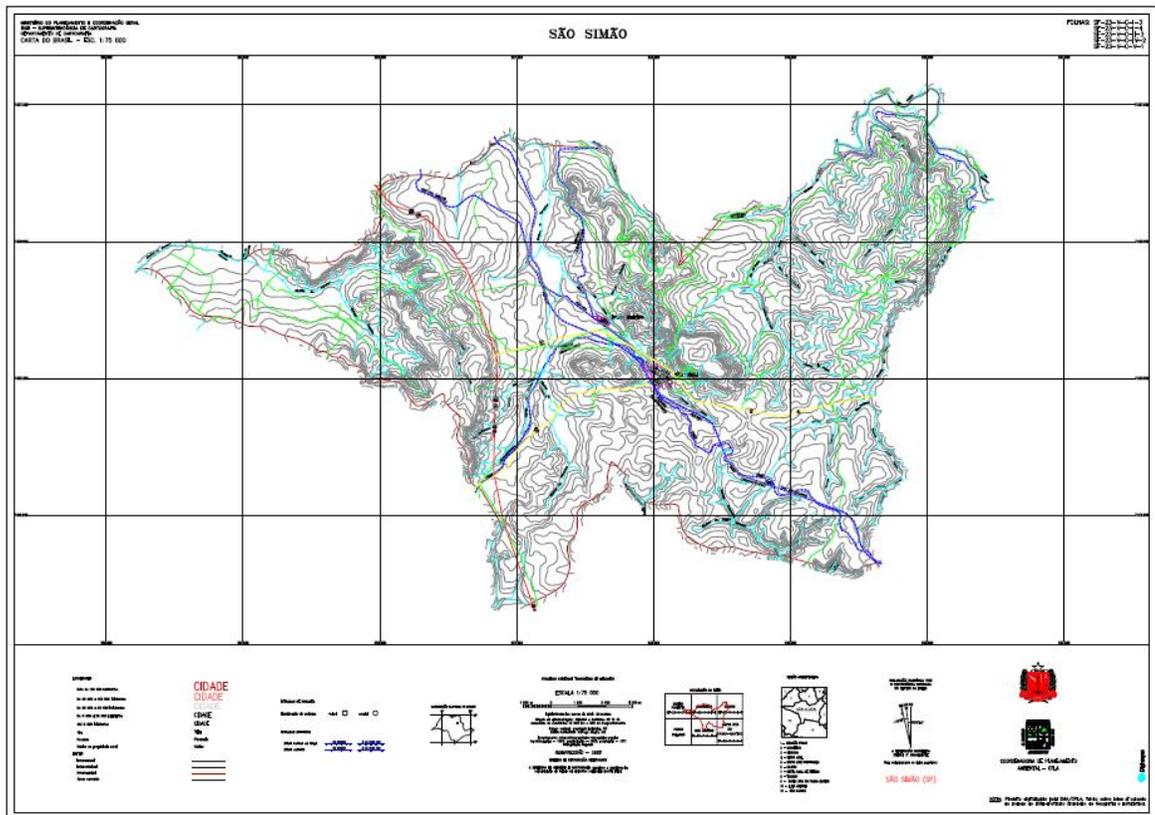


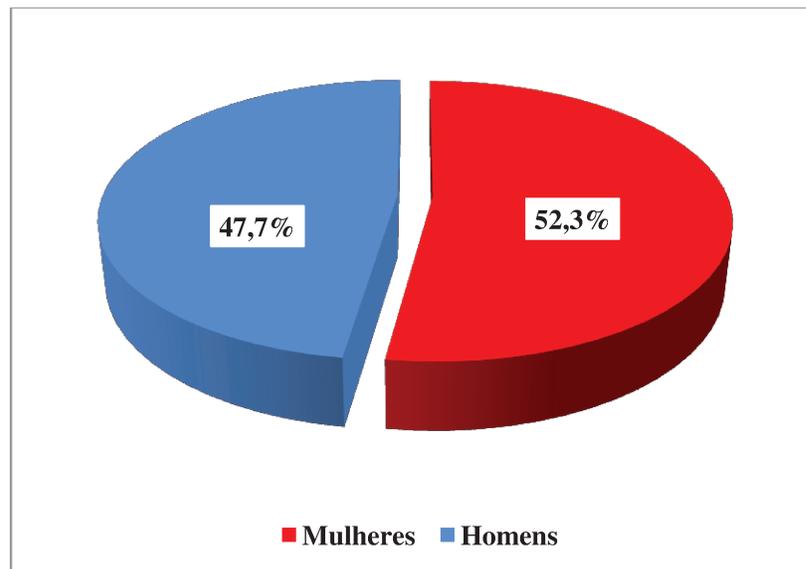
Figura 22: Carta Topográfica de São Simão 1: 75.000 (SILVA, 2012)

Durante a pesquisa notou-se a inclusão de um Calendário de Eventos Municipais, além dos feriados mais importantes, acontece anualmente diversos dias de festa em comemoração ao aniversário da cidade. Todo ano são contratados Mega Shows, com grande queima de fogos; a atração divide a população - que apesar de gostar da música, sofre com a violência, o lixo, trânsito, entre outros problemas. Só se beneficiam os comerciantes próximos ao local do evento. Segundo dados (PMSS, 2012) os eventos tem atraído uma média de quatro mil visitantes por noite, um pouco mais que um terço da população local e residente na zona urbana. Esses eventos tem como motivação a comemoração do Aniversário da cidade e outras datas relevantes como Carnaval e Ano-Novo. Nota-se certo dispêndio com relação a verba dos mesmos, não é feito prestação de conta – mesmo após o pedido da Câmara dos Vereadores, além disso um município

pequeno como São Simão não comporta esse tipo de evento. Para o Aniversário da cidade são chamados grandes nomes do mundo artístico nacional, são cerca de quatro dias de festividades, custo que beira o montante de trezentos mil reais somente de cachê. Para se ter uma comparação, o município de São Carlos em 2011 realizou um único show, entre outras formas de comemoração como desfiles, competições esportivas, exposições, etc.

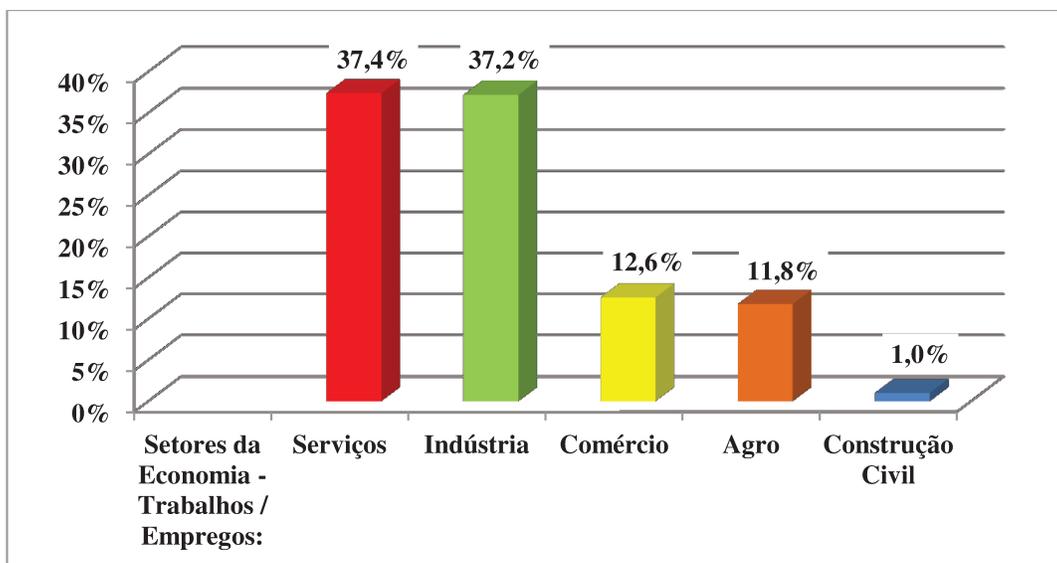
Em diversos momentos da pesquisa ficou evidente que a comunidade nunca foi consultada por meio de qualquer instrumento sobre sua opinião quanto ao Turismo local, desta forma ressalta-se que a mesma não se sente participante da ação.

Segundo dados demográficos citados na caracterização municipal, a localidade conta com 14.410 habitantes (SEADE, 2012), dos quais a maioria é do sexo feminino, justificando os resultados dos questionários aplicados.



Quadro 1: Divisão de gênero da população simonense (Fonte própria, 2012).

A população local dedica-se aos respectivos setores da economia dispostos no gráfico abaixo:



Quadro 2: Setores da Economia Local (Fonte Própria, 2012).

A maior parte dos habitantes da cidade trabalham para o setor público de serviços, de número bastante representativo também aqueles que são empregados pelo setor industrial local que compreende confecções, cerâmicas, moveleira e de alimentação. O comércio assim como a agropecuária correspondem hoje a pouco mais de 10 % e a construção civil somente emprega para manutenção (SEADE, 2012).

A pesquisa com a população foi gerada por meio de questionário estruturado, distribuídos igualmente nos treze bairros do município, dos 1300 questionários apenas 780 foram respondidos, configurando-se num sinal de desconhecimento da população sobre a temática perguntada. A maioria dos respondentes possui 50 anos ou mais, são do sexo feminino, e possuem escolaridade de nível médio-técnico.

Segundo dados da Fundação Seade (2012) o município apresenta baixo nível de riqueza, nível intermediário de longevidade e escolaridade, conforme o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

As impressões com relação ao questionário e a pesquisa realizada ao longo destes quatro anos refletem o panorama ora apresentado de que muitos desconhecem a possibilidade da implantação de atividade turística, demonstrando que não há envolvimento da comunidade

receptora nas ações realizadas pelo poder público local. São Simão possui grande parte da sua população atual de migrantes, vindos para trabalhar na colheita da cana-de-açúcar, muitos se estabeleceram na periferia da cidade. Por causa da mecanização, muitos trabalhadores se tornaram reféns da falta de oportunidade de trabalho e dependentes das obras assistenciais da Prefeitura.

Não é possível calcular com certeza, mas estima-se que 50% da população local não sejam de Simonenses, o que preocupa a relação com a cultura e a identidade, a história, se não resgata tende a se perder. Nota-se que os Simonenses têm orgulho da identidade e até esperam a chegada de turistas, mencionando passeios e atividades que poderiam ser desenvolvidas pela comunidade. Existe uma parcela da população, a minoria, cerca de 40 % dos respondentes, que desconhecem os atrativos turísticos da cidade, ou melhor, desconhecem a atratividade turística.

Outro ponto bastante relevante é que no questionário, foram ofertados dezoito atrativos, destes apenas dois representam alguma atratividade segundo os respondentes; por ordem de importância, o Morro do Cruzeiro e a Praia do Tamanduá, o restante permaneceu incipiente.

Os respondentes corroboram com a teoria de que a cidade só é boa para o turista se for boa para o cidadão que nela vive. Como resultado sobre o que deveria ser melhorado na cidade, os respondentes apontaram, em ordem de importância, limpeza urbana; área de lazer e vias públicas; qualidade de vida e acesso, e o restante corresponde a cerca de 1,5% da opinião.

Após a pesquisa com dados do IBGE, SEADE e PMSS, foi possível compreender que a grande esperança dos respondentes é que o turismo gere empregos, conseqüentemente renda e novos negócios. Devido às experiências com os shows desenvolvidos pelo poder público local há quase oito anos, os respondentes associaram os turistas ao lixo, à violência e a barulho, não se importando com os demais impactos que causam a atividade desregrada.

5. DISCUSSÃO

Segundo Santos (1996), o mundo é apenas um conjunto de possibilidades cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. São Simão é também um conjunto de possibilidades que demandam planejamento para serem ofertadas, em primeira instância, aos munícipes e posteriormente aos turistas. Outro ponto bastante relevante é que a jovem população pouco sabe sobre a história do local, é preciso fomentar a cultura e resgatar a memória antes que seja ofertada às pessoas que visitarão a cidade.

As motivações da demanda turística são muitas e tem se orientado em direção à valorização dos aspectos ambientais e paisagísticos do núcleo receptor, da sua autenticidade cultural e da qualidade dos serviços e produtos oferecidos (OMT, 1999). No caso do inventário realizado pelo poder público assim como o projeto de lei que solicita a titulação de estância turística, assume-se papel generalista com cerca de 11 tipos de turismo listados. Tal medida inviabiliza o turismo sustentável, pois não existe possibilidade de foco nas ações de planejamento, além de configurar certa inexperiência por parte dos autores, afinal, sabe-se que um município possui no máximo três tipos de turismo agregados a oferta.

A Praia do Tamanduá é um dos atrativos turísticos mais antigos, traz demanda desde a década de 70, ainda sim não há nenhum tipo de regulamentação de seu uso (Figura 21).

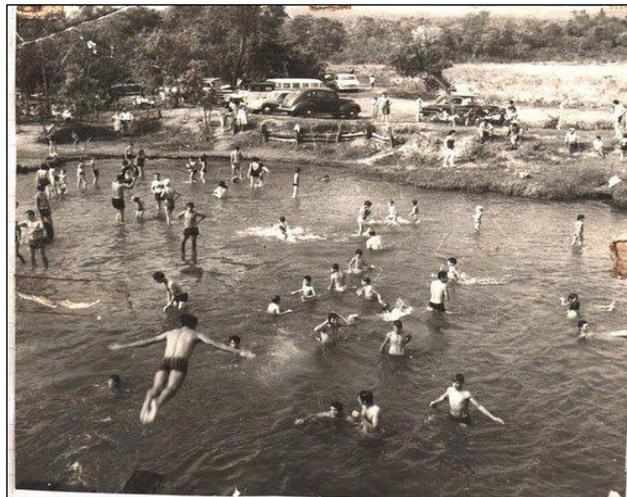


Figura 23: Praia do Tamanduá na década de 70 (FERNANDES, 2012).

Molina (2001) descreve a existência de quatro modelos de planejamento turístico: sustentável, integral, gestão responsável e participativo; o ideal, porém independe da localidade como erroneamente se pensa. Cabe ao planejamento turístico integral, uma visão globalizada de diferentes vertentes, com a percepção que o destino turístico não se encontra restrito aos limites geopolíticos dos núcleos receptores. São Simão não está isolada, pelo contrário, está inserida na Região Turística da Alta Mogiana. Esta deveria tornar-se mais rígida quanto oferta e destino.

O envolvimento da comunidade define o rumo do planejamento, de modo que sua ausência acarreta o declínio da destinação turística. O planejamento turístico integral visa maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos gerando o bem estar da comunidade receptora.

Os dados requisitados para os propósitos da pesquisa da Região Administrativa de Ribeirão Preto foram de difícil acesso; muitas fontes não compreendiam a natureza do trabalho, recusando-se a fornecer as informações buscadas. Diversos documentos relacionados não estavam disponíveis livremente na Internet, por ausência temporária ou permanente do *site*, com cobrança de altas taxas para o acesso ao material. Não existem cartas topográficas locais, apenas bordas de outras que servem para análise.

Observa-se a oferta mal distribuída geograficamente, o que leva a crer que a RARP não atentou adequadamente para importância do turismo, nem mesmo sendo uma região com áreas de proteção ambiental situadas em locais estratégicas.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto é dotada de diversos circuitos turísticos que auxiliam no fomento ao turismo regional; no entanto, a administração destes circuitos não é eficaz, criando concorrência entre os municípios, em vez de cooperação ou foco no desenvolvimento sustentável. Circuitos turísticos são compostos por municípios que possuem características comuns em determinada região, com a finalidade de fomentar a atividade turística por meio de ações planejadas, favorecendo todos os componentes do circuito.

Para o fomento do turismo, é de se esperar que os municípios da Macrorregião Turística da Alta Mogiana se organizem e planejem a atividade de maneira sustentável, pensando primeiramente em fortalecer a região e posteriormente cada município.

Durante a coleta de dados para análise, foi necessário pesquisar os tipos de turismo adotados na RARP bem como as ações para fomento da atividade. Nota-se que, mesmo as cidades que mencionaram o segmento de turismo como parte integrante da economia local iniciaram sua organização na última década e, com isso, o acesso às informações torna-se dificultoso.

A existência de circuitos turísticos a partir de 2000 auxilia o crescimento e desenvolvimento econômico, porém estes têm revelado pequena influência no processo educacional dos futuros pensadores e profissionais da área. Todo avanço tecnológico produzido na região não tem se mostrado capaz de romper barreiras políticas e estabelecer espaços globalizados. Enquanto outros países mais desenvolvidos e conscientes colocam em prática a década para uma educação sustentável, a região metropolitana fica centrada, quase exclusivamente, no desenvolvimento tecnológico, esquecendo-se que no futuro possa faltar vida nos ambientes onde só haja tecnologia, ou seja, ignorando, na maior parte dos casos, o aspecto da sustentabilidade.

De acordo com Magalhães (2002), a Organização Mundial do Turismo reconhece que muitos progressos já foram alcançados desde que a questão da sustentabilidade tocou o setor. Ela aponta uma sensibilização crescente dos principais atores envolvidos, que se expressa principalmente em iniciativas do setor público e no avanço de tecnologias para amenizarem os impactos negativos provocados pelo turismo, sem esquecer algumas providências da iniciativa privada. No entanto, relata que alguns fatores permanecem restringindo o processo de implementação de políticas e ações para o desenvolvimento turístico sustentável.

Ainda segundo a autora, no Brasil, pode se observar a presença de muitos dos fatores elencados pela OMT: escassa integração das políticas públicas de turismo com as demais políticas de governo, insuficiência de recursos destinados aos órgãos públicos de administração do turismo, assim como a falta de recursos públicos para obras de infraestrutura básica e para fiscalização das atividades turísticas, que, somados à carência de dados para a construção de indicadores de sustentabilidade, são os que mais se destacam dentro do setor público.

No setor privado, falta ainda maior engajamento e investimentos para uma gestão socioambiental responsável; a fragmentação em pequenas e micro empresas pode também ser

apontada como outro fator negativo para a difusão mais intensa de práticas sustentáveis. Entretanto, não se pode hoje pensar estrategicamente uma empresa ou definir políticas públicas ignorando a sustentabilidade.

Acredita-se, de acordo com Godfrey & Clarke (2000), que a sustentabilidade só pode existir parcial e localmente, pois, se for considerada a complexidade da questão ecológica, pode se constatar que não existe, até hoje, nenhuma atividade que possa ser tida como sustentável, nem para o meio natural e nem para aqueles que nele vivem.

Assim, não se pode discutir a sustentabilidade no turismo isolando esta atividade de outras, que podem afetá-la negativamente, como, por exemplo, a industrial, responsável pela maior parte dos problemas ambientais atuais.

Percebe-se que a sustentabilidade da atividade turística depende da sustentabilidade de outras atividades, todas inseridas em um macro ambiente econômico, que abrange não somente o setor de serviços ou industrial, como também o setor primário da economia, já que a indústria de alimentos funciona como fornecedora da indústria da hospitalidade.

Muitos documentos acadêmicos seguem refletindo sobre os turistas (apontados como os principais causadores dos impactos), pois, pode-se consumir cultura, paisagens, como também, aprender novas formas de solucionar problemas observando o folclore e as culturas tradicionais, posto que, o homem da terra (ou comunidades tradicionais) em sua simplicidade, antes observa o movimento da natureza pela força das estações do ano e, então, compõe seus cardápios, menus e utensílios domésticos que, para o homem urbano, são mais do que fonte de suavidade e alegria, mas antes, supõem o resgate da finalidade inicial do turismo exposta por Barreto (1995), a saber, educação do espírito humano, até que medidas mais abrangentes e eficazes sejam mais consequentes sobre o tema.

Pelo exposto, muitas pesquisas científicas buscam caminhos, estratégias e metodologias para mudar os paradigmas sociais de que o entendimento está na ausência de lazeres urbanos nas fontes emissoras de turistas, e não nas fontes receptoras, que, no entanto não podem prescindir da equivalência de preocupações na recepção de visitantes, sejam eles de qualquer natureza (excursionistas, turistas, veranistas ou outros).

Do ponto de vista da educação, há que transmitir a importância da percepção dos turistas sobre o ambiente visitado, de modo a propiciar mudanças de comportamento, não apenas durante a visita, como também em seus retornos, tendo em vista que uma viagem tem o potencial de transformar a vida humana pela aquisição de cultura e observação de outras formas de se comportar.

É frequente o turismo convencional e predatório inserir-se em áreas pobres, de uma forma desordenada. A tendência, nesses casos, é estabelecer barreiras econômicas e sociais, criando verdadeiros “guetos” fechados, estabelecendo um distanciamento em relação à sociedade local. Pode, assim, ocorrer a retirada da população de seu lugar habitual para dar lugar a hotéis e/ou centros de convenções, concorrendo para o aumento de criminalidade, prostituição e uso de drogas. Contudo, a atividade turística pode resgatar a identidade cultural, a autoestima da população local e proporcionar a conservação do patrimônio cultural da destinação.

Ambientalmente, a atividade turística pode ser responsável pela poluição do ar e da água, além do agravamento da falta de local adequado para a destinação do lixo, ou ainda representar perigo para a arqueologia e a história. No entanto, o turismo também pode ser o meio mais viável para a conservação de áreas naturais e lugares históricos importantes da região.

Um passo importante para a oferta turística é a capacitação e formação da mão de obra, ocorrendo, entretanto, uma irregularidade entre o que é pretendido e o que é ofertado. É de improvável sucesso a localidade que oferece a atividade sem possuir prestadores de serviço bem formados, pois esse aspecto pode constituir um dos fatores determinantes no processo de insatisfação do turista, como cliente.

Torna-se, então, extremamente difícil e também arriscado fazer um julgamento precoce acerca da possibilidade de existir ou não sustentabilidade na atividade turística, sem que se tenha estudado exaustivamente o assunto dentro de uma visão mais sistêmica, porque é impossível desmembrar todas as partes que compõem este todo. O turismo organizado, tal qual se conhece hoje, é ainda bastante incipiente e tende a seguir os modelos de desenvolvimento já praticados pelos outros setores. Dentro de um debate mais amplo sobre o turismo, é preciso incluir a reflexão e a discussão sobre sua sustentabilidade, pois esta atividade representa um importante fator na conquista do desenvolvimento.

O turismo sustentável não se restringe apenas à proteção da natureza; ele também está ligado à viabilidade econômica a longo prazo e, principalmente, à justiça social. Com base na definição de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, deve se desenvolver o turismo buscando conciliar os interesses dos visitantes, ansiosos por explorarem o local visitado. Por outro lado, segundo Dias (2003), deve se garantir aos nativos a permanência dos elementos fundamentais que caracterizam a sua localidade - o meio ambiente, a cultura, a história, o estilo de vida – e, assim, possibilitar que seus herdeiros possam usufruir dos mesmos. Deve haver um equilíbrio entre os interesses diversos, tais como a conservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, a melhoria da balança comercial e o enriquecimento da experiência dos turistas.

O economista Sachs comenta que, não há quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam sua superação. Conclui-se assim, que os obstáculos são sociais e políticos. (2000). Este autor, assim como muitos outros, aponta para uma condição em que os impactos oriundos da recepção de pessoas conclamam a comunidade acadêmica a pensar soluções de amplo alcance, para que, no mínimo, se estructurem novas pesquisas com foco no planejamento.

Entretanto, a maioria dos problemas, em especial os de ordem ambiental, ainda permanece sem um equacionamento possível de generalizações para o sistema do turismo como um todo, apesar de serem frequentes campanhas com as populações para uma cidadania responsável, imbuída de diálogo transparente, em face dos conflitos mais claramente identificados.

Nota-se que o debate sobre a temática da sustentabilidade e as atribuições imediatas do turismo tem sido ainda pouco dialogado nas pesquisas científicas. Ressalta-se a contribuição da educação para a implantação do turismo sustentável, já que, para tanto, parte-se da hipótese que se deve consolidar antes a ideologia da sustentabilidade nas relações do sistema do turismo exposto por Beni (1998).

Lembrando Bonfim & Freitag (2005), o turismólogo é o cientista de uma ciência que tem como peculiaridade depender do fator ambiente ou paisagem, sem o qual o turismo não se realiza. Diante disso, é necessário que se idealize a sustentabilidade como meta de garantia da preservação do ambiente, da participação da comunidade local e da continuidade do recurso natural, minimizando os impactos gerados no meio ambiente, nas culturas locais, na fauna e na flora, idealizando uma consciência do usuário do produto turístico.

A tecnologia tem sempre uma função muito importante nos processos de implantação de uma educação sustentável, pois ela auxilia a difundir o conhecimento globalmente; no entanto, concordando com Swarbrooke (2000), ela deve ser utilizada corretamente, porque deve respeitar culturas e valores locais nas definições e ensinamentos sobre sustentabilidade. Deve se dar a devida importância à tecnologia da informação como ferramenta no desenvolvimento; particularmente no turismo, a ferramenta pode auxiliar a remoção de eventuais obstáculos, promovendo um ambiente globalizado, rico em experiências culturais. Acrescida à situação, a velocidade do desenvolvimento tecnológico impulsiona a economia e as práticas sociais a caminharem rapidamente, demandando uma educação permanente, contínua e a formação de indivíduos mais versáteis e adaptáveis às mudanças.

Ressalta-se em Valls (2006), sobre a implantação de uma atividade turística em uma determinada área, sem objetivos claros de planejamento sustentável – supõe a substituição da economia agrária e dos setores tradicionais, inibindo o surgimento de outros setores e condicionando as infraestruturas. Assim, é necessário preservar também o equilíbrio entre a atividade turística e o resto dos setores econômicos, de modo que não acabe se estabelecendo um monocultivo turístico, reduzindo ou destruindo a capacidade de desenvolvimento harmônico e um conjunto de economias complementares, mas pertinentes com recursos naturais e humanos do território.

O turismo sustentável é observado nos núcleos receptores de turismo, considerando os principais promotores desses serviços, sobretudo na forma como organizam a produção, por exemplo, de forma associativa, em arranjos produtivos locais, controlando o uso efetivo das terras e das atividades econômicas associadas ao turismo. Realiza-se de forma integrada às demais atividades econômicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, dentre outras atividades tradicionais.

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando à mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade (CORIOLANO, 2012).

De acordo com Oliveira Júnior (apud PORTUGUEZ, 2012), o turismo não é e nem pode ser visto apenas como atividade econômica. É também carregado de signos, representações, resistência e valores sociais. Mas da mesma forma que traz o desenvolvimento e o crescimento dos lugares, traz também a destruição da natureza, das comunidades locais e das tradições.

O planejamento turístico deve comprometer-se com a manutenção do equilíbrio ambiental e com a harmonia forma-funcional da paisagem, na medida em que cada vez mais, os recursos naturais não renováveis vem sendo exauridos nas mais variadas escalas e, ao mesmo tempo os renováveis vêm sendo explorados de forma muito intensiva, gerando muitas vezes a simplificação da complexidade ecossistêmica e, assim, condenando grandes áreas à degradação irreversível de suas potencialidades e recursos.

A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local, através de programas voltados para a gestão local.

Coriolano (2012) complementa que o desenvolvimento local é o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários, priorizar outros atores sociais, como os trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades.

Portanto, o desenvolvimento local deve, prioritariamente, se constituir por ações alternativas que conduzem a uma realização em estágios primários voltados para o morador local.

Sua base essencial de existência deverá se voltar para o retorno imediato na qualidade de vida da comunidade local.

Para Coriolano (1998) o desenvolvimento local significa, acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro. Por outro lado, a questão local passa a servir como uma fonte de inspiração para a reorientação das ações do conjunto, entre atores sociais que encontram nele um campo propício para promover e desenvolver os novos arranjos socioeconômicos. Ao assumir as responsabilidades locais, os municípios acabam investindo em suas especificidades regionais, baseadas principalmente no pequeno e médio empreendedor, para se tornar substancial diante das consequências macroeconômicas em nível estadual e federal.

Porém, ressalta neste momento a capacidade que esta gestão pública possuirá para fortalecer e promover um desenvolvimento integrado dos segmentos articulados no município, e não apenas de alguns setores na gestão do território. Na atividade turística, percebemos através dos circuitos que os municípios também estão se agrupando conforme suas afinidades políticas, buscando fortalecer e conquistar seu lugar de destaque. Porém, esse processo também nem sempre vem acompanhado de igual envolvimento e dentro dos próprios circuitos temos aqueles municípios que ainda não conseguem acompanhar estas mudanças.

Nessa perspectiva articulada pelos municípios, o tema desenvolvimento local tornou-se uma questão muito discutida e debatida pelo poder público. Cada vez mais essa temática ganhou relevância e promoveu novas reflexões e práticas no processo de envolvimento dos municípios, na sua participação mais ativa diante da esfera estadual ou federal. Assim, o local (re) surge para desempenhar um novo papel nos circuitos turísticos, a partir de seus recursos e identidades.

A proposta de envolvimento dos municípios com o turismo gera mais responsabilidade a partir de estratégias e alternativas, construindo espaços de formulação e gestão pública local, baseados na participação cidadã e na reconstrução do tecido social mais homogêneo, promovendo o crescimento social (ZAPATA, 2004).

Este fato merece um pouco mais de atenção, principalmente pela necessidade (e imposições) de os gestores locais abraçarem, em muito dos casos, somente esse viés que a atividade promove, e acabarem esquecendo-se de outras questões que não são apresentadas às comunidades como os impactos negativos gerados pelo turismo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o turismo pode promover o desenvolvimento local de forma dinâmica ou sensível, poderá também provocar danos irreversíveis ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e às estruturas sociais. É visível que esta atividade acaba gerando valores econômicos para os cofres públicos, já que se inscreve inegavelmente como uma entrada importante, porém, torna-se necessário observar os reais interesses para a implantação dessas atividades nos municípios.

A atividade turística relacionada ao desenvolvimento local deverá envolver a comunidade. Em tese ela se assenta na revitalização de pequenas ações, promovendo retorno para a comunidade, projetando uma fixação do morador e assegurando-lhe melhores condições de vida, favorecendo o estímulo à valorização de insumos locais, artesanato e outras atividades associadas ao turismo. Diante destes fatores, pode-se considerar que os recursos turísticos ficam muito expostos às ações de dominação, exploração e a falta de compromisso com a preservação ou manutenção de suas características originais, gera a necessidade de satisfazer essa nova clientela. Vê-se, portanto, que dessa forma, não há sustentabilidade.

Neste sentido, não basta à elaboração de projetos turísticos que não aproximem das realidades locais; eles precisam ser elaborados com vistas a respeitar os valores baseados nas relações sociais estabelecidas principalmente pela comunidade, pois se estes fatores não forem considerados, dificilmente alcançarão seus objetivos.

Assim destas questões expostas, torna-se necessário considerar as ações públicas locais como gestoras, direcionadoras e responsáveis pela exploração e manutenção destes recursos. Por outro lado, as iniciativas privadas devem priorizar planos de manejo e de conservação dos aspectos naturais, culturais e as identidades do lugar, concebendo-os como sendo a base de sustentação de qualquer projeto turístico.

Irving (2002) afirma que cada vez mais, busca-se em projetos e pesquisas um novo tipo de abordagem de desenvolvimento, com múltiplas faces: a questão da pobreza, a conservação ambiental, a problemática de patrimônio. Existe uma tendência mundial em entender o turismo segundo uma nova visão de desenvolvimento regional. Durante algum tempo, o turismo foi compreendido como uma atividade operacional, distanciada de um panorama macro, um setor isolado no planejamento governamental e distante da visão estratégica de desenvolvimento. O turismo vem sendo trabalhado na direção de se buscar todas as potencialidades locais, e pode com isso promover o desenvolvimento local. O desenvolvimento do turismo demanda uma preparação do lugar para a realização da atividade. E cada lugar tem seu tempo de resposta.

A população do município deve se ver como um agente do processo de mudança que se estabelece na intervenção dos territórios, peça fundamental para a concepção de um planejamento turístico com visão de sustentabilidade. O turismo nunca se desenvolveu com tanta velocidade como acontece nos tempos atuais. Considerando o turismo global, a faixa que cresce com maior rapidez é o turismo de contato com o ambiente natural, que tem ligação direta com os valores intrínsecos do homem. Este turista está mais interessado em vivenciar, em experimentar, em relembrar, não só da valor a natureza, mas o que realmente existe de diferencial na cultura local. Nem que seja resgatar a própria identidade ou de seus antepassados.

Todas as pesquisas apontam para o turista moderno que quer ter experiência profunda e vivencial do lugar. Isto significa, por exemplo, a necessidade do homem urbano de sair do seu local de origem e se voltar para o espaço natural, para se resgatar, para retornar a outro tipo de parâmetro, através de uma visão de planejamento integrado com roteiros alternativos, vivências, valoração do patrimônio, passeios e trilhas em meio natural devidamente guiadas e orientadas por profissionais, criando um mosaico de atrativos. Com isso todos os recursos gerados pela atividade turística permanecem no lugar, seja o município - na visão micro, ou a região - na visão macro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa ora desenvolvida, identificou-se quase total desconhecimento de programas e documentos desenvolvidos pela ONU e a Organização Mundial do Turismo para a sustentabilidade turística. O objetivo deste trabalho foi contribuir para clarear a relação entre atividade turística e desenvolvimento sustentável, tentando mostrar que o turismo, quando bem planejado e integrado, pode ter diversos benefícios para a comunidade receptora, desencadeando a formação de um *cluster* ou rota turística regional, bem fundamentada, gerando um fluxo de receitas, estimulando a criação de novos empregos e garantindo a melhora da qualidade de vida para o município de São Simão e do entorno.

O planejamento da evolução do turismo a partir do enfoque do desenvolvimento sustentável apresenta-se como a forma preventiva ideal para proteção dos meios visitados, conservando a natureza, oferecendo conforto e satisfação ao turista sem agredir a originalidade das comunidades receptoras.

O grande mérito um planejamento integrado é identificar quais as formas adequadas de turismo para o determinado local que poderão agregar valor ao desenvolvimento regional. Por meio deste mosaico de atrativos, o planejamento culminará na maior permanência do turista, no desenvolvimento de interesse pelo local, estabelecendo uma espécie de relação de compromisso social. O planejamento integrado com foco no turismo sustentável visa uma nova concepção ética, sempre em mutação, baseada na mentalidade do cidadão como parceiro na construção da nova sociedade global. É um ciclo que se revitaliza pois o espaço natural passa a ter esse atrativo de revitalizar o homem urbano. No Brasil, pode-se observar nas áreas que se revitalizaram através de um turismo bem planejado que os jovens estão retornando para o meio rural. Então, existe o processo sociológico de retorno do jovem e da abertura do espaço rural para uma nova concepção de vida, com geração de renda e agregação de valores.

O Turismo Sustentável deve trabalhar na recuperação e valorização do patrimônio cultural, considerando a cultura mais do que um conjunto de manifestações populares. A cultura envolve todo o conjunto de símbolos que aquela população traz pela história e que às vezes estão

dispersos. Essa é uma preocupação que deveria vir antes do processo de captação de mercado, ou antes de se começar a investir em processo turístico. Outro aspecto do planejamento turístico com o foco sustentável é o compromisso ecológico e ambiental. Sabe-se que muitos mercados trabalham com a questão da venda mediante certificação. O novo turista não frequenta ambientes impactados. Sabe-se que os destinos turísticos que não estiverem se preparando para entrar nesse diferencial de mercado, serão naturalmente excluídos.

Quando se fala em planejamento sustentável do turismo, fala-se também em interdisciplinaridade, diversos profissionais envolvidos, muitos atores, todos autores da mesma história, trabalhando em parceria, desenvolvendo o compromisso da sustentabilidade. É essencial que a sociedade local esteja inserida no processo e seja consciente do valor do seu patrimônio histórico, cultural e ambiental. O turismo deve estar integrado no tecido social da região, distribuindo os benefícios da geração de renda com sua atividade, alavancando o processo de desenvolvimento regional.

O planejamento turístico é uma tarefa muito árdua, pois o seu objeto (turismo) não é fácil de apreender e, por outro lado, planejar implica prever de certo modo o que vai acontecer no futuro, e este é cada vez menos previsível. Se o planejamento do turismo é um processo complexo e racional, então deve ser realizado com base num processo sistemático para que os seus resultados sejam realistas e eficazes. Este processo varia de acordo com a situação do sistema, o tipo e o nível de planejamento.

O turismo é um consumidor intensivo do espaço geográfico, ou melhor, do território e, portanto, este fato exige o planejamento do seu desenvolvimento numa óptica que evidencie de forma clara os objetivos sociais e econômicos que se pretende alcançar, bem como os espaços que devem ser explorados e os que devem ser protegidos. O planejamento de um turismo sustentável promove e sustenta a relação interativa que existe entre a população, a economia, o território, o ambiente e o turismo.

Deste modo, as práticas de planejamento e gestão sustentável do turismo são fatores de vital importância para a sustentabilidade dos lugares e a viabilidade do turismo. Se a atividade turística não for bem planejada, ela pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais e

desorganização do setor empresarial prejudicando, deste modo, o ciclo de vida dos destinos turísticos. Por isso, o planejamento do turismo sustentável a nível regional deve levar em atenção o envolvimento de todos os atores do turismo. Só desta forma é que o planejamento minimizará os potenciais impactos negativos, maximizará os retornos econômicos do destino e encorajará um maior envolvimento da comunidade receptora no turismo.

A participação dos municípios nesse novo contexto de envolvimento com a economia voltada para os aspectos turísticos parte inicialmente pela capacidade de gestão que cada um possui em aproveitar seus potenciais recursos, sejam eles naturais, culturais, antropológicos ou artificiais, e promover uma articulação entre seu uso e a preservação de suas identidades.

A diminuição da influência do Estado na gestão do turismo, devido à regionalização do turismo, gera uma incapacidade de controlar cada vez mais processos econômicos, sociais, e culturais, ocorridos em seus territórios. A gestão local assume cada vez mais um importante papel no estabelecimento de estratégias próprias voltadas para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, a capacidade de interação com diversos atores locais como empresários, comunidade e funcionários públicos, torna-se mais estreita, de forma que as relações políticas, a capacidade de articulação e tomada de decisão ficam mais rápidas e dinâmicas no retorno para a comunidade. Essa nova característica assumida pela gestão pública local, de certa forma, convoca as lideranças locais a compartilharem as vontades com outros agentes sociais e econômicos na gestão do território.

Conclui-se que o planejamento é uma atividade multidimensional; é um fenômeno interdisciplinar que envolve a interrelação de diversas componentes do produto turístico. O planejamento do turismo é uma atividade complexa que envolve diferentes partes e, por isso, está sujeito a uma série de pressões e fatores que podem influenciar o processo e as pessoas nele envolvidas (OMT, 2003). Essa meta constitui-se em grande desafio, porém viável e realizável, desde que se utilize do planejamento integrado e responsável, fomentando uma atividade consciente, com participação efetiva da comunidade desde o início. Outro aspecto importante é concretizar a ideia de que planejar não é perda de tempo; todo planejamento será utilizado para

minimizar os impactos e maximizar os benefícios. Ao contrário das premissas da OMT, os setores público e privado, na maioria das vezes, se rendem aos apelos do marketing, antes mesmo de garantir o bem estar da população local, constituindo assim uma oferta de propaganda enganosa, uma inverdade.

São Simão demonstrou-se um bom laboratório de análise, um local onde as hipóteses desta tese de doutorado foram refutadas. Ao longo da construção deste trabalho, o município foi sendo descoberto e desvendado nas suas mais diversas nuances e, assim, nas potencialidades, capacidade de atratividade e organização espacial, que foram compreendidas e analisadas, indicando como a atividade turística pode influenciar diretamente na construção arranjos territoriais e ocasionar impactos ambientais de diversas magnitudes. A todo o momento os aspectos presentes na revisão da literatura foram vivenciados, em especial, o olhar sistêmico da atividade turística.

A investigação demonstrou um município, cuja conjunção de fatores internos e externos, possibilitou o surgimento de um possível destino turístico. Ao mesmo tempo registrou-se um destino que sofre com diversos problemas e impactos ambientais decorrentes de exploração intensa de seu patrimônio natural, sem qualquer tipo de planejamento e instrumentos de controle.

As características de São Simão apontam, hoje, para um destino que caminha para o declínio do produto turístico se não forem utilizadas técnicas de planejamento turístico e ambiental, por excesso de diversificação e ausência de implementação de medidas efetivas de monitoramento e controle dos impactos ambientais ocasionados pela atividade turística, bem como políticas públicas apropriadas. As culturas agrícolas desenvolvidas na localidade não permitem a implantação de programas de agroturismo nos moldes outrora conhecidos, a grande maioria das edificações nas fazendas foram demolidas para aumentar as áreas de plantio de cana-de-açúcar, não existem engenhos ou usinas ativos, somente ruínas.

A insatisfação da comunidade local com os problemas rotineiros revela um espaço a ser trabalhado quanto às condições de qualidade de vida, os impactos ambientais no sítios turísticos, o baixo valor agregado dos produtos turísticos oferecidos, o crescimento da oferta agregada no

entorno, a sazonalidade dos roteiros existentes do fluxo turístico e o perfil da demanda atual são as bases para essa afirmação. Os fatos apontam que o ciclo de desenvolvimento turístico do município encontra-se num momento crucial, necessitando de intervenção efetiva para uma mudança do quadro atual. As análises demonstraram que as características dos produtos turísticos tem uma hierarquia de atratividade limitada, agravando ainda mais a situação. Além disso, os fatos impõem à necessidade de mudar a forma como as áreas são exploradas, para que o município continue sua caminhada rumo ao desenvolvimento do turismo quanto atividade econômica e de fomento aos aspectos socioculturais, principalmente porque as áreas onde as tipologias turísticas se realizam são muito restritas e localizadas em áreas protegidas pela legislação federal.

Futuras Pesquisas

É imperativo que se desenvolvam mais pesquisas na Região Administrativa de Ribeirão Preto e sobretudo no município de São Simão. A região possui diversidade econômica e cultural. Além de possuir diversos atrativos naturais interessantes. É preciso estudar a relação entre os municípios e eventual constituição de agrupamentos de redes municipais de atividades econômicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável regional. Também vale repensar a interação entre as atividades agrícolas e demais formas de incremento socioculturais. Não devem ser esquecidos os processos de inovação tecnológicas em diferentes segmentos. O Brasil receberá mega eventos nos próximos anos, e a RARP possui grande potencial para auxiliar na recepção de turistas, cabe apenas estudo e organização da atividade, como forma de pautar investimentos no setor.

Proposta

É preciso voltar às bases e recordar o objetivo desta pesquisa que é o de proporcionar ao município de São Simão um novo olhar a partir do planejamento do turismo sustentável, então vale relembrar as premissas da OMT. A refutação da hipótese da pesquisa é iminente, pois não há sinais de planejamento; existem apenas ações com foco na promoção e venda municipal, sem vínculo com a comunidade e sem estudos de oferta e demanda turística. Neste estudo pode-se

verificar que muitos atrativos turísticos do município estão alocados em áreas de preservação, tornando-se de suma importância o planejamento ambiental e a partir dele configurar as diretrizes para o plano de desenvolvimento turístico.

Com base nas definições da OMT apresentada ao longo deste trabalho, acredita-se que seja interessante desenvolver o planejamento integral de desenvolvimento do turismo sustentável em âmbito local e posteriormente em âmbito regional, e somente a partir deste momento traçar possíveis ações de marketing. Nota-se que novamente comete-se o erro mais corriqueiro na área do turismo que é vender antes de ter o produto formado. Há que se ter primeiramente qualidade de vida aos munícipes para depois trazer turistas. Há que se ter infraestrutura para receber, a hospitalidade se dá através de atendimento e também da oferta, apenas a gentileza não trará de volta o turista, não gerando demanda nem fluxo rentável.

Seguindo o raciocínio de Rejowski (1996), com base em nossos estudos enumera-se a seguir algumas ações estratégicas para a “turistificação” de São Simão (SP):

- Política Municipal de Turismo por meio do Plano de Desenvolvimento Turístico, a ser elaborado por equipe multidisciplinar contemplando inclusive o entorno do município;
- Política Ambiental, fiscalização e controle com foco na sustentabilidade, cumprindo as leis do Código Florestal;
- Resgate e Preservação da identidade histórica, artística e cultural do município;
- Formar e capacitar mão de obra operacional local por meio de cursos técnicos e inclusão de componentes curriculares no Ensino Fundamental e Médio;
- Melhorar índices de Qualidade de Vida com base nos indicadores ora analisados;
- Desenvolvimento de estudos visando o aprimoramento turístico regional;
- Propor associações, agrupamentos, ações regionais por meio de constituição de Clusters, assim uma rede de compartilhamento e cooperação;
- Continuar com Bacharéis em Turismo no Quadro de Funcionários da Prefeitura e se possível ampliar vagas para Técnicos com equipe Multidisciplinar;
- Promover programas de conscientização turística ambiental e cultural;

A falta de planejamento turístico bem como legislação ambiental acarreta na perda de atrativos turísticos. O desenvolvimento sustentável vem sendo reconhecido como método imprescindível para atingir objetivos sem deteriorar os recursos naturais e culturais, nem degradar o ambiente.

Se uma localidade dispuser de recursos, os mesmos podem representar uma oportunidade para desenvolver o turismo, o que poderá trazer benefícios substanciais à comunidade e aos residentes. Para ter sucesso, o turismo na comunidade tem de ser planejado e gerido de modo a melhorar a qualidade de vida dos residentes e proteger os ambientes locais, ou seja, o turismo deve ser ambientalmente sustentável antes de o ser economicamente, respeitando a capacidade de absorção ecológica e social dentro dos limites da realidade municipal.

É preciso ter a consciência de que o turismo não é necessariamente viável e desejável em todas as localidades; por isso a sociedade deve estar envolvida. Relembrando o documento da ONU, o Nosso Futuro Comum, o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia. É antes, um processo de mudanças em que as alterações na exploração dos recursos, gestão dos investimentos, orientação do desenvolvimento e a nível institucional são geridas de modo coerente com as necessidades futuras e presentes.

A gestão contínua do turismo é tão importante como o planejamento e desenvolvimento adequados. A supervisão é a chave da gestão eficiente de todos os aspectos do turismo. Para supervisionar e gerir, é imprescindível saber como maximizar as oportunidades e minimizar os problemas de modo sistêmico.

O desenfreado desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, sobretudo da Região Administrativa de Ribeirão Preto, foi acompanhado por um expressivo aumento do poder aquisitivo e, conseqüentemente, da demanda do turismo. Sabe-se que a população, de maneira geral, busca o turismo de forma a se abster da neurose urbana, congestionamentos, poluição, violência – que já não são problemas restritos às capitais; procura-se uma maneira de fugir do cotidiano cada vez mais caótico, preferencialmente, em busca de uma paisagem paradisíaca ou bucólica; no entanto, pelos impactos desta busca ou pela falta de conhecimento em gerir os

recursos naturais, está-se acabando com a possibilidade de nossos descendentes conviverem com o meio ambiente existente.

O município possui potencialidade turística e está inserido em uma região que poderia ser mais forte tornando-se um conjunto de atrativos, como um cluster. Acredita-se que o planejamento integral forneça dados para construir as bases sólidas do turismo. Sabe-se que não existe demanda sem foco, não cabe colocar dúzias de tipos de turismo numa mesma localidade como se fosse um carrinho de supermercado. Cabe estudar no máximo dois tipos e implantá-los com rigor, com planejamento, visando a preservação ambiental e cultural da cidade. Também é necessário melhorar a vida do cidadão simonense; afinal, ter qualidade de vida é essencial para receber alguém, é a base da hospitalidade.

A cidade recebeu o presente de ter três unidades de conservação, um município tão privilegiado deveria respirar ecologia e sustentabilidade. Sugere-se ao ponto deste trabalho, refazer o inventário de suas potencialidades turísticas e com bases nelas preparar um planejamento integral em âmbito local, mas em sintonia com a região turística em que está alocado, podendo utilizar-se, assim como outras localidades, das unidades de conservação como atrativo turístico, desde que de maneira sustentável. Não é preciso se desfazer dos roteiros que atualmente faz parte; basta agregar novos planos, ouvir e envolver a população.

Se a comunidade decidir pelo turismo, o que não ficou claro durante essa pesquisa, caberá a mesma incentivar o poder público local para o desenvolvimento de programas de capacitação e conscientização turística, aproveitando a década para o desenvolvimento sustentável em âmbito educacional, fica a sugestão da implantação de disciplinas extracurriculares em Sustentabilidade e Turismo, ou mesmo a inclusão das mesmas nos aportes teóricos geográficos lecionados na Educação Básica.

O planejamento da evolução do turismo com o enfoque do desenvolvimento sustentável apresenta-se como a hipótese de forma preventiva ideal para proteção dos meios visitados, conservando a natureza e oferecendo conforto e satisfação ao turista, sem agredir a originalidade das comunidades – e, sobretudo dos Simonenses que parecem não saber, ao menos em sua

totalidade, sobre o turismo local e as decisões do poder público. Quando a comunidade não participa, ela não se sente responsável. É preciso sensibilizar a população que sua participação é condição *sine qua non* para preservação do patrimônio natural e cultural.

Por fim, a comunidade deve assumir o papel político na relação que se busca estabelecer com o Estado, principalmente com as suas políticas públicas, pois somente assim as pessoas do lugar turístico conseguirão receber os bônus da atividade, e não somente os ônus que se tornam tão prejudiciais para aqueles que resistem em permanecer no lugar, transformado pelos usos e apropriações incontinentes.

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO

(Adaptado de BATISTA, à luz das premissas da OMT)

O roteiro tem como base fundamental a mobilização da comunidade para o desenvolvimento da atividade turística dentro do município. Está dividido em três fases: *diagnóstico, planejamento e implantação*.

1º Fase – Análise dos Pontos Fortes e Fracos, das Ameaças e Oportunidades (SWOT)

Busca identificar qual a situação atual da localidade, a fim de levantar quais os pontos fortes e fracos e as ameaças e oportunidades. É imprescindível este estudo da vocação turística, pois como foi colocado na fundamentação teórica, o turismo pode não ser viável naquele momento. A falta de atrativos turísticos, de vontade política, de uma iniciativa privada disposta a aplicar seus recursos na atividade, ou ainda, a falta de disposição dos moradores locais, pode adiar o planejamento do desenvolvimento turístico.

Além dos fatores acima mencionados, no decorrer da análise, poderá ser constatado que a atividade turística não é o instrumento correto para alavancar a economia regional; mas, através da mobilização que o desenvolvimento do método irá gerar, poderão ser encontradas outras atividades que acarretem na melhoria da qualidade de vida da população local.

Esta fase esta dividida em três etapas:

Etapa1: Diagnóstico situacional do mercado turístico da localidade

O diagnóstico deverá ser um levantamento completo e detalhado dos atrativos turísticos do núcleo receptor, que é a soma de seus recursos naturais, do patrimônio cultural e da infraestrutura, assim como a capacidade de carga dos mesmos. O diagnóstico também deverá conter quais são os concorrentes principais da localidade, assim como a prospecção da demanda atual e uma projeção da demanda futura.

No final deste levantamento deverá ser possível conhecer com maior amplitude e profundidade o potencial turístico da localidade, e desta forma, definir de forma clara o seu produto turístico na fase seguinte. A etapa 1 é dividida em quatro passos para facilitar o seu planejamento:

- 1º passo: Análise do produto turístico - deverá ser realizado por um moderador, com o auxílio de materiais e pesquisas já existentes realizadas por organismos municipais, como as secretarias, por organismos estaduais.
- 2º passo: Análise da demanda turística - pode-se descobrir dados importantes, como as características socioeconômicas, sobre os turistas que já visitaram a localidade. Estas informações são importantes para realizar o dimensionamento dos investimentos que deverão ser realizados, em termos os recursos investidos deverão trazer retorno a comunidade, senão as consequências na economia poderão ser devastadoras.
- 3º Passo: Análise dos concorrentes - verificar quais as localidades da região que possuem turismo expressivo e quais são os produtos oferecidos pelas mesmas, além do grau de sucesso obtido (número de turistas por ano, taxa de ocupação dos alojamentos turísticos, aumento de arrecadação de impostos etc.

- 4º passo: Determinação da capacidade de carga - quando se empreende planos de desenvolvimento do turismo, seja a nível local, regional ou nacional, procura-se o desenvolvimento econômico do local a ser planejado. Porém, os impactos da atividade a nível social e ambiental podem ser irreversíveis. A determinação da capacidade de carga é um item importante quando se fala em desenvolvimento de um turismo sustentável. O seu cálculo pode minimizar os impactos negativos do turismo, sejam eles socioculturais ou ambientais.

Etapa 2: Conselho comunitário – determinação dos objetivos

Os três segmentos da comunidade, os moradores, empresários e governo local podem ou não compartilhar as mesmas ideias sobre o desenvolvimento do turismo na localidade. Cada um dos segmentos apresentam necessidades diferentes, dependendo das suas expectativas, e exercerão níveis diferentes de influência no que diz respeito à tomada de decisão.

O envolvimento total da comunidade desde o início do planejamento é imprescindível, pois muitas vezes as comunidades desejam os benefícios, mas não sabem como alcançá-los, e ainda, não estão preparadas para trabalhar com os impactos decorrentes desta atividade. Por estes motivos, o debate entre os segmentos da comunidade é importante para proporcionar uma visão realista do turismo e qual será a parcela de contribuição de cada um. Afinal, o objetivo maior do desenvolvimento do turismo numa localidade é a melhoria da qualidade de vida das pessoas que lá residem.

Assim, visando atingir um consenso quanto a forma e o volume mais apropriados do turismo para a localidade, e que deve reunir os moradores, empresários e o governo local em um conselho, a fim de determinar os objetivos dos segmentos da comunidade.

Etapa 3: Determinação dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças

Com base nas duas etapas anteriores, o diagnóstico do mercado turístico e a determinação dos objetivos da comunidade, devem ser definidos os pontos fortes e fracos, de acordo com as características apresentadas, e as ameaças e oportunidades, em vista dos aspectos ambientais na qual a localidade esta inserida.

2º Fase – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico

Esta fase está dividida em quatro passos:

- 1º Passo: Formação de uma equipe - a equipe deve ser composta pelas partes interessadas e que representam os três elementos da comunidade: os moradores, os empresários e o governo local. Assim deve ser a composição porque cada grupo irá procurar atender aos seus interesses e expectativas e desta forma, com a presença de todos, ambas as partes poderão discutir e analisar todos os aspectos intervenientes. Poderão participar da equipe representante das organizações que conduzem a comunidade, tais como: associações comunitárias, prefeitura, clube de diretores lojistas, igreja, instituições de ensino profissionalizante e universidades, representações estudantis, associações empresariais locais, secretarias municipais e estaduais, organizações não governamentais, órgãos turísticos, entre outros.
- 2º Passo: Desenvolvimento do produto turístico da localidade - é o resultado do processo de diagnóstico do município, da análise dos pontos fortes e fracos, e das ameaças e oportunidades.
- 3º Passo: Estabelecimento de um plano de ação - no plano de ação devem constar várias alternativas para a operacionalização dos objetivos propostos. É necessário examinar o máximo de alternativas possíveis para o alcance dos objetivos.

- 4º Passo: Elaboração do plano de marketing - para fazer um plano de marketing é importante conhecer bem o produto que será colocado no mercado, os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, e as características da demanda. Como satisfazer todas as necessidades de todas as pessoas é impossível, é necessário dividir o mercado em segmentos, ou seja, em grupos de homogêneos de turistas que possuem necessidades semelhantes, para definir qual o público que se deseja atingir e adequar a oferta turística as suas exigências.

3º Fase – Processo de Implantação e Gestão

Para a implementação do plano é necessário atribuir responsabilidades aos setores públicos e privado e aos outros grupos organizados da comunidade. É preciso que haja coordenação e cooperação entre estas entidades e, em alguns casos, será necessário estabelecer uma espécie de programa de desenvolvimento.

Tudo irá depender do modo como a comunidade local organiza e procede com as políticas locais. Em geral, a iniciativa privada é que assume a maior parte, com a construção dos equipamentos, a prestação dos serviços e a preocupação com a qualidade. Porém, o governo local deve responsabilizar-se por algumas funções, tais como:

- Liderar os programas de desenvolvimento turístico, desde o seu planejamento até a sua implementação.
- Gerir e desenvolver as obras de infraestrutura geral, incluindo os equipamentos urbanos e as vias de acesso a localidade.
- Responsabilizar-se pelo patrimônio histórico, cultural e religioso, conservando-os.
- Administrar, de forma sustentável, as regras de licenciamento e a qualidade dos equipamentos e serviços turísticos.
- Promover cursos de aperfeiçoamento e profissionalização dos moradores, a fim de estarem aptos para trabalhar com as atividades turísticas, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

- Conceder incentivos para estimular as organizações privadas a instalarem-se na localidade.
- Elaborar normas para o uso de espaços naturais com a finalidade de fiscalização e controle dos impactos causados pela atividade.

No que concerne aos incentivos públicos, o desenvolvimento de instalações e serviços turísticos é de responsabilidade do setor privado, mas em algumas regiões, onde o capital privado é limitado, o governo deve fazer os investimentos iniciais.

O plano de desenvolvimento turístico tem como objetivo:

- melhorar a qualidade de vida da população local;
- realizar a conservação do patrimônio;
- gerar renda, emprego e oportunidades de negócio;
- fomentar a conscientização turística;
- implantar a infraestrutura receptiva;
- atrair fluxos turísticos que auxiliem no desenvolvimento sustentável.

Também deve estabelecer estratégias de ampliação ou melhoria da qualidade de vida, captação de investimentos, promoção turística, desenvolvimento com foco na sustentabilidade, fomentando a conscientização turística da comunidade receptora.

Em municípios onde o turismo pretendido se desenvolverá em espaço natural, deverá realizar um planejamento ambiental específico contemplando a análise dos itens abaixo relacionados:

- ◆ Tipos de recursos da área (intactos ou ameaçados);
- ◆ Inventários de Flora e Fauna;
- ◆ Elementos que podem ser considerados como atrativos;
- ◆ Grau de fragilidade dos atrativos;
- ◆ Estudo de impacto do turismo na área pretendida;
- ◆ Registro estatístico de visitantes;

- ◆ Perfil dos visitantes;
- ◆ Sazonalidade do movimento de visitação;
- ◆ Atividades desenvolvidas na localidade;
- ◆ Gastos dos turistas na área;
- ◆ Tipos de promoção existentes;
- ◆ Infraestrutura e estado de conservação das instalações;
- ◆ Recursos para educação ambiental, minimamente.

Importante ressaltar que o processo de planejamento é contínuo, devendo após sua implantação estar atento aos resultados gerados e caso seja necessário corrigir eventuais erros.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAG/RP; EMBRAPA. **Sistema de gestão territorial**. Embrapa- Campinas, SP, 2005.

AB' SABER, A.N. **Os domínios da natureza do Brasil**. São Paulo: Ateliê, 2003.

ACERENZA, M.A. **Administración del turismo**. México: TRILLAS, 1984.

AGENDA 21. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, DF, 1996.

ALVARES, L.C.; BESSA, A.M. **A percepção territorial como ferramenta para o planejamento do turismo local**. In: ANPTUR-IV: Seminário da Associação Brasileira e Pós Graduação em Turismo – UAM, 2007.

ANSARAH, M. (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2001.v.2.

SILVA, R. Projeto de lei 690/2011: Classificação de São Simão como estância turística. São Paulo: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011.

AULICINO, M.P. **Turismo e desenvolvimento regional: um ensaio de operacionalização no Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. ECA- USP, 2004.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. **Planejamento e Organização em Turismo**. 2ªed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **Planejamento responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BARROS, R. A universidade e a promoção do desenvolvimento sustentável. In: **Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia na América Latina**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005.

BENEVIDES, I. P. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local**. IN: RODRIGUES, A. B.(org). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **A globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade Brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, M.C.(org). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012.

BITENCOURT, M.D.; MENDONÇA, R.R. **Viabilidade de conservação dos remanescentes de cerrado no Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

BOLSON, J.H. **A importância da paisagem na atividade turística.**In Revista Turismo. Disponível em: [HTTP://www.revistaturismo.com.br/artigos/artigos.html](http://www.revistaturismo.com.br/artigos/artigos.html). Acesso em 18/12/2011.

BONFIM, I.O.; FREITAG, M.J. **Educação em Turismo: conhecimento crítico versus técnica.** Revista Espaço Acadêmico. Número 50, 2005.

BOULLÓN, R.C. **Planejamento do espaço turístico.**Bauru, SP: EDUSC,2002.

BOYER, M. **História do Turismo de Massa.** Bauru, SP: Edusc, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva 1989.

BUTLER, R. W. **The Concept of a Tourist Area Cycle of evolution.** Canadian Geographer. n.24, 1980.

CALDER, W. The UN Decade of Education for Sustainable Development – a progress report. In: **The Declaration** – Association of University Leaders for a Sustainable Future. Volume 7. Número 2, p. 1, 5-8, 2005.

CALLENBACH, E. CAPRA, F. **Gerenciamento ecológico.** São Paulo: Cultrix, 1993.

CÂNDIDO, L.A. **Turismo em áreas naturais protegidas.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Cultrix, 1982.

CARLOS, A.F. **O lugar no/do Mundo.**São Paulo: Hucitec,1996.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.**São Paulo, Paz e Terra,1999.

CASTROGIOVANNI, A.C. **Porque geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre.**In GASTAL, S. **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer.** Porto Alegre, RS:EDIPUCRS, 2002.

CÉSAR. P.A.B. **Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia?** .São Paulo: Brasiliense, 2002.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, F.**O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

Congresso Internacional de Geografia e Planejamento Turístico. Anais do Congresso. São Paulo: USP, 1995.

CORIOLOANO, L.N. (org.) **Turismo com ética.** Fortaleza,CE: UECE, 1998.

CORIOLOANO, L.N. **A contribuição do turismo ao desenvolvimento local.** IN: PORTUGUEZ, A. et al. (org). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana.** Lisboa,Portugal: Arquitetura&Urbanismo,1973.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã.** Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1986.

DADE. Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias. **Manual de Convênios.** Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2012.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.**São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DENCKER, A. M.F. **Pesquisa e Interdisciplinaridade no Ensino Superior: uma experiência no Curso de Turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

DE LAS HERAS, M.P. **Manual del turismo sostenible: como conseguir un Turismo social, económico y ambientalmente responsable.** Madrid, Espanha: Ediciones Mundi-Prensa 2004.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DOLLFUS,O.**O espaço geográfico.**Rio de Janeiro:Bertrand Brasil,1991.

DORNELLES,C.T.**Percepção Ambiental: uma análise da bacia hidrográfica do rio Monjolinho.**Dissertação de Mestrado.Escola de Engenharia de São Carlos.USP.2006.

EDGEELL, D.L. **Managing sustainable tourism: a legacy for the future.** New York: THHP,2007.

ELEUTÉRIO, J.; NETO, E.H. **Estrada bonita e inserção da comunidade local: um olhar da sustentabilidade turística.**In: X Encontro Nacional de Turismo com Base Local, João Pessoa, 2007.

EMBRATUR. **Dados e fatos.** Disponível em :<http://www.embratur.gov.br> Acesso em 22/01/06.

FALCÃO, J.A. **O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda.**In YAZIGI, E.Turismo: espaço, paisagem e cultura.São Paulo: Hucitec,1996.

FERNANDES, I.P. **Planejamento e organização do turismo: uma abordagem desenvolvimentista com responsabilidade social e ambiental.** Rio de Janeiro: Campus, 2011.

- FERNANDES, N. **Acervo fotográfico de São Simão**. 2012
- FERREIRA, A. B.H. **Dicionário Aurélio – básico da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira – Folha de S.Paulo, 1995.
- FERRETTI, E. **Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.
- FINO, P. **Estância Turística de Salto SP: turismo por decreto**. Dissertação de Mestrado. UNIARA. Araraquara, SP, 2009.
- FOLHARINI, S. **Mapa de localização do Município de São Simão – 1:50.000**. 2012.
- FOLHARINI, S. **Carta Topográfica do Município de São Simão - 1:50.000**. 2012.
- FRANGETTO, F.W(org). **Uma trajetória ambientalista: diário de Paulo Nogueira Neto**. São Paulo: Empresa das Artes, 2010.
- FRATUCCI, A.C. **Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico**. Revista *GEOgraphia*.UFF.Rio de Janeiro.Ano II, nº.4, 2000.
- GASTAL, S; MOESCH, M. **Outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**.São Paulo: Martins Fontes,1991.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª.ed.São Paulo: Atlas,2002.
- GODFREY, K; CLARKE, J. **The tourism development handbook**. Londres, Reino Unido: Cassell, 2000.
- GÖSSLING, S. **Carbon Management in Tourism: mitigating the impacts on climate change**.New York: Routledge,2011.
- HALL, C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2004.
- HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?**. Washington, DC, EUA: Island Press, 1999.
- IBGE. **Cid@des- Dados do município de São Simão – SP**.São Paulo, 2011.
- IFSP. Instituto Florestal de São Paulo. **Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
- INSKEEP, E. **Tourism planning: an integrated and sustainable development approach**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

- IRVING, M.A. **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.
- KANNI, F. 2002. **Turismo sustentável – contribuições para um desenvolvimento socioambiental**. São Paulo: ECA – USP. (Dissertação de Mestrado)
- KNAFOU, R. **Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo**. In RODRIGUES, A.B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KNUDSEN, D.C. et al. **Landscape, Tourism and Meaning**. Hampshire: Ashgate, 2008.
- KRAEMER, M.E. **Turismo ecológico e a sustentabilidade**. Disponível em <http://www.gestiopolis.com/canales/turismoecologico.htm>. Acesso em 28/10/2005.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, L.S. **Café, riquezas e famílias: Ribeirão Preto na segunda metade do século XIX**. História e Economia - Revista Interdisciplinar. Vol. 4 . n. 1 . 1º semestre 2008.
- LUCHIARI, M.T.D.P. **Turismo e meio ambiente**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1998.
- LYNCH, K.A **imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAGALHÃES. C.F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.
- MASTNY, L. Redirecionando o Turismo Internacional. In: FLAVIN, CHRISTOPHER. **O Estado do Mundo 2002. Especial Rio+10**. Salvador: Universidade Livre da Mata Atlântica/UNESCO, 5:117- 146 2002.
- MATEUS, C. et al. **Educação ambiental para o turismo sustentável**. São Carlos, SP: Rima 2005.
- McINTOSH, R.W. et al. **Tourism: principles, practices, philosophies**. New York: John Wiley & Sons, 1995.
- MEDLIK, S. **Dictionary of travel, tourism and hospitality**. Oxford, Reino Unido: Butterworth-Heinemann, 1996.
- MENDONÇA, R. ;ZYSMAN, N. (org.) **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005.
- MIRANADA, J.R.;MIRANDA, E. **Biodiversidade e Sistemas de Produção Orgânica: recomendações no caso da cana-de-açúcar**. Embrapa. Documento 27. Novembro, 2004.

MOLINA, S. **Turismo e Ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MORANDI, S.; GIL, I.C. **Espaço e Turismo**. CEETEPS. São Paulo: Copidart, 2000.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOURA, L. A. A. **Economia ambiental. Gestão de custos e investimentos**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

MTur. **Brasil : um país, muitos destinos**. Balanço semestral de ações do MTur. MINISTÉRIO DO TURISMO. Ano II – Janeiro/Setembro – 2009.

NICOLÁS, D.H. **Elementos para un análisis sociogeográfico del Turismo**. In RODRIGUES, A.B. Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, A.P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, F.P. **Elementos para a História de São Simão**. São Simão, SP: s/Ed. , 1975.

OLIVEIRA, F.V. **Capacidade carga nas cidades históricas**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

OMT. **Declaração de Manila para o Turismo Mundial**. Manila, Filipinas: Organização Mundial do Turismo, 1980.

OMT. **Agenda 21 para a Indústria do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável**. Madrid, Espanha: Organização Mundial do Turismo, 1996.

OMT. **Carta de Quebec**. Madrid, Espanha: Organização Mundial do Turismo, 2002.

OMT. **Compromisso de Joanesburgo por um Desenvolvimento Sustentável**. Joanesburgo, África do Sul: Organização Mundial do Turismo, 2002.

OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Organização Mundial do Turismo**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2003.

OMT. **Manual para organizadores locais de turismo e desenvolvimento sustentável**. 2ª.ed. Brasília, DF: Embratur, 2001.

OMT. **Barômetro do Turismo Mundial**. Organização Mundial do Turismo. Madrid: Espanha, 2012.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em [http:// www.onu.org](http://www.onu.org). Acesso em 21/12/05.

ONU. **UN Decade of Education for sustainable Development**. New York, Estados Unidos da América: Organização das Nações Unidas, 2005.

ONU. **A Sustainable Future for the Mediterranean**. Londres, Reino Unido: Organização das Nações Unidas, 2006.

ONU. **The Future we want**. Documento Rio +20. Rio de Janeiro, RJ: Organização das Nações Unidas, 2012.

PACHECO, L.D. **A percepção da paisagem no turismo**. In **Caderno Virtual de Turismo**- Rio de Janeiro, v. 11, n.3, p341-354,dez.2011.

PAES, M.T.D.; OLIVEIRA, M.R.S. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PANZERI, V.M. **Educação para sustentabilidade: reflexões sobre o ensino superior em turismo**. Dissertação de Mestrado. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo. 2006.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PHILIPPI Jr, A. MALHEIROS, T.F. Saúde ambiental e desenvolvimento. In: PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M.C. (orgs.) **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

PMSS. **INVENTÁRIO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO**. Prefeitura do Município de São Simão- SP, 2012.

PORTUGUEZ, A.P. **Turismo, rural**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoy (Edit.). **Análises regionais e Globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

PORTUGUEZ, A. et al. (org). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

PUPO, O.A. **ABC do Turismo e Estâncias**. São Paulo: Martins, 1974.

QUEIROZ, K. T. **Desenvolvimento sustentável e ecoturismo: observações sobre o PROECOTUR no Estado do Acre**. Disponível em :<http://www.ufac.br>. Acesso em 02/09/2002.

QUEIROZ, O.T.M.M. **O meio rural e sua apropriação pelo turismo**. IN: PORTUGUEZ, A. et al. (org). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**. Campinas: Papyrus, 1996.

REJOWSKI, M. ; CARNEIRO, J. Formação e capacitação de recursos humanos em turismo: ações inovadoras e estratégias. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B.K. **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROCHA, G.(org). **Mapa de águas subterrâneas do Estado de São Paulo**. DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica : IG- Instituto Geológico : IPT .Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo : Geológico do Brasil, 2005.

RODRIGUES, A.B.(org.)**Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec,1996.

RODRIGUES, A. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec,1999.

RODRIGUES, A. Geografia do turismo: novos desafios. In : TRIGO, L.G.G. (org.) **Turismo : como aprender, como ensinar**. Vol.1.São Paulo: Senac, 2001

RUSCHMANN, D.V. M. **Turismo e planejamento sustentável : a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. **A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade**. **Turismo Visão e Ação**. Revista Científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, SC: ano 2, n.5, p.81-90, 2000.

RUSCHMANN, D.; WIDMER, G. **Planejamento turístico**. In: ANSARAH, M. (Org.), **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC, 2000.

RUSSO, C.R. **Turismo, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**. Disponível em: <http://paginasterra.com.br/educacao/turismo.html>. Acesso em 16/01/2006.

SACHS,I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro : Garamond, 2000.

SANTOS, A. S. **Biodiversidade: definição e importância**. Disponível em <http://www.ultimaarcadenoe.com.br>. Acesso em 06/09/2002.

SANTOS, J.E.; PIRES,J.S.R. **Estação ecológica de Jataí**. Volume 1. São Carlos, SP: RiMa, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec,1996.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**.São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
SARTOR, L.F. **Introdução ao turismo**. Caxias do Sul, RS: EDUCS/EST, 1977.

SEABRA, G. **Ecos do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SEADE. **Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo**. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 08/01/2012.

SETUR. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Informações sobre Municípios Turísticos, Roteiros e Circuitos. Disponível em <HTTP://www.turismo.sp.gov.br>. Acesso em 18/01/2012.

SHIGUNOV NETO, A. MACIEL, L.(org) **Currículo e formação profissional nos cursos de Turismo**. Campinas,SP: Papirus, 2002.

SILVA, C.A. **ANÁLISE SISTÊMICA, TURISMO DE NATUREZA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL DE BROTAS: PROPOSTA METODOLÓGICA**. TESE. IGE/UNICAMP.2006.

SILVA, D.F. **Carta Topográfica do Município de São Simão**. 1:75.000. 2012

SILVA, M.G.L. **Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer**. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, P.S. **Referências a teoria e a prática na elaboração de projetos turísticos: reflexo no desenvolvimento local**. IN: PORTUGUEZ, A. et al. (org). Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SILVEIRA, M.A.T. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional**. USP. Tese de Doutorado, 2002.

SMA . Secretaria do Meio Ambiente – Estado de São Paulo. **Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2006.

SOUZA, M.J.O. **Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEFANI, C.R. **O sistema ferroviário paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros**. Dissertação de Mestrado. FFLCH. USP, 2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. v.1. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: Turismo cultural, ecoturismo e ética**. v.5. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE, J. **Relato da palestra de John Swarbrooke**. São Paulo: Unip, 2004.

TASSARA, E. **Dicionário Socioambiental: ideias, definições e conceitos**. São Paulo:FAARTE Editora, 2008.

TAVARES, J. **Turismo predatório/ecoturismo**. Disponível em : <http://www.planetavivo.org.br>. Acesso em 07/09/05.

TEIXEIRA, A. **Turismo sustentável: mito ou realidade?** Disponível em: <http://www.ecolatina.com.br>. Acesso em 01/09/2002.

TRIGO, L.G.G. A importância da educação para o turismo. In : LAGE, B.H.G.;MILONE, P.C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1999.

TUAN, Y.F.**Geografia Humanística**.In CHRISTOFOLETTI,A.Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel,1985.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável : 2005 – 2014 – documento final**. Brasília, DF : Unesco, 2005.

URRY, J. **O olhar do turista**.São Paulo: Nobel/Sesc, 1996.

VALLS, J.F.**Gestão integral de destinos sustentáveis**.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VÁZQUEZ, B. A. **Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo**. Madrid,Espanha: Piramede, 1988.

VERDINELLI, M. E. P. **A problemática da mudança global no Turismo. Turismo Visão e Ação**. Revista Científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, SC: ano 4, n.10, p.9-26, 2002.

ZAPATA, T. 2004. **Estratégias de desenvolvimento local**. Disponível: www.cati.sp.gov.br. Acesso em: 15/05/2012.

YÁZIGI, E. et al. **Turismo – espaço, paisagem e cultura**.São Paulo: Hucitec,1996.

YÁZIGI, E. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**.São Paulo:Plêiade, 2009.

YASOSHIMA, J.R. Antecedentes das viagens e do Turismo. In:REJOWSKI, M. (org.) **Turismo no percurso do tempo**.São Paulo: Aleph,2002

APÊNDICES – Questionários e Formulários de Pesquisa

QUESTIONARIO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE O TURISMO EM SÃO SIMÃO (SP)

Olá!

Sou estudante da UNICAMP e estou fazendo uma pesquisa sobre TURISMO EM SÃO SIMÃO. Conto com sua colaboração. Obrigada!

1. Sexo:
 - a. Masculino
 - b. Feminino
2. Idade:
 - a. De 16 a 30 anos;
 - b. De 31 a 49 anos;
 - c. De 50 a 65 anos;
 - d. Acima de 65 anos.
3. Escolaridade:
 - a. Ensino fundamental;
 - b. Ensino médio;
 - c. Ensino técnico;
 - d. Ensino superior.
4. Qual é a sua ocupação?
5. Renda familiar:
 - a. De 1 a 2 SM;
 - b. De 2 a 4 SM;
 - c. De 5 a 7 SM;
 - d. Acima de 7 SM.
6. É natural de São Simão – SP?
 - a. Sim
 - b. Não
7. Há quanto tempo reside aqui? _____ anos
8. Tem conhecimento sobre o Turismo em São Simão?
 - a. Sim
 - b. Não
9. Considera que a cidade tem condições de receber turistas?
 - a. Sim
 - b. Não
10. O incentivo municipal para o Turismo é:
 - a. Ótimo;

- b. Bom;
 - c. Ruim;
 - d. Péssimo;
 - e. Não sabe ou não quer opinar.
11. Em sua opinião, o que atrai as pessoas para São Simão?
- a. Praia do Tamanduá;
 - b. Morro do Cruzeiro;
 - c. Bosque municipal;
 - d. Theatro Carlos Gomes;
 - e. Casa de Cultura Marcelo Grassmann;
 - f. Cachoeiras;
 - g. Praça da Republica;
 - h. Igreja Matriz;
 - i. Museu Histórico Simonense;
 - j. Memorial Ferroviário;
 - k. Carnaval;
 - l. Semana Santa;
 - m. Festas Juninas e Quermesses;
 - n. Folia de Reis;
 - o. Torneio de Inverno;
 - p. Festas do aniversário da cidade;
 - q. Festas de Natal e Ano Novo;
 - r. Caminho da Fé;
 - s. Outros?
12. Você já visitou os pontos turísticos de São Simão?
- a. Sim. Quais?
 - b. Não
13. Em sua opinião, o que deve ser melhorado em São Simão para receber os turistas?
- a. Acesso;
 - b. Infraestrutura;
 - c. Hospedagem;
 - d. Qualidade de vida;
 - e. Restaurantes e lanchonetes;
 - f. Informações;
 - g. Praças e vias públicas;
 - h. Limpeza urbana;
 - i. Outros?
14. Em sua opinião, quais benefícios os turistas poderiam trazer para São Simão?
- a. Empregos;
 - b. Renda;
 - c. Novos negócios;

- d. Progresso e desenvolvimento;
 - e. Novas tecnologias;
 - f. Conservação de patrimônio;
 - g. Cultura;
 - h. Eventos;
 - i. Outros?
15. Quais seriam os problemas que os turistas trariam?
- a. Lixo;
 - b. Violência/ crimes;
 - c. Drogas;
 - d. Barulho;
 - e. Problemas de trânsito e estacionamento;
 - f. Aumento de preços;
 - g. Destruição de áreas verdes;
 - h. Destruição de patrimônio;
 - i. Contaminação dos rios;
 - j. Outros?
16. Você se sente incomodado (a) com a presença de turistas na cidade?
- a. Sim. Por quê?
 - b. Não. Por quê?
17. Gostaria de investir no turismo municipal?
- a. Sim
 - b. Não
- Caso Sim, em que?

FORMULARIO DE COLETA DE DADOS SOBRE O POTENCIAL TURISTICO CULTURAL DE SÃO SIMÃO (SP)

- Ficha de análise de atrativos culturais. Data: ___/___/20___ Horário: ___:___
- Local analisado: _____
- Propriedade particular Área Publica Área urbana Área rural
- Categoria do atrativo
 - a) Cultural – Patrimônio Artístico
 - b) Histórico
 - c) Religioso
 - d) Evento temporário
 - e) Outros / Especificar
- Há cobrança de taxa? Caso sim, valor cobrado: R\$ _____
- Tempo necessário para visitação: ___horas; Pernoite 2 dias: ___; Mais de 2 dias: ___
- Distancia da área central do município: _____km
- Há presença de fluxo turístico? ___Sim; ___N o
- Uso atual do local:

Intenso	Regular	Insipiente	Inexistente
----------------	----------------	-------------------	--------------------
- Necessita ou exige a presença de guias ou pessoal capacitado? ___Sim; ___N o
- Há infraestrutura turística? ___Sim; ___N o. Quais?
 - a) Sinaliza o
 - b) Sanitários
 - c) Serviços de alimenta o
 - d) Serviços de informa o

- e) Serviços especializados
 - f) Serviços de recepção
 - g) Serviços de guias e monitores
 - h) Atividades de lazer e recreação
 - i) Escadas de acesso
 - j) Serviços de emergência
 - k) Outros / Especificações
- Principal forma de acesso ao local:

Estrada asfaltada

Estrada de Terra

Estrada Cascalhada

Outros: _____ Especificações: _____

- Estado de conservação do acesso principal:

Ótimo

Bom

Regular

Péssimo

- Acessibilidade ao atrativo: _____ **Permanente**; _____ **Temporária**
- O acesso ao local pode ser realizado por:
 - a) Veículo comum
 - b) Veículo 4 x 4
 - c) Ônibus ou Van
 - d) Bicicleta
 - e) Caminhada
 - f) Cavalo

- Originalidade do atrativo para o desenvolvimento do turismo:

Ótima **Boa** **Regular** **Péssima**

- Capacidade de atração de fluxo turístico:

Internacional **Nacional** **Estadual** **Regional**

- Nível hierárquico de potencialidade turística:

Nível 03 **Nível 02** **Nível 01** **Nível 0**

- Impactos negativos detectados, decorrentes do turismo ou prejudiciais para atividade:

- a) Lixo
- b) Desmatamento
- c) Erosão
- d) Assoreamento
- e) Compactação do solo
- f) Poluição sonora
- g) Pixação
- h) Poluição da água
- i) Alargamento e pisoteio
- j) Descaracterização da paisagem
- k) Destruição do patrimônio

- Detalhes da documentação:

**FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS SOBRE O POTENTIAL TURÍSTICO
NATURAL DE SÃO SIMÃO (SP)**

- **Ficha de análise de atrativos naturais. Data:** ___ / ___ / 20 ___. **Horário:** ___ : ___
- **Local analisado:** _____
- **Altitude:** _____ **Metros** / **Latitude:** _____ **Longitude:** _____
- **Propriedade particular** **Área Pública** _____ **Área urbana** **Área Rural**
- **Categoria do atrativo:**
 - a) Chapadas / Tabuleiros
 - b) Pico / Cume
 - c) Serras
 - d) Montes / Morros / Colinas
 - e) Patamares
 - f) Matacões / Pedras
 - g) Vale
 - h) Rochedo
 - i) Rios / Ribeirão / Córrego
 - j) Praia fluvial / Pântano

- k) Gruta / Caverna
 - l) Quedas-d'água / Cachoeiras
 - m) Fonte hidrotermal ou hidromineral
 - n) Reserva de flora e/ou fauna
 - o) Furnas
 - p) Mirante
 - q) Paredão rochoso
 - r) Outros / Especificar: _____
- Há cobrança de taxa? **Caso sim, valor cobrado: R\$ _____**
 - Tempo necessário para visitação: **___Horas; Pernoite 2 dias: ___; Mais de 02 dias: ___**
 - Distancia da área central do município: (_____) **KM**
 - H  presença de fluxo turístico? **_____Sim; _____N o**
 - Uso atual do local:

Intenso Regular Insipiente Inexistente

- Necessita ou exige a presença de guias ou pessoal capacitado? **_____Sim; _____N o**
- Há infraestrutura turística? **_____Sim; _____N o. Quais?**
 - a) Sinalização
 - b) Sanitários
 - c) Serviços de Alimentação
 - d) Serviços de informação
 - e) Serviços especializados
 - f) Serviços de recepção

- g) Serviços de guias e monitores
- h) Atividades de lazer e recreação
- i) Escadas de acesso
- j) Serviços de emergência
- k) Outros / Especificações: _____

- Principal forma de acesso ao local:

Estrada asfaltada

Estrada de terra

Estrada Cascalhada

Outros: _____ Especificações: _____

- Estado de conservação do acesso principal:

Ótimo

Bom

Regular

Péssimo

- Acessibilidade do atrativo: _____ **Permanente**; _____ **Temporária**

Explicitar, se temporária, o motivo: _____

- O acesso ao local pode ser realizado por:

- a) Veículo comum
- b) Veículo 4 x 4
- c) Ônibus ou Van
- d) Bicicleta
- e) Caminhada
- f) Cavalo

- Elementos mais importantes da paisagem ao redor do atrativo:
 - a) Flora
 - b) Fauna
 - c) Clima
 - d) Hidrografia
 - e) Geologia
 - f) Geomorfologia
 - g) Construções Humanas

- Atividades que são ou que podem ser desenvolvidas no local segundo sua propensão:
 - a) Arborismo
 - b) Contemplação
 - c) Pesquisa científica
 - d) Caminhadas / trekking
 - e) Prática de rapel
 - f) Esportes Radicais
 - g) Rafting
 - h) Ciclismo
 - i) Cavalgadas
 - j) Banho
 - k) Mergulho
 - l) Passeio de barco
 - m) Escalada

- n) Boia-cross / acqua ride
- o) Pesca
- p) Tirolesa
- q) Canoagem
- r) Mountain-bike
- s) Pedalinho
- t) Parapent
- u) Piquenique
- v) Corridas de aventura
- w) Atividades de turismo rural
- x) Lazer e recreação
- y) Atividades culturais
- z) Programas pedagógicos
- aa) Hidrospeed
- bb) Duck floating
- cc) Canyoning
- dd) Cascading
- ee) Recreação infantil
- ff) Outros / Especificar: _____

- Originalidade do atrativo para o desenvolvimento do turismo:

Ótima

Boa

Regular

Péssima

- Capacidade de atração de fluxo turístico:

Internacional

Nacional

Estadual

Regional

- Nível hierárquico de potencialidade turística:

Nível 03

Nível 02

Nível 01

Nível 0

- Impactos negativos detectados, decorrentes do turismo ou prejudiciais para atividade:

a) Lixo

b) Desmatamento

c) Erosão

d) Assoreamento

e) Compactação do solo

f) Poluição sonora

g) Pixação

h) Poluição da água

i) Alargamento e pisoteio

j) Descaracterização da paisagem

k) Destruição do patrimônio

- Detalhes da documentação:
-
-

ANEXO A - Documento da ONU – RIO + 20
“O futuro que queremos”



United Nations

Distr.: Limited

19 June 2012

Rio de Janeiro, Brasil.

20-22 de Junho de 2012

Documento Final da Conferência

O Futuro que Queremos

I – Nossa Visão Comum

1. Nós, os Chefes de Estado e Governo e representantes de alto-nível, tendo nos reunido no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012, com a participação integral de sociedade civil, renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e de assegurar a promoção de um futuro sustentável economicamente, socialmente e ambientalmente para nosso planeta e para as gerações presentes e futuras.
2. A erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, estamos comprometidos a livrar a humanidade da pobreza e da fome como um assunto de urgência.
3. Nós reconhecemos, portanto, a necessidade de continuar a inserir o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais e reconhecendo as suas interligações, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável em todas suas dimensões.
4. Nós reconhecemos que a erradicação da pobreza, mudando o que é insustentável e promovendo padrões sustentáveis de consumo e produção e protegendo e administrando a base de recurso natural de desenvolvimento econômico e social são os objetivos gerais e os requisitos

essenciais para o desenvolvimento sustentável. Nós também reafirmamos a necessidade de alcançar o desenvolvimento sustentável promovendo crescimento econômico seguro, sustentado, inclusivo e equitativo, criando maiores oportunidades para todos, reduzindo desigualdades, elevando os padrões de vida básicos, promovendo desenvolvimento social equitativo e inclusão, e promover administração integrada e sustentável de recursos naturais e ecossistemas que suportam, entre outros, o desenvolvimento econômico, social e humano, facilitando a conservação, a regeneração, a restauração e a resiliência do ecossistema em face de novos e emergentes desafios.

5. Nós reafirmamos nosso compromisso de fazer todo esforço para acelerar o atingimento das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

6. Nós reconhecemos que as pessoas estão no centro do desenvolvimento sustentável e neste sentido nós nos esforçamos para um mundo que seja justo, equitativo e inclusivo, e nos comprometemos a trabalhar juntos para promover crescimento econômico sustentado e inclusivo, desenvolvimento social e proteção ambiental e assim beneficiar a todos.

7. Nós reafirmamos que nós continuamos sendo guiados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, com total respeito pelo direito internacional e seus princípios.

8. Nós também reafirmamos a importância da liberdade, paz e segurança, respeito para todos os direitos humanos, inclusive o direito de desenvolvimento e o direito de um padrão de vida adequado, inclusive o direito à alimentação, ao estado de direito, à igualdade entre os sexos, o empoderamento das mulheres e o compromisso geral de sociedades justas e democráticas para o desenvolvimento.

9. Nós reafirmamos a importância da Declaração Universal de Direitos Humanos, como também outros instrumentos internacionais relativos a direitos humanos e ao direito internacional. Nós enfatizamos as responsabilidades de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, de respeitar, proteger e promover os direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo sobre raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento, incapacidade ou outro estado.

10. Nós reconhecemos que a democracia, boa governança e estado de direito, a nível nacional e internacional, como também um ambiente propício, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, inclusive o crescimento econômico sustentado e inclusivo, desenvolvimento social, proteção ambiental e a erradicação da pobreza e fome. Nós reafirmamos que para alcançar nossas metas de o desenvolvimento sustentável precisamos de instituições em todos os níveis que sejam eficazes, transparentes, responsáveis e democráticas.

11. Nós reafirmamos nosso compromisso em fortalecer a cooperação internacional para atacar os desafios persistentes relacionados ao o desenvolvimento sustentável para todos, em particular em países em desenvolvimento. Neste sentido, nós reafirmamos a necessidade de alcançar estabilidade econômica, crescimento econômico sustentado, promoção de equidade social e

proteção do ambiente, aumentando a igualdade entre os sexos, o empoderamento das mulheres e oportunidades iguais para todos, e a proteção, sobrevivência e desenvolvimento de crianças para seu pleno potencial, incluindo através da educação.

12. Nós decidimos entrar em ação urgente para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nós renovamos, portanto nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso atual e as lacunas restantes na implementação dos resultados dos congressos principais sobre desenvolvimento sustentável e atacando novos e emergentes desafios. Nós expressamos nossa determinação em abordar os temas da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, notadamente, uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para desenvolvimento sustentável.

13. Nós reconhecemos que as oportunidades para as pessoas influenciarem suas vidas e o futuro, participarem na tomada de decisão e expressar suas preocupações são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Nós sublinhamos que o desenvolvimento sustentável requer ação concreta e urgente. Ele só pode ser alcançado com uma aliança ampla de pessoas, governos, sociedade civil e setor privado, todos funcionando junto para assegurar o futuro que queremos para as gerações presentes e futuras.

II. Renovação do Compromisso Político

A. Reafirmação dos princípios do Rio e planos de ação passados

14. Nós recordamos a Declaração de Estocolmo da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972.

15. Nós reafirmamos todos os princípios da Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, incluindo, entre outros, o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas, como estabelecido no princípio 7 da Declaração do Rio.

16. Nós reafirmamos nosso compromisso de implementar totalmente a Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, o Programa de Implementação Continua da Agenda 21, o Plano de Implementação da Cúpula Global sobre o desenvolvimento sustentável (Plano de Implementação de Joanesburgo) e a Declaração de Joanesburgo sobre o desenvolvimento sustentável da Cúpula Global sobre o desenvolvimento sustentável, o Programa de Ação para o desenvolvimento sustentável de Pequenos Estados Insulares (Programa de Ação de Barbados) e a Estratégia Maurícia para Implementação adicional do Programa de Ação para o desenvolvimento sustentável de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Nós também reafirmamos nosso compromisso com a implementação total do Programa de Ação para Países Menos Desenvolvidos durante a Década 2011-2020 (Programa de Ação de Istambul), o Programa de Ação Almaty: Respondendo às necessidades de países em desenvolvimento sem litoral dentro de uma nova estrutura global para Cooperação de Transporte de Trânsito para Países em

desenvolvimento sem litoral e países de Trânsito, a declaração política sobre as necessidades de desenvolvimento da África, e a Nova Parceria para Desenvolvimento da África. Nós recordamos também nossos compromissos nos resultados de todas as principais conferências e cúpulas das Nações Unidas nos campos econômico, social e ambiental, inclusive a Declaração do Milênio das Nações Unidas, o 2005 Resultado da Cúpula Mundial de 2005, o Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento, a Declaração de Doha sobre Financiamento para Desenvolvimento, o documento de resultado da Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, as ações fundamentais para a implementação continua do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing.

17. Nós reconhecemos a importância das três convenções do Rio para o avanço do desenvolvimento sustentável e neste sentido nós urgimos todas as partes a implementar seus compromissos totalmente sob a estrutura da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas, a Convenção em Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação em Países que Experimentam Secas Sérias e/ ou Desertificação, Particularmente na África, conforme seus respectivos princípios e providências, como também tomar ações e medidas eficazes e concretas em todos os níveis e aumentar a cooperação internacional.

18. Nós estamos determinados a revigorar a vontade política e aumentar o nível de compromisso pela comunidade internacional para avançar a agenda do desenvolvimento sustentável, pela realização das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Nós reafirmamos ainda mais nossos compromissos respectivos a outras metas internacionalmente acordadas nos campos econômico, social e ambiental desde 1992. Nós decidimos, portanto tomar medidas concretas que apressem a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável.

B. Avanço em integração, implementação e coerência: avaliação do progresso até agora e lacunas restantes na implementação dos resultados das principais reuniões de cúpula sobre desenvolvimento sustentável e abordagem de desafios novos e emergentes

19. Nós reconhecemos que os 20 anos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento em 1992 testemunharam progresso desigual, inclusive em desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Nós enfatizamos a necessidade de progredir na implementação dos compromissos prévios. Nós também reconhecemos a necessidade de progredir na eliminação de lacunas de desenvolvimento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e avaliar e criar oportunidades para alcançar o desenvolvimento sustentável através de crescimento econômico e diversificação, desenvolvimento social e proteção ambiental. Para este fim, nós sublinhamos a necessidade contínua de um ambiente facilitador em nível nacional e internacional, como também de cooperação internacional contínua e fortalecida, em

particular nas áreas de finanças, dívida, comércio e transferência de tecnologia, como acordado mutuamente, e inovação, empreendedorismo, capacitação, transparência e responsabilidade. Nós reconhecemos a diversificação de atores e interessados engajados na busca do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, afirmamos a necessidade continuada da participação ampla e efetiva de todos os países, em particular dos países em desenvolvimento, na tomada de decisão mundial.

20. Nós reconhecemos que desde 1992 houve áreas de insuficiente progresso e retrocessos na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável, agravados por múltiplas crises financeiras, econômicas, de alimentação e energia que ameaçaram a habilidade de todos os países, em particular países em desenvolvimento, alcançarem o desenvolvimento sustentável. Neste aspecto, é crítico que não voltemos atrás em nosso compromisso com o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento. Nós também reconhecemos que um dos maiores desafios atuais para todos os países, particularmente para países em desenvolvimento, é o impacto das múltiplas crises que hoje afetam o mundo.

21. Nós estamos profundamente preocupados que um em cinco pessoas neste planeta, ou mais de 1 bilhão de pessoas, ainda viva em pobreza extrema, e que um em sete, ou 14 por cento, está desnutrido, enquanto desafios de saúde pública, inclusive pandemias e epidemias, permaneçam ameaças onipresentes. Neste contexto, nós notamos as discussões contínuas em segurança humana na Assembleia Geral. Nós reconhecemos que com a população de mundial projetada para exceder 9 bilhões até 2050 com estimativa de dois terços morando em cidades, nós precisamos aumentar nossos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável e, em particular, a erradicação de pobreza, fome e doenças evitáveis.

22. Nós reconhecemos exemplos de progresso em desenvolvimento sustentável nos níveis regionais, nacionais, subnacionais e locais. Nós notamos que esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável foram refletidos em políticas e planos regionais, nacionais e subnacionais, e que os Governos fortaleceram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável desde adoção da Agenda 21 através de legislação e instituições, e o desenvolvimento e implementação de acordos e compromissos internacionais, regionais e sub-regionais.

23. Nós reafirmamos a importância de apoiar países em desenvolvimento em seus esforços para erradicar a pobreza e promover o empoderamento do pobre e das pessoas em situações vulneráveis, inclusive removendo barreiras a oportunidades, aumentando a capacidade produtiva, desenvolvendo agricultura sustentável e promovendo emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, complementado por políticas sociais eficazes, inclusive bases de proteção social, visando alcançar as metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

24. Nós expressamos profunda preocupação com os níveis altos continuados de desemprego e subemprego, particularmente entre pessoas jovens, e notamos a necessidade de estratégias de desenvolvimento sustentável para proativamente atacar o emprego de jovens em todos os níveis. Neste sentido, nós reconhecemos a necessidade de uma estratégia global sobre a juventude e geração de emprego no trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

25. Nós reconhecemos que a mudança de clima é uma crise transversal e persistente e expressamos nossa preocupação que a escala e a gravidade dos impactos negativos de mudança de clima afetam todos os países e arruinam a habilidade de todos os países, em particular, países em desenvolvimento, alcançar o desenvolvimento sustentável e as Metas de Desenvolvimento do Milênio e ameaçam a viabilidade e sobrevivência das nações. Então nós sublinhamos que o combate à mudança de clima requer ação urgente e ambiciosa, conforme os princípios e providências da estrutura da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança de Clima.

26. Os Estados são fortemente alertados para que se abstenham de promulgar e aplicar quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam conforme o direito internacional e a Carta das Nações Unidas que impeçam a realização completa do desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento.

27. Nós reiteramos nosso compromisso, expresso no Plano de Implementação de Joanesburgo, no Resultado da Cúpula Mundial de 2005 e no documento resultante da Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral de 2010 sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, de tomar medidas e ações mais eficazes, em conformidade com direito internacional, para remover os obstáculos à realização total do direito de autodeterminação das pessoas que vivem sob ocupação colonial e estrangeira, que continuam afetando seu desenvolvimento econômico e social adversamente como também seu ambiente, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser combatidas e eliminadas.

28. Nós reafirmamos que, conforme a Carta das Nações Unidas, isto não será interpretado como autorizando ou encorajando alguma ação contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado.

29. Nós decidimos tomar medidas e ações eficazes futuras, em conformidade com direito internacional, para remover obstáculos e constrangimentos, fortalecer o apoio e satisfazer as necessidades especiais das pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias complexas e em áreas afetadas por terrorismo.

30. Nós reconhecemos que muitas pessoas, especialmente os pobres, dependem diretamente de ecossistemas para seu sustento, bem-estar econômico, social e físico, e sua herança cultural. Por isto, é essencial gerar empregos decentes e renda que diminuam disparidades em padrões de vida para melhor atender as necessidades das pessoas e promover padrões de vida e práticas sustentáveis e o uso sustentável de recursos naturais e ecossistemas.

31. Nós enfatizamos que o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo e centrado nas pessoas, beneficiando e envolvendo todas as pessoas, inclusive jovens e crianças. Nós reconhecemos que a igualdade de gênero e empoderamento às mulheres são importantes para o desenvolvimento sustentável e nosso futuro comum. Nós reafirmamos nossos compromissos para assegurar às mulheres direitos iguais, acesso e oportunidades para participação e liderança na economia, sociedade e tomada de decisão política.

32. Nós reconhecemos que cada país enfrenta desafios específicos para alcançar o desenvolvimento sustentável e nós sublinhamos os desafios especiais que os países mais vulneráveis enfrentam e em particular os países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, bem como os desafios específicos que enfrentados por países de renda média. Países em situações de conflito também precisam de atenção especial.

33. Nós reafirmamos nosso compromisso de tomar ação urgente e concreta para endereçar para a vulnerabilidade dos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, inclusive através da implementação sustentada do Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurícia, e sublinhar a urgência de achar soluções adicionais para os desafios principais enfrentados pelos Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento de uma maneira combinada para apoiá-los a manter o impulso obtido em levar adiante a implementação do Programa de Ação de Barbados e da Estratégia Maurícia e para alcançar o desenvolvimento sustentável.

34. Nós reafirmamos que o Programa de Ação de Istambul demonstra as prioridades dos países menos desenvolvidos para o desenvolvimento sustentável e define uma estrutura para uma parceria global renovada e fortalecida para implementá-las. Comprometemos-nos a ajudar os países menos desenvolvidos na implementação do Programa de Ação de Istambul como também em seus esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável.

35. Nós reconhecemos que deveria ser dada mais atenção à África e à implementação de compromissos previamente acordados relativos às suas necessidades de desenvolvimento feitos nas principais cúpulas e conferências das Nações Unidas. Nós notamos que a ajuda à África aumentou em recentes anos. Porém, ainda ficaram para trás compromissos feitos previamente. Nós sublinhamos a prioridade fundamental da comunidade internacional apoiar os esforços de desenvolvimento sustentável da África. Neste sentido, nos comprometemos de novo a implementar os compromissos acordados internacionalmente relativos às necessidades de desenvolvimento da África, particularmente as contidas na Declaração do Milênio das Nações Unidas, na Declaração das Nações Unidas sobre a Nova Parceria para Desenvolvimento da África, no Consenso de Monterrey, o Plano de Implementação de Joanesburgo e no Resultado da Cúpula Global de 2005, como também na declaração política sobre necessidades de desenvolvimento da África de 2008.

36. Nós reconhecemos as sérias dificuldades para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas suas três dimensões em países em desenvolvimento sem litoral. Neste sentido, nós reafirmamos nosso compromisso para endereçar as necessidades especiais de desenvolvimento e os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento sem litoral para implementação ampla, oportuna e efetiva do Programa de Ação de Almaty conforme a declaração na revisão de metade do período do Programa de Ação de Almaty.

37. Nós reconhecemos o progresso feito por países de renda média melhorando o bem-estar de seu povo, como também os desafios específicos de desenvolvimento que eles enfrentam em seus

esforços para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e alcançar suas metas de desenvolvimento, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio, e alcançar o desenvolvimento sustentável de uma maneira inclusiva que integre as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Nós reiteramos que estes esforços deveriam ser apoiados adequadamente pela comunidade internacional, em várias formas, levando em conta as necessidades e a capacidade para mobilizar recursos domésticos destes países.

38. Nós reconhecemos a necessidade de medidas mais amplas de progresso para complementar o produto nacional bruto para informar melhor as decisões de política, e neste sentido nós pedimos à Comissão de Estatística das Nações Unidas, em consulta com as entidades relevantes de sistema das Nações Unidas e outras organizações relevantes, lançar um programa de trabalho nesta área que a partir das iniciativas existentes.

39. Nós reconhecemos que o planeta Terra e seus ecossistemas são nosso lar e que “Mãe Terra” é uma expressão comum em vários países e regiões, e nós notamos que alguns países reconhecem os direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável. Nós estamos convencidos que para alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza.

40. Nós pedimos abordagens holísticas e integradas para o desenvolvimento sustentável que guiarão a humanidade para viver em harmonia com a natureza e liderar esforços para restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra.

41. Nós reconhecemos a diversidade natural e cultural do mundo e reconhecemos que todas as culturas e civilizações podem contribuir para o desenvolvimento sustentável.

C. Engajamento dos grupos principais e outros interessados

42. Nós reafirmamos o papel fundamental de todos os níveis de governo e corpos legislativos na promoção do desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos ademais os esforços e progresso feitos a nível local e subnacional, e reconhecemos o papel importante que tais autoridades e comunidades podem ter na implementação do desenvolvimento sustentável, incluindo engajando os cidadãos e interessados e lhes proporcionando informações relevantes, como apropriado, nas três dimensões do desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos ademais a importância de envolver todos os tomadores de decisão relevantes no planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

43. Nós sublinhamos que a ampla participação pública e acesso a informações e procedimentos judiciais e administrativos são essenciais à promoção do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável requer o envolvimento significativo e a participação ativa de legislaturas e judiciários regionais, nacionais e subnacionais, e todos os outros grupos principais: mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústria, a comunidade científica e tecnológica, e fazendeiros, como também outros interessados, inclusive comunidades locais, grupos voluntários

e fundações, migrantes e famílias como também pessoas mais velhas e pessoas com incapacidades. Neste sentido, nós concordamos trabalhar mais perto com os grupos principais e outro interessados e encorajar sua participação ativa, como apropriado, em processos que contribuem na tomada de decisão, planejamento e implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis.

44. Nós reconhecemos o papel da sociedade civil e a importância de habilitar todos os membros da sociedade civil a se engajarem ativamente no desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos que a participação melhorada da sociedade civil depende, entre outros, de fortalecer o acesso à informação e construir a capacitação da sociedade civil e um ambiente habilitador. Nós reconhecemos que as tecnologias da informação e de comunicações estão facilitando o fluxo de informação entre os governos e o público. Neste sentido, é essencial trabalhar para o acesso melhorado à tecnologia de informação e de comunicações, especialmente em redes e serviços de banda larga, e superar a lacuna digital, reconhecendo a contribuição da cooperação internacional neste sentido.

45. Nós sublinhamos que as mulheres têm um papel vital a exercer para atingir o desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos o papel de liderança das mulheres e nós decidimos promover a igualdade de gênero e empoderamento às mulheres e assegurar sua participação total e efetiva em políticas, programas e tomada de decisão de desenvolvimento sustentável, em todos os níveis.

46. Nós reconhecemos que a implementação do desenvolvimento sustentável dependerá do engajamento ativo do público e dos setores privados. Nós reconhecemos que a participação ativa do setor privado pode contribuir para a realização do desenvolvimento sustentável, inclusive pela ferramenta importante de parcerias público-privadas. Nós apoiamos estruturas de política e regulatórias nacionais que permitem a negócios e indústria lançar iniciativas de desenvolvimento sustentável, levando em conta a importância de responsabilidade social corporativa. Nós chamamos o setor privado a se engajar em práticas de negócios responsáveis, como as promovidas pelo Pacto Mundial das Nações Unidas.

47. Nós reconhecemos a importância de relatórios de sustentabilidade corporativa e encorajamos companhias, como apropriado, especialmente as listadas publicamente e companhias grandes, a considerar integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios. Nós encorajamos a indústria, governos interessados e interessados relevantes com o apoio do sistema das Nações Unidas, como apropriado, a desenvolver modelos de melhores práticas e facilitar ação para a integração de relatórios de sustentabilidade, levando em conta experiências de estruturas já existentes e dando especial atenção as necessidades de países em desenvolvimento, inclusive para desenvolver capacitação.

48. Nós reconhecemos a contribuição importante da comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável. Nós estamos comprometidos a trabalhar com e fomentar colaboração entre a comunidade acadêmica, científica e tecnológica, em particular em países em desenvolvimento, para fechar a lacuna tecnológica entre países desenvolvidos e em

desenvolvimento e fortalecer a interface de ciência e política como também fomentar a colaboração de pesquisa internacional sobre desenvolvimento sustentável.

49. Nós damos ênfase à importância da participação dos povos indígenas na realização do desenvolvimento sustentável. Nós também reconhecemos a importância da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos de Povos Indígenas no contexto da implementação global, regional, nacional e subnacional de estratégias de desenvolvimento sustentável.

50. Nós damos ênfase a importância da participação ativa de jovens nos processos de tomada de decisão, dado que os assuntos que nós estamos focalizando têm um impacto profundo nas gerações presentes e futuras, e porque a contribuição de crianças e jovens é vital à realização do desenvolvimento sustentável. Nós também reconhecemos a necessidade para promover o diálogo entre as gerações e a solidariedade reconhecendo as suas visões.

51. Nós damos ênfase à importância da participação de trabalhadores e sindicatos na promoção do desenvolvimento sustentável. Como representantes dos trabalhadores, os sindicatos são parceiros importantes na facilitação da realização do desenvolvimento sustentável, em particular da dimensão social. Informação, educação e treinamento em sustentabilidade em todos os níveis, incluindo no lugar de trabalho, são chave para fortalecer a capacitação de trabalhadores e sindicatos para apoiar o desenvolvimento sustentável.

52. Nós reconhecemos que os fazendeiros, enquanto incluindo os fazendeiros em pequena escala e pescadores, pastores e silvicultores, podem fazer contribuições importantes para o desenvolvimento sustentável através de atividades de produção que sejam ambientalmente saudáveis, aumentem a segurança alimentar e o padrão de vida dos pobres, e revigorem a produção e o crescimento econômico sustentado.

53. Nós notamos as valiosas contribuições que organizações não governamentais fazem promovendo o desenvolvimento sustentável pela sua experiência diversa e bem estabelecida, perícia e capacitação, especialmente na área de análise, compartilhando de informação e conhecimento, promoção de diálogo e apoio na implementação do desenvolvimento sustentável.

54. Nós reconhecemos o papel central das Nações Unidas em avançar na agenda do desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos também, neste sentido, as contribuições de outras organizações internacionais relevantes, incluindo instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento multilaterais, e enfatizamos a importância da cooperação entre eles e as Nações Unidas, dentro de seus respectivos mandatos, reconhecendo seu papel na mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável.

55. Nós nos comprometemos a revigorar a parceria mundial para o desenvolvimento sustentável que nós lançamos no Rio de Janeiro em 1992. Nós reconhecemos a necessidade de dar impulso novo à nossa busca cooperativa do desenvolvimento sustentável, e nos comprometemos a trabalhar juntos com grupos principais e outros interessados endereçando as lacunas de implementação.

III. Economia Verde no contexto de o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza

56. Nós afirmamos que há abordagens, visões, modelos e ferramentas diferentes disponíveis para cada país, conforme suas circunstâncias nacionais e prioridades, alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões que é nossa meta maior. Neste sentido, nós consideramos a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza como um das ferramentas importantes disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável e que poderia prover opções para criar políticas, mas não deveria ser um conjunto rígido de regras. Nós enfatizamos que deveria contribuir para erradicar a pobreza como também para o crescimento econômico sustentado, aumentando a inclusão social, melhorando o bem-estar humano e criando oportunidades para emprego e trabalho decente para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra.

57. Nós afirmamos que as políticas para economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deveriam ser guiadas por e estar de acordo com todos os Princípios do Rio, a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Joanesburgo e contribuir para alcançar metas relevantes de desenvolvimento internacionalmente acordadas, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

58. Nós afirmamos que políticas econômicas verdes no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação de pobreza deveriam:

- (a) Ser consistentes com o direito internacional;
- (b) Respeitar a soberania nacional de cada país sobre seus recursos naturais levando em conta suas circunstâncias nacionais, objetivos, responsabilidades, prioridades e margem de ação com respeito às três dimensões do desenvolvimento sustentável;
- (c) ser apoiadas por um ambiente facilitador e instituições atuantes em todos os níveis com um papel de liderança para os governos e com a participação de todos os interessados relevantes, incluindo a sociedade civil;
- (d) Promover crescimento econômico sustentado e inclusivo, favorecer a inovação e prover oportunidades, benefícios e poder a todos e o respeito de todos os direitos humanos;
- (e) Levar em conta as necessidades de países em desenvolvimento, particularmente aqueles em situações especiais;
- (f) Fortalecer a cooperação internacional, incluindo a provisão de recursos financeiros, capacitação e transferência de tecnologia a países em desenvolvimento;

(g) Efetivamente evitar condições não garantidas em ajuda de desenvolvimento oficial (ODA) e finanças;

(h) Não constituir meios de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada em comércio internacional, evitar ações unilaterais para lidar com desafios ambientais fora da jurisdição do país importador, e assegurar que medidas ambientais que foquem problemas ambientais fronteiriços ou globais, até onde possível, sejam baseadas em um consenso internacional;

(i) Contribuir para eliminar lacunas de tecnologia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e reduzir a dependência tecnológica de países em desenvolvimento usando todas as medidas apropriadas;

(j) Aumentar o bem-estar dos povos indígenas e suas comunidades, de outras comunidades locais e tradicionais e minorias étnicas, reconhecendo e apoiando sua identidade, cultura e interesses, e evitando por em perigo sua herança cultural, práticas e conhecimento tradicional, preservando e respeitando abordagens não mercantis que contribuam para a erradicação da pobreza;

(k) Aumentar o bem-estar de mulheres, crianças, jovens, pessoas com incapacidades, pequeno proprietário e fazendeiros de subsistência, pescadores e os trabalhadores de pequenas e médias empresas, e melhorar o padrão de vida e empoderamento dos grupos pobres e vulneráveis em particular em países em desenvolvimento;

(l) Mobilizar o potencial integral e assegurar a contribuição igual de mulheres e homens;

(m) Promover atividades produtivas em países em desenvolvimento que contribuam para erradicação da pobreza;

(n) Focar a preocupação sobre desigualdades e promover a inclusão social, inclusive bases de proteção social;

(o) Promover consumo sustentável e padrões de produção;

(p) Continuar os esforços para atuar com abordagens para desenvolvimento inclusivo, equitativo para superar a pobreza e desigualdade.

59. Nós vemos a implementação de políticas de economia verde por países que buscam aplicá-las na transição para o desenvolvimento sustentável como um empreendimento comum, e nós reconhecemos que cada país pode escolher uma abordagem apropriada de acordo com planos, estratégias e prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável.

60. Nós reconhecemos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza aumentará nossa habilidade de administrar a sustentação de recursos naturais e com menos impactos negativos ambientais, aumentar a eficiência de recurso e reduzir desperdício.

61. Nós reconhecemos que ação urgente em padrões insustentáveis de produção e consumo onde eles ocorrem permanece fundamental ao focar a sustentabilidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e ecossistemas, a regeneração de recursos naturais e a promoção de crescimento global sustentado, inclusivo e equitativo.

62. Nós encorajamos cada país a considerar a implementação de políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, de um modo que objetive fomentar crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo e criação de emprego, particularmente para mulheres, jovens e os pobres. Neste sentido, nós notamos a importância de assegurar que os trabalhadores sejam equipados com as habilidades necessárias, inclusive através de educação e capacitação, e sejam providos com a necessária proteção social e de saúde. Neste sentido, nós encorajamos todos os interessados, inclusive negócios e indústria, a contribuir, como apropriado. Nós convidamos os governos a melhorar o conhecimento e capacitação estatística em tendências, desenvolvimento e dificuldades de emprego e integrar dados relevantes em estatísticas nacionais, com o apoio de agências das Nações Unidas relevantes dentro dos seus mandatos.

63. Nós reconhecemos a importância da avaliação da gama de fatores sociais, ambientais e econômicos e encorajamos, onde circunstâncias nacionais e condições permitem, a sua integração na tomada de decisão. Nós reconhecemos que será importante levar em conta as oportunidades e desafios, como também os custos e benefícios de políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, usando os melhores dados científicos e análises disponíveis. Nós reconhecemos que uma mistura de medidas, incluindo reguladoras, voluntárias e outras aplicadas a nível nacional e consistente com obrigações de acordos internacionais, poderia promover economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Nós reafirmamos que as políticas sociais são vitais para promover o desenvolvimento sustentável.

64. Nós reconhecemos que o envolvimento de todos os interessados e suas parcerias, rede de contatos e compartilhamento de experiência em todos os níveis poderiam ajudar os países a aprender uns com os outros identificando políticas de desenvolvimento sustentável apropriadas, inclusive políticas de economia verde. Nós notamos as experiências positivas em alguns países, inclusive em países em desenvolvimento, na adoção de políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza através de uma abordagem inclusiva e damos boas-vindas à troca voluntária de experiências como também a capacitação nas diferentes áreas do desenvolvimento sustentável.

65. Nós reconhecemos o poder das tecnologias de comunicações, inclusive tecnologias de conexão e sistemas inovadores, em promover a troca de conhecimento, cooperação técnica e capacitação para o desenvolvimento sustentável. Estas tecnologias e sistemas podem construir capacitação e facilitar o compartilhando de experiências e conhecimento nas diferentes áreas do desenvolvimento sustentável de uma maneira aberta e transparente.

66. Reconhecendo a importância de unir financiamento, tecnologia, capacitação e necessidades nacionais para políticas de desenvolvimento sustentável, inclusive economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, nós convidamos o sistema das Nações Unidas, em cooperação com os doadores relevantes e organizações internacionais, a coordenar e prover informação mediante pedido em:

(a) Conectar os países interessados com os parceiros que são mais adequados para prover o apoio pedido;

(b) Conjuntos de instrumentos e/ ou melhores práticas de aplicação de políticas em economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza em todos os níveis;

(c) Modelos ou bons exemplos de políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação de pobreza;

(d) Metodologias de avaliação de políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza;

(e) Plataformas existentes e emergentes que contribuem neste sentido.

67. Nós sublinhamos a importância de governos que assumem um papel de liderança no desenvolvimento políticas e estratégias através de um processo inclusivo e transparente. Nós também anotamos os esforços daqueles países, inclusive países em desenvolvimento que já iniciaram processos para preparar estratégias e políticas nacionais de economia verde apoiando o desenvolvimento sustentável.

68. Nós convidamos os interessados relevantes, inclusive as comissões regionais das Nações Unidas, organizações e corpos das Nações Unidas, outras organizações intergovernamentais regionais e relevantes, instituições financeiras internacionais e grandes grupos de envolvidos no desenvolvimento sustentável, de acordo com seus mandatos respectivos, a apoiar os países em desenvolvimento mediante pedido a alcançar o desenvolvimento sustentável, inclusive através de, entre outras, políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, em particular nos países menos desenvolvidos.

69. Nós também convidamos os negócios e a indústria como apropriado e conforme legislação nacional a contribuir para o desenvolvimento sustentável e desenvolver estratégias de sustentabilidade que integrem, entre outras, políticas de economia verde.

70. Nós reconhecemos o papel de cooperativas e microempresas contribuindo na inclusão social e redução da pobreza em particular em países em desenvolvimento.

71. Nós encorajamos as parcerias existentes e novas, incluindo parcerias público-privadas, a mobilizar o financiamento público complementado pelo setor privado, levando em conta os interesses das comunidades indígenas e locais quando apropriado. Neste sentido, os governos deveriam apoiar iniciativas para o desenvolvimento sustentável, inclusive promovendo a contribuição do setor privado para apoiar políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

72. Nós reconhecemos o papel crítico da tecnologia bem como a importância de promover inovação, em particular em países em desenvolvimento. Nós convidamos os governos, como apropriado, a criar estruturas facilitadoras que promovam tecnologia, pesquisa e desenvolvimento ambientalmente sãs, e inovação, incluindo em defesa de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

73. Nós enfatizamos a importância da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento e recordamos as providências de transferência de tecnologia, finanças, acesso a informação, e propriedade intelectual acordadas no Plano de Implementação de Joanesburgo, em particular sua chamada para promover, facilitar e financiar, como apropriado, seu acesso e o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias ambientalmente sãs e o conhecimento correspondente, em particular para países em desenvolvimento, em condições favoráveis, incluindo em condições de concessão e preferenciais, como acordado mutuamente. Nós também anotamos a evolução adicional de discussões e acordos nestes assuntos desde a adoção do Plano de Implementação de Joanesburgo.

74. Nós reconhecemos que os esforços de países em desenvolvimento que escolhem implementar políticas de economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza deveriam ser apoiados por ajuda técnica e tecnológica.

IV. Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

A. Fortalecendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável

75. Nós sublinhamos a importância de uma estrutura institucional fortalecida para desenvolvimento sustentável que responda coerente e efetivamente aos desafios atuais e futuros e eficientemente reduza as lacunas na implementação da agenda do desenvolvimento sustentável. A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável deveria integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável de uma maneira equilibrada e deveria aumentar a implementação por, entre outros, fortalecimento de coerência, coordenação, evitando duplicação de esforços e revisando o progresso implementando o desenvolvimento sustentável. Nós também reafirmamos que a estrutura deveria ser inclusiva, transparente e efetiva e que deveria achar soluções comuns relacionadas aos desafios globais do desenvolvimento sustentável.

76. Nós reconhecemos que a governança efetiva ao nível local, subnacional, nacional, regional e global que representam as vozes e interesses de todos são críticos para avançar no desenvolvimento sustentável. O fortalecimento e a reforma do estrutura institucional não deveriam ser um fim em si mesmo, mas os meios para alcançar o desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos que uma melhor e mais efetiva estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável o nível internacional deveria ser consistente com os Princípios do Rio, basear-se na Agenda 21 e no Plano de Implementação de Joanesburgo e seus objetivos na estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, contribuir para a implementação de nossos compromissos nos resultados das conferências e cúpulas das Nações Unidas nos campos

econômico, social, ambiental e relacionados e levar em conta prioridades nacionais e as estratégias de desenvolvimento e prioridades de países em desenvolvimento. Nós decidimos, portanto fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável que irá, entre outros:

- (a) Promover a integração equilibrada das três dimensões de o desenvolvimento sustentável;
- (b) Ser baseada em uma abordagem de ação e orientada para resultados dando a consideração devida a assuntos intersetoriais relevantes com objetivo de contribuir para a implementação do desenvolvimento sustentável;
- (c) Sublinhar a importância de interligações entre assuntos-chave e desafios e a necessidade por uma abordagem sistemática para eles em todos os níveis relevantes;
- (d) Aumentar a coerência, reduzir a fragmentação e sobrepor e aumentar a efetividade, eficiência e transparência, reforçando a coordenação e cooperação;
- (e) Promover participação total e efetiva de todos os países em processos de tomada de decisão;
- (f) Engajar líderes políticos de alto nível, prover orientação de política e identificar ações específicas para promover implementação efetiva do desenvolvimento sustentável, inclusive através de compartilhamento voluntário de experiências e lições aprendidas;
- (g) Promover a interface de ciência e política através de avaliações científicas inclusivas, baseadas em evidência e transparentes, como também acesso a dados seguros, relevantes e oportunos em áreas relacionadas às três dimensões do desenvolvimento sustentável, baseando em mecanismos existentes, como apropriado; neste sentido, fortalecer a participação de todos os países nos processos e capacitação de desenvolvimento sustentável internacional e em especial para países em desenvolvimento, incluindo a condução de suas próprias monitorias e avaliações;
- (h) Aumentar a participação e o compromisso efetivo da sociedade civil e outros interessados relevantes nos foros internacionais relevantes e neste sentido promover a transparência e participação pública ampla e parcerias para implementar o desenvolvimento sustentável;
- (i) Promover a revisão e medição de progresso na implementação de todos os compromissos de desenvolvimento sustentável, inclusive compromissos relacionados a meios de implementação.

B. Fortalecendo arranjos intergovernamentais para o desenvolvimento sustentável

77. Nós reconhecemos a importância vital de um sistema multilateral inclusivo, transparente, reformulado, fortalecido e efetivo para abordar melhor os desafios globais urgentes do desenvolvimento sustentável hoje, reconhecendo a universalidade e papel central das Nações Unidas e reafirmando nosso compromisso para promover e fortalecer a efetividade e eficiência do sistema das Nações Unidas.

78. Nós sublinhamos a necessidade de fortalecer a coerência e coordenação de todo o sistema das Nações Unidas, assegurando ao mesmo tempo a responsabilidade apropriada dos Estados Membros, por, entre outros, aumento da coerência em relatar e reforçar esforços cooperativos dentro dos mecanismos existentes entre agências e estratégias para avançar na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo troca de informação entre suas agências, fundos e programas, e também com as instituições financeiras internacionais e outras organizações relevantes como a Organização de Comércio Mundial (OMC), dentro de seus mandatos respectivos.

79. Nós enfatizamos a necessidade de uma melhor e mais efetiva estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável que deveria ser guiado pelas funções específicas requeridas e mandatos envolvidos; endereçar as falhas do sistema atual; levar em conta todas as implicações relevantes; promover sinergias e coerência; buscar evitar duplicação e eliminar sobreposições desnecessárias dentro do sistema das Nações Unidas; e reduzir pesos administrativos e ampliar os arranjos existentes.

Assembleia geral

80. Nós reafirmamos o papel e a autoridade da Assembléia Geral em assuntos globais de preocupação para a comunidade internacional, como estabelecido na Carta.

81. Nós reafirmamos ainda a posição central da Assembleia Geral como o órgão deliberativo principal, fixador de políticas e representativo das Nações Unidas. Neste sentido, nós convocamos a Assembleia a integrar mais o desenvolvimento sustentável como um elemento chave da estrutura geral para as atividades das Nações Unidas e adequadamente abordar o desenvolvimento sustentável na determinação da sua agenda, inclusive através de diálogos periódicos de alto nível.

Conselho Econômico e Social

82. Nós reafirmamos que o Conselho Econômico e Social é um corpo principal para revisão de política, diálogo de política e recomendações em assuntos de desenvolvimento econômico e social e para o acompanhamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e é um mecanismo central para a coordenação do sistema das Nações Unidas e supervisão dos corpos subsidiários do Conselho, em particular suas comissões funcionais, e para promover a implementação da Agenda 21 fortalecendo a coerência e coordenação de todo o sistema. Nós também reafirmamos o papel

principal que o Conselho exerce na coordenação global de fundos, programas e agências especializadas, assegurando coerência entre eles e evitando duplicação de mandatos e atividades.

83. Nós nos comprometemos em fortalecer o Conselho Econômico e Social dentro de seu mandato segundo a Carta, como um órgão principal no acompanhamento integrado e coordenado dos resultados de todas as conferências e cúpulas principais das Nações Unidas nos campos econômico, social, ambiental e relacionados, e reconhecemos seu papel fundamental para alcançar uma integração equilibrada das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Nós esperamos a revisão da implementação da resolução 61/16 da Assembleia Geral sobre o fortalecimento do Conselho Econômico e Social.

Foro Político de Alto-nível

84. Nós decidimos estabelecer um foro político universal intergovernamental de alto nível, baseado nos pontos fortes, experiências, recursos e modalidades de participação inclusivas da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável, e substituindo a Comissão subsequentemente. O foro político de alto nível acompanhará a implementação do desenvolvimento sustentável e deve evitar sobreposição com estruturas, corpos e entidades existentes de uma maneira eficaz quanto a custos.

85. O foro de alto nível poderia:

- (a) Prover liderança política, orientação e recomendações para o desenvolvimento sustentável;
- (b) Aumentar a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável em uma maneira holística e intersetorial em todos os níveis;
- (c) Prover uma plataforma dinâmica para diálogo regular, e para medição de progresso e fixação de agenda para avançar o desenvolvimento sustentável;
- (d) Ter uma agenda focada, dinâmica e orientada para ação, assegurando a consideração apropriada dos novos e emergentes desafios do desenvolvimento sustentável;
- (e) Acompanhar e revisar o progresso na implementação de compromissos de desenvolvimento sustentável contidos na Agenda 21, no Plano de Implementação de Joanesburgo, no Programa de Ação de Barbados, na Estratégia Maurícia e no resultado da presente Conferência e, como apropriados, resultados relevantes de outras cúpulas e conferências das Nações Unidas, inclusive o resultado da Quarta Conferência das Nações Unidas nos Países Menos Desenvolvidos, como também seus respectivos de implementação;

- (f) Encorajar participação de alto nível em todo o sistema de agências, fundos e programas das Nações Unidas, e convidar a participar, como apropriado, outras instituições financeiras e de comércio e corpos de tratado, dentro dos seus mandatos respectivos e conforme regras e providências das Nações Unidas;
- (g) Melhorar a cooperação e coordenação dentro do sistema das Nações Unidas em programas e políticas de desenvolvimento sustentável;
- (h) Promover a transparência e implementação através de aumentar o papel consultivo e a participação dos grupos principais e outro interessados relevantes ao nível internacional para fazer melhor uso de sua perícia, retendo a natureza de intergovernamental das discussões;
- (i) Promover o compartilhamento de melhores práticas e experiências relativas à implementação do desenvolvimento sustentável e, em forma voluntária, facilitar o compartilhamento de experiências, inclusive sucessos, desafios e lições aprendidas;
- (j) Promover a coerência e coordenação de políticas de desenvolvimento sustentável em todo o sistema;
- (k) Fortalecer a interface de ciência e política através da revisão da documentação que reúna informações espalhadas e avaliações, inclusive na forma de um relatório de desenvolvimento sustentável global, baseando em avaliações existentes;
- (l) Aumentar a tomada de decisão baseada em evidência em todos os níveis e contribuir para o fortalecimento dos esforços contínuos de capacitação para coleta de dados e análise em países em desenvolvimento.

86. Nós decidimos lançar um processo de negociação transparente e inclusivo intergovernamental e aberto, debaixo da Assembleia Geral para definir o formato e aspectos organizacionais do foro de alto nível com o objetivo de realizar o primeiro foro de alto nível no começo da sexagésima oitava sessão da Assembleia. Nós também consideraremos a necessidade por promover a solidariedade entre gerações para alcançar o desenvolvimento sustentável, levando em conta as necessidades de gerações futuras, inclusive convidando o Secretário-Geral a apresentar um relatório neste assunto.

C. Pilar Ambiental no contexto do desenvolvimento sustentável

87. Nós reafirmamos a necessidade de fortalecer a governança ambiental internacional dentro do contexto da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, para promover uma integração equilibrada das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável como também a coordenação dentro do sistema das Nações Unidas.

88. Nós nos comprometemos a fortalecer o papel do Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) como a autoridade ambiental global líder que fixa a agenda ambiental global, promove a implementação coerente da dimensão ambiental de o desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e serve como um defensora autorizada para o ambiente global. Nós reafirmamos a resolução 2997 (XXVII) de 15 de dezembro de 1972 que estabeleceu o PNUMA e outras resoluções relevantes que reforçam seu mandato, como também a Declaração de Nairóbi sobre o Papel e Mandato de PNUMA de 1997 e a Declaração Ministerial de Malmo de 2000. Neste sentido, nós convidamos a Assembleia Geral, em sua sexagésima sétima sessão, a adotar uma resolução fortalecendo e atualizando o PNUMA da maneira seguinte:

(a) Estabelecendo a composição universal no Conselho Administrativo do PNUMA, como também outras medidas para fortalecer sua governança bem como sua responsabilidade e responsabilidade para os Estados Membros;

(b) Ter recursos financeiros seguros, estáveis, adequados e aumentados do orçamento regular das Nações Unidas e contribuições voluntárias para cumprir seu mandato;

(c) Aumentar a voz do PNUMA e sua habilidade de cumprir seu mandato de coordenação dentro do sistema das Nações Unidas fortalecendo o engajamento da PNUMA nos organismos principais de coordenação das Nações Unidas e autorizando o PNUMA a liderar esforços para formular estratégias sobre o ambiente em todo o sistema das Nações Unidas;

(d) Promover uma forte interface de ciência e política, baseando em instrumentos internacionais existentes, avaliações, painéis e redes de informação, inclusive a Perspectiva de Ambiente Global, como um dos processos apontados para reunir informação e avaliação para apoiar uma tomada de decisão informada;

(e) Disseminar e compartilhar informação ambiental baseada em evidência e aumentar a consciência pública em assuntos ambientais críticos como também emergentes;

(f) Prover desenvolvimento de capacitação aos países, como também apoio e facilitar o acesso a tecnologia;

(g) Progressivamente consolidar as funções da sede em Nairóbi, como também fortalecer sua presença regional para ajudar os países, mediante pedido, na implementação das suas políticas ambientais nacionais, colaborando de perto com outras entidades relevantes do sistema das Nações Unidas;

(h) Assegurar a participação ativa de todo o interessados relevantes utilizando as melhores práticas e modelos de instituições multilaterais relevantes e explorando mecanismos novos para promover transparência e o engajamento efetivo da sociedade civil.

89. Nós reconhecemos as contribuições significativas para o desenvolvimento sustentável feitas pelos acordos ambientais multilaterais. Nós reconhecemos o trabalho já empreendido para aumentar as sinergias entre as três convenções no agrupamento de substâncias químicas e desperdício (a Convenção de Basileia sobre Controle de Movimentos Fronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Disposição, a Convenção de Roterdã sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para Certas Substâncias Químicas Perigosas e Praguicidas no Comércio Internacional e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes). Nós encorajamos as partes de acordos ambientais multilaterais a considerar medidas adicionais, nestes e outros agrupamentos, como apropriado, para promover coerência de política em todos os níveis relevantes, melhorar a eficiência, reduzir desnecessária sobreposição e duplicação, e aumentar a coordenação e cooperação entre os acordos ambientais multilaterais, inclusive as três convenções do Rio, como também com o sistema das Nações Unidas no campo.

90. Nós damos ênfase à necessidade pela continuação de uma revisão regular do estado do ambiente em mudança da Terra e seu impacto no bem-estar humano e, neste sentido, nós damos boas-vindas a tais iniciativas como o processo de Perspectiva de Ambiente Global que objetiva reunir informações ambientais e avaliações e construir capacitação nacional e regional para apoiar a tomada de decisão informada.

D. instituições financeiras Internacionais e atividades operacionais das Nações Unidas

91. Nós reconhecemos que o desenvolvimento sustentável deveria receber a devida consideração dos programas, fundos e agências especializadas do sistema das Nações Unidas e outras entidades relevantes como instituições financeiras internacionais e a Conferência das Nações Unidas em Comércio e Desenvolvimento, de acordo com os seus respectivos mandatos existentes. Neste sentido, nós os convidamos impulsionar ainda mais o desenvolvimento sustentável nos seus mandatos respectivos, programas, estratégias e processos de tomada de decisão, em apoio aos esforços de todos os países, em particular países em desenvolvimento, na realização do desenvolvimento sustentável.

92. Nós reafirmamos a importância de ampliar e fortalecer a participação de países em desenvolvimento na tomada de decisão econômica internacional e estabelecimento de normas, e neste sentido, tomar nota de recentes decisões importantes na reforma das estruturas de governança, cotas e direitos de voto das instituições Bretton Woods, refletindo melhor as realidades atuais e aumentando a voz e participação de países em desenvolvimento, e reiterar a importância da reforma da governança dessas instituições para fornecer instituições mais eficazes, acreditáveis, responsáveis e legítimas.

93. Nós pedimos a maior integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas, e pedimos ao Secretário Geral relatar à Assembleia Geral, através do Conselho Econômico e Social, sobre o progresso feito neste sentido. Nós também pedimos e reconhecemos a importância do fortalecimento da coordenação de políticas dentro das estruturas principais do Secretariado das Nações Unidas para assegurar coerência em todo o sistema em apoio do desenvolvimento sustentável, e assegurando a responsabilidade dos Estados Membros.

94. Nós convidamos os corpos administrativos de fundos, programas e agências especializadas de desenvolvimento de sistema das Nações Unidas a considerar medidas apropriadas para integrar as dimensões econômica, social e ambiental nas atividades operacionais do sistema das Nações Unidas. Nós também enfatizamos que é fundamental aumentar as contribuições financeiras para o desenvolvimento de sistema das Nações Unidas para alcançar as metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio, e neste sentido nós reconhecemos as mutuamente reforçantes ligações entre maior efetividade, eficiência e coerência do desenvolvimento de sistema das Nações Unidas, alcançando resultados concretos em ajudar países em desenvolvimento a erradicar a pobreza e alcançar crescimento econômico sustentado e desenvolvimento sustentável.

95. Nós enfatizamos a necessidade de fortalecer as atividades operacionais para desenvolvimento do sistema das Nações Unidas no campo que estão bem alinhados com prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento. Neste sentido, enfatizamos que as características fundamentais e princípios das atividades operacionais das Nações Unidas estabelecidas nas resoluções de Assembleias Gerais relevantes proveem a estrutura geral para todos os assuntos relativos às operações das Nações Unidas de apoio de desenvolvimento no campo. Nós reconhecemos a importância de fortalecer a coordenação do sistema das Nações Unidas. Nós esperamos receber o resultado da avaliação independente da iniciativa “Unidos em Ação”.

96. Nós solicitamos que o sistema das Nações Unidas melhore a administração de instalações e operações, levando em conta as práticas de desenvolvimento sustentável, baseando em esforços existentes e promovendo efetividade de custos, e de acordo com as estruturas legislativas, incluindo regras financeiras e regulamentos, e mantendo responsabilidade dos Estados Membros.

E. Níveis Regionais, nacionais, subnacionais e locais

97. Nós reconhecemos a importância da dimensão regional do desenvolvimento sustentável. As estruturas regionais podem complementar e facilitar a tradução efetiva de políticas de desenvolvimento sustentável em ação concreta a nível nacional.

98. Nós encorajamos as autoridades regionais, nacionais, subnacionais e locais a desenvolver e utilizar como apropriado estratégias de desenvolvimento sustentável como instrumento-chave para guiar a tomada de decisão e implementação do desenvolvimento sustentável em todos os níveis, e neste sentido reconhecemos que dados sociais, econômicos e ambientais e informações integrados, bem como a análise efetiva e avaliação de implementação, são importantes nos processos de tomada de decisão.

99. Nós encorajamos a ação em nível regional, nacional, subnacional e local para promover o acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais, como apropriado.

100. Nós enfatizamos que organizações regionais e sub-regionais, inclusive as comissões regionais das Nações Unidas e seus escritórios sub-regionais, têm um papel significativo a exercer na promoção de uma integração equilibrada das dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável nas suas respectivas regiões. Nós sublinhamos a necessidade de apoiar estas instituições, inclusive através do sistema das Nações Unidas, na efetiva operacionalização e implementação do desenvolvimento sustentável, e facilitar a coerência institucional e harmonização de políticas de desenvolvimento relevantes, planos e programas. Neste sentido, nós urgimos estas instituições a priorizar o desenvolvimento sustentável através de, entre outros, capacitação mais eficiente e efetiva, desenvolvimento e implementação de acordos regionais e arranjos como apropriado, e troca de informação, melhores práticas e lições aprendidas. Nós também damos boas-vindas a iniciativas regionais e inter-regionais de desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos a necessidade de assegurar efetiva ligação entre processos globais, regionais, sub-regionais e nacionais para avançar o desenvolvimento sustentável. Nós encorajamos o fortalecimento das comissões regionais das Nações Unidas e seus escritórios sub-regionais em suas capacitações para apoiar os Estados Membros na implementação do desenvolvimento sustentável.

101. Nós sublinhamos a necessidade de planejamento e tomada de decisão mais coerentes e integrados a nível nacional, subnacional e local como apropriado e, para este fim, nós convocamos os países a fortalecer as instituições nacionais, subnacionais e/ou locais ou grupos interessados e processos relevantes como apropriado, relativos ao desenvolvimento sustentável, inclusive para coordenar em assuntos de desenvolvimento sustentável e facilitar a efetiva integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

102. Nós damos boas-vindas às iniciativas regionais e inter-regionais para o desenvolvimento sustentável, como o Programa de Parceria de Green Bridge, que é voluntário e aberto para participação por todos os sócios.

103. Nós sublinhamos a necessidade de assegurar o compromisso político de longo prazo com o desenvolvimento sustentável levando em conta as circunstâncias nacionais e prioridades e, neste

sentido, nós encorajamos todos os países a tomar as ações e medidas necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável.

V. Estrutura para ação e acompanhamento

A. Áreas Temáticas e assuntos intersetoriais

104. Nós reconhecemos que para alcançar o objetivo da Conferência, isto é afiançar compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, como também para endereçar os temas de uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, nós nos comprometemos a endereçar as lacunas restantes na implementação dos resultados das cúpulas principais sobre desenvolvimento sustentável, para atacar os novos e emergentes desafios e aproveitar oportunidades novas através das ações enumeradas abaixo nesta estrutura para ação, apoiada como apropriado através da provisão dos meios de implementação. Nós reconhecemos que metas, objetivos e indicadores, que incluem onde apropriado indicadores sensíveis ao gênero, são valiosos para medir e acelerar o progresso. Nós ainda notamos que o progresso na implementação das ações estipuladas abaixo pode ser aumentado compartilhando informação, conhecimento e experiência voluntariamente.

Erradicação de pobreza

105. Nós reconhecemos que, a três anos da data alvo de 2015 das Metas de Desenvolvimento do Milênio, embora tenha havido progresso reduzindo a pobreza em algumas regiões, este progresso foi desigual e o número das pessoas que vivem em pobreza em alguns países continua aumentando, com mulheres e crianças constituindo a maioria dos grupos mais afetados, especialmente nos países menos desenvolvidos e particularmente na África.

106. Nós reconhecemos que o crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo em países em desenvolvimento é uma exigência fundamental por erradicar a pobreza e a fome e alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Neste sentido, enfatizamos que os esforços nacionais de países em desenvolvimento deveriam ser complementados por um ambiente facilitador objetivando ampliar as oportunidades de desenvolvimento de países em desenvolvimento. Nós também enfatizamos a necessidade de outorgar a prioridade mais alta à erradicação da pobreza dentro da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, endereçando a causa raiz e os desafios da pobreza através de estratégias integradas, coordenadas e coerentes em todos os níveis.

107. Nós reconhecemos que promovendo acesso universal a serviços sociais podem fazer uma contribuição importante a consolidar e alcançar ganhos de desenvolvimento. Sistemas de proteção sociais que se dirigem e reduzem desigualdade e exclusão social são essenciais para erradicar pobreza e avançar a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Neste

sentido, nós encorajamos iniciativas apontadas a aumentar proteção social para todas as pessoas fortemente.

Segurança alimentar e nutrição e agricultura sustentável

108. Nós reafirmamos nossos compromissos relativos ao direito de todos a ter acesso a alimentação sadia, suficiente e nutritiva, consistente com o direito a alimentação adequada e o direito fundamental de todos a serem livres de fome. Nós reconhecemos que a segurança alimentar e nutrição se tornaram um desafio global urgente e, a esse respeito, nós reafirmamos outra vez nosso compromisso de aumentar a segurança alimentar e o acesso a alimentação sadia, adequada e nutritiva para as gerações presentes e futuras em linha com os Cinco Princípios de Roma para Segurança Alimentar Mundial Sustentável adotados em 2009, incluindo para crianças abaixo de dois anos, e através de, como apropriado, estratégias nacionais, regionais e globais de segurança alimentar e nutrição.

109. Nós reconhecemos que uma porção significativa dos pobres do mundo vive em áreas rurais, e que as comunidades rurais têm um papel importante no desenvolvimento econômico de muitos países. Nós enfatizamos a necessidade de revitalizar os setores de desenvolvimento agrícola e rural, notadamente em países em desenvolvimento, de um modo economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável. Nós reconhecemos a importância de tomar as ações necessárias para atacar melhor as necessidades de comunidades rurais através de aumento no acesso por produtores agrícolas, em particular os produtores pequenos, mulheres, povos indígenas e pessoas que vivem em situações vulneráveis, ao crédito e outros serviços financeiros, mercados, posse de terra segura, assistência médica, serviço social, educação, treinamento, conhecimento e tecnologias apropriadas e disponíveis, inclusive para irrigação eficiente, reuso de água residual tratada, coleta e armazenamento de água. Nós reiteramos a importância de empoderamento às mulheres rurais como agentes críticas para aumentar o desenvolvimento agrícola e rural e a segurança alimentar e nutrição. Nós também reconhecemos a importância de práticas agrícolas sustentáveis tradicionais, incluindo sistemas tradicionais de provisão de semente, inclusive para muitos povos indígenas e comunidades locais.

110. Notando a diversidade de condições agrícolas e sistemas, nós decidimos aumentar a produção agrícola sustentável e a produtividade globalmente, inclusive através da melhoria do funcionamento de mercados e sistemas comerciais e fortalecendo a cooperação internacional, particularmente para países em desenvolvimento, aumentando o investimento público e privado em agricultura sustentável, administração de terra e desenvolvimento rural. Áreas chaves para investimento e apoio incluem práticas agrícolas sustentáveis; infraestrutura rural, capacidades de armazenamento e tecnologias relacionadas; pesquisa e desenvolvimento em tecnologias agrícolas sustentáveis; desenvolver cooperativas agrícolas fortes e cadeias de valor; e fortalecer as ligações

urbano-rurais. Nós também reconhecemos a necessidade de reduzir significativamente pós-colheita e outras perdas de comida e desperdício ao longo da cadeia de provisão de alimentos.

111. Nós reafirmamos a necessidade de promover, aumentar e apoiar a agricultura mais sustentável, inclusive colheitas, gado, silvicultura, pesca e aquicultura que melhora a segurança alimentar, erradica a fome e é economicamente viável, conservando a terra, água, planta e recursos genéticos animais, biodiversidade e ecossistemas e aumentando a resiliência à mudança de clima e desastres naturais. Nós também reconhecemos a necessidade de manter processos ecológicos naturais que apoiam sistemas de produção de comida.

112. Nós enfatizamos a necessidade de melhorar sistemas sustentáveis de produção de gado, inclusive melhorando as terras de pasto e esquemas de irrigação em linha com políticas nacionais, legislação, regras e regulamentos, sistemas sustentáveis de administração de água melhorados, e esforços para erradicar e prevenir a expansão de doenças animais reconhecendo que os sustentos de fazendeiros, inclusive pastores, e a saúde do gado são entrelaçados.

113. Nós também enfatizamos o papel crucial de ecossistemas marinhos saudáveis, pescas sustentáveis e aquicultura sustentável para segurança da alimentação e nutrição e em prover o sustento de milhões das pessoas.

114. Nós decidimos tomar ação para aumentar a pesquisa agrícola, serviços de extensão, treinamento e educação para melhorar a produtividade agrícola e sustentabilidade através de compartilhamento voluntário de conhecimento e boas práticas. Nós decidimos ainda melhorar o acesso à informação, conhecimento técnico e experiência, inclusive através de informações novas e tecnologias de comunicações que permitem os fazendeiros, pescadores e silvicultores escolher entre métodos diversos para atingir a produção agrícola sustentável. Nós pedimos o fortalecimento da cooperação internacional em pesquisa agrícola para desenvolvimento.

115. Nós reafirmamos o trabalho importante e natureza inclusiva do Comitê Mundial sobre Segurança da Alimentação, incluindo por seu papel em facilitar avaliações iniciadas pelos países sobre produção sustentável de alimentos e segurança alimentar, e nós encorajamos os países para dar a consideração devida para implementar as Diretrizes Voluntárias do Comitê Mundial sobre Segurança alimentar sobre a Governança Responsável de Posse de Terra, de Pescas e Florestas no Contexto da Segurança alimentar Nacional. Nós tomamos nota das discussões contínuas em investimento agrícola responsável no estrutura do Comitê Mundial sobre Segurança da Alimentação, como também os princípios para investimento agrícola responsável.

116. Nós damos ênfase à necessidade de endereçar a causa raiz da excessiva volatilidade de preço de alimentos, incluindo suas causas estruturais, em todos os níveis, e a necessidade de administrar os riscos ligados a preços altos e excessivamente voláteis em artigos agrícolas e suas

consequências para segurança global de alimentação e nutrição, como também para os fazendeiros de pequena propriedade e moradores urbanos pobres.

117. Nós sublinhamos a importância de informação oportuna, precisa e transparente para ajudar a endereçar a excessiva volatilidade de preço de alimentos, e neste sentido anotamos o Sistema de Informação de Mercado Agrícola patrocinado pela Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e urgimos para as organizações internacionais participantes, atores do setor privados e Governos que assegurem a disseminação pública de produtos de informação de mercado de alimentação oportunos e de qualidade.

118. Nós reafirmamos que um sistema de comércio multilateral universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo promoverá desenvolvimento agrícola e rural em países em desenvolvimento e contribuirá para a segurança alimentar mundial. Nós urgimos as estratégias nacionais, regionais e internacionais a promover a participação de fazendeiros, especialmente os fazendeiros de pequena propriedade, inclusive mulheres, em mercados de comunidade, domésticos, regionais e internacionais.

Água e serviço de saúde pública

119. Nós reconhecemos que a água está no centro do desenvolvimento sustentável da mesma forma que está ligada de perto a vários desafios globais fundamentais. Nós reiteramos portanto a importância de integrar a água no desenvolvimento sustentável e sublinhamos a importância crítica de água e serviço de saúde pública dentro das três dimensões do desenvolvimento sustentável.

120. Nós reafirmamos os compromissos feitos no Plano de Implementação de Joanesburgo e na Declaração do Milênio considerando que dividem até 2015 a proporção das pessoas sem acesso a água potável segura e serviço de saúde pública básico e o desenvolvimento de planos integrados de administração de recurso de água integrada e eficiência de água, assegurando o sustentável uso de água. Nós nos comprometemos à realização progressiva de acesso a água potável seguro e disponível e serviço de saúde pública básico para todos, como necessário para erradicação da pobreza, a empoderamento às mulheres e proteger saúde humana, e a melhorar a implementação de administração de recurso de água integrada significativamente em todos os níveis como apropriado. Neste sentido, nós reiteramos os compromissos de apoiar estes esforços, em particular para países em desenvolvimento, pela mobilização de recursos de todas as fontes, capacitação e transferência de tecnologia.

121. Nós reafirmamos nossos compromissos relativos ao direito humano a água potável segura e serviço de saúde pública, a ser percebido progressivamente para nossas populações com respeito total à soberania nacional. Nós também realçamos nosso compromisso com a Década Internacional 2005 - 2015 para Ação, “Água Fonte de Vida”.

122. Nós reconhecemos o papel fundamental que os ecossistemas têm mantendo quantidade e qualidade de água e as ações de apoio dentro de limites nacionais respectivos para proteger e administrar estes ecossistemas de maneira sustentável.

123. Nós sublinhamos a necessidade de adotar medidas para endereçar inundações, secas e escassez de água, endereçando o equilíbrio entre provisão de água e demanda, incluindo, onde apropriados, recursos de água não convencionais, e mobilizar recursos financeiros e investimento em infraestrutura para água e serviço de saúde pública, conforme prioridades nacionais.

124. Nós damos ênfase à necessidade de adotar medidas para reduzir a poluição de água e aumentar a qualidade de água significativamente, melhorar significativamente o tratamento de águas residuais e a eficiência de água e reduzir perdas de água. Para alcançar isto, nós damos ênfase à necessidade de ajuda internacional e cooperação.

Energia

125. Nós reconhecemos o papel crítico que a energia tem no processo de desenvolvimento, como o acesso a modernos serviços de energia sustentáveis contribui para a erradicação da pobreza, salva vidas, melhora a saúde e ajudas prover a necessidades humanas básicas. Nós damos ênfase que estes serviços são essenciais à inclusão social e igualdade de gênero, e que a energia também é uma contribuição fundamental a produção. Nós nos comprometemos a facilitar o apoio ao acesso a estes serviços por 1.4 bilhão de pessoas mundialmente que estão atualmente sem eles. Nós reconhecemos que o acesso a estes serviços é crítico para alcançar o desenvolvimento sustentável.

126. Nós enfatizamos a necessidade para abordar o desafio de acesso serviços sustentáveis de energia moderna para todos, em particular para os pobres, que não podem dispor destes serviços mesmo quando eles estão disponíveis. Nós enfatizamos a necessidade tomar mais ação para melhorar esta situação, inclusive mobilizando recursos financeiros adequados, para prover estes serviços de uma maneira segura, disponível, economicamente viável e social e ambientalmente aceitável em países em desenvolvimento.

127. Nós reafirmamos o apoio à implementação de políticas e estratégias nacionais e subnacionais, baseadas em circunstâncias nacionais individuais e aspirações de desenvolvimento, usando uma mistura de energia apropriada para atender necessidades de desenvolvimento,

inclusive através de uso aumentado de fontes de energia renováveis e outras tecnologias de baixa-emissão, uso mais eficiente de energia, maior confiança em tecnologias de energia avançadas, incluindo tecnologias de combustível de fósil mais limpas, e o uso sustentável de recursos de energia tradicionais. Nós nos comprometemos a promover serviços de energia modernos e sustentáveis para todos através de esforços nacionais e subnacionais, entre outros, de eletrificação e disseminação soluções sustentáveis de cozimento e de calefação, inclusive por ações colaboradoras para compartilhar melhores práticas e adotar políticas, como apropriado. Nós urgimos aos governos que criem ambientes facilitadores de investimento do setor público e do setor privado em tecnologias relevantes e necessárias de energia mais limpa.

28. Nós reconhecemos que a melhoria de eficiência de energia, aumentando a parte de energia renovável e tecnologias mais limpas e eficientes em energia são importantes para o desenvolvimento sustentável, inclusive para endereçar a mudança de clima. Nós também reconhecemos a necessidade de medidas de eficiência de energia no planejamento urbano, edifícios e transporte, na produção de bens e serviços e desenho de produtos. Nós também reconhecemos a importância de promover incentivos em favor de, e remover desincentivos a, eficiência de energia e diversificação da mistura de energia, inclusive promovendo pesquisa e desenvolvimento em todos os países, inclusive países em desenvolvimento.

129. Nós notamos o lançamento da iniciativa do Secretário Geral sobre Energia Sustentável para Todos que foca no acesso a energia, eficiência de energia e energias renováveis. Nós somos todos determinados a agir para fazer a energia sustentável para todos uma realidade e, dessa forma, ajudar a erradicar a pobreza e conduzir ao desenvolvimento sustentável e prosperidade global. Nós reconhecemos que as atividades de países em assuntos relacionados a energia mais amplos são de grande importância e são priorizados de acordo com seus desafios específicos, capacidades e circunstâncias, inclusive a sua mistura de energia.

Turismo sustentável

130. Nós enfatizamos que o turismo bem projetado e administrado pode fazer uma contribuição significativa às três dimensões do desenvolvimento sustentável, tem ligações íntimas com outros setores, e pode criar empregos decentes e gerar oportunidades de comércio. Nós reconhecemos a necessidade de apoiar atividades de turismo sustentáveis e capacitação relevante que promovam consciência ambiental, conservem e protejam o ambiente, vida selvagem de respeito, flora, biodiversidade, ecossistemas e diversidade cultural, e melhorem o bem-estar e o sustento de comunidades locais apoiando as suas economias locais e o ambiente humano e natural como um

todo. Nós pedimos maior apoio para as atividades de turismo sustentável e capacitação relevante em países em desenvolvimento para contribuir para a realização do desenvolvimento sustentável.

131. Nós encorajamos a promoção de investimento em turismo sustentável, inclusive ecoturismo e turismo cultural que podem incluir a criação de pequenas e médias empresas e facilitar acesso a financiamento, incluindo por iniciativas de microcrédito para os pobres, povos indígenas e comunidades locais em áreas com alto potencial de ecoturismo. Neste sentido, nós sublinhamos a importância de estabelecer, onde necessário, diretrizes apropriadas e regulamentos conforme as prioridades e legislação nacionais para promover e apoiar o turismo sustentável.

Transporte sustentável

132. Nós notamos que transporte e mobilidade são centrais ao desenvolvimento sustentável. O transporte sustentável pode aumentar o crescimento econômico e melhorar a acessibilidade. O transporte sustentável alcança melhor integração da economia com respeito ao ambiente. Nós reconhecemos a importância da movimentação eficiente de pessoas e bens, e acesso ao transporte ambientalmente sadio, seguro e acessível como um meio para melhorar a equidade social, saúde, resiliência de cidades, ligações urbano-rurais e produtividade de áreas rurais. Neste sentido, nós levamos em conta a segurança de estrada como parte de nossos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável.

133. Nós apoiamos o desenvolvimento de sistemas de transporte sustentáveis, inclusive sistemas de transporte multimodais eficientes em energia, notadamente sistemas de transporte de massa públicos, combustíveis limpos e veículos, como também sistemas de transporte melhorados em áreas rurais. Nós reconhecemos a necessidade para promover uma abordagem integrada à criação de políticas a níveis nacional, regional e local para serviços e sistemas de transporte para promover o desenvolvimento sustentável. Nós também reconhecemos que as necessidades especiais de desenvolvimento de países sem litoral e países em desenvolvimento de trânsito precisam ser levadas em conta ao estabelecer sistemas de transporte de trânsito sustentáveis. Nós reconhecemos a necessidade de apoio internacional para países em desenvolvimento neste sentido.

Cidades Sustentáveis e assentamentos humanos

134. Nós reconhecemos que, se forem bem planejadas e desenvolvidas, inclusive por abordagens integradas de planejamento e gestão, as cidades podem promover sociedades sustentáveis econômica, social e ambientalmente. Neste sentido, nós reconhecemos a necessidade de uma abordagem holística para desenvolvimento urbano e assentamentos humanos que permitam

habitação a custo acessível e infraestrutura e priorizem urbanização de favelas e regeneração urbana. Nós nos comprometemos a trabalhar para melhorar a qualidade de assentamentos humanos, inclusive as condições de vida e trabalho tanto de moradores urbanos como os rurais no contexto de erradicação da pobreza, de forma que todas as pessoas tenham acesso a serviços básicos, alojamento e mobilidade. Nós também reconhecemos a necessidade de conservação, como apropriado, da herança natural e cultural de assentamentos humanos, de revitalização de distritos históricos e reabilitação dos centros de cidade.

135. Nós nos comprometemos a promover uma abordagem integrada para planejar e construir cidades sustentáveis e assentamentos humanos, inclusive apoiando as autoridades locais, a consciência pública crescente e aumentando a participação de residentes urbanos, inclusive os pobres, na tomada de decisão. Nós também nos comprometemos a promover políticas de desenvolvimento sustentáveis que apoiem alojamento inclusivo e serviço social; um ambiente seguro e saudável para todos, particularmente as crianças, jovens, mulheres e o idoso e o incapaz; transporte e energia a custo acessível e sustentável; promoção, proteção e restauração de espaços urbanos seguros e verdes; água potável sadia e limpa e serviço de saúde pública; qualidade de ar saudável; geração de empregos decentes; e melhor planejamento urbano e urbanização de favela. Nós apoiamos ainda a administração sustentável de desperdício pela aplicação dos 3Rs (reduzir, reusar e reciclar). Nós sublinhamos a importância de considerar a redução de risco de desastre, resiliência e riscos de clima no planejamento urbano. Nós reconhecemos os esforços de cidades para equilibrar o desenvolvimento com regiões rurais.

136. Nós enfatizamos a importância de aumentar o número de regiões metropolitanas, cidades e vilarejos que estão implementando políticas para planejamento e desenho urbano sustentável para responder efetivamente ao crescimento esperado de populações urbanas nas próximas décadas. Nós notamos que o planejamento urbano sustentável se beneficia do envolvimento de múltiplos interessados como também de uso total de informações e dados desagregados por sexo, inclusive em tendências demográficas, distribuição de renda e assentamentos informais. Nós reconhecemos o papel importante de governos municipais fixando uma visão para cidades sustentáveis, da iniciação do planejamento da cidade até a revitalização de cidades e bairros mais velhos, inclusive adotando programas de eficiência de energia na administração de prédios e desenvolvendo sistemas de transporte sustentáveis, localmente apropriados. Nós reconhecemos ainda a importância de planejamento de uso misto e de encorajar a mobilidade não motorizada, inclusive promovendo infraestruturas de pedestres e ciclismo.

137. Nós reconhecemos que as parcerias entre cidades e comunidades têm um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nós damos ênfase à necessidade de fortalecer mecanismos e plataformas de cooperação existentes, arranjos de parceria e outras ferramentas de aplicação para avançar na implementação coordenada da Agenda do Habitat com o envolvimento ativo de todas as entidades relevantes das Nações Unidas e com o objetivo geral

de alcançar desenvolvimento urbano sustentável. Nós reconhecemos ainda a necessidade contínua de contribuições financeiras adequadas e previsíveis para a Fundação das Nações Unidas para o Habitat e Assentamentos Humanos para assegurar a implementação global pontual, efetiva e concreta da Agenda do Hábitat.

Saúde e população

138. Nós reconhecemos que a saúde é uma condição prévia e um resultado e indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Nós entendemos que as metas de o desenvolvimento sustentável só podem ser alcançadas na ausência de uma prevalência alta de doenças debilitantes transmissíveis e não transmissíveis, e onde populações podem chegar a um estado de bem-estar físico, mental e social. Nós estamos convencidos que a ação sobre os determinantes sociais e ambientais de saúde, tanto para o pobre e o vulnerável como para a população inteira, é importante para criar sociedades inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis. Nós pedimos a realização total do direito a usufruir do padrão mais alto atingível de saúde física e mental.

139. Nós também reconhecemos a importância de cobertura de saúde universal para aumentar a saúde, coesão social e desenvolvimento humano e econômico sustentável. Nós nos empenhamos a fortalecer os sistemas de saúde no sentido da provisão de cobertura universal equitativa. Nós pedimos o envolvimento de todos os atores relevantes para ação multissetorial coordenada para atender urgentemente as necessidades de saúde da população do mundo.

140. Nós enfatizamos que o HIV e a AIDS, malária, tuberculose, gripe, pólio e outras doenças comunicáveis permanecem preocupações globais sérias, e nós nos comprometemos a dobrar esforços para alcançar acesso universal à prevenção de HIV, tratamento, cuidado e apoio e eliminar a transmissão de HIV da mãe para a criança, como também para renovar e fortalecer a luta contra malária, tuberculose e doenças tropicais negligenciadas.

141. Nós reconhecemos que o fardo global e ameaça de doenças não comunicáveis constituem um dos desafios principais para o desenvolvimento sustentável no vigésimo primeiro século. Nós nos comprometemos a fortalecer sistemas de saúde para a provisão de cobertura equitativa, universal e promover acesso a prevenção a custo aceitável, tratamento, cuidado e apoio relacionados a doenças não transmissíveis, especialmente câncer, doenças cardiovasculares, doenças crônicas respiratórias e diabetes. Nós também nos comprometemos estabelecer ou fortalecer políticas nacionais multissetoriais para prevenção e controle de doenças não transmissíveis. Nós reconhecemos que reduzir, entre outros, a poluição do ar, da água e química conduz a efeitos positivos em saúde.

142. Nós reafirmamos o direito de usar, totalmente, as providências contidas no acordo sobre Aspectos sobre Direitos de Propriedade Intelectuais Relativos ao Comércio (TRIPS), a Declaração de Doha sobre o Acordo de TRIPS e Saúde Pública, a decisão do Conselho Geral da OMC de 30 de agosto de 2003 sobre a implementação do parágrafo 6 da Declaração de Doha no

Acordo de TRIPS e Saúde Pública, e, quando forem completados os procedimentos formais de aceitação, a emenda para o artigo 31 do Acordo que provê flexibilidades para proteção de saúde pública e, em particular, promover acesso a medicamentos para todos, e encoraja a provisão de ajuda para países em desenvolvimento neste sentido.

143. Nós pedimos ainda colaboração e cooperação em nível nacional e internacional para fortalecer os sistemas de saúde através de maior financiamento, recrutamento, desenvolvimento e treinamento e retenção da mão de obra de saúde, através de uma distribuição melhorada e acesso a medicamentos, vacinas e tecnologias médicas seguros, acessíveis, eficientes e de qualidade e por melhoria da infraestrutura de saúde. Nós apoiamos o papel de liderança da Organização Mundial de Saúde como a autoridade diretora e coordenadora de assuntos de saúde internacional

144. Nós nos comprometemos a considerar as tendências de população e projeções sistematicamente em nossas estratégias e políticas nacionais, rurais e de desenvolvimento urbano. Através de planejamento com visão do futuro, nós podemos aproveitar as oportunidades e atacar os desafios associados com mudança demográfica, inclusive migração.

145. Nós pedimos a implementação total e efetiva da Plataforma de Ação de Beijing e do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, e os resultados de suas conferências de revisão, inclusive os compromissos que conduzem a saúde sexual e reprodutiva e a promoção e proteção de todos os direitos humanos neste contexto. Nós enfatizamos a necessidade de provisão de acesso universal à saúde reprodutiva, inclusive controle de natalidade e saúde sexual, e a integração de saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

146. Nós nos comprometemos a reduzir a mortalidade materna e infantil e a melhorar a saúde de mulheres, jovens e crianças. Nós reafirmamos nosso compromisso à igualdade de gênero e de proteger os direitos de mulheres, homens e jovens a ter controle e a decidir livre e responsabilmente em assuntos relacionados à sua sexualidade, inclusive o acesso à saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência. Nós trabalharemos ativamente para assegurar que os sistemas de saúde forneçam a informação necessária e os serviços de saúde para a saúde sexual e reprodutiva de mulheres, inclusive trabalhando para o acesso universal a métodos aceitáveis modernos de planejamento familiar seguros, efetivos, a custo aceitável, pois isto é essencial para a saúde das mulheres e o avanço na igualdade de gênero.

Promovendo emprego total e produtivo, trabalho decente para todos e proteção social

147. Nós reconhecemos que a erradicação da pobreza, emprego total e produtivo e trabalho decente para todos, e integração social e proteção são inter-relacionados e se reforçam mutuamente, e que ambientes facilitadores para promover essas necessidades precisam ser criados em todos os níveis.

148. Nós estamos preocupados com as condições do mercado de trabalho e amplos déficits de oportunidades de trabalho decentes disponíveis, especialmente para as mulheres jovens e homens. Nós urgimos a todos os governos que ataquem o desafio global de emprego de jovens desenvolvendo e implementando estratégias e políticas que forneçam às pessoas jovens em todos os lugares acesso a trabalho decente e produtivo, pois durante

as décadas próximas empregos decentes precisarão ser criados para assegurar o desenvolvimento sustentável e inclusivo e reduzir a pobreza.

149. Nós reconhecemos a importância de criação de emprego investindo em e desenvolvendo uma infraestrutura econômica e social efetiva e eficiente e capacidades produtivas para o desenvolvimento sustentável e crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo. Nós chamamos os países a aumentar o investimento em infraestrutura para o desenvolvimento sustentável e nós concordamos em apoiar os fundos, programas e agências das Nações Unidas, para ajudar a assistir e promover os esforços de países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, neste sentido.

150. Nós reconhecemos a importância de criação de emprego adotando políticas de macroeconomia com visão de futuro que promovam o desenvolvimento sustentável e levem a crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo, aumentem as oportunidades de emprego produtivo e promovam desenvolvimento agrícola e industrial.

151. Nós enfatizamos a necessidade de aumentar as oportunidades de emprego renda para todos, em especial para as mulheres e homens que vivem em pobreza e, neste sentido, nós apoiamos os esforços nacionais para prover novas oportunidades de trabalho para os pobres tanto em áreas rurais e urbanas, inclusive apoio para empresas de pequeno e médio porte.

152. Nós reconhecemos que os trabalhadores deveriam ter acesso a educação, habilidades, cuidado médico, previdência social, direitos fundamentais do trabalho, proteção social e legal, que inclui segurança e medicina ocupacional, e oportunidades de trabalho decentes. Governos, sindicatos, trabalhadores e empregadores todos têm um papel para promover trabalho decente para todos, e todos deveriam ajudar as pessoas jovens a ter acesso às habilidades necessárias e a oportunidades de emprego, inclusive em setores novos e emergentes. As mulheres e homens deveriam ter acesso igual a oportunidades para adquirir habilidades de trabalho como também a proteções de trabalhador. Nós reconhecemos a importância de uma transição justa, inclusive

programas para ajudar os trabalhadores a se ajustarem às mudanças nas condições do mercado de trabalho.

153. Nós também reconhecemos o trabalho informal não pago, executado principalmente por mulheres, contribui substancialmente para o bem estar humano e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nós nos comprometemos a trabalhar para condições de trabalho seguras e decentes e acesso a proteção social e educação.

154. Nós reconhecemos que oportunidades para trabalho decente para todos e criação de empregos podem ser geradas por, entre outros, investimento público e privado em inovação científica e tecnológica, trabalhos públicos em restauração, regeneração e conservação de recursos naturais e ecossistemas, e serviço social e serviços comunitários. Nós estamos encorajados pelas iniciativas de governo de criar empregos para pessoas pobres na restauração e administração de recursos naturais e ecossistemas, e nós encorajamos o setor privado a contribuir para haver trabalho decente para todos e criação de trabalho tanto para mulheres e homens, e particularmente para pessoas jovens, incluindo por parcerias com empresas pequenas e médias e cooperativas. Neste sentido, nós reconhecemos a importância de esforços para promover a troca de informação e conhecimento sobre trabalho decente para todos e criação de empregos, incluindo iniciativas de trabalhos verdes e habilidades relacionadas, e para facilitar a integração de dados relevantes nas políticas nacionais econômicas e de emprego.

155. Nós encorajamos o compartilhamento de experiências e melhores práticas sobre formas de lidar com os altos níveis de desemprego e subemprego, em particular entre pessoas jovens.

156. Nós damos ênfase à necessidade de prover proteção social a todos os membros da sociedade, fomentando o crescimento, resiliência, justiça social e coesão, incluindo aqueles que não são empregados na economia formal. Neste sentido, nós encorajamos as iniciativas nacionais e locais objetivando prover bases de proteção social para todos os cidadãos. Nós apoiamos o diálogo global sobre melhores práticas para programas de proteção social que levem em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável e, neste sentido, nós anotamos a Recomendação 202 da OIT relativa a bases nacionais de proteção social.

157. Nós exortamos os Estados a promover e proteger efetivamente os direitos humanos e liberdade fundamental de todos os migrantes independente do estado de migração, especialmente aqueles de mulheres e crianças, e tratar a migração internacional através da cooperação internacional, regional ou bilateral e diálogo e uma abordagem integral e equilibrada, reconhecendo os papéis e responsabilidades de países de origem, trânsito e destino de promover e proteger os direitos humanos de todos os migrantes, e evitando abordagens que poderiam agravar a sua vulnerabilidade.

Oceanos e mares

158. Nós reconhecemos que oceanos, mares e áreas litorais formam um componente integrado e essencial do ecossistema da Terra e são críticos para sustenta-lo, e que o direito internacional, como refletido na Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar, provê a estrutura legal para a conservação e uso sustentável dos oceanos e seus recursos. Nós damos ênfase à importância da conservação e uso sustentável dos oceanos e mares e dos seus recursos para o desenvolvimento sustentável, inclusive através das suas contribuições para a erradicação de pobreza, crescimento econômico sustentado, segurança alimentar e criação de subsistência sustentável e trabalho decente, protegendo ao mesmo tempo a biodiversidade e o ambiente marinho e abordando os impactos de mudança de clima. Nós nos comprometemos, então, a proteger e restabelecer a saúde, produtividade e resiliência de oceanos e ecossistemas marinhos, e a manter a sua biodiversidade, facilitando a sua conservação e uso sustentável para as gerações presentes e futuras, e efetivamente aplicar uma abordagem de ecossistema e de precaução na gestão, conforme o direito internacional, de atividades que tenham impacto sobre o ambiente marinho, para atingir todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

159. Nós reconhecemos a importância da Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar para avançar o desenvolvimento sustentável e sua adoção quase universal pelos Estados, e neste sentido nós urgimos todas as partes a implementar totalmente as suas obrigações em virtude da Convenção.

160. Nós reconhecemos a importância de construir a capacitação de países em desenvolvimento para poderem se beneficiar da conservação e uso sustentável dos oceanos e mares e seus recursos e, neste sentido, nós enfatizamos a necessidade de cooperação em pesquisa científica marinha para implementar as providências da Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar e os resultados das cúpulas principais sobre o desenvolvimento sustentável, como também para a transferência de tecnologia, levando em conta os Critérios e Diretrizes da Comissão Oceanográfica Intergovernamental sobre Transferência de Tecnologia Marinha.

161. Nós apoiamos o Processo Regular para Relatório Global e Avaliação do Estado do Ambiente Marinho, incluindo Aspectos Socioeconômicos, estabelecido pela Assembleia Geral, e esperamos a conclusão de sua primeira avaliação integrada global do estado do ambiente marinho até 2014 e sua consideração subsequente pela Assembleia. Nós encorajamos a consideração pelos Estados dos resultados da avaliação nos níveis apropriados.

162. Nós reconhecemos a importância da conservação e uso sustentável de biodiversidade marinha além das áreas de jurisdição nacional. Nós notamos o trabalho em curso no âmbito da Assembleia Geral de um grupo de trabalho ad hoc informal em aberto para estudar questões relativas à conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha além de áreas de jurisdição nacional. Com base no trabalho do grupo de trabalho ad hoc e antes do fim da

sexagésima nona sessão da Assembleia Geral nós nos comprometemos a atender, de forma urgente, a questão da conservação e do uso sustentável da diversidade biológica marinha de áreas além de jurisdição nacional, inclusive tomando uma decisão no desenvolvimento de um instrumento internacional sob a Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar.

163. Nós notamos com preocupação que a saúde de oceanos e da biodiversidade marinha são negativamente afetadas através de poluição marinha, inclusive escombros marinhos, especialmente plásticos, poluentes orgânicos persistentes, metais pesados e combinações baseadas em nitrogênio, de várias fontes marinhas e terrestres, incluindo transporte e escoamento de terra. Nós nos comprometemos a tomar ação para reduzir a incidência e impactos de tal poluição em ecossistemas marinhos, incluindo pela implementação efetiva de convenções relevantes adotadas na estrutura da Organização Marítima Internacional (IMO), e o acompanhamento das iniciativas relevantes tais como o Programa Global de Ação para a Proteção do Ambiente Marinho de Atividades Baseadas em Terra, como também a adoção de estratégias coordenadas para este fim. Nós nos comprometemos ainda a tomar ação para, em 2025, baseado em dados científicos coletados, alcançar reduções significativas em escombros marinhos para prevenir dano ao ambiente costeiro e marinho.

164. Nós notamos a ameaça significativa que espécies de exóticas invasivas criam para ecossistemas marinhos e recursos e nos comprometemos a implementar medidas para prevenir a introdução, e gerir os impactos ambientais adversos, de espécies invasivas exóticas, incluindo, como apropriado, aqueles adotados no âmbito da IMO.

165. Nós notamos que a elevação de nível do mar e a erosão litorânea são ameaças sérias para muitas regiões costeiras e ilhas, particularmente em países em desenvolvimento, e neste sentido nós convocamos a comunidade internacional a aumentar seus esforços para endereçar estes desafios.

166. Nós pedimos apoio a iniciativas que endereçam a acidificação dos oceanos e os impactos de mudança de clima em ecossistemas e recursos marinhos e litorais. Neste sentido, nós reiteramos a necessidade de trabalhar coletivamente para prevenir a acidificação adicional dos oceanos, como também aumentar a resiliência de ecossistemas marinhos e das comunidades cujos sustentos dependem deles, e apoiar pesquisa científica marinha, monitoria e observação de acidificação dos oceanos e ecossistemas particularmente vulneráveis, inclusive por maior cooperação internacional aumentada neste sentido.

167. Nós enfatizamos nossa preocupação sobre os impactos ambientais potenciais de fertilização dos oceanos. Neste sentido, nós recordamos as decisões relacionadas à fertilização dos oceanos adotada pelos organismos intergovernamentais relevantes, e decidimos continuar a enfrentar com a maior cautela a fertilização dos oceanos, consistente com a abordagem de precaução.

168. Nós nos comprometemos a intensificar nossos esforços para cumprir a meta de 2015 de acordo com o Plano de Implementação de Joanesburgo para manter ou restabelecer os estoques a

níveis que possam produzir o rendimento máximo sustentável em caráter de urgência. Neste sentido nós ainda nos comprometemos a tomar as medidas necessárias urgentemente para manter ou restabelecer todos os estoques pelo menos a níveis que possam produzir o máximo rendimento sustentável, com o objetivo de alcançar estas metas no tempo mais curto possível, como determinado pelas suas características biológicas. Para alcançar isto nós nos comprometemos a urgentemente desenvolver e implementar planos de gestão baseados na ciência, inclusive reduzindo ou suspendendo a captura de pesca e esforço de pesca compatível com o estado do estoque. Nós também nos comprometemos a reforçar a ação para gerenciar capturas acessórias, devoluções e outros impactos adversos ao ecossistema da pesca, inclusive eliminando práticas de pesca destrutivas. Nós também nos comprometemos a aumentar ações para proteger ecossistemas marinhos vulneráveis de impactos adversos significantes, enquanto incluindo pelo uso efetivo de avaliações de impacto. Tais ações, inclusive aquelas através dos organismos competentes, deveriam ser empreendidas de acordo com o direito internacional, os instrumentos internacionais aplicáveis e as resoluções da Assembleia Geral e diretrizes da FAO relevantes.

169. Nós instamos os Estados Partes do Acordo de 1995 para a Implementação das Providências da Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar relativo à Conservação e Gestão das Populações de Peixes e Populações de Peixes Altamente Migratórias para implementar totalmente esse Acordo e dar, conforme a parte VII do Acordo, reconhecimento total para as exigências especiais dos Estados em desenvolvimento. Além disso, nós conclamamos todos os Estados a implementar o Código de Conduta de Pesca Responsável e os planos internacionais de ação e diretrizes técnicas da FAO.

170. Nós reconhecemos que a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada privam muitos países de um recurso natural crucial e permanece uma ameaça persistente ao seu desenvolvimento sustentável. Nós nos comprometemos de novo a eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada como antecipado no Plano de Implementação de Joanesburgo, e a prevenir e combater estas práticas, inclusive pelo seguinte: desenvolver e implementar planos de ação nacionais e regionais conforme o Plano Internacional de Ação da FAO para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada; implementar, conforme o direito internacional, medidas eficazes e coordenadas por Estados costeiros, Estados de bandeira, Estados de porto, nações de fretamento e os Estados de nacionalidade dos beneficiários e outros que apoiam ou se ocupam de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada que pescam identificando os navios que se dedicam a tal pesca e privando os infratores dos benefícios que provêm disto; como também cooperar com países em desenvolvimento para identificar sistematicamente necessidades e construir capacitação, inclusive apoio para sistemas de monitoria, controle, vigilância, cumprimento e sistemas de execução.

171. Nós instamos os Estados que assinaram o Acordo de FAO sobre Medidas do Estado de Porto para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada a acelerar os procedimentos para sua ratificação com vista à sua rápida entrada em vigor.

172. Nós reconhecemos a necessidade de transparência e responsabilidade na gestão da pesca através de organismos regionais de gestão de pesca. Nós reconhecemos os esforços já feitos por esses organismos regionais de gestão de pesca que empreenderam revisões independentes de desempenho, e convidamos todos os organismos regionais de gestão de pesca a empreender regularmente tais revisões e tornar os resultados publicamente disponíveis. Nós encorajamos a implementação das recomendações de tais revisões e recomendamos que a abrangência dessas revisões seja fortalecida ao longo do tempo, como necessário.

173. Nós reafirmamos nosso compromisso do Plano de Implementação de Joanesburgo para eliminar subsídios que contribuem para a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e excesso de capacidade, levando em conta a importância deste setor para países em desenvolvimento, e nós reiteramos nosso compromisso para concluir as disciplinas multilaterais sobre subsídios à pesca que dão efeito à Agenda de Desenvolvimento de Doha da OMC e os mandatos da Declaração Ministerial de Hong Kong para fortalecer disciplinas sobre subsídios no setor de pesca, inclusive pela proibição de certas formas de subsídios de pesca que contribuem para o excesso de capacidade e a sobrepesca, reconhecendo que o tratamento apropriado e efetivo e especial e diferencial para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deveria ser uma parte integral da negociação de subsídios de pesca da OMC, levando em conta a importância do setor para prioridades de desenvolvimento, redução da pobreza e preocupações de sustento e segurança alimentar. Nós encorajamos os Estados para melhorar ainda mais a transparência e o relato de programas de subsídios de pescas existentes através da OMC. Dado o estado dos recursos de pescas, e sem prejudicar os mandatos ministeriais da OMC de Doha e Hong Kong sobre subsídios de pesca ou a necessidade de concluir estas negociações, nós encorajamos que os Estados eliminem subsídios que contribuem para o excesso de capacidade e sobrepesca, e se abster de introduzir tais subsídios novos ou de estender ou aumentar os existentes.

174. Nós pedimos a identificação e a integração de estratégias até 2014 que continuem a apoiar os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, em desenvolver sua capacidade nacional para conservar, gerar de forma sustentável e perceber os benefícios de pescas sustentáveis, inclusive através de acesso de mercado melhorado para produtos de peixe dos países em desenvolvimento.

175. Nós nos comprometemos a observar a necessidade de assegurar acesso a pescas e a importância de acesso a mercados, para trabalhadores de subsistência, em pequena escala e artesanais e mulheres, bem como os povos indígenas e suas comunidades, particularmente em países em desenvolvimento, especialmente os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento.

176. Nós também reconhecemos as contribuições econômicas, sociais e ambientais significativas de recifes de corais, em particular para ilhas e outros Estados costeiros, como também a vulnerabilidade significativa de recifes de coral e manguezais a impactos, incluindo de mudança de clima, acidificação dos oceanos, sobrepesca, práticas destrutivas de pesca e poluição. Nós

apoiamos cooperação internacional com vistas a conservar recifes de corais e ecossistemas de mangue e perceber seus benefícios sociais, econômicos e ambientais como também facilitar a colaboração técnica e troca voluntária de informação.

177. Nós reafirmamos a importância de medidas baseadas em áreas de conservação, inclusive áreas marinhas protegidas, consistentes com direito internacional e baseadas na melhor informação científica disponível, como uma ferramenta para conservação da diversidade biológica e uso sustentável de seus componentes. Nós anotamos a decisão X/2 da décima Reunião da Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica que até 2020 dez por cento de áreas costeiras e marinhas, especialmente áreas de importância particular para biodiversidade e serviços de ecossistema, terá de ser conservado através de gestão eficaz e equitativamente, redes de áreas protegidas ecologicamente representativas e bem relacionadas e outras medidas eficazes baseadas em áreas de conservação.

Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento

178. Nós reafirmamos que os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento permanecem um caso especial para o desenvolvimento sustentável devido às suas únicas e particulares vulnerabilidades, incluindo seu tamanho pequeno, distância, recursos e base de exportação limitados, e exposição a desafios ambientais globais e choques econômicos externos, incluindo a uma gama grande de impactos de mudança de clima e desastres naturais potencialmente mais frequentes e intensos. Nós notamos com preocupação que o resultado da revisão de cinco anos da Estratégia Maurícia concluiu que os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento fizeram menos progresso que a maioria dos outros agrupamentos, ou até mesmo regrediu, em condições econômicas, especialmente em termos de redução da pobreza e sustentabilidade de dívida. A elevação do nível do mar e outros impactos adversos de mudança de clima continuam sendo um risco significativo para os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e seus esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável, e para muitos representam as mais sérias ameaças à sua sobrevivência e viabilidade, inclusive para alguns pela perda de território. Nós também permanecemos preocupados que, enquanto os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento progrediram nas áreas de gênero, saúde, educação e ambiente, seu progresso geral para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio foi desigual.

179. Nós pedimos esforços contínuos e aumentados para ajudar os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento a implementar o Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurícia. Nós também pedimos um fortalecimento do apoio do Sistema das Nações Unidas para os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento enfrentarem os múltiplos contínuos e emergentes desafios enfrentados por estes Estados para alcançar o desenvolvimento sustentável.

180. Com base no Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurícia, nós pedimos a convocação em 2014 de uma terceira conferência internacional sobre Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, reconhecendo a importância de ações coordenadas, equilibradas e integradas para endereçar os desafios de desenvolvimento sustentável que afetam os Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, e nós convidamos a Assembleia Geral em sua sexagésima sétima sessão a determinar as modalidades da conferência.

Países menos desenvolvidos

181. Nós concordamos em efetivamente implementar o Programa de Ação de Istambul e integrar totalmente suas áreas de prioridade na estrutura atual de ação, cuja implementação mais ampla contribuirá para o objetivo global do Programa de Ação de Istambul de habilitar a metade dos países menos desenvolvidos a cumprir os critérios de graduação de 2020.

Países em desenvolvimento sem Litoral

182. Nós convidamos os Estados Membros, inclusive os parceiros de desenvolvimento, organizações do sistema das Nações Unidas e outros organismos internacionais, regionais e sub-regionais relevantes a acelerar mais a implementação das ações específicas sobre as cinco prioridades acordadas no Programa de Ação Almaty e aquelas contidas na declaração sobre a revisão intermediária do Programa de Ação Almaty, de uma maneira melhor coordenada, em particular para a construção, manutenção e melhoria do seu transporte, armazenamento e outras instalações referentes a trânsito, inclusive rotas alternativas, conclusão de ligações faltantes e melhoria de infraestrutura de comunicações e energia, para apoiar o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento de sem litoral.

África

183. Embora nós reconheçamos que algum progresso foi feito para o cumprimento de compromissos internacionais relacionados às necessidades de desenvolvimento da África, nós enfatizamos que desafios significantes permanecem para alcançar o desenvolvimento sustentável no continente.

184. Nós chamamos a comunidade internacional a aumentar o apoio e cumprir os compromissos para avançar a ação em áreas críticas para o desenvolvimento sustentável da África e damos

boas-vindas aos esforços de parceiros de desenvolvimento para fortalecer cooperação com a Nova Parceria para Desenvolvimento da África. Nós também damos boas-vindas ao progresso feito por países africanos em aprofundar a democracia, direitos humanos, boa governança e sadia gestão econômica, e encorajamos os países africanos a continuar seus esforços neste sentido. Nós convidamos todos os parceiros de desenvolvimento da África, em particular os países desenvolvidos a apoiar os países africanos em fortalecer as capacidades humanas e instituições democráticas, consistentes com as suas prioridades e objetivos, com vistas a avançar o desenvolvimento da África em todos os níveis, inclusive facilitando a transferência de tecnologia necessitada pelos países africanos como mutuamente concordado. Nós reconhecemos os esforços continuados dos países africanos para criar ambientes facilitadores para crescimento inclusivo em apoio ao desenvolvimento sustentável e para a comunidade internacional fazer esforços continuados para aumentar o fluxo de recursos novos e adicionais para financiar o desenvolvimento, de todas as fontes, públicas e privadas, domésticas e estrangeiras, para apoiar estes esforços de desenvolvimento por países africanos, e damos boas-vindas às várias iniciativas importantes estabelecidas entre países africanos e seus parceiros de desenvolvimento neste sentido.

Esforços regionais

185. Nós encorajamos ações regionais coordenadas para promover o desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos, neste sentido que foram dados passos importantes para promover o desenvolvimento sustentável, em particular na região Árabe, América Latina e Caribe e a região da Ásia-Pacífico, através de foros relevantes, inclusive dentro das comissões regionais das Nações Unidas. Embora notando que desafios permanecem em várias áreas, a comunidade internacional dá boas-vindas a estes esforços, e os resultados já alcançados, e pede ações em todos os níveis para o seu desenvolvimento adicional e implementação.

Redução de risco de desastre

186. Nós reafirmamos nosso compromisso com a Estrutura de Ação de Hyogo 2005-2015: Construindo a Resiliência de Nações e Comunidades a Desastres e pedimos aos Estados, ao sistema das Nações Unidas, às instituições financeiras internacionais, organismos sub-regionais, regionais e internacionais e sociedade civil para apressar a implementação da Estrutura e a realização de suas metas. Nós pedimos redução de risco de desastre e a construção de resiliência a desastres a ser endereçada com um renovado senso de urgência no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e, como apropriado, ser integrada em políticas, planos, programas e orçamentos em todos os níveis e considerada dentro de estruturas

futuras relevantes. Nós convidamos os governos em todos os níveis como também organizações sub-regionais regionais e internacionais relevantes para comprometerem recursos adequados, oportunos e previsíveis para redução de risco de desastre para aumentar a resiliência de cidades e comunidades a desastres, de acordo com as suas próprias circunstâncias e capacidades.

187. Nós reconhecemos a importância de sistemas de alarme prévio como parte de redução efetiva de risco de desastre em todos os níveis em ordem reduzir danos econômicos e sociais, inclusive a perda de vida humana, e neste sentido encorajamos os Estados a integrar tais sistemas em suas estratégias e planos de redução de desastre nacional. Nós encorajamos os doadores e a comunidade internacional a aumentar a cooperação internacional em apoio à redução de risco de desastre em países em desenvolvimento, como apropriado, por assistência técnica, transferência de tecnologia como acordado mutuamente, programas de capacitação e treinamento. Nós reconhecemos ainda a importância de avaliações completas de perigo e risco, e compartilhamento de conhecimento e informação, inclusive informação geoespacial segura. Nós nos comprometemos em empreender e fortalecer de maneira oportuna instrumentos de avaliação de risco e redução de desastre.

188. Nós damos ênfase à importância de interligações mais fortes entre redução de risco de desastre, recuperação e planejamento de desenvolvimento em longo prazo, e pedimos estratégias mais coordenadas e completas que integrem redução de risco de desastre e considerações de adaptação à mudança de clima nos investimentos públicos e privados, tomada de decisão e o planejamento de ações humanitárias e de desenvolvimento para reduzir risco, aumentar a resiliência e prover uma transição mais suave entre alívio, recuperação e desenvolvimento. Neste sentido, nós reconhecemos a necessidade de integrar uma perspectiva de gênero no desenho e implementação de todas as fases de administração de risco de desastre.

189. Nós pedimos a todos os interessados relevantes, inclusive Governos, organismos internacionais, regionais e sub-regionais, o setor privado e a sociedade civil, a tomar medidas apropriadas e eficazes, levando em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável, inclusive em fortalecer a coordenação e cooperação para reduzir exposição a risco para a proteção das pessoas, e infraestrutura e outros ativos nacionais, do impacto de desastres, em linha com a Estrutura de Ação de Hyogo e qualquer estrutura pós-2015 para a redução de risco de desastre.

Mudança de clima

190. Nós reafirmamos que a mudança de clima é um dos maiores desafios de nosso tempo, e nós expressamos grande alarme em que emissões de gases de estufa continuam subindo globalmente. Nós estamos profundamente preocupados que todos os países, particularmente países em

desenvolvimento, são vulneráveis aos impactos adversos de mudança de clima, e já estão experimentando impactos aumentados, incluindo seca persistente e eventos extremos de tempo, elevação do nível do mar, erosão costeira e acidificação de oceanos, ameaçando ainda mais a segurança alimentar e os esforços para erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nós enfatizamos que a adaptação a mudança de clima representa uma prioridade global imediata e urgente.

191. Nós sublinhamos que a natureza global da mudança de clima pede a cooperação mais ampla possível por todos os países e sua participação em uma resposta internacional efetiva e apropriada, com vista a apressar a redução global de emissões de gás de estufa. Nós recordamos que a Estrutura da Convenção sobre Mudança de Clima das Nações Unidas provê que as partes deveriam proteger o sistema de clima para o benefício das gerações presentes e futuras da humanidade na base da equidade e conforme as respectivas responsabilidades e capacidades comuns mas diferenciadas. Nós notamos com grande preocupação a significativa lacuna entre o efeito agregado dos compromissos de mitigação das partes em termos de emissões anuais globais de gases de estufa até 2020 e caminhos de emissão agregados consistentes com uma chance provável de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2° C, ou 1.5° C acima dos níveis pré-industriais. Nós reconhecemos a importância de mobilizar fundos de uma variedade de fontes, públicas e privadas, bilateral e multilateral, incluindo fontes inovadoras de finanças, para apoiar ações de mitigação apropriadas nacionalmente, medidas de adaptação, desenvolvimento e transferência de tecnologia e desenvolver capacitação em países em desenvolvimento. Neste sentido, nós damos boas-vindas ao lançamento do Fundo de Clima Verde e pedimos a sua operacionalização imediata para ter um processo de reabastecimento cedo e adequado.

192. Nós urgimos às partes da Estrutura da Convenção sobre Mudança de Clima das Nações Unidas e as partes do Protocolo de Kyoto a implementar os seus compromissos totalmente, como também as decisões adotadas sob esses acordos. Neste sentido, nós construiremos no progresso alcançado, inclusive na décima sétima sessão da Conferência das Partes da Convenção e a sétima sessão da Conferência das Partes que serviu como a Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto, realizada em Durban, na África do Sul, de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011.

Florestas

193. Nós realçamos os benefícios sociais, econômicos e ambientais das florestas para as pessoas e as contribuições da gestão sustentável de floresta para os temas e objetivo da Conferência. Nós apoiamos as políticas intersetoriais e interinstitucionais que promovem a gestão sustentável de floresta sustentável. Nós reafirmamos que a gama extensiva de produtos e serviços que as florestas proveem cria oportunidades para endereçar muitos dos desafios de desenvolvimento sustentável mais urgentes. Nós pedimos maiores esforços para alcançar a gestão sustentável de

florestas, reflorestamento, restauração e florestamento, e nós apoiamos todos os esforços que efetivamente reduzem a velocidade, param e reverterem o desmatamento e a degradação da floresta, incluindo, entre outros, a promoção do comércio de produtos de floresta legalmente colhidos. Nós notamos a importância de tais iniciativas contínuas como reduzir emissões de desmatamento e degradação de floresta em países em desenvolvimento, e o papel de conservação, gestão sustentável de florestas e aumento de reservas florestais de carbono em países em desenvolvimento. Nós pedimos mais esforços para fortalecer estruturas de governança de floresta e meios de implementação, conforme o instrumento não legalmente obrigatório sobre todos os tipos de florestas para alcançar a gestão de floresta sustentável. A este fim, nós nos comprometemos a melhorar os sustentos das pessoas e comunidades criando as condições necessárias para eles administrarem as florestas de forma sustentável, inclusive fortalecendo arranjos de cooperação nas áreas de finanças, comércio, transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis, capacitação e governança, como também promovendo posse segura de terra, em particular tomada de decisão e compartilhamento de benefício, conforme a legislação nacional e prioridades.

194. Nós pedimos implementação urgente do instrumento não legalmente obrigatório sobre todos os tipos de florestas e a Declaração Ministerial do segmento de alto nível da nona sessão do Fórum sobre Florestas das Nações Unidas na ocasião do lançamento do Ano Internacional de Florestas.

195. Nós reconhecemos que o Fórum sobre Florestas das Nações Unidas, com sua participação universal e mandato completo, exerce um papel vital endereçando questões relacionadas à floresta em uma maneira holística e integrada e promovendo a coordenação e cooperação de política internacional para alcançar a gestão sustentável de florestas. Nós convidamos a Parceria Colaborativa sobre Florestas a continuar seu apoio para o Fórum e encorajar interessados a permanecer ativamente empenhados no trabalho do Fórum.

196. Nós damos ênfase à importância de integrar objetivos e práticas de gestão sustentável de florestas na corrente principal de política econômica e tomada de decisão, e para esse fim nós nos comprometemos a trabalhar através dos organismos administrativos de organizações participantes da Parceria Colaborativa sobre Florestas para integrar, como apropriado, a gestão sustentável de todos os tipos de florestas em suas estratégias e programas.

Biodiversidade

197. Nós reafirmamos o valor intrínseco da diversidade biológica, como também os valores ecológicos, genéticos, sociais, econômicos, científicos, educacionais, culturais, recreativos e estéticos da diversidade biológica e seu papel crítico em manter ecossistemas que forneçam

serviços essenciais, que são bases importantes para o desenvolvimento sustentável e bem estar de humano. Nós reconhecemos a severidade da perda global de biodiversidade e a degradação de ecossistemas e enfatizamos que estes arruinam o desenvolvimento global, afetando a segurança alimentar e nutrição, a provisão e o acesso de água e a saúde do pobre rural e das pessoas mundialmente, inclusive as gerações presentes e futuras. Isto realça a importância da conservação da biodiversidade, enquanto aumentando a conectividade de hábitat e construindo a resiliência do ecossistema. Nós reconhecemos que o conhecimento tradicional, inovações e práticas dos povos indígenas e das comunidades locais fazem uma contribuição importante à conservação e uso sustentável de biodiversidade, e a sua aplicação mais ampla pode apoiar o bem estar social e meios sustentáveis de sobrevivência. Nós ainda reconhecemos que os povos indígenas e as comunidades locais são frequentemente os mais diretamente dependentes em biodiversidade e ecossistemas e assim são frequentemente os mais imediatamente afetado pela sua perda e degradação.

198. Nós reiteramos nosso compromisso com a realização dos três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica e pedimos ações urgentes que reduzam efetivamente a taxa de, deter e reverter a perda de biodiversidade. Neste contexto, nós afirmamos a importância de implementar o Plano Estratégico 2011-2020 para a Biodiversidade e alcançar as Metas Aichi de Biodiversidade adotadas pela Conferência das Partes na Convenção em sua décima reunião.

199. Nós notamos a adoção do Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e o Compartilhamento Justo e Equitativo de Benefícios Resultante da Sua Utilização na Convenção em Diversidade Biológica, e nós convidamos as partes na Convenção em Diversidade Biológica a ratificar ou consentir ao Protocolo, para assegurar sua entrada em vigor o mais cedo possível. Nós reconhecemos o papel de acesso e compartilhamento de benefício resultante da utilização de recursos genéticos em contribuir para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, erradicação da pobreza e sustentabilidade ambiental.

200. Nós damos boas-vindas à estratégia para mobilização de recurso em apoio da realização dos três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive o compromisso para aumentar substancialmente recursos de todas as fontes em apoio da biodiversidade, conforme as decisões tomadas na Conferência das Partes em sua décima reunião.

201. Nós apoiamos a integração da consideração dos impactos socioeconômicos e benefícios da conservação e uso sustentável de biodiversidade e seus componentes, como também ecossistemas que fornecem serviços essenciais, em programas e políticas relevantes em todos os níveis, conforme a legislação, circunstâncias e prioridades nacionais. Nós encorajamos investimentos, através de incentivos apropriados e políticas que apoiem a conservação e uso sustentável da diversidade biológica e a restauração de ecossistemas degradados, consistentes e em harmonia com a Convenção sobre Diversidade Biológica e outras obrigações internacionais relevantes.

202. Nós concordamos em promover a cooperação internacional e parcerias, como apropriado, e troca de informações, e neste contexto nós damos boas-vindas à Década sobre a Biodiversidade 2011-2020 das Nações Unidas, com a finalidade de encorajar o envolvimento ativo de todos os interessados na conservação e uso sustentável da biodiversidade, como também o acesso e o compartilhamento justo e equitativo de benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos, com a visão de viver em harmonia com a natureza.

203. Nós reconhecemos o papel importante da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Em Extinção de Fauna Selvagem e Flora, um acordo internacional que fica na interseção entre comércio, o ambiente e desenvolvimento, promove a conservação e uso sustentável da biodiversidade, deveria contribuir para benefícios tangíveis para pessoas locais, e assegura que nenhuma espécie que entra no comércio internacional é ameaçada com extinção. Nós reconhecemos os impactos econômicos, sociais e ambientais de tráfico ilícito em vida selvagem onde ação firme e fortalecida precisa ser tomada nos lados da oferta e da demanda. Neste sentido, nós enfatizamos a importância de cooperação internacional efetiva entre acordos ambientais multilaterais relevantes e organizações internacionais. Nós ainda enfatizamos a importância de basear a listagem de espécies em critérios acordados.

204. Nós tomamos nota do estabelecimento da Plataforma Intergovernamental Ciência e Política sobre Serviços de Biodiversidade e Ecossistema, e convidamos um começo imediato de seu trabalho a fim de prover a melhor informação política relevante disponível sobre biodiversidade para ajudar os tomadores de decisão.

Desertificação, degradação de terra e seca

205. Nós reconhecemos o significado econômico e social da boa administração de terra, inclusive o solo, particularmente a sua contribuição para o crescimento econômico, biodiversidade, agricultura sustentável e segurança alimentar, erradicando a pobreza, dando poder às mulheres, endereçando a mudança de clima e melhorando a disponibilidade de água. Nós damos ênfase a que a desertificação, degradação de terra e seca são desafios de uma dimensão global e continuam criando desafios sérios ao desenvolvimento sustentável de todos os países, em particular países em desenvolvimento. Nós também damos ênfase aos particulares desafios que isso cria para a África, os países menos desenvolvidos e os países em desenvolvimento sem litoral. Neste sentido, nós expressamos profunda preocupação pelas consequências devastadoras da seca cíclica e da fome na África, em particular no Chifre de África e a região de Sahel, e chamamos para ação urgente através de medidas de curto, médio e longo prazo em todos os níveis.

206. Nós reconhecemos a necessidade de ação urgente para reverter a degradação de terra. Devido a isto, nós nos esforçaremos para alcançar um mundo neutro de degradação de terra no contexto do desenvolvimento sustentável. Isto deveria agir para catalisar recursos financeiros de uma gama de fontes públicas e privadas.

207. Nós reafirmamos nossa decisão conforme a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação de tomar ação coordenada nacional, regional e internacionalmente, para monitorar, globalmente, a degradação de terra e restabelecer terras degradadas em áreas áridas, semiáridas e secas. Nós decidimos apoiar e fortalecer a implementação da Convenção e o plano estratégico de 10 anos e a estrutura para aumentar sua implementação (2008-2018), inclusive através de mobilização de recursos financeiros adequados, previsíveis e oportunos. Nós notamos a importância de mitigar os efeitos de desertificação, degradação de terra e seca, inclusive preservando e desenvolvendo oásis, restaurando terras degradadas, melhorando a qualidade de terra e melhorando a gestão de água para contribuir para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Neste sentido, nós encorajamos e reconhecemos a importância de parcerias e iniciativas para a proteção de recursos de terra. Nós também encorajamos a capacitação, programas de extensão de treinamento e estudos científicos e iniciativas objetivando aprofundar a compreensão e elevar a consciência dos benefícios econômicos, sociais e ambientais de políticas e práticas sustentáveis de gestão de terra.

208. Nós damos ênfase à importância do desenvolvimento adicional e implementação de métodos e indicadores cientificamente baseados, sadios e socialmente inclusivos para monitorar e avaliar a extensão de desertificação, degradação de terra e seca, bem como a importância de esforços em curso para promover a pesquisa científica e fortalecer a base científica de atividades para endereçar a desertificação e seca conforme a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação. Neste sentido, nós anotamos a decisão da Conferência das Partes na Convenção, em sua décima reunião, de estabelecer um grupo de trabalho ad hoc para, levando em conta o equilíbrio regional, discutir opções específicas para a provisão de assessoramento científico para suas partes.

209. Nós reiteramos a necessidade de cooperação pelo compartilhamento de informações e previsão sobre clima e tempo e sistemas de alerta prévia relativos a desertificação, degradação de terra e seca, bem como tempestades de pó e areia, a nível global, regional e sub-regional. Neste sentido, nós convidamos os Estados e organizações relevantes a cooperar no compartilhamento de informações, previsões e sistemas de alerta prévia conexos.

Montanhas

210. Nós reconhecemos que os benefícios derivados de regiões montanhosas são essenciais para o desenvolvimento sustentável. Ecossistemas montanhosos têm um papel crucial em prover recursos de água a uma larga porção da população mundial; os ecossistemas montanhosos frágeis são particularmente vulneráveis aos impactos adversos de mudança de clima, desmatamento e degradação de floresta, mudança de uso de terra, degradação da terra e desastres naturais; e geleiras montanhosas ao redor do mundo estão se retraindo e se tornando mais finas, com impactos crescentes no ambiente e bem estar de humano.

211. Nós ainda reconhecemos que montanhas geralmente são o lar de comunidades, incluindo povos indígenas e comunidades locais, que desenvolveram usos sustentáveis de recursos montanhosos. Porém, estas comunidades são marginalizadas frequentemente, e nós enfatizamos então que esforço contínuo será exigido para abordar a pobreza, segurança alimentar e nutrição, exclusão social e degradação ambiental nestas áreas. Nós convidamos os Estados a fortalecer a ação cooperativa com envolvimento efetivo e compartilhamento de experiência de todos os interessados relevantes, fortalecendo arranjos existentes, acordos e centros de excelência para desenvolvimento sustentável das montanhas, bem como explorar arranjos novos e acordos, como apropriado.

212. Nós pedimos maiores esforços para conservação de ecossistemas de montanha, inclusive a sua biodiversidade. Nós encorajamos os Estados a adotar uma abordagem de visão em longo prazo e holística, inclusive incorporando políticas específicas para montanhas nas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável que poderiam incluir, planos e programas de redução da pobreza para áreas montanhosas, particularmente em países em desenvolvimento. Neste sentido, nós pedimos apoio internacional para o desenvolvimento sustentável das montanhas em países em desenvolvimento.

Substâncias químicas e desperdício

213. Nós reconhecemos que a gestão sadia de substâncias químicas é crucial para a proteção de saúde humana e o ambiente. Nós ainda reconhecemos que a produção e uso de substâncias químicas crescente no mundo e sua prevalência no ambiente pede cooperação internacional aumentada. Nós reafirmamos nosso objetivo de alcançar, até 2020, a gestão sadia de substâncias químicas ao longo do seu ciclo de vida e de resíduos perigosos em modos que levem à minimização de efeitos adversos significativos sobre a saúde humana e o ambiente, como

estabelecido no Plano de Implementação de Joanesburgo. Nós também reafirmamos nosso compromisso a uma abordagem para a gestão sadia de substâncias químicas e resíduos, em todos os níveis que responda de um modo efetivo, eficiente, coerente e coordenado aos assuntos e desafios novos e emergentes, e encoraja progresso adicional em países e regiões para resolver as lacunas na implementação de compromissos.

214. Nós pedimos a implementação efetiva e fortalecida da Abordagem Estratégica a Gestão Internacional de Substâncias Químicas como parte de um sistema robusto, coerente, efetivo e eficiente para a gestão sadia de substâncias químicas ao longo do seu ciclo de vida, inclusive para responder aos desafios emergentes.

215. Nós estamos profundamente preocupados que muitos países, em particular os países menos desenvolvidos, não têm a capacidade para gestão sadia de substâncias químicas e resíduos ao longo dos seus ciclos de vida. São necessários esforços adicionais para aumentar o trabalho para aumentar capacidades, inclusive por parcerias, ajuda técnica e estruturas de governança melhoradas. Nós encorajamos países e organizações que fizeram progresso para alcançar a meta de gestão sadia de substâncias químicas até 2020 a ajudar outros países compartilhando conhecimento, experiência e melhores práticas.

216. Nós recomendamos a coordenação aumentada e cooperação entre as convenções de substâncias químicas e resíduos, notadamente a Convenção de Basileia, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo, e encorajamos uma maior coordenação continuada e cooperação entre eles e com a Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Substâncias Químicas. Nós tomamos nota do papel importante dos centros regionais e de coordenação da Convenção de Basileia e aqueles da Convenção de Estocolmo.

217. Nós recomendamos as parcerias público-privadas existentes e pedimos novas e inovadoras parcerias público-privadas entre indústria, governos, academia e outros interessados não governamentais que objetivam aumentar a capacidade e tecnologia para gestão ambientalmente sadia de substâncias químicas e resíduos, inclusive para prevenção de resíduos.

218. Nós reconhecemos a importância de adotar uma abordagem de ciclo de vida e de desenvolvimento e implementação adicional de políticas para eficiência de recurso e gestão de resíduos ambientalmente sadia. Nós nos comprometemos então a reduzir, reusar e reciclar resíduos (3Rs), e aumentar recuperação de energia de resíduos com uma visão para administrar a maioria de resíduos globais de uma maneira ambientalmente sadia e, onde possível, como um recurso. Resíduos sólidos, como resíduos eletrônicos e plásticos, criam desafios particulares que deveriam ser endereçados. Nós pedimos o desenvolvimento e execução de políticas, estratégias, leis e regulamentos integrais de gestão de resíduos nacionais e locais.

219. Nós urgimos países e outros interessados a tomar todas as medidas possíveis para prevenir a gestão insalubre de resíduos perigosos e seu descarte ilegal, particularmente em países onde a capacidade para lidar com estes desperdícios é limitada, de certa forma consistente com as

obrigações de países debaixo de instrumentos internacionais relevantes. Neste contexto, nós damos boas-vindas às decisões relevantes tomadas na décima reunião da Conferência das Partes na Convenção de Basileia.

220. Nós reconhecemos a importância de avaliações baseadas na ciência dos riscos criados por substâncias químicas aos seres humanos e o ambiente, e de reduzir a exposição humana e ambiental a substâncias químicas perigosas. Nós encorajamos o desenvolvimento de alternativas saudáveis e seguras para substâncias químicas perigosas em produtos e processos. Para este fim, nós encorajamos, entre outros, a avaliação de ciclo de vida, informações públicas, maior responsabilidade de produtor, pesquisa e desenvolvimento, desenho sustentável e compartilhamento de conhecimento, como apropriado.

221. Nós damos boas-vindas ao processo contínuo de negociação sobre um instrumento global legalmente obrigatório sobre o mercúrio para endereçar os riscos à saúde humana e o ambiente e pedir um resultado bem sucedido nas negociações.

222. Nós reconhecemos que a eliminação de substâncias destruidoras de ozônio está resultando em um aumento rápido no uso e liberação de hidrofluorcarbonos com potencial de alto aquecimento global para o ambiente. Nós apoiamos uma gradual redução no consumo e produção de hidrofluorcarbonos.

223. Nós reconhecemos que fundos de longo prazo sustentáveis e adequados são um elemento fundamental para a gestão saudável de substâncias químicas e resíduos, em particular em países em desenvolvimento. Neste sentido, nós damos boas-vindas ao processo consultivo em opções de financiamento para substâncias químicas e resíduos, iniciado para considerar a necessidade de maiores esforços para aumentar a prioridade política acordada para gestão saudável de substâncias químicas e resíduos, e a necessidade aumentada de financiamento sustentável, previsível, adequado e acessível para a agenda de substâncias químicas e resíduos. Nós esperamos as propostas futuras do Diretor Executivo da PNUMA que serão consideradas pela Conferência Internacional em Gestão de Substâncias Químicas e na vigésima sétima sessão do Conselho Administrativo da PNUMA.

Consumo sustentável e produção

224. Nós recordamos os compromissos feitos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e o Plano de Implementação de Joanesburgo sobre consumo e produção sustentáveis e, em particular, o pedido no capítulo 3 do Plano de Implementação para encorajar e promover o desenvolvimento de uma estrutura de programas de 10 anos. Nós reconhecemos que mudanças fundamentais no modo como as sociedades consomem e produzem é indispensável para alcançar o desenvolvimento sustentável global.

225. Os Países reafirmam os compromissos que eles fizeram de eliminar os subsídios prejudiciais e ineficientes de combustível fóssil que encorajam consumo esbanjador e arruínam o desenvolvimento sustentável. Nós convidamos outros a considerar racionalizar subsídios de combustível de fóssil ineficientes removendo distorções de mercado, inclusive reestruturando a tributação e eliminando subsídios prejudiciais onde eles existem, para refletir seus impactos ambientais, com tais políticas levando em conta as necessidades específicas e condições de países em desenvolvimento completamente, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos adversos no seu desenvolvimento e de uma maneira que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

226. Nós adotamos a estrutura de programas de 10 anos sobre consumo e padrões de produção sustentáveis, como contido no documento A/CONF.216/5, e destacamos que os programas incluídos na estrutura de 10 anos são voluntários. Nós convidamos a Assembleia Geral, em sua sexagésima sétima sessão, a designar um organismo de Estado Membro a dar qualquer passo necessário para operacionalizar totalmente a estrutura.

Mineração

227. Nós reconhecemos que minerais e metais têm uma grande contribuição para a economia mundial e sociedades modernas. Nós notamos que as indústrias mineiras são importantes para todos os países com recursos minerais, em particular os países em desenvolvimento. Nós também notamos que a mineração oferece a oportunidade para catalisar o desenvolvimento econômico em grande parte, reduzir a pobreza e ajudar os países a atingir as metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio, quando gerida efetivamente e corretamente. Nós reconhecemos que países têm o direito soberano para desenvolver seus recursos minerais de acordo com suas prioridades nacionais e responsabilidade relativas à exploração de recursos descritas nos Princípios do Rio. Nós ainda reconhecemos que as atividades de mineração deveriam maximizar benefícios sociais e econômicos, como também efetivamente endereçar impactos ambientais e sociais negativos. Neste sentido, nós reconhecemos que os Governos precisam de capacidades fortes para desenvolver, administrar e regular suas indústrias mineiras, no interesse do desenvolvimento sustentável.

228. Nós reconhecemos a importância de estruturas legais e reguladoras fortes e eficazes, políticas e práticas para o setor mineiro que produzam benefícios econômicos e sociais e incluam salvaguardas eficazes que reduzam impactos sociais e ambientais, como também conservem a biodiversidade e ecossistemas, inclusive durante o encerramento pós-mineração. Nós chamamos os governos e negócios para promover a melhoria contínua de responsabilidade e transparência, bem como a efetividade dos mecanismos existentes relevantes para prevenir os fluxos financeiros ilícitos de atividades mineiras.

Educação

229. Nós reafirmamos nossos compromissos ao direito à educação e neste sentido, nós comprometemos a fortalecer a cooperação internacional para atingir o acesso universal à educação primária, particularmente em países em desenvolvimento. Nós ainda reafirmamos que o acesso completo a educação de qualidade em todos os níveis é uma condição essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, igualdade de gênero e empoderamento às mulheres, bem como o desenvolvimento humano, para atingimento das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, inclusive as Metas de Desenvolvimento do Milênio, e para a ampla participação de mulheres e homens, em particular as pessoas jovens. Neste sentido, nós damos ênfase à necessidade de assegurar acesso igual à educação para pessoas com incapacidades, povos indígenas, comunidades locais, minorias étnicas e as pessoas que vivem em áreas rurais.

230. Nós reconhecemos que as gerações mais jovens são os guardas do futuro e a necessidade de melhor qualidade e acesso à educação além do nível primário. Nós decidimos portanto melhorar a capacitação de nossos sistemas de ensino para preparar pessoas para buscar o desenvolvimento sustentável, inclusive através de treinamento aumentado de professores, desenvolvimento de currículos de sustentabilidade, o desenvolvimento de programas de treinamento que preparem os estudantes para carreiras em campos relacionados a sustentabilidade, e uso mais efetivo de tecnologias de informação e comunicações para aumentar os resultados de aprendizagem. Nós pedimos cooperação aumentada entre escolas, comunidades e autoridades em esforços para promover acesso à educação de qualidade em todos os níveis.

231. Nós encorajamos os Estados Membros a promover consciência do desenvolvimento sustentável entre os jovens, entre outros, promovendo programas para educação não formal conforme as metas da Década de Educação 2005-2014 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

232. Nós enfatizamos a importância de maior cooperação internacional para melhorar acesso à educação, inclusive através da construção e fortalecimento da infraestrutura de educação e aumento do investimento em educação, particularmente investimento para melhorar a qualidade de educação para todos em países em desenvolvimento. Nós encorajamos intercâmbios educacionais internacionais e parcerias, inclusive a criação de bolsas de estudos para ajudar a alcançar as metas de educação globais.

233. Nós decidimos promover educação para o desenvolvimento sustentável e integrar o desenvolvimento sustentável mais ativamente na educação além da Década de Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

234. Nós encorajamos instituições educacionais fortemente a considerar adotar boas práticas em gestão de sustentabilidade nos seus campi e suas comunidades com a participação ativa de, entre outros, estudantes, professores e parceiros locais, e ensinando o desenvolvimento sustentável como um componente integrado entre as disciplinas.

235. Nós sublinhamos a importância de apoiar instituições educacionais, especialmente as instituições educacionais mais altas em países em desenvolvimento, a levar a cabo pesquisa e inovação para o desenvolvimento sustentável, inclusive no campo de educação, para desenvolver programas de qualidade e inovadores, inclusive treinamento de habilidades de empreendedorismo e negócios, profissional, treinamento técnico e vocacional e aprendizagem vitalícia, dirigida para corrigir lacunas de habilidades para progredir nos objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável.

Igualdade de gênero e a empoderamento das mulheres

236. Nós reafirmamos o papel vital de mulheres e a necessidade para sua total e igual participação e liderança em todas as áreas do desenvolvimento sustentável, e decidimos apressar a implementação de nossos compromissos respectivos neste sentido como contido na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, bem como a Agenda 21, a Declaração de Beijing e Plataforma para Ação e a Declaração do Milênio das Nações Unidas.

237. Nós reconhecemos que, embora tenha sido feito progresso em igualdade de gênero em algumas áreas, o potencial de mulheres para se engajar, contribuir e beneficiar do desenvolvimento sustentável como líderes, participantes e agentes de mudança não foi percebido totalmente, devido a, entre outros, desigualdades sociais, econômicas e políticas persistentes. Nós apoiamos a priorização de medidas para promover igualdade de gênero e a empoderamento às mulheres em todas as esferas de nossas sociedades, inclusive a remoção de barreiras para sua participação total e igual na tomada de decisão e gestão em todos os níveis, e nós enfatizamos o impacto de fixar metas específicas e implementar medidas temporárias, como apropriado, para aumentar o número de mulheres em posições de liderança substancialmente, com o objetivo de alcançar paridade de gênero.

238. Nós decidimos libertar o potencial de mulheres como condutoras do desenvolvimento sustentável, inclusive pela revogação de leis discriminatórias e remoção de barreiras formais, assegurando acesso igual à justiça e apoio legal, reforma de instituições para assegurar competência e capacidade de integração de gênero e desenvolvimento e adoção de abordagens inovadoras e especiais para endereçar práticas informais, prejudiciais que agem como barreiras à igualdade de gênero. Neste sentido, nós nos comprometemos a criar um ambiente facilitador para

melhorar a situação de mulheres e meninas em todos os lugares, particularmente em áreas rurais e comunidades locais e entre povos indígenas e minorias étnicas.

239. Nós nos comprometemos a promover ativamente a coleta, análise e uso de indicadores sensíveis de gênero e dados desagregadores de sexo estruturas de políticas, desenho de programas e monitoria, conforme circunstâncias nacionais e capacidades para cumprir a promessa de desenvolvimento sustentável para todos.

240. Nós somos comprometidos em igualar direitos e oportunidades para mulheres na tomada de decisão política e econômica e distribuição de recursos e para remover qualquer barreira que impeça as mulheres de ter participação total na economia. Nós decidimos empreender reformas legislativas e administrativas para dar às mulheres direitos iguais aos homens a recursos econômicos, inclusive acesso a propriedade e controle da terra e outras formas de propriedade, crédito, herança, recursos naturais e tecnologia nova apropriada.

241. Nós somos comprometidos a promover o acesso igual de mulheres e meninas à educação, serviços básicos, oportunidades econômicas e serviços de saúde, inclusive focando a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e assegurando acesso universal a métodos modernos de controle de natalidade efetivos, disponíveis e aceitáveis. Neste sentido, nós reafirmamos nosso compromisso para implementar o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e as ações principais para implementação adicional daquele Programa de Ação.

242. Nós reconhecemos que a igualdade de gênero e a participação efetiva das mulheres são importantes para ação efetiva em todos os aspectos do desenvolvimento sustentável.

243. Nós apoiamos o trabalho do sistema das Nações Unidas, inclusive a Entidade das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e a Empoderamento às Mulheres (ONU-Mulheres), em promover e alcançar igualdade de gênero e a empoderamento às mulheres em todos os aspectos de vida, inclusive com respeito às ligações entre igualdade de gênero e a empoderamento às mulheres e a promoção do desenvolvimento sustentável. Nós apoiamos o trabalho da ONU-Mulheres em conduzir, coordenar e promover a responsabilidade do sistema das Nações Unidas neste sentido.

244. Nós convidamos os doadores e organizações internacionais, inclusive os organismos do sistema das Nações Unidas, bem como as instituições financeiras internacionais, bancos regionais e grupos principais, inclusive o setor privado, a integrar completamente compromissos e considerações sobre igualdade de gênero e a empoderamento às mulheres e assegurar a participação de mulheres e integração efetiva de gênero em sua tomada de decisão e no ciclo completo de programação. Nós os convidamos a fazer um papel encorajador nos esforços de países em desenvolvimento de integrar completamente compromissos e considerações em igualdade de gênero e a empoderamento às mulheres e assegurar a participação de mulheres e integração efetiva de gênero em sua tomada de decisão, planejamento de programa, orçamento e implementação, conforme a legislação, prioridades e capacidades nacionais.

B. Metas de Desenvolvimento Sustentável

245. Nós sublinhamos que as Metas de Desenvolvimento do Milênio são uma ferramenta útil em focalizar a realização dos ganhos específicos de desenvolvimento como parte de uma visão e estrutura maior de desenvolvimento para as atividades de desenvolvimento das Nações Unidas, para estabelecimento de prioridade nacional e para mobilização de interessados e recursos para as metas comuns. Nós permanecemos firmemente comprometidos então à sua realização completa e oportuna.

246. Nós reconhecemos que o desenvolvimento de metas também poderia ser útil para buscar ação focada e coerente sobre desenvolvimento sustentável. Nós ainda reconhecemos a importância e utilidade de um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável, baseado na Agenda 21 e o Plano de Implementação de Joanesburgo que respeitam completamente todos os Princípios do Rio, levando em conta circunstâncias nacionais diferentes, capacidades e prioridades, são consistentes com direito internacional, baseiam-se em compromissos já feitos, e contribuem para a total implementação dos resultados de todas as cúpulas principais nos campos econômico, social e ambiental, inclusive o presente documento de resultado. As metas deveriam endereçar e incorporar de um modo equilibrado todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas interligações. Eles deveriam ser coerentes com e integrado na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, contribuindo assim para a realização do desenvolvimento sustentável e servindo como condutores para implementação e integração do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo. O desenvolvimento destas metas não deveria desviar foco ou esforço da realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

247. Nós também sublinhamos que metas de desenvolvimento sustentável deveriam ser orientadas para ação, concisas e fáceis de comunicar, limitadas em número, aspiracionais, globais em natureza e universalmente aplicáveis a todos os países, levando em conta realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento diferentes e respeitando políticas e prioridades nacionais. Nós também reconhecemos que as metas deveriam endereçar e ser focadas em áreas de prioridade para a realização do desenvolvimento sustentável, sendo guiadas pelo presente documento de resultado. Os Governos deveriam dirigir implementação com o envolvimento ativo de todos os interessados relevantes, como apropriado.

248. Nós decidimos estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente sobre metas de desenvolvimento sustentável que seja aberto a todos os interessados, com uma visão para desenvolver metas globais de desenvolvimento sustentável a serem acordadas pela Assembleia Geral. Um grupo de trabalho aberto será constituído antes da abertura da sexagésima sétima sessão da Assembleia e incluirá 30 representantes, nomeados por Estados Membros dos cinco grupos regionais das Nações Unidas, com o objetivo de atingir representação geográfica

justa, equitativa e equilibrada. De início, este grupo de trabalho aberto decidirá seus métodos de trabalho, inclusive modalidades de desenvolvimento para assegurar o envolvimento total de interessados relevantes e perícias da sociedade civil, comunidade científica e do sistema das Nações Unidas em seu trabalho para prover uma diversidade de perspectivas e experiência. Ele submeterá um relatório, para a sexagésima oitava sessão da Assembleia, contendo uma proposta para metas de desenvolvimento sustentável para consideração e ação apropriada.

249. O processo precisa ser coordenado e coerente com os processos para considerar a agenda de desenvolvimento pós-2015. A contribuição inicial para o trabalho do grupo de trabalho será provida pelo Secretário Geral, em consulta com Governos nacionais. Para prover apoio técnico ao processo e ao trabalho do grupo de trabalho, nós pedimos ao Secretário Geral assegurar toda a contribuição necessária e apoiar a este trabalho do sistema das Nações Unidas, inclusive estabelecendo um time de apoio técnico e painéis de especialistas, como necessário, utilizando todo conselho especialista relevante. Serão feitos relatórios do progresso de trabalho regularmente à Assembleia Geral.

250. Nós reconhecemos que o progresso na realização das metas precisa ser avaliado e acompanhado por metas e indicadores, levando em conta circunstâncias nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento diferentes.

251. Nós reconhecemos que há uma necessidade por informação global, integrada e cientificamente baseada sobre desenvolvimento sustentável. Neste sentido, nós pedimos aos organismos relevantes do sistema das Nações Unidas, dentro dos seus mandatos respectivos, apoiar as comissões econômicas regionais na coleta e compilação de contribuições nacionais para informar este esforço global. Nós ainda nos comprometemos a mobilizar recursos financeiros e capacitação, particularmente para países em desenvolvimento, para alcançar este esforço.

VI. Meios de implementação

252. Nós reafirmamos que os meios de implementação identificados na Agenda 21, no Programa para a Implementação Adicional da Agenda 21, no Plano de Implementação de Joanesburgo, no Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento e na Declaração de Doha sobre Financiamento para Desenvolvimento são indispensáveis para alcançar a tradução completa e efetiva dos compromissos de desenvolvimento sustentável em resultados tangíveis de desenvolvimento sustentável. Nós reiteramos que cada país tem responsabilidade primária por seu próprio desenvolvimento econômico e social e que o papel de políticas nacionais, recursos domésticos e estratégias de desenvolvimento não podem ser superestimados. Nós reafirmamos que países em desenvolvimento precisam de recursos adicionais para o desenvolvimento sustentável. Nós

reconhecemos a necessidade de mobilização significativa de recursos de uma variedade de fontes e o uso efetivo de financiamento, para promover o desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos que boa governança e o estado de direito em níveis nacionais e internacionais são essenciais para o crescimento econômico sustentado, inclusivo e equitativo, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e fome.

A. Finanças

253. Nós chamamos todos os países a priorizar o desenvolvimento sustentável na alocação de recursos conforme prioridades nacionais e necessidades, e nós reconhecemos a importância crucial de aumentar o apoio financeiro de todas as fontes para o desenvolvimento sustentável por todos os países, em particular países em desenvolvimento. Nós reconhecemos a importância de mecanismos financeiros internacionais, regionais e nacionais, incluindo aqueles acessíveis a autoridades subnacionais e locais, para a implementação de programas de desenvolvimento sustentável, e pedimos o seu fortalecimento e implementação. Novas parcerias e fontes inovadoras de financiamento podem ter um papel complementando fontes de financiamento para o desenvolvimento sustentável. Nós encorajamos sua exploração adicional e uso, ao lado dos meios tradicionais de implementação.

254. Nós reconhecemos a necessidade de mobilização significativa de recursos de uma variedade de fontes e o uso efetivo de financiamento para dar um forte apoio aos países em desenvolvimento nos seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por ações empreendidas conforme o resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e para alcançar metas de desenvolvimento sustentável.

255. Nós concordamos em estabelecer um processo de intergovernamental sob os auspícios da Assembleia Geral, com apoio técnico do sistema das Nações Unidas e em consulta aberta e ampla com instituições financeiras internacionais e regionais relevantes e outros interessados relevantes. O processo avaliará necessidades de financiamento, considerará a efetividade, consistência e sinergias de instrumentos e estruturas existentes, e avaliará iniciativas adicionais, com vistas a preparar um relatório propondo opções sobre uma estratégia de financiamento de desenvolvimento sustentável efetiva para facilitar a mobilização de recursos e seu uso efetivo em alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável.

256. Um comitê intergovernamental, incluindo 30 peritos nomeados por grupos regionais, com representação geográfica equitativa, implementarão este processo, concluindo seu trabalho até 2014.

257. Nós pedimos à Assembleia Geral para considerar o relatório do comitê intergovernamental e tomar a ação apropriada.

258. Nós reconhecemos que o cumprimento de todos os compromissos relacionados à ODA é crucial, inclusive os compromissos de muitos países desenvolvidos de alcançar a meta de 0.7 por cento de produto nacional bruto (PIB) para ODA para países em desenvolvimento até 2015, como também uma meta de 0.15 a 0.20 por cento de PIB para ODA para os países menos desenvolvidos. Para alcançar seus prazos acordados, os países doadores deveriam tomar todas as medidas necessárias e apropriadas para aumentar a taxa de desembolsos de ajuda para cumprir seus compromissos existentes. Nós urgimos esses países desenvolvidos que não ainda não têm feito assim a fazer esforços concretos adicionais para o objetivo de 0.7 por cento de PIB para ODA para países em desenvolvimento, inclusive o objetivo específico de 0.15 a 0.20 por cento de PIB para ODA para os países menos desenvolvidos, conforme os seus compromissos. Para basear no progresso alcançado em assegurar que a ODA é efetivamente usada, nós damos ênfase à importância de governança democrática, melhor transparência e responsabilidade, e gestão de resultados. Nós encorajamos fortemente todos os doadores a estabelecer, o mais cedo possível, calendários indicativos que ilustrem como eles objetivam alcançar suas metas, conforme seu respectivo processo de distribuição de orçamento. Nós damos ênfase à importância de mobilizar maior apoio doméstico em países desenvolvidos para o cumprimento dos seus compromissos, inclusive elevando a consciência pública, provendo dados sobre o impacto no desenvolvimento da ajuda dada e demonstrando resultados tangíveis.

259. Nós damos boas-vindas aos esforços crescentes para melhorar a qualidade de ODA e aumentar seu impacto de desenvolvimento. Nós também reconhecemos a necessidade de melhorar efetividade de desenvolvimento, aumentar abordagens baseadas em programas, usar sistemas dos países para atividades administradas pelo setor público, reduzir custos de transações e melhorar a responsabilidade e transparência mutuas e, neste sentido, nós chamamos todos os doadores para desatrelar a ajuda ao máximo. Nós ainda faremos o desenvolvimento mais efetivo e previsível proporcionando aos países em desenvolvimento informação habitual e indicativa oportuna sobre apoio planejado no prazo médio. Nós reconhecemos a importância dos esforços de países em desenvolvimento em fortalecer a liderança de seu próprio desenvolvimento, instituições nacionais, sistemas e capacidade para assegurar os melhores resultados em desenvolvimento efetivo engajando parlamentos e cidadãos em amoldar essas políticas e aprofundando o compromisso com organizações da sociedade civil. Nós também deveríamos ter em mente que não há nenhuma fórmula que sirva a todos e que garanta efetividade de desenvolvimento. A situação específica de todos os países necessita ser considerada completamente.

260. Nós notamos que a arquitetura de ajuda mudou significativamente na década atual. Novos provedores de ajuda e novas abordagens de parceria que utilizam modalidades novas de cooperação contribuíram para aumentar o fluxo de recursos. Ademais, a interação de ajuda de desenvolvimento com investimento privado, comércio e os novos atores de desenvolvimento proveem oportunidades novas para alavancar fluxos de recurso privados. Nós reiteramos nosso apoio para a cooperação de Sul-Sul, como também cooperação triangular que provê recursos

adicionais muito necessários à implementação de programas de desenvolvimento. Nós reconhecemos a importância e a história diferente e particularidades da cooperação de Sul-Sul e damos ênfase a que a cooperação de Sul-Sul deveria ser vista como uma expressão de solidariedade e cooperação entre países, baseado nas suas experiências compartilhadas e objetivos. Ambas as formas de cooperação apoiam uma agenda de desenvolvimento que endereça necessidades particulares e expectativas de países em desenvolvimento. Nós reconhecemos também que a cooperação de Sul-Sul complementa em lugar de substituir a cooperação de Norte-Sul. Nós reconhecemos o papel exercido pelos países em desenvolvimento de renda média como provedores e recipientes de cooperação de desenvolvimento.

261. Nós convidamos as instituições financeiras internacionais, dentro dos seus mandatos respectivos, a continuar provendo recursos financeiros, inclusive por mecanismos específicos para a promoção do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza em países em desenvolvimento.

262. Nós reconhecemos que maior coerência e coordenação entre os vários mecanismos de fundos e iniciativas relativas ao desenvolvimento sustentável são cruciais. Nós reiteramos a importância de assegurar que países em desenvolvimento tenham acesso regular e previsível a financiamento adequado de todas as fontes para promover o desenvolvimento sustentável.

263. Nós reconhecemos que os contínuos desafios financeiros e econômicos globais sérios têm possibilidade de desfazer anos de trabalho duro e ganhos feitos em relação à dívida de países em desenvolvimento. Nós ainda reconhecemos a necessidade de ajudar países em desenvolvimento a assegurar sustentabilidade de dívida de longo prazo através de políticas coordenadas objetivando fortalecer o financiamento da dívida, alívio de dívida e reestruturação da dívida, como apropriado.

264. Nós damos ênfase à necessidade por financiamento adequado para as atividades operacionais do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, bem como a necessidade de tornar o financiamento mais previsível, efetivo e eficiente como parte de esforços mais amplos para mobilizar recursos novos, adicionais e previsíveis para alcançar os objetivos que nós estabelecemos adiante no presente documento de resultado.

265. Nós reconhecemos as realizações importantes da Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) durante os últimos 20 anos financiando projetos ambientais e damos boas vindas aos processos de reforma importantes que o FMAM levou a cabo durante recentes anos, e nós pedimos sua melhoria adicional e encorajamos o FMAM a dar passos adicionais, dentro de seu mandato, para tornar os recursos mais acessíveis para satisfazer necessidades dos países para implementação nacional dos seus compromissos ambientais internacionais. Nós apoiamos simplificação adicional de procedimentos e ajuda para países em desenvolvimento, em particular ajudando os países menos desenvolvidos, África e Pequenos Estados Insulares em

desenvolvimento em acessar os recursos do FMAM, e aumentar a coordenação com outros instrumentos e programas que focalizam o desenvolvimento sustentável ambientalmente.

266. Nós damos ênfase a que combater a corrupção e fluxos financeiros ilícitos tanto a nível nacional como internacional é uma prioridade e que a corrupção é uma barreira séria à efetiva mobilização e alocação de recurso e desvia recursos das atividades que são vitais para erradicação da pobreza, a luta contra a fome e o desenvolvimento sustentável. Nós estamos determinados a dar passos urgentes e decisivos para continuar combatendo a corrupção em todas suas manifestações, o que requer instituições fortes em todos os níveis e instamos todos os Estados que não têm ainda feito assim a considerar ratificar ou consentir com a Convenção das Nações Unidas contra Corrupção e começar sua implementação.

267. Nós consideramos que mecanismos de financiamento inovadores podem dar uma contribuição positiva ajudando países em desenvolvimento a mobilizar recursos adicionais para financiar para desenvolvimento em uma base voluntária. Tal financiamento deveria completar e não deveria ser um substituto para fontes tradicionais de financiamento. Embora reconhecendo o progresso considerável em fontes inovadoras de financiamento para desenvolvimento, nós pedimos uma escalada das iniciativas presentes, onde apropriado.

268. Nós reconhecemos que um setor privado dinâmico, inclusivo, que funcione bem, social e ambientalmente responsável é um valioso instrumento que pode oferecer uma contribuição crucial ao crescimento econômico e redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável. Para fortalecer o desenvolvimento de setor privado, nós continuaremos a buscar estruturas de política nacional apropriada e reguladoras de modo consistente com leis nacionais para encorajar iniciativas publicas e privadas, inclusive a nível local, para fortalecer um setor empresarial dinâmico e que funcione bem, e facilitar o empreendedorismo e inovação, incluindo entre mulheres, os pobres e os vulneráveis. Nós trabalharemos para melhorar o crescimento e a distribuição de renda, entre outros, através de aumento de produtividade, dando poder às mulheres, protegendo direitos trabalhistas, e tributação. Nós reconhecemos que o papel apropriado do governo em relação à promoção e regulamentação do setor privado variará de país a país dependendo das circunstâncias nacionais.

B. Tecnologia

269. Nós enfatizamos a importância de transferência de tecnologia para países em desenvolvimento e recordamos as providências em transferência de tecnologia, finanças, acesso a informação e direitos de propriedade intelectual acordadas no Plano de Implementação de Joanesburgo, em particular sua chamada para promover, facilitar e financiar, como apropriado, acesso para e desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias ambientalmente sadias e conhecimento correspondente, em particular para países em desenvolvimento, em condições

favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, como mutuamente concordado. Nós também tomamos nota da evolução adicional de discussões e acordos nestes assuntos desde a adoção do Plano de Implementação.

270. Nós damos ênfase à importância de acesso por todos os países a tecnologias ambientalmente saudias, conhecimento novo, experiência e perícias. Nós ainda enfatizamos a importância de ação cooperativa em inovação de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Nós concordamos em explorar modalidades nos foros relevantes para acesso aumentado para tecnologias ambientalmente saudias por países em desenvolvimento.

271. Nós sublinhamos a necessidade de habilitar ambientes para desenvolvimento, adaptação, disseminação e transferência de tecnologias ambientalmente saudias. Neste contexto, nós notamos o papel do investimento direto estrangeiro, comércio internacional e cooperação internacional na transferência de tecnologias ambientalmente saudias. Nós nos engajamos em nossos países bem como através de cooperação internacional para promover o investimento em ciência, inovação e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

272. Nós reconhecemos a importância de capacidades fortalecidas nacionais, científicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável. Isto pode ajudar países, especialmente países em desenvolvimento, a desenvolver suas próprias soluções inovadoras, pesquisa científica e novas tecnologias ambientalmente saudias, com o apoio da comunidade internacional. Para este fim, nós apoiamos o desenvolvimento de capacitação em ciência e tecnologia, com mulheres e homens como contribuintes e beneficiários, inclusive através de colaboração entre instituições de pesquisa, universidades, o setor privado, governos, organizações não governamentais e cientistas.

273. Nós pedimos às agências relevantes das Nações Unidas para identificar opções para um mecanismo de facilitação que promova o desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias limpas e ambientalmente saudias por, entre outros, avaliação das necessidades de tecnologia de países em desenvolvimento, opções para endereçar essas necessidades e desenvolver capacitação. Nós pedimos ao Secretário Geral, com base nas opções identificadas e levando em conta modelos existentes, que faça recomendações relativas ao mecanismo de facilitação para a sexagésima sétima sessão da Assembleia Geral.

274. Nós reconhecemos a importância de dados baseados na tecnologia espacial, monitoria no local e informação de geoespacial confiável para produção de política de desenvolvimento sustentável, programação e operações de projeto. Neste contexto, nós notamos a relevância de cartografia global e reconhecemos os esforços em desenvolver sistemas de observação ambientais globais, inclusive pela Rede Olho na Terra e pelo Sistema Mundial de Sistemas de Observação da Terra. Nós reconhecemos a necessidade de apoiar países em desenvolvimento em seus esforços para coletar dados ambientais.

275. Nós reconhecemos a importância de fortalecer capacidades internacionais, regionais e nacionais em pesquisa e avaliação de tecnologia, especialmente devido ao desenvolvimento

rápido e possível desenvolvimento de tecnologias novas que também podem ter impactos negativos não intencionais, em particular em biodiversidade e saúde, ou outras consequências imprevistas.

276. Nós reconhecemos a necessidade de facilitar a tomada de decisão política informada em questões de desenvolvimento sustentável e, neste sentido, fortalecer a interface entre ciência e política.

C. Capacitação

277. Nós enfatizamos a necessidade de maior capacitação para o desenvolvimento sustentável e, neste sentido, nós pedimos o fortalecimento de cooperação técnica e científica, inclusive Norte-Sul, Sul-Sul e cooperação triangular. Nós reiteramos a importância do desenvolvimento de recursos humanos, inclusive treinamento, a troca de experiências e perícias, transferência de conhecimento e ajuda técnica para capacitação, que envolve o fortalecimento da capacitação institucional, inclusive planejamento, gestão e monitoria de capacitações.

278. Nós pedimos a implementação contínua e focada do Plano Estratégico de Apoio de Tecnologia e Capacitação de Bali, adotado pelo PNUMA.

279. Nós encorajamos a participação e representação de homens e mulheres cientistas e pesquisadores de países desenvolvidos e em desenvolvimento em processos relacionados a avaliação de desenvolvimento ambiental e sustentável global e monitorando, com o propósito de aumentar capacidades nacionais e a qualidade de pesquisa para processos de produção de política e tomada de decisão.

280. Nós convidamos todas as agências relevantes do sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais relevantes a apoiar países em desenvolvimento e, em particular, os países menos desenvolvidos em capacitação para desenvolver economias eficientes em recursos e inclusivas, inclusive por:

- (a) Compartilhamento de práticas sustentáveis em vários setores econômicos;
- (b) Aumento de conhecimento e capacidade para integrar redução de risco de desastre e resiliência em planos de desenvolvimento;
- (c) Apoio à cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e cooperação triangular para a transição para uma economia eficiente em recurso;
- (d) Promoção de parcerias público-privadas.

D. Comércio

281. Nós reafirmamos que o comércio internacional é uma máquina para desenvolvimento e crescimento econômico sustentado, e também reafirmamos o papel crítico que um sistema de comércio multilateral universal, regulamentado, aberto, não discriminatório e equitativo, como também a liberalização de comércio significativa, podem ter estimulando o crescimento econômico e desenvolvimento mundialmente, assim beneficiando todos os países em todas as fases de desenvolvimento, enquanto eles avançam para o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, nós permanecemos focados em alcançar progresso em um conjunto de assuntos importantes, como, os subsídios que distorcem o comércio e o comércio de bens e serviços ambientais.

282. Nós instamos os membros da OMC a redobrar seus esforços para alcançar uma conclusão ambiciosa, equilibrada e voltada para o desenvolvimento para a Agenda Doha de Desenvolvimento, com respeito aos princípios de transparência, inclusão e tomada de decisão por consenso, com vistas a fortalecer o sistema de comércio multilateral. Em ordem a participar efetivamente no programa de trabalho da OMC e perceber as oportunidades de comércio completamente, os países em desenvolvimento precisam da ajuda e maior cooperação de todos os interessados relevantes.

E. Registro de compromissos

283. Nós damos boas-vindas aos compromissos assumidos voluntariamente na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e ao longo de 2012 por todos os interessados e suas redes para implementar políticas concretas, planos, programas, projetos e ações para promover o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Nós convidamos o Secretário Geral compilar estes compromissos e facilitar acesso a outros registros que compilaram compromissos, em um registro na Internet. O registro deve tornar as informações sobre os compromissos completamente transparentes e acessíveis ao público, e deve ser atualizado periodicamente.

ANEXO B – Projeto de lei 690/2011

PROJETO DE LEI Nº 690, DE 2011

Classifica como estância turística o município de São Simão.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica classificado como estância turística o Município de São Simão.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA

O turismo vem assumindo papel cada vez mais importante na economia dos municípios que optam por implantar sistemas de recepção, de visitantes e desenvolver equipamentos, programação e estratégias de marketing adequadas para as suas peculiaridades.

De acordo com a definição oficial do DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, órgão da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo, estâncias são municípios que, por suas condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos, devem dispor de infraestrutura e serviços dimensionados à atividade turística, seguindo legislação específica e pré-requisitos para classificação.

O município de São Simão, segundo informações do SEADE em 2005, tem uma população de aproximadamente 15 mil habitantes. O clima é privilegiado, em virtude das serras que a cercam. Água potável e cristalina é encontrada em abundância, o que a faz ter potencial para estância hidromineral, climática ou turística.

Segundo a lenda, São Simão teria surgido após bandeira de sertanista Simão da Silva Teixeira no início do Século XIX, o qual é desmistificado pelos documentos encontrados que datam o surgimento de nossa cidade na segunda metade do século XVIII.

Surgido como Sesmaria – terras arrendadas pela igreja e que preparavam os residentes (índios) para a colonização, recebeu inúmeras bandeiras, o que a teve transformado em vila e posteriormente desenvolveu sua história atraindo inúmeros imigrantes como colonizadores:

- Alemães – que trouxeram a fundição de metais a arquitetura e a engenharia de construção das casas, das quais, muitas ainda permanecem de pé, como a Casa de Cultura Marcelo Grassman que possui acervo valioso de gravuras do artista simonense, considerado como um dos melhores do mundo em sua técnica e o Teatro Carlos Gomes – com características de Teatro de Ópera, que abrigou inúmeras companhias de Ópera que se apresentavam frequentemente.

- Italianos – que vieram para trabalhar na lavoura do café, substituindo a mão escrava.

- Ingleses – trouxeram centenas de utensílios e construíram as estradas de ferro que escoavam a safra do café.

São Simão também recebeu colonizadores norte-americanos, libaneses, portugueses, franceses e japoneses.

A cidade também é conhecida por ter sido o Berço da Proclamação da República, pois em 31 de janeiro de 1888, a Câmara Municipal de São Simão propunha a extinção da monarquia e anulava a formação do 3º império.

A história do município é anterior ao século 18, e pode ser comprovada pelo acervo do Museu Histórico e Cultural Simonense, administrado pela Fundação Cultural Simonense, através de fósseis que comprovam a existência de primitivos que habitavam a região há cerca de 2.000 anos.

O acervo foi considerado por Jacques Techiné, uma das maiores autoridades em arqueologia do mundo, membro da Faculdade de Dantérre, na França, como o melhor da América Latina, pois possui artefatos das eras da Pedra Lascada, Pedra Polida e da Cerâmica, todos encontrados na cidade e que causam enorme interesse entre estudiosos e estudantes, que frequentemente o visitam em excursões.

A condução do município de São Simão a “Estância Turística”, além de inúmeros outros motivos possui uma localização geográfica privilegiada com relação aos pólos emissores, como a capital e outras cidades do interior paulista; ótima condição climática e capacidade hidromineral; cachoeiras e corredeiras, apresentando um ótimo potencial natural para o desenvolvimento do turismo de aventura e ecoturismo; a comunidade local é consciente dos benefícios do desenvolvimento do turismo e apresenta uma postura de incentivo à prática da atividade; disponibilidade de áreas públicas e privadas para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos e baixos níveis de poluição atmosférica e sonora.

A vocação turística de São Simão vai mais além.

- Climático: qualidade terapêutica do clima e das águas, com ótimo clima e excelente qualidade de água simonense;
- Paisagístico: produto turístico é a paisagem e os aspectos cênicos da natureza, como o Morro do Cruzeiro com sua ideal elevação para contemplação;
- Histórico/Cultural: oferecem o legado histórico do homem, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, por ser considerado o berço da Proclamação da República;
- Religioso: o deslocamento de pessoas pela fé, através da Procissão de Corpos Christi, Procissão da Paixão de Cristo e festas em comemoração a Santo Antonio, São Sebastião e outros;
- Desportivo: competições e torneios esportivos, nas modalidades de rally de carros, motocross, torneio de inverno e demais opções;
- Folclórico e Artesanal: festividades de cultura popular, com eventos e manifestações típicas, combinadas com gastronomia, exposições e feiras de produtos artesanais, além de várias festas juninas e encontro de Santos Reis;
- Terceira Idade: motivados pela qualidade de vida da região, várias famílias procuram a cidade para moradia, face à tranquilidade do município;
- Ecológico: motivado pelo desejo de usufruir da natureza, a cidade recebe centenas de visitantes para observação de aspectos cênicos do entorno, com vasta área verde;
- Aventura: motivados pela atração de conhecer lugares desconhecidos e desejo de enfrentar situações inesperadas, a cidade tem vários atrativos para caminhadas e esportes radicais.

São Simão possui uma identidade única no cenário regional, estadual e nacional e esta imagem é comprovada por fatos e documentos históricos.

Portanto, a “Terra de Marcelo Grassmann” deve ser elevada a Estância Turística e, desta maneira, o respectivo Projeto de Lei merece ser aprovado pelos demais parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, em 1-8-2011

a) Rafael Silva - PDT